

**UFRRJ**

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS  
SOCIAIS EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E  
SOCIEDADE**

**DISSERTAÇÃO**

**A turistificação da questão agrária: o papel do turismo na composição  
de dinâmicas socioespaciais no litoral do Baixo Sul da Bahia – O caso  
da comunidade de Garapuá**

**Alana Souza Lins**

**2021**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS EM**  
**DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE.**

**A TURISTIFICAÇÃO DA QUESTÃO AGRÁRIA: O PAPEL DO TURISMO NA**  
**COMPOSIÇÃO DE DINÂMICAS SOCIOESPACIAIS NO LITORAL DO BAIXO SUL**  
**DA BAHIA – O CASO DA COMUNIDADE DE GARAPUÁ.**

**ALANA SOUZA LINS**

Sob a orientação da professora

**Claudia Job Schmitt**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências Sociais** pelo Curso de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, RJ

Agosto, 2021

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada com os dados  
fornecidos pelo(a) autor(a)

L759t Lins, Alana Souza, 20/05/1993-  
A turistificação da questão agrária: o papel do turismo na composição de dinâmicas socioespaciais no litoral do Baixo Sul da Bahia - O caso da comunidade de Garapuí / Alana Souza Lins. - Rio de Janeiro, 2021. 219 f.: il.

Orientadora: Claudia Job Schmitt.  
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, 2021.

1. turismo. 2. questão agrária. 3. fronteira turística. 4. Baixo sul da Bahia. 5. Garapuí. I. Schmitt, Claudia Job , 21/01/1965-, orient. II Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade III. Título.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

# UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA)

## **ALANA SOUZA LINS**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais.

Dissertação aprovada em 20/08/2021.

Conforme deliberação número 001/2020 da PROPPG, de 30/06/2020, tendo em vista a implementação de trabalho remoto e durante a vigência do período de suspensão das atividades acadêmicas presenciais, em virtude das medidas adotadas para reduzir a propagação da pandemia de Covid-19, nas versões finais das teses e dissertações as assinaturas originais dos membros da banca examinadora poderão ser substituídas por documento(s) com assinaturas eletrônicas. Estas devem ser feitas na própria folha de assinaturas, através do SIPAC, ou do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e neste caso a folha com a assinatura deve constar como anexo ao final da tese / dissertação.

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> CLAUDIA JOB SCHMITT (CPDA/UFRRJ)  
(Orientadora)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> LEONILDE SERVOLO DE MEDEIROS (CPDA/UFRRJ)

---

Prof. Dr. TIAGO RODRIGUES SANTOS (UFRB)

---

Prof. Dr. JOSE RENATO SANT'ANNA PORTO (UFF)



Emitido em 20/08/2021

**DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS N° 10962/2021 - DeptDAS (12.28.01.00.00.84)**

**(N° do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)**

*(Assinado digitalmente em 23/08/2021 16:26 )*

CLAUDIA JOB SCHMITT

*DeptDAS (12.28.01.00.00.00.84)*

*Matrícula: ###328#1*

*(Assinado digitalmente em 23/08/2021 12:02 )*

LEONILDE SERVOLO DE MEDEIROS

*DeptDAS (12.28.01.00.00.00.84)*

*Matrícula: ###64#1*

*(Assinado digitalmente em 23/08/2021 11:57 )*

JOSÉ RENATO SANT ANNA PORTO

*CPF: ###.###.698-##*

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrj.br/documentos/> informando seu número: **10962**, ano: **2021**, tipo: **DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS**, data de emissão: **23/08/2021** e o código de verificação: **5acf10ce92**



---

*Emitido em 20/09/2023*

**DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS Nº 16578/2023 - DeptDAS (12.28.01.00.00.84)**

**(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)**

*(Assinado digitalmente em 20/09/2023 10:32)*

**TIAGO RODRIGUES SANTOS**

*ASSINANTE EXTERNO*

*CPF: ###.###.815-##*

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrj.br/documentos/> informando seu número: **16578**, ano: **2023**, tipo: **DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS**, data de emissão: **20/09/2023** e o código de verificação: **81e53229e1**

[...]

*Pois quem tá no fio da navalha*

*Não foge da luta*

*É sina de um povo guerreiro*

*Que vai se mostrar*

*E mesmo onda forte*

*Que assusta marujo recente*

*É vem na crescente*

*Mas quebra na beira do mar*

[...]

Pro Tempo Virar

(Grupo Botequim/ Composição: Roberto Ribeiro e Pedrão)

## AGRADECIMENTOS

Realizar esse trabalho no CPDA foi um projeto desenhado pouco tempo após me formar em Ciências Sociais, à medida que os espaços de trabalho e militância política mobilizavam meus interesses acadêmicos. Poder fazer parte e aprender junto à pessoas e trabalhos que admirava me fez mobilizada e fortalecida para encarar essa empreitada. As disciplinas cursadas, os eventos, as trocas com os professores e colegas foram de muita realização e amadurecimento. Agradeço em especial às professoras Leonilde Medeiros, Regina Bruno e Jorge Romano, com quem pude contar com discussões, posicionamentos e disponibilidades que me marcaram nessa trajetória. Nesse sentido, agradeço também ao professor Zé Renato, por seu trabalho que nos serviu de inspiração e material de estudo. Agradeço à Zé pelas contribuições desde a qualificação até aqui. Agradeço à minha orientadora Claudia Job Schmitt, pela dedicação tão cuidadosa com diversas etapas da elaboração da dissertação, a compreensão sempre posta e o trabalho assíduo e rigoroso. Ter contado com a disponibilidade e a consistência da orientação de Claudia foram elementos decisivos para amadurecer e organizar as ideias e ter coragem para encarar as questões que a pesquisa ia colocando. Nesse período, pude também desfrutar das trocas acadêmicas e das boas cervejas junto à minha turma M2018, em especial à Naty, pela amizade verdadeira para atravessar as dores e as delícias desse processo. Agradeço à Naty por nosso elo colombahia que nos deu parceria calorosa, debates intermináveis, muitas leituras e estudos partilhados, pela presença fiel para celebrar às alegrias e acolher os desatinos. Escrever a dissertação no ano que fomos surpreendidos por todo esse mar de incertezas e angústias que a pandemia veio trazendo foi, sem dúvida, o meu maior drama. Poder contar com algumas certezas enquanto tudo desaba foi meu bálsamo de força. Minha imensa gratidão às minhas certezas: mainha; painho; Tchum; Godines; Haiana; Tista; Victoria; Loli; Nanda; Camila; tribo caruê; meus sobrinhos, tios e tias. Estar isolada e se saber arrodada do afeto de minha gente foi e é o que tem tornado esse momento e esse mundo possíveis. Agradeço muito à comunidade Garapuá pela confiança e acolhida na construção desse trabalho, com vocês aprendi muito sobre a luta, enfretamento e resistência, quando tudo ao redor parece improvável, até que se torne inevitável. Agradeço também aos outros interlocutores na comunidade Graciosa, em Morro de São Paulo, Valença, Taperoá, aos companheiros do MPP, CPP, AATR e ao Movimento Sem-terra, onde tudo começou, as pontes no território, as primeiras perguntas, o impulso de “mudar” do Recôncavo para o Baixo Sul. Por fim, em um momento de tanta evidência da importância do fazer científico, agradeço o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por ter tornado possível a realização do presente trabalho.



## RESUMO

LINS, Alana. **A turistificação da questão agrária: o papel do turismo na composição de dinâmicas socioespaciais no litoral do Baixo Sul da Bahia – O caso da comunidade de Garapuá.** 2021. Dissertação (Mestrado em Ciências sociais em desenvolvimento, agricultura e sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2021.

As configurações assumidas pelo turismo na sociedade capitalista articulam uma teia de processos materiais e simbólicos de captura do tempo livre dos consumidores, sob a égide de dois principais aspectos, a saber: a mercantilização da experiência e o consumo do espaço. A análise da literatura produzida no contexto latino-americano demonstra que a atividade turística envolve, em muitos casos, processos de apropriação territorial que geram: concentração fundiária, especulação imobiliária, estrangeirização de terras, degradação do ambiente, elitização dos lugares, expulsão de populações nativas e um amálgama de conflitos sociais. Este trabalho parte do pressuposto de que as dinâmicas relacionadas à propriedade, à posse e ao uso da terra, em sua diversidade, demandam perspectivas teóricas que nos permitam captar a complexidade de sujeitos e processos presentes na conformação da questão agrária contemporânea. Tomamos, aqui, como foco principal, as interfaces estabelecidas em um contexto territorial específico entre a atividade turística e a questão agrária. Utilizamos como lentes de análise a Economia Política do Turismo, as análises de inspiração marxista sobre a questão agrária - com especial atenção à noção de fronteira - e trabalhos referenciais no campo da Sociologia Política, tendo como foco movimentos sociais e dinâmicas de ação coletiva. A pesquisa busca analisar os processos engendrados pela penetração do turismo no território de identidade do Baixo Sul da Bahia, que ocorre de forma mais articulada a partir do início dos anos de 1990, com a chegada de uma política pública, o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR NE) que apostava no turismo como frente de desenvolvimento para a região. Procuramos perceber como esse fenômeno afetou as relações de propriedade, posse e uso da terra nesta região, constituindo-se como um importante arranjo na apropriação e valorização de ativos fundiários. Analisamos de forma mais detalhada o caso específico da comunidade de Garapuá, situada no município de Cairu-BA, um povoado composto por uma população que tem a pesca e o turismo, como suas principais atividades. Buscamos compreender o papel que o turismo vem assumindo nos conflitos fundiários vivenciados por essa comunidade e como esta população tem se articulado na luta em defesa do território. Através da revisão de alguns estudos historiográficos na região do Baixo Sul, bem como, a análise de dados institucionais que tangem às questões fundiárias na região e a observação participante pudemos perceber o turismo como fenômeno de tensionamento do que estamos chamando de *fronteira turística*, bem como, um agente direto e indireto na configuração socioespacial da região e no aprofundamento dos conflitos territoriais.

**Palavras-chave:** turismo; questão agrária; fronteira turística; Baixo Sul da Bahia; Garapuá.

## ABSTRACT

LINS, Alana. **The touristification of the agrarian issue: the role of tourism in the composition of socio-spatial dynamics on the *Baixo Sul* coast of Bahia - The case of the Garapuá community.** 2021. Dissertation (Masters in Social Sciences in development agriculture and society). Institute of Human and Social Sciences, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2021.

The configuration which tourism assumes in the capitalist society articulates a web of material and symbolic processes to capture the free time of consumers, under the aegis of two main aspects, namely: the commodification of experience and the consumption of space. An analysis of the literature produced in the Latin American context shows that tourist activity often involves processes of territorial appropriation that result in: land concentration, real estate speculation, land foreignization, environmental degradation, elitization of places, displacement of native populations and an amalgam of social conflicts. This work is based on the assumption that the dynamics related to land ownership, tenure and use, in their diversity, demand theoretical perspectives that allow one to capture the complexity of subjects and processes present in the shaping of the contemporary agrarian issue. The main focus is on the interfaces between tourist activity and the agrarian issue in a specific territorial context. The political economy of tourism, the Marxist-inspired analysis on the agrarian issue - with special attention to the notion of borders - and reference works in the field of political sociology are used as lenses of analysis, focusing on social movements and collective action dynamics. This research seeks to analyse the processes engendered by the insertion of tourism into the identity territory of the *Baixo Sul da Bahia* (Lower South of Bahia), which took place in a more coordinated way at the beginning of the 1990s, with the implementation of a public policy, the Programme for the Development of Tourism in the Northeast of Brazil (PRODETUR NE on its Portuguese acronym) which focused on tourism as a development front for the region. The aim is to understand how this phenomenon affected the relations of land ownership and use in this region, as an important arrangement in the appropriation and valuation of land assets. A more detailed analysis was made on the specific case of the Garapuá community, situated in the municipality of Cairu-BA, a settlement whose population's main activities are fishing and tourism. It was sought to understand the role that tourism has been assuming in land conflicts this community deals with and how this population has been articulated in the fight for the defense of their territory. Through the review of some historiographical studies on the *Baixo Sul* region, as well as the analysis of institutional data related to land issues in the region and participant observation, it was possible to perceive tourism as a source of tension in what we call the touristic frontier, as well as a direct and indirect agent in the socio-spatial configuration of the region and in the worsening of territorial conflicts.

**Keywords:** tourism; agrarian issue; touristic frontier; *Baixo Sul da Bahia*; Garapuá.

## RESUMEN

LINS, Alana. **La turistificación de la cuestión agraria: el papel del turismo en la composición de las dinámicas socio-espaciales del litoral del Bajo Sur de Bahia – el caso de la comunidad de Garapuá.** 2021. Disertación (Maestría en Ciencias sociales en desarrollo, agricultura y sociedad). Instituto de Ciencias Humanas y Sociales, Universidad Federal Rural de Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2021.

Las configuraciones impulsadas por el turismo en la sociedad capitalista se asocian a una serie de procesos materiales y simbólicos de aprovechamiento del tiempo libre de los consumidores desde dos perspectivas, principalmente, a saber: la mercantilización de la experiencia y el consumo del espacio. El análisis de la literatura producida en América Latina demuestra que la actividad turística involucra, en muchos casos, procesos de apropiación territorial que generan concentración y extranjerización de tierras, especulación inmobiliaria, degradación del ambiente, elitización de los lugares, expulsión de las poblaciones nativas, entre otros conflictos sociales. Esta investigación parte del presupuesto de que las dinámicas relacionadas a la propiedad, posesión y uso de la tierra en su diversidad, exigen perspectivas teóricas que nos permitan captar la complejidad de los sujetos y procesos presentes en la conformación de la cuestión agraria contemporánea. El centro del análisis realizado se sitúa entonces en las interfaces establecidas entre la actividad turística y la cuestión agraria; para lo cual utilizamos los abordajes provenientes tanto de la Economía Política del Turismo, que se inspiran en la corriente marxista de la cuestión agraria - con especial atención en la noción de frontera -, como de la Sociología Política, particularmente los relacionados con los movimientos sociales y las dinámicas de acción colectiva. En este orden de ideas, la investigación busca analizar los procesos desatados por la penetración del turismo en el territorio del Bajo Sur de Bahia, particularmente desde los años 90 cuando ésta ocurre de manera más articulada gracias a la implementación de la política pública Programa de Desarrollo del Turismo del Nordeste (PRODETUR NE), cuya apuesta era el establecimiento del turismo como frente de desarrollo para la región. Buscamos entonces comprender cómo ese fenómeno afectó las relaciones de propiedad, posesión y uso de la tierra en esta región, constituyéndose en un importante arreglo para la apropiación y valoración de activos como la tierra, a partir del estudio de caso de la comunidad de Garapuá, en el municipio de Cairu-BA, cuya población tiene la pesca y el turismo como sus principales actividades. Con la investigación evidenciamos el papel que el turismo viene asumiendo en los conflictos por la tierra que han surgido en esta comunidad y en las formas bajo las cuales estas comunidades se han articulado para luchar por la defensa de su territorio. A través de la revisión de algunos estudios historiográficos sobre la región y de la información institucional relacionada con la cuestión de la tierra en ésta, así como de la observación participante realizada en el territorio, se identificó que el turismo se constituye en un fenómeno que tensiona lo que hemos llamado como frontera turística, y también como un agente directo e indirecto en la configuración socioespacial de la región y, por tanto, en la profundización de los conflictos territoriales.

**Palabras clave:** turismo, cuestión agraria, frontera turística; Bajo Sur de Bahia, Garapuá.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa do Baixo Sul

Figura 2: Mapa da Costa do Dendê dividido por municípios

Figura 3: O território do Baixo Sul

Figura 4: Mapa de colônia, associações, sindicatos e cooperativas de pescadores (as) por município do Estado da Bahia

Figura 5: Mapa de conflitos em comunidades tradicionais de pescadores (as) artesanais do Estado da Bahia

Figura 6: Fortaleza na entrada de Morro de São Paulo antes da revitalização em 2010

Figura 7: Comunidade quilombola de Batateira

Figura 8: Comunidade quilombola Lagoa Santana/Ituberá-BA

Figura 9: Comunidade quilombola Boitaraca/Nilo Peçanha-BA

Figura 10: Comunidade quilombola Jetimane/ Nilo Peçanha

Figura 11: Gráfico da Estrutura Fundiária do Baixo Sul da Bahia (1995)

Figura 12: Gráfico da Estrutura Fundiária do Baixo Sul da Bahia (2006)

Figura 13: Gráfico da Estrutura Fundiária do Baixo Sul da Bahia (2017)

Figura 14: Gráfico da Estrutura Fundiária de Cairu – Bahia (1995)

Figura 15: Gráfico da Estrutura Fundiária de Cairu – Bahia (2006)

Figura 16: Gráfico da Estrutura Fundiária de Cairu – Bahia (2017)

Figura 17: Enseada de Garapuá. A praia da comunidade

Figura 18: Igreja da comunidade de Garapuá

Figura 19: “Rua da praia”/ “rua de baixo” - Garapuá

Figura 20: Praia de Garapuá

Figura 21: Foto de satélite do território de Garapuá

Figura 22: Mulheres mariscando em Garapuá

Figura 23: Foto da praia de Moreré

Figura 24: Foto da praia de Garapuá

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Estrutura fundiária Baixo Sul 1995

Tabela 2 – Estrutura fundiária Baixo Sul 2006.

Tabela 3 – Estrutura fundiária Baixo Sul 2017

Tabela 4 – Estrutura fundiária Cairu 1995

Tabela 5 – Estrutura fundiária Cairu 2006

Tabela 6 – Estrutura fundiária Cairu 2017

## LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

AATR	Associação de Advogados dos Trabalhadores Rurais da Bahia
ACM	Antônio Carlos Magalhães
AMAGA	Associação de Moradores e Amigos de Garapuá
APA	Áreas de Proteção Ambiental
BAHIATURSA	Empresa de Turismo da Bahia
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDS	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAP	Conselho de Administração Participativa
CAR	Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
CPP	Comissão Pastoral da Pesca
CRC	Campanha de Revenda e Colonização
EMBRATUR	Empresa Brasileira de Turismo
FUNDAJ	Fundação Joaquim Nabuco
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEMA	Instituto Do Meio Ambiente E Recursos Hídricos
MPP	Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ONG	Organização Não Governamental
PDITS	Plano de Desenvolvimento Integrado de Turismo Sustentável
PFL	Partido da Frente Liberal
PNGC	Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PRODETUR NE	Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTDSS	Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário do Território Baixo Sul da Bahia
SCT	Secretaria de Cultura e Turismo
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresa

SPU	Secretaria de Patrimônio da União
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TAUS	Termo de Autorização de Uso Sustentável
TCU	Tribunal de Contas União
TMD	Teoria Marxista da Dependência

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> -----	<b>14</b>
<b>CAPÍTULO I – O BAIXO SUL DA BAHIA COMO UMA “FRONTEIRA TURÍSTICA”</b> -----	<b>30</b>
1.1. O desenvolvimento da atividade turística no modo de produção capitalista -----	32
1.2. O papel do turismo na realidade de países subdesenvolvidos: um eixo de acumulação e expansão territorial.....	44
Baixo Sul baiano como uma “Fronteira Turística” -----	55
<b>CAPÍTULO II – A QUESTÃO AGRÁRIA NO BAIXO SUL E O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO TERRITÓRIO</b> -----	<b>73</b>
2.1. Algumas considerações sobre dinâmicas agrárias no território do Baixo Sul-----	75
2.2. O desenvolvimento do turismo no litoral nordestino e na Bahia-----	90
2.2.1. Morro de São Paulo: da chegada do turismo no Baixo Sul ao auge do turismo na Bahia.....	102
2.3. Os efeitos do turismo na questão agrária no Baixo Sul: alguns apontamentos a partir de dados oficiais.....	114
<b>CAPÍTULO III – A COMUNIDADE DE GARAPUÁ: O TURISMO COMO COMPONENTE DA QUESTÃO AGRÁRIA DO BAIXO SUL</b> -----	<b>129</b>
31 Vila de Pescadores e turismo Local.....	134
32 O avanço do cercamento de terras e as dinâmicas de expropriação da comunidade -----	152
33 Os conflitos em Garapuá e a luta da comunidade em defesa do território -----	168
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> -----	<b>190</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> -----	<b>197</b>
<b>ANEXOS</b> -----	<b>205</b>
<b>ANEXO A. INSTRUMENTOS DE PESQUISA DE CAMPO</b> -----	<b>205</b>
<b>ANEXO B. TABELAS DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA DOS MUNICÍPIOS DO BAIXO SUL (CENSO AGROPECUÁRIO 1995/2006/2017 – IBGE)</b> -----	<b>206</b>
<b>1. ARATUÍPE</b>	



2. CAMAMU
3. GANDU
4. IBIRAPITANGA
5. IGRAPIÚNA
6. ITUBERÁ
7. JAGUARIPE
8. NILO PEÇANHA
9. PIRAI DO NORTE
10. PRESIDENTE TANCREDO NEVES
11. TAPEROÁ
12. TEOLÂNDIA
13. VALENÇA
14. WENCESLAU GUIMARÃES

## INTRODUÇÃO

O ponto de partida que orientou a construção do presente trabalho consiste no desafio de compreender as interfaces existentes entre um conjunto de problemas e questões identificados na literatura, sobretudo de inspiração marxista, como pertinentes à questão agrária e o desenvolvimento do turismo, tendo como referência um contexto territorial específico, no caso, o Baixo Sul da Bahia. O interesse por pesquisar o Baixo Sul e as temáticas que versam sobre a posse, o uso e a propriedade de terra no sistema capitalista nos levou a reconhecer um processo, que inicialmente não era objeto de estudo: a consolidação nos últimos trinta anos do turismo como um dos principais fenômenos na produção do espaço nessa região da Bahia. O turismo, portanto, foi deixando de se constituir como um pano de fundo das problemáticas de pesquisa para ocupar um lugar central, à medida que íamos perseguindo os rastros de suas inúmeras expressões no território estudado.

O desafio desta pesquisa passou a envolver, portanto, a construção de um objeto de estudo capaz de incorporar interesses e acúmulos que vinham fazendo parte do meu processo formativo, pelo menos até a primeira fase do Mestrado no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)<sup>1</sup>. Envolvida através de trabalhos acadêmicos e de assessoria política com movimentos sociais rurais na Bahia, principalmente na região do Recôncavo baiano, fui posteriormente me acercando do campo de pesquisa desta dissertação com o intuito inicial de estudar a atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra no Baixo Sul. Dessa maneira, as preocupações em torno da estrutura fundiária, das formas de ocupação do território, da mobilização coletiva nessa região, foram fazendo com que eu me deparasse com uma problemática até então distante dos meus primeiros questionamentos relacionados ao Baixo Sul, a saber: o papel que o turismo vem ocupando nesse território como um dos principais agentes de transformação desta configuração socioespacial.

Nessa perspectiva, o turismo foi se desenhando como um fenômeno que se relacionava diretamente com a questão agrária do Baixo Sul, mas com a particularidade de se tratar de uma problemática agrária que não estava associada, exclusivamente, ao desenvolvimento agrícola propriamente dito. As principais teorizações presentes nesse campo analítico versam,

---

<sup>1</sup> O CPDA/UFRRJ é um programa de pós-graduação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e a primeira fase do mestrado que me refiro foi durante o ano de 2018 em que estive cumprindo a carga horária de disciplinas. Nesse momento, meu projeto para dissertação ainda não tinha sido recortado para pensar turismo e questão agrária.

principalmente, sobre as dinâmicas do mundo rural, as relações sociais e tensões que se estabelecem entre uso, posse e propriedade de terra, não contemplando, pelo menos à primeira vista, uma discussão acerca das configurações da atividade turística e suas interfaces com a questão agrária.

O campo teórico do turismo, aqui referenciado principalmente, através da literatura vinculada à Geografia do Turismo, à Economia Política do Turismo e por meio de um conjunto diversificado de estudos latino-americanos desenvolvidos no campo das Ciências Sociais acessados através de publicações organizadas pela CLACSO<sup>2</sup>, concentrava-se na investigação de como o turismo atua na transformação dos lugares, as relações sociais de trabalho, no universo da produção e como afeta culturalmente os locais onde ele se instala. O Baixo Sul, no entanto, nos demandou o desafio de compreender o papel que o turismo pode ocupar como uma das formas do capitalismo disputar e produzir o espaço rural, particularmente na porção do território que poderíamos identificar como a zona costeira.

A complexidade das dinâmicas que compõem o uso, a posse e as relações sociais associadas à terra e aos territórios no mundo rural contemporâneo, encontra-se presente na região do Baixo Sul da Bahia a partir de muitos processos e sujeitos. A trajetória agrária do Baixo Sul perpassa por uma história de ciclos agrícolas que marcaram a trajetória deste território, tendo como foco culturas específicas, como a mandioca, a seringa e o cacau, envolvendo, também, a exploração de recursos energéticos como o gás natural, o extrativismo de mariscos e peixes, o cultivo e processamento do azeite de dendê, dentre outros. Além desses arranjos econômicos, essa região também é marcada por uma diversidade de sujeitos, projetos e conflitos. Em um determinado momento da história do Baixo Sul, sobretudo através da intervenção do Estado, o turismo passa a se destacar como um dos importantes fenômenos na configuração espacial dessa região, em um processo que estamos chamando de *turistificação da questão agrária*.

Para Cruz (2003) o processo de turistificação dos lugares aconteceria a partir de três agentes (que intervêm de forma separada ou combinada), a saber: os turistas; o mercado e os planejadores territoriais. A perspectiva proposta pela autora contribuiu para que pudéssemos compreender como a questão agrária no Baixo Sul vai sendo atravessada, ao longo do tempo, em diferentes graus e recortes temporais, pela ação combinada desses vetores de turistificação.

---

<sup>2</sup> CLACSO é a sigla que se refere ao Conselho Latino-americano de Ciências Sociais. O campo teórico citado será melhor situado e detalhado ao longo da própria introdução desse trabalho.

O turismo faz conexão com o território estudado de diversas maneiras: como um projeto de desenvolvimento protagonizado pelo Estado; como um fator capaz de desencadear um processo de valorização das terras; como um arranjo de formas socioculturais de ocupação do espaço. Possui também relação com o histórico de implantação das unidades de conservação neste território e com as dinâmicas de ação coletiva das populações locais, dentre outros elementos. Isso faz com que o turismo não se apresente no Baixo Sul apenas como uma atividade econômica, mas sim como um fenômeno de múltiplas dimensões. Nessa perspectiva, a pesquisa tentou empreender uma abordagem em duas escalas: uma no recorte Baixo Sul; outra tomando como foco a comunidade de Garapuá. Através desta estratégia metodológica, que busca articular o local ao territorial, pretendemos colocar em diálogo dinâmicas mais amplas envolvendo a forma como o turismo interpela uma série de questões envolvendo a estrutura fundiária desse território, entre outros aspectos relacionados às expressões assumidas por este fenômeno neste contexto territorial, em um cenário em que a intensificação dos conflitos e de dinâmicas de ação coletiva protagonizadas por determinados grupos de moradores nesta comunidade, evidenciam o que estamos chamando de turistificação da questão agrária.

Do ponto de vista teórico, tomamos como referência um conjunto de estudos desenvolvidos no campo da Economia Política do Turismo, buscando subsidiar uma discussão mais ampla e estrutural do papel da atividade turística nas sociedades capitalistas. Através desse enfoque, é possível apreender a emergência histórica do turismo em sua relação com a mercantilização do lazer e do tempo livre. A noção de “consumo do espaço” contribui, também, para que possamos compreender as múltiplas dimensões envolvidas na construção dos chamados destinos turísticos, em processos que articulam atividades econômicas, relações sociais e dinâmicas culturais, dando origem a esse fenômeno chamado de “indústria turística”. Numa perspectiva mais ampla dos fluxos econômicos que orientam o desenvolvimento do turismo, alguns estudiosos (BIANCHI, 2002; BRITTON, 1982; CORIOLANO, 2006; MOSEDALE, 2011) identificam particularidades na forma com que o turismo se materializa em contextos de países “subdesenvolvidos” ou “periféricos”, como é o caso do litoral do Nordeste brasileiro.

Todavia, as formas de desenvolvimento dessa atividade, bem como os agenciamentos que o turismo mobiliza em um determinado contexto, o colocam como um fenômeno que pode ser materializado de múltiplas formas. Dessa maneira, os aportes teóricos da Geografia do Turismo e das Ciências Sociais nos dão base para pensar a complexidade com que a atividade

turística se apresenta no Baixo Sul e em Garapuá, comunidade localizada no município de Cairu, em um processo que nos propomos a debater mobilizando a ideia de *fronteira turística*.

A menção à fronteira turística presente na tese de doutorado de Porto (2016), em que autor sinaliza que a corrida por terras no Baixo Sul tem no turismo um dos principais arranjos de desenvolvimento, nos serviu de provocação para tentar aprofundar esta expressão metafórica, desde uma perspectiva mais analítica e conceitual. Os estudos desenvolvidos principalmente por José de Souza Martins (2009) e Otávio Velho (2009), que trabalham com as ideias de fronteira agrícola, frente de expansão e frente pioneira, subsidiaram análises e qualificaram nossa mirada, no esforço por compreender os processos através dos quais o turismo interage com o território estudado, atuando como uma das faces contemporâneas do capitalismo, na configuração das dinâmicas socioespaciais. A fronteira turística presente no Baixo Sul, atualmente, configura-se como um espaço de experiências sociais envolvendo transformações, tensões e conflitos relacionados ao uso, posse e propriedade da terra.

Essa noção de fronteira foi mobilizada, destarte, buscando pensar as problemáticas atuais que a comunidade de Garapuá tem vivenciado, em um ambiente marcado pelo avanço da fronteira turística no território do Baixo Sul. Através dela, buscamos estabelecer um elo entre a questão agrária e o desenvolvimento da atividade turística neste território. Assim sendo, elegemos do ponto de vista teórico, situar o campo analítico da questão agrária a partir dos seus principais autores clássicos, que se ocupam em entender a forma como o capitalismo se relaciona com o desenvolvimento agrícola e dos espaços rurais, de forma geral, levando em conta a estrutura fundiária, as transformações tecnológicas e as relações sociais no campo. Contudo, diferentemente da problemática que serve como referência a esse debate clássico, em muitas porções do Baixo Sul e, mais especificamente, em Garapuá, as questões relacionadas à posse, à propriedade e ao uso da terra não guardam uma relação imediata com a questão agrícola. Isso quer dizer que a chave de entrada para esse tipo de análise no nosso recorte de pesquisa, mantém uma forte relação com o desenvolvimento do turismo e com as dinâmicas de valorização da terra direta ou indiretamente associadas a essa atividade e, também, com toda uma série de conflitos que se agudizam à medida que essa fronteira turística avança.

Como iremos discutir ao longo do trabalho, Garapuá tem como característica o uso coletivo da terra e do território pela comunidade. Esse uso compartilhado da terra, das águas e dos recursos naturais assume significados próprios na reprodução de seu modo de vida, que tem encontrado no desenvolvimento do turismo no Baixo Sul um obstáculo para sua continuidade, em função do entesouramento de terras, do cercamento de áreas de uso coletivo, das restrições

impostas por diferentes agentes que reivindicam a propriedade da terra nesta comunidade à ocupação de novas áreas para a construção de moradias, dentre outras questões, o que tem gerado um agravamento das tensões e conflitos nos últimos anos. Dessa maneira, as formas de reação a todas essas pressões vêm adensando os processos de ação coletiva e organização interna, que são um reflexo das disputas associadas à expansão desta fronteira turística. A ideia de fronteira, portanto, encontra-se associada, também, a uma perspectiva de acirramento dos conflitos que se estabelecem entre formas divergentes de ocupação do território nesse momento da história do Baixo Sul e de Garapuá.

Por essa razão, outra chave teórica importante neste debate sobre o processo de turistificação da questão agrária envolve o diálogo com o campo da Sociologia Política, no esforço por analisar as dinâmicas de ação coletiva presentes nesse contexto. Nessa perspectiva, o estudo de caso desenvolvido em Garapuá nos permitiu observar como um processo mais amplo de expansão do turismo no Baixo Sul materializa uma série de transformações nas relações sociais, na estrutura fundiária e nas formas de ocupação do espaço e de utilização dos recursos naturais nessa comunidade. A noção de fronteira turística se apresenta em Garapuá de forma muito concreta, constituindo-se como uma referência importante para pensar o limiar que a entrada do turismo no Baixo Sul impõe, em um ambiente marcado por uma série de tensões entre a população nativa e os agentes empresariais envolvidos nessa atividade. Na perspectiva dos moradores de Garapuá, este processo vem impulsionando dinâmicas de ação coletiva em que se articulam diferentes estratégias e leituras, conformando, assim, um repertório de ação política que busca fazer frente a toda uma problemática relacionada direta ou indiretamente pela presença do turismo no território.

Desse modo, o objetivo da pesquisa consiste, numa perspectiva geral, em entender, com especial atenção ao caso de Garapuá como o turismo influencia as formas de apropriação do território e a conformação da posse, uso e propriedade da terra no Baixo Sul, em poucas palavras, como no Baixo Sul o turismo emerge como um dos componentes da questão agrária da região. Sendo assim, mais especificamente, temos também por objetivo i) compreender de maneira mais concreta como a dinâmica do turismo altera a valorização de terras em Garapuá e engendra processos de expropriação e ii) de que maneira essa problemática vem sendo vivenciada e percebida pelos moradores, potencializando a emergência de repertórios de ação coletiva nessa comunidade em defesa do seu território.

Ao nomear a região do Baixo Sul como território, estamos partindo primeiramente da divisão feita pelo Estado da Bahia para os chamados “territórios de identidade”. Dessa forma,

iremos ao longo do trabalho nos referir ao Baixo Sul a partir dos termos “região” ou “território” sem, necessariamente, estar nos filiando conceitualmente às discussões que esses dois termos abrigam, sobretudo no campo da Geografia. Contudo, não desconhecemos, tampouco discordamos, do debate travado por Almeida (2008), que problematiza utilização política e institucional por parte do Estado do conceito de território, como forma de aparato burocrático que volta a priorizar divisões de caráter natural/ biomas e ecossistemas para organizar projetos e iniciativas de desenvolvimento econômico que, muitas vezes, contribuem para flexibilizar as normativas jurídicas e os direitos territoriais dos povos e comunidades tradicionais. Por isso, esse autor procura se afastar das diferenciações clássicas entre terra e território, para falar em “processos de territorialização”.<sup>3</sup>

Pensar, portanto, como as dinâmicas agrárias vão sendo tecidas ao longo da história do Baixo Sul, guarda relação, neste trabalho à ideia de território desenvolvida por Rolnik (1992), que parte de uma noção que agrega ao conceito de território a ideia de subjetividade. A autora estabelece, com isso, uma diferenciação entre as noções de espaço e território, a saber: “não existe um território sem um sujeito e pode existir um espaço independente do sujeito”<sup>4</sup>. Nesse sentido, a ideia de território pode ser mobilizada, segundo Santos (1999), enquanto objeto de estudo, através de uma noção que ele identifica como “território usado”, isto é, o resultado da interação do espaço físico com ação humana. O território do Baixo Sul, assim, segundo essa perspectiva analítica, compreende um amálgama da sua estrutura objetiva de espaço com as características culturais que dizem respeito a sua identidade.

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o *território usado*, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. O território em si não é uma categoria de análise em disciplinas históricas, como a Geografia. É o território usado que é uma categoria de análise. (SANTOS, 1999, p. 8).

5

---

<sup>3</sup> Para Alfredo Wagner Almeida (2008) o contexto que pode ser transitório ou histórico no uso de certos recursos naturais e, mesmo da terra, coloca a ideia de processos de territorialização como uma referência capaz de levar em conta as dinâmicas específicas das formas de vida da comunidade como instrumento de garantir direitos territoriais.<sup>4</sup> Raquel Rolnik, arquiteta e urbanista, complementa ainda na sequência dessa ideia dizendo que o espaço do mapa dos urbanistas é o espaço; e o espaço real vivido que é o território. (Rolnik 1992, apud Silva, 2013).

<sup>5</sup> Nesse ponto, é também importante salientar que no artigo citado (*O dinheiro e o território*) Milton Santos analisa o papel que o dinheiro passa a assumir na dinâmica de um território globalizado. Desse modo, a “ditadura do dinheiro” exerce uma influência que faz com que escape o conteúdo do território, ou seja, ao analisar o momento globalizado do sistema capitalista ele também complexifica a leitura da ideia de território recortada nessa citação.

Nessa perspectiva, Argolo e Bomfim (2011) atentam que pensar o espaço produzido pelo turismo não se limita a captar os reflexos dessa atividade somente do ponto de vista econômico, mas também o entrelaçamento de muitas das tendências dessa atividade com a organização social previamente existente. Assim sendo, olhando para diferentes processos e agentes no Baixo Sul, e entendendo que o turismo ali desenvolvido se localiza em um contexto de capitalismo periférico, envolvendo um projeto de desenvolvimento para o litoral nordestino, concordamos com a ideia de que “espaço não pode ser um reflexo do modo de produção atual, mas um reflexo dos modos de produção passados” (SANTOS, 1986, apud, ARGOLO e BOMFIM, 2011). Desse modo, o espaço produzido pelo turismo é plural e se expressa de formas diferentes no território. Os processos de desenvolvimento do turismo na região do Baixo Sul, bem como, os conflitos que tal processo vem gerando nas formas de apropriação do espaço são, assim, as chaves que orientam desenrolar das nossas análises ao longo desse estudo.

## **O Baixo Sul da Bahia**

A região do Baixo Sul da Bahia, cuja denominação corresponde a um dos territórios de identidade estabelecidos pelo governo do estado da Bahia em 2003, está composta por 15 municípios (Aratuípe, Cairu, Camamu, Gandu, Ibirapitanga, Igrapiúna, Ituberá, Jaguaripe, Nilo Peçanha, Pirai do Norte, Presidente Tancredo Neves, Taperoá, Teolândia, Wenceslau Guimarães, Valença). No conjunto desses municípios, sete deles estão situados na porção costeira do Baixo Sul, remetendo, assim, à primeira importante definição a ser feita sobre o desenho geográfico desse território: uma parte dele está localizada na região da costa e a outra metade, na porção continental (margeando a BA-001). Em termos de bioma, o Baixo Sul, sinteticamente, corresponde, assim, a uma faixa litorânea do estado da Bahia, em uma área de domínio do bioma Mata Atlântica. O território abrange uma área de 7.168,10 Km<sup>2</sup> e, segundo o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, tem a metade da sua população (336.624 habitantes) residente em áreas rurais. Seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)médio é de 0,63 e contabiliza os números de 22.048 agricultores familiares; 1.412 famílias assentadas; 39 Comunidades quilombolas e 1 terra indígena. <sup>6</sup> Abaixo, o mapa ilustra o posicionamento do Baixo Sul em relação ao Estado da Bahia, bem como, as delimitações dos municípios que compõem esse território.

---

<sup>6</sup> Fonte: Sistema de Informações Territoriais (<http://sit.mda.gov.br>). Acesso em: julho de 2020.





Figura 1: Mapa do Baixo Sul, com divisão dos municípios. Fonte: CIPRA Baixo Sul, 2020.<sup>7</sup>

Entre os municípios pertencentes a esse território de identidade, o Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário do Território Baixo Sul da Bahia (PTDSS) de 2018, identifica quatro municípios inseridos efetivamente na dinâmica econômica do turismo, a saber: Valença, Cairu, Camamu, Ituberá. Contudo, essa atividade afeta em graus diferenciados todo território. Assim sendo, além dessa divisão em “território de identidade”, outra divisão do Estado da Bahia, feita pela Secretaria de Turismo, define a região turística, que agrega os municípios do Baixo Sul, como “Costa do Dendê”.<sup>8</sup>

<sup>7</sup> A CIPRA surgiu como iniciativa em 2020, desenvolvida no contexto da pandemia de Covid-19, da estruturação de um consórcio envolvendo alguns municípios do Baixo Sul (Taperoá, Ituberá, Cairu, Nilo Peçanha, Igrapiúna e Camamu). Essa articulação foi apoiada pelo governo do Estado, no intuito de criar uma Unidade de Referência Microrregional de atendimentos aos pacientes de COVID 19. Disponível em: <<http://www.ciapra.ba.gov.br/projetos>> Acesso em: novembro, 2020.

<sup>8</sup> A Costa do Dendê, além dos sete municípios costeiros do Baixo Sul também inclui o município de Maraú, que já fez parte do território entendido por Baixo Sul, mas que hoje se integra ao território do Sul do Estado da Bahia.

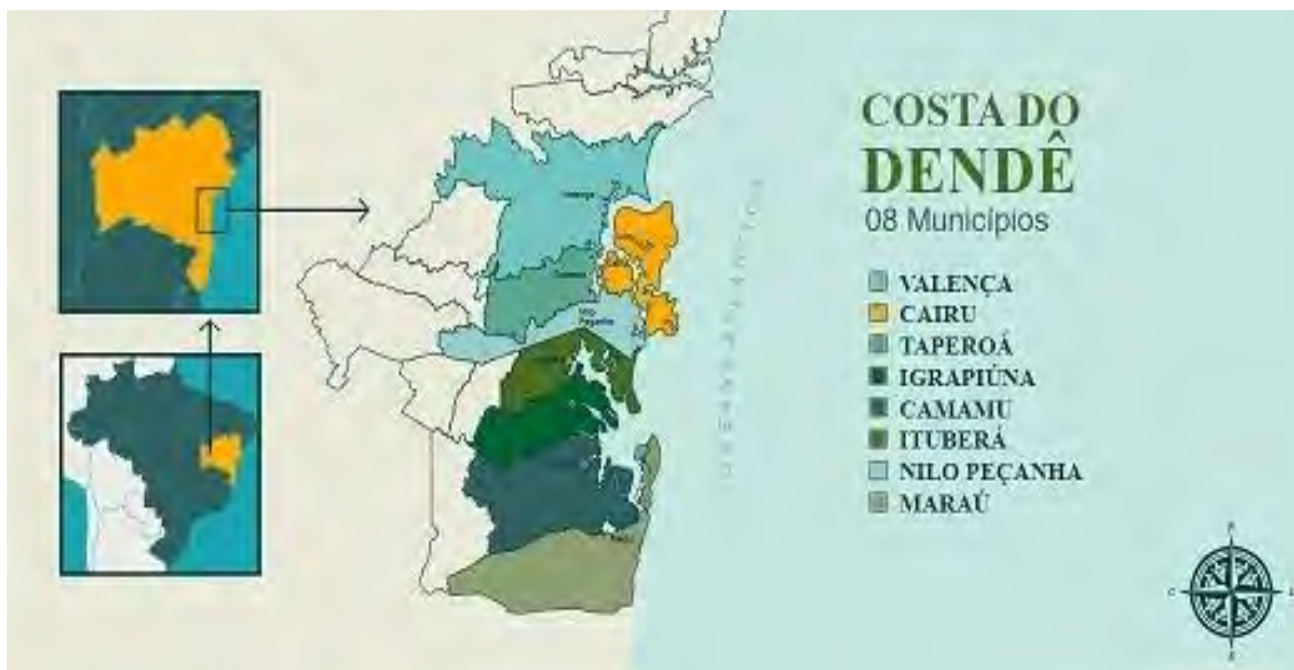


Figura 2: Mapa da Costa do Dendê dividido por municípios. Fonte: CIPRA Baixo Sul, 2020.

Dessa forma, dentre as dinâmicas do turismo que passam a ser implementadas no Baixo Sul de maneira mais contundente a partir da década de 1990<sup>9</sup>, o município de Cairu se destaca como porta de entrada do turismo na região, figurando também como o município que mais recebeu investimentos estatais nas décadas de 1990 e 2000 neste território. Isso ocorreu porque a comunidade Morro de São Paulo<sup>10</sup>, que pertence à Cairu, transformou-se nesse período em um dos principais destinos turísticos da Bahia. Cairu, dessa forma, apresenta-se, juntamente com Salvador e Porto Seguro, entre os municípios de maior fluxo turístico e onde se concentra uma parte significativa dos investimentos nessa atividade. É também onde se localiza a comunidade do estudo de caso dessa pesquisa – Garapuá – e o local que nos detivemos a analisar o avanço do que iremos discutir no trabalho como “fronteira turística do Baixo Sul”. No mapa a seguir pode-se observar o posicionamento de Cairu em relação ao território do Baixo Sul, bem como, as delimitações do município e suas principais localidades.

<sup>9</sup> Como discutiremos ao longo do trabalho, a partir de década de 1990 se instaura o turismo como política de desenvolvimento do Estado, através do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR-NE).

<sup>10</sup> Os processos de chegada e de desenvolvimento do turismo em Morro de São Paulo serão debatidos ao longo do segundo capítulo como um elemento importante para a compreensão desse fenômeno no território do Baixo Sul nos dias de hoje.

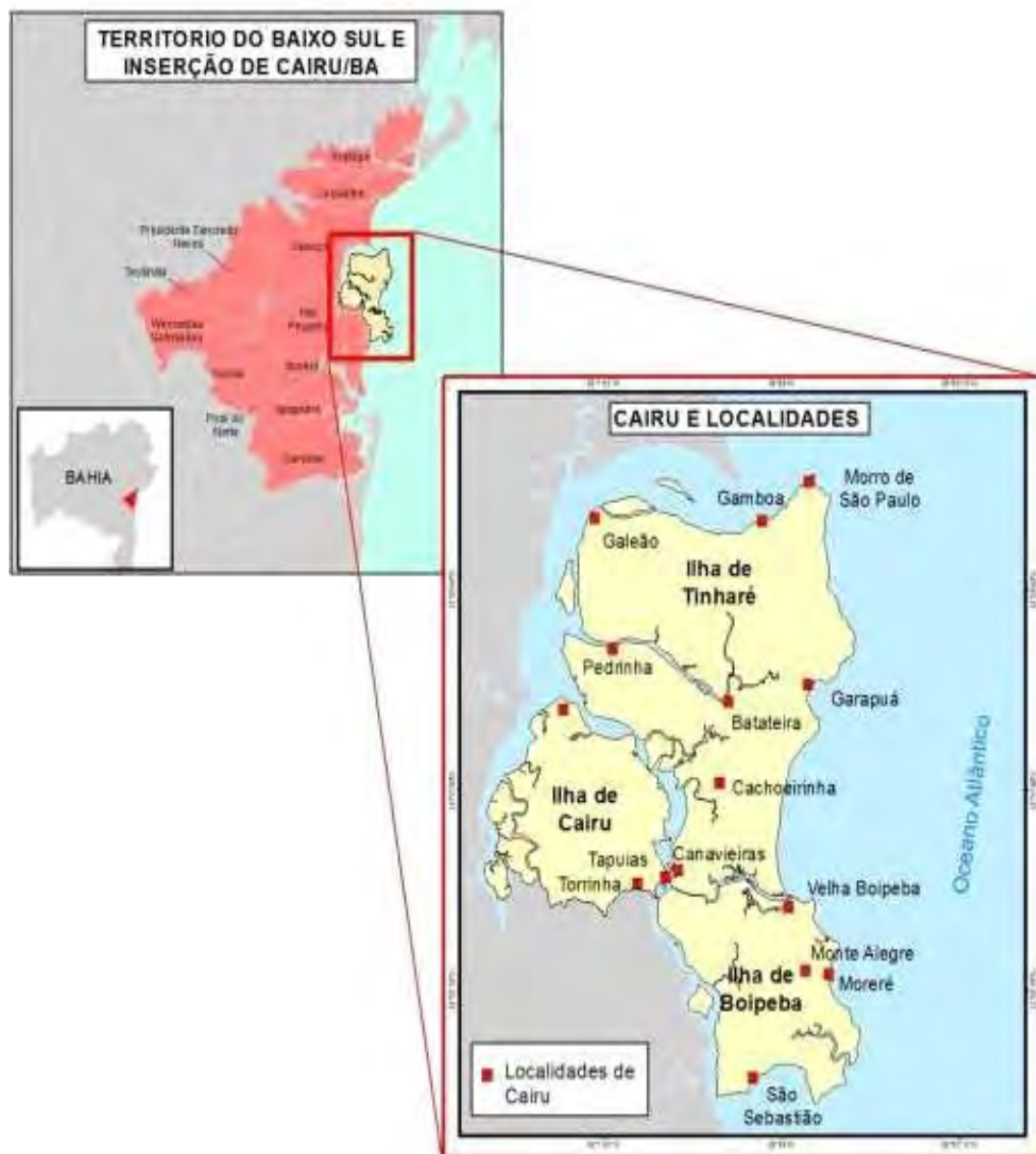


Figura 3: O território do Baixo Sul observado no primeiro mapa destacado em vermelho. Desse mapa se destaca e se amplia um segundo mapa – uma parte da região litorânea do Baixo Sul e onde se situa o campo empírico de pesquisa – o recorte dos limites do município arquipélago de Cairu (onde estão uns dos principais destinos turísticos da região e do estado da Bahia). Fonte IBGE 2010.

## Metodologia

Os caminhos metodológicos deste trabalho atravessam, antes de mais nada, os interesses que foram me levando a adentrar a região do Baixo Sul. O objeto de pesquisa desta dissertação, centrado na ideia da configuração da questão agrária pelo turismo, foi emergindo só depois que eu já havia feito uma primeira exploração na região, na época, disposta a trabalhar com questões que envolviam o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A partir de articulações políticas que fui construindo nos últimos anos que antecederam o ingresso no mestrado, fui me acercando do Baixo Sul e de algumas das problemáticas presentes em seu “mundo rural”, através das interações estabelecidas com o MST no estado da Bahia. Esse trabalho de pesquisa, portanto, é o resultado de diferentes investidas na construção objetos e problemáticas durante esse tempo do mestrado. A necessidade conjuntural-política de recortar com cuidado as questões de pesquisa e o objeto de análise naquele primeiro projeto me fez, um ano depois de ingressar no mestrado, adentrar meu universo de pesquisa a partir de duas chaves: a primeira, a partir do *campo teórico* em que eu buscava apoiar minhas reflexões, a Questão Agrária; a outra, através de um olhar mais focado ao meu *universo empírico* de investigação, a partir de uma pesquisa exploratória envolvendo a organização do MST na sua regional do Baixo Sul da Bahia. A partir dessas duas entradas, no esforço por delimitar uma problemática de pesquisa para o mestrado, o interesse relacionado à Questão Agrária e ao Baixo Sul baiano me levou a eleger um outro fenômeno como foco de investigação, a medida em que foi se revelando sua importância na configuração socioespacial deste território: o turismo.

Vale destacar que meu processo de inserção no campo de pesquisa se dá, inicialmente, através da articulação via assessoria com o setor de educação do MST do Baixo, mas que ao longo da pesquisa foi se modificando e apresentando novos agentes e interlocuções no território. O contato estabelecido com Comissão Pastoral de Pesca (CPP) da região e com advogados da Associação de Advogados dos Trabalhadores Rurais (AATR) foram o ponto inicial para aproximação com comunidades, movimentos, lideranças do Baixo Sul, que foram revelando o papel ocupado pelo turismo com relação às minhas primeiras perguntas de pesquisa, a saber os processos de ocupação e uso da terra; os conflitos entre projetos e agentes nesse território e os repertórios de luta coletiva que vinham emergindo e se consolidando nessa região da Bahia.

Diante disso, a importância recente que o turismo passa a ter nos meus interesses e estudos, foi sendo construída a partir da imersão no próprio recorte espaço-temporal da pesquisa. De maneira que, a ideia de olhar para o papel do turismo dentro das dinâmicas socioespaciais da comunidade de Garapuá, é o resultado de muitos meses de estudos, discussões e do próprio

trabalho de campo. Metodologicamente, o estudo pretende estabelecer um recorte analítico articulando dois pontos de observação ou escalas diferentes, relacionando as dinâmicas assumidas pela fronteira turística no Baixo Sul, em geral, ao estudo de caso desenvolvido em Garapuá. Essas escolhas que foram sendo feitas à medida que o objeto de pesquisa ia sendo construído, nos demandaram, também, um diálogo entre diferentes perspectivas analíticas contemplando, a saber: um debate mais estrutural do *fenômeno do turismo* em nível internacional, na América Latina e no Nordeste brasileiro, que será apresentado na primeira parte do trabalho, análises que foram informadas por abordagens desenvolvidas no campo da Economia Política do Turismo, da Geografia do Turismo e da Sociologia Rural. Elementos relacionados a este último campo disciplinar subsidiaram, também, nossa leitura acerca das dinâmicas fundiárias e territoriais existentes em nossa região de pesquisa, sendo que *o paradigma da questão agrária* (pensar a estrutura fundiária; os usos do território; a ideia de fronteira) serviu de referência para que eu pudesse discutir as interfaces estabelecidas entre a problemática do turismo e a questão agrária neste contexto de investigação.

Para além dessa mirada mais ampla e estrutural através da qual procuramos entender o funcionamento da atividade turística, o trabalho incorpora, também, outros enquadramentos analíticos de dimensão mais teórica: (i) uma perspectiva historiográfica, a partir da revisão de literatura de alguns estudos realizados na região, remetendo ao passado agrário do Baixo Sul; e, (ii) uma análise do contexto empírico de Garapuá através das contribuições oriundas do campo da Sociologia Política visando pensar, ao final da discussão, sobre como o avanço da fronteira turística vem incidindo nessa comunidade e se desdobrando em determinadas formas compartilhadas de interpretação e ação coletiva protagonizadas pelos moradores. Dessa forma, pontuo aqui brevemente o que considero como sendo os pilares teóricos do trabalho, por entender que falar em metodologia não se limita apenas a elencar um conjunto de procedimentos práticos da investigação em si, mas, também, apresentar as lentes e aportes que elegemos como forma de iluminar as perguntas e os objetivos que dão corpo ao trabalho.

Nessa perspectiva, a primeira referência metodológica que dá sustentação para a pesquisa é o fato de se tratar de uma pesquisa inscrita nas chamadas metodologias qualitativas, sendo que a observação participante *in loco* foi um dos traços principais. Assim sendo, realizei duas inserções de campo no Baixo Sul para realizar esse trabalho, uma mais longa (durante os meses de agosto e setembro de 2019) e uma mais curta (no mês de janeiro de 2020). Na primeira etapa do trabalho de campo realizei visitas nas cidades de Valença, Taperoá e Cairu. Nesse momento, pude me acercar de *interlocutores institucionais* (Secretaria de Turismo de Cairu;

INEMA; Conselho Gestor da APA Tinharé/Boipeba); *interlocutores nativos* (a população local; moradores antigos; associações locais; investidores no setor do turismo; advogados que trabalham com conflitos na região; professores de instituições de ensino da região; os próprios turistas), durante os dias que passei em Garapuá e em Morro de São Paulo.<sup>11</sup> Por fim, tiveram contribuição também importante para a pesquisa, sobretudo para que eu pudesse me situar nos locais investigados, abrindo portas e possíveis diálogos em um contexto que cheguei sem nenhuma referência ou contatos prévios, os meus primeiros entrevistados – ainda no verão de 2019 – identificados, aqui, como *interlocutores políticos* (das organizações que pude dar o pontapé para chegar no contexto de pesquisa propriamente dito: CPP; MPP; AATR<sup>12</sup>).<sup>13</sup>

As principais técnicas empregadas para o trabalho de campo foram a observação participante nas comunidades de Morro de São e Garapuá, bem como a realização de entrevistas semiestruturadas com interlocutores específicos, algumas delas realizadas em grupo em espaços de organização comunitária. Em Garapuá, além do período de maior inserção de campo, depois do processo de qualificação do trabalho no final do ano de 2019, que gerou a demanda de amarrar algumas questões dessa comunidade, voltei a fazer novas entrevistas e observação participante durante o mês de janeiro de 2020. Além disso, durante os meses seguintes a essa última visita de campo, estive em contato por meio digital com alguns interlocutores de pesquisa, tentando qualificar informações e me mantendo atualizada dos processos conflituos que têm sido vivenciados pela comunidade de Garapuá. Essas conversas por telefone e mensagens são parte integrante dos materiais que subsidiaram a construção deste trabalho.

Juntamente ao trabalho de campo, o esforço de revisão de literatura envolvendo diferentes estudos relacionados ao passado agrário do Baixo Sul, cumpriu metodologicamente a intenção de situar o contexto histórico da região, afim de caracterizar o turismo enquanto um fenômeno forjado a partir das condições objetivas de um ciclo histórico, que tem como ponto de inflexão importante a década de 1990. Com isso, segundo as bases do materialismo histórico, pretendemos não esterilizar o turismo das múltiplas camadas espaço-temporais que lhe dão sustentação, mas, antes, entendê-lo no seu contexto de surgimento – os países industriais na

---

<sup>11</sup> Além da região do Baixo Sul, tanto na interlocução institucional, quanto entre os nativos, realizei entrevistas também em Salvador, na Secretaria de Turismo do Estado da Bahia e na casa de uma ex-moradora de Morro de São Paulo.

<sup>12</sup> Conselho Pastoral da Pesca; Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais; Associação de Advogados dos Trabalhadores Rurais da Bahia.

<sup>13</sup> O conjunto das entrevistas, reuniões e demais técnicas empregadas na pesquisa de campo estarão detalhadas e elencadas no ANEXO A ao final do trabalho.

sociedade capitalista – bem como seu processo de consolidação na região estudada – a partir do planejamento estatal voltado ao desenvolvimento do turismo no litoral nordestino.

Por fim, cabe mencionar como componentes importantes deste esforço de investigação: a pesquisa em fontes secundárias envolvendo o acesso a sítios eletrônicos institucionais; a análise de documentos produzidos pela Prefeitura de Cairu; a sistematização e interpretação de informações fornecidas pela Secretaria de Turismo do Estado da Bahia; a leitura atenta de notas e cartas produzidas pelas organizações populares e movimentos sociais do Baixo Sul; a organização e análise das informações obtidas junto aos bancos de dados do IBGE e do INCRA. O desenho metodológico, nessa perspectiva, tem a ver com um dos traços essenciais que cunhou Becker (1993) sobre as pesquisas do tipo sociológico, em que um método em si mesmo consiste na utilização, de forma articulada, de pesquisas e materiais públicos disponíveis. Nesse ponto, a mirada sobre a estrutura fundiária e o turismo, que buscamos empreender com os dados disponíveis, não é simples, nem óbvia. Isso porque, em função da própria forma como esses dados são produzidos, nesse caso específico pelo IBGE e pelo INCRA, a leitura da estrutura fundiária existente em um determinado município é lida a partir da noção de estabelecimento agrícola (no Censo Agropecuário do IBGE) ou com base na categoria de imóvel rural (no Cadastro do INCRA). Ou seja, não há um dado que mostre a organização fundiária em sua relação com os espaços ocupados pelo turismo. Ainda assim, o esforço em agrupar alguns dados do IBGE, a partir dos Censos Agropecuários, e qualificar as informações que não estavam disponíveis nesses dados através dos cadastros de imóveis rurais do INCRA possibilitou, ao fim, alguns elementos profícuos para pensar nossas questões de pesquisa.

Assim sendo, a perspectiva epistemológica da construção do objeto de pesquisa perpassa por uma concepção marxista de análise da realidade a partir das dinâmicas do capitalismo na região estudada. Isso foi se revelando no devir que o próprio processo de investigação foi depurando ao longo do período da pesquisa e nas formulações analíticas, com atenção, sobretudo, ao processo de construção da fronteira do turismo no Baixo Sul e como isso implica na vida dos sujeitos que ali estão, suas formas de vida, as relações sociais e a luta pela transformação da sua realidade. Nessa perspectiva, o foco para pensar os conflitos vivenciados pela comunidade de Garapuá também tem implicações metodológicas no que diz respeito à eleição de uma categoria – o conflito – que possibilita a busca de uma relação dialética entre teoria e prática. Além disso, o lugar de tensão de fronteira turística do Baixo Sul ou da disputa territorial de Garapuá, desvela a ação dos atores sociais a partir de uma realidade concreta, bem

como, à eleição metodológica da *práxis* enquanto atividade reveladora de exame do mundo social (VÁZQUEZ, 2007)

## **Organização da dissertação**

Estruturamos esta dissertação em três capítulos, buscando construir uma análise que pretende partir de problematizações mais gerais e teóricas, até chegar a dimensões empíricas mais específicas. Dessa maneira, o estudo de caso da comunidade de Garapuá é apresentado no último capítulo.

O primeiro capítulo se concentra em discutir questões de natureza mais estrutural, buscando pensar o funcionamento do turismo no contexto do capitalismo, descrevendo também os caminhos de reflexão a partir dos quais chegamos à ideia do Baixo Sul como “fronteira turística”. Nessa perspectiva, nos acercamos do tema do turismo a partir da análise da Economia Política do Turismo, buscando compreender a forma como esse fenômeno emerge e se sustenta no sistema capitalista, bem como, as particularidades desse processo no contexto dos países subdesenvolvidos, tendo por referência a ideia de que o capitalismo dependente, projetado em países como os da América Latina, outras formas de agenciamento das atividades socioeconômicas. O turismo, então, no contexto de países como o Brasil, funcionaria, segundo essas análises, como um eixo de acumulação do capital e uma forma de expropriação dos territórios direta ou indiretamente capturados por essa atividade. Dessa forma, nesse capítulo também buscamos analisar as possíveis interfaces que essa atividade estabelece com a posse, a propriedade e as formas de uso da terra, numa tentativa de fundamentar teoricamente e empiricamente o porquê o Baixo Sul se constituir como uma “fronteira turística”.

No segundo capítulo, empreendemos o esforço de colocar em diálogo o papel do turismo na configuração da questão agrária na região. Dessa forma, trouxemos de uma breve contextualização histórica do passado agrário do Baixo Sul, a partir dos principais arranjos e processos que incidiram e incidem sobre a questão agrária, até chegarmos ao final da década de 1980, com o fim do ciclo cacaueteiro na região e a emergência do turismo como aposta de desenvolvimento territorial inscrita no planejamento estatal. Além disso, analisamos o projeto de desenvolvimento que o Estado articula para o litoral nordestino, discutindo o contexto de implementação do chamado PRODETUR NE, e como a implantação desta política pública se materializa, especificamente, na Bahia. A entrada do turismo no Baixo Sul, por sua vez, é



apresentada neste trabalho através de uma contextualização do processo ocorrido em Morro de São Paulo. Nesse capítulo nos propusemos a apresentar uma análise de dados relacionados à estrutura fundiária e formas de utilização da terra no Território do no Baixo Sul e no município de Cairu, buscando identificar, a partir da análise dos dados compilados pelo INCRA e pelo IBGE, algumas pistas acerca das conexões que o turismo estabelece neste território com a questão agrária.

O terceiro e último capítulo tem como foco o estudo de caso em Garapuá, e busca entender o papel que o turismo tem exercido na composição da questão agrária nesta comunidade, em uma trajetória que envolve: o avanço dos cercamentos e a concentração da posse e uso das terras; os processos de expropriação e violação de direitos denunciados pela comunidade nos últimos tempos; os conflitos daí decorrentes. Apresentamos alguns aspectos gerais da comunidade de Garapuá, entre eles, a sua estruturação como uma vila de pescadores e as dinâmicas do turismo local. Dessa maneira, está presente nesse capítulo as reflexões quanto às questões fundiárias, debatendo as mudanças que estão acontecendo quanto aos usos de áreas comuns, bem como os cercamentos vividos pela população, que se vê crescentemente confinada a uma porção cada vez mais reduzida do território. Por fim, buscamos descrever e analisar as dinâmicas de ação coletiva que estão sendo engendradas em Garapuá, tomando como foco as mudanças ocorridas nos repertórios de ação nos últimos anos, aglutinando um conjunto heterogêneo de estratégias para defesa do território pela comunidade.

Ao longo do trabalho apresentamos, ainda, em forma de box, algumas questões que, ou complementam as discussões apresentadas, ou se fazem importantes de serem pontuadas, ainda que não tenhamos tido condições de abordá-las em toda a sua profundidade. Organizamos quatro boxes específicos que buscam apresentar: (i) o trabalho de observação participante desenvolvido em Morro de São Paulo; (ii) uma breve caracterização dos conflitos vivenciados na comunidade de Cova da Onça, envolvendo uma comunidade tradicional e um megaempreendimento turístico; (iii) apontamentos sobre o derramamento de óleo nas praias do litoral nordestino, que afetou fortemente a região de Cairu; (iv) sinalização de um conflito atual entre a prefeitura de Cairu e Superintendência do Patrimônio da União na Bahia quanto à administração do território costeiro; (v) um conjunto preliminar de informações sobre o processo de certificação quilombola da comunidade de Garapuá, que chegaram ao nosso conhecimento já no momento de finalização da escrita deste trabalho.

## **CAPÍTULO I**

### **O BAIXO SUL DA BAHIA COMO UMA “FRONTEIRA TURÍSTICA”**

A ideia de desenvolver uma análise sobre a turistificação da questão agrária no território de identidade do Baixo Sul da Bahia, tem como base pesquisas empreendidas por diferentes autores nesta região, que revelaram como o turismo vem assumindo certo protagonismo nas dinâmicas socioeconômicas e como um fenômeno capaz de potencializar processos de apropriação e consumo deste espaço. Nessa perspectiva, nos pareceu de curiosa pertinência perseguir a ideia ensejada pelo trabalho de Porto (2016), que indicava que alguns dos arranjos turísticos presentes no Baixo Sul vêm estimulando, nos últimos anos, uma intensa busca por terras nessa região, o que metaforiza o autor como “Fronteira Turística”. Tal ideia, portanto, aponta o Baixo Sul como uma região em que o processo de expansão e exploração capitalista – na sua porção litorânea – vem se dando, sobretudo a partir dos anos 1990, através da territorialização da atividade turística, sobretudo na porção costeira desta região.

Dessa forma, o turismo enquanto atividade econômica moderna, emerge no contexto do capitalismo, sobretudo no pós-guerra, como uma forma de mercantilização do tempo livre e de consumo do espaço em função das viagens de lazer. Tal atividade, articula uma teia longa de processos e problemáticas em sua implementação e desenvolvimento, e uma das características desse amálgama heterogêneo de práticas e processos associados ao turismo, sobretudo em países subdesenvolvidos, é a apropriação do espaço e a composição de arranjos socioeconômicos e culturais em torno de um conjunto diversificado de atividades. A partir daí, percebemos que uma interface passível de análise sobre o turismo em determinadas realidades é a forma como a presença deste fenômeno atravessa as configurações de uso, propriedade e disputas de terras, isto é, a questão agrária. Nesse sentido, no contexto da comunidade que elegemos como foco empírico de pesquisa, Garapuá (na Ilha de Tinharé), a problemática fundiária hoje latente nesse local parece trazer elementos para pensar a complexa relação que certos arranjos relacionados ao turismo estabelecem com a questão agrária.

Assim sendo, a ideia de “fronteira turística”, entendida como uma região de avanço para a exploração e o desenvolvimento do turismo no Baixo Sul, informa as discussões presentes neste trabalho, que busca analisar a dinâmica de instalação do turismo no Nordeste e na região estudada. No recorte do estudo de caso desenvolvido na comunidade de Garapuá, por sua vez, as dinâmicas de territorialização do turismo nesta localidade ensejam uma realidade correspondente, no nosso entendimento, à ideia de “fronteira”. Trata-se, como discutiremos ao

longo do texto, de um local que convive com as contradições engendradas a partir do desenvolvimento da atividade turística, segundo uma perspectiva de “fronteira de exploração”, na lógica de avanço do capitalismo nos territórios.

Nesse primeiro capítulo, portanto, buscaremos apresentar na primeira seção uma discussão teórica acerca do objeto turismo, lançando mão de uma abordagem interdisciplinar ancorada na Sociologia, na Geografia e na Economia Política sobre o desenvolvimento do turismo na sociedade capitalista, dando foco principalmente em dois aspectos: i) a ideia de mercantilização da experiência e ii) o papel desempenhado pelo turismo no consumo e produção do espaço. Essa perspectiva teórica tem por objetivo pavimentar um entendimento mais amplo do funcionamento dessa atividade, no intuito de subsidiar uma interpretação das problemáticas estruturantes da atividade turística, igualmente presentes na trama que envolve esse fenômeno no Baixo Sul. Assim sendo, esse enquadramento mais geral sobre o turismo – as dinâmicas que estruturam essa atividade no sistema capitalista de produção – permitirá organizar uma discussão preambular, que antecede a análise do turismo, em sua face hegemônica, na trajetória do Baixo Sul.

A partir desse ponto, procuramos analisar na seção seguinte, como a atividade turística se apresenta em contexto de países subdesenvolvidos, que estão posicionados no sistema-mundo desde um lugar de dependência econômica e política. A formação histórica de dependência de países periféricos na relação com os centros de poder, reserva, assim, diversas particularidades na forma como são vivenciados os processos econômicos nesses países, e com a atividade turística não é diferente. Por essa razão, buscando adentrar em um contexto latino-americano, discutiremos como o turismo se articula nessa realidade com uma série de questões relacionadas às dinâmicas de apropriação territorial. Nesse ponto, introduziremos alguns aspectos do campo analítico da questão agrária, buscando refletir sobre como o turismo afeta as relações sociais que se organizam em torno da terra, numa dinâmica de acumulação capitalista.

E por fim, na última seção, adentramos no tema do Baixo Sul enquanto “fronteira turística”, buscando aportes teóricos para pensar teórica e metodologicamente o conceito de fronteira e, com isso, começar a contextualizar a região pesquisada. Portanto, compreendendo que o conceito de fronteira, recrutado a partir de estudos clássicos brasileiros relacionados à expansão da fronteira agrícola, pode propor interseções e referências teóricas profícuas para a análise dessa atividade no Baixo Sul da Bahia. Não obstante, entendendo que o nosso contexto de pesquisa desafia as percepções enrijecidas acerca da questão agrária, chamamos atenção para

as especificidades das questões sobre as zonas costeiras, compreendendo, que um olhar lançado para as especificidades desse tipo de território amplia e complexifica um debate sobre terra/ território/ ruralidade. Desse modo, o adendo que busca refletir sobre as nuances das áreas costeiras, se faz necessário para contextualizar, em sua diferença, as problemáticas agrárias em curso no nosso contexto empírico de estudo. Entendemos, assim, que paradigmaticamente o campo teórico da Questão Agrária auxilia uma leitura mais ampla das questões fundiárias e das relações sociais tecidas no Baixo Sul. Não obstante, é preciso considerar que comunidade de Garapuá configura-se como uma comunidade costeira, com a singularidade que esse tipo de território apresenta nas suas formas de ocupação e possibilidades de uso, bem como na conformação de certos tipos de conflito.

### **1.1 O desenvolvimento da atividade turística no modo de produção capitalista: um olhar desde a Economia Política do Turismo**

Diversos enquadramentos analíticos podem ser mobilizados para estudar o tema do turismo, passando por diferentes disciplinas científicas e/ou recortes de interpretação. As dinâmicas que essa atividade econômica engendra nos lugares onde ela se instala tendem a configurar uma série de processos sociais, culturais, espaciais e econômicos, passíveis de serem interpretados em diferentes escalas e enfoques. A literatura sobre o turismo abarca um amplo conjunto de abordagens focadas no discurso, no consumo e nas representações sociais (BIANCHI, 2011). Observa-se, nesse sentido, uma valorização dos significados da experiência do turismo entre os sujeitos que o praticam ou o operam (JAMAL e ROBISON, 2009). Outro recorte relevante diz respeito ao planejamento e à formulação e implementação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento da atividade turística. Nesse trabalho, buscaremos apoio principalmente nas formulações conceituais advindas da chamada Economia Política do Turismo, por entender a importância desse arcabouço teórico na interpretação do fenômeno turístico, tanto do ponto de vista histórico como no que diz respeito às dimensões estruturais que sustentam o funcionamento desta atividade nas sociedades capitalistas.

O debate em torno do turismo nas sociedades modernas, e sobre as formas pelas quais essa atividade se organiza nas diversas realidades onde se institui, perpassa pelo entendimento de que o turismo, como prática social, é uma criação inerente ao modo de produção capitalista. Nesse sentido, o desenvolvimento do turismo e a origem de um discurso voltado à construção

simbólica e material desse fenômeno, demanda pensar como o desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção foi influenciando a consolidação dessa prática em contextos específicos. Nos parece importante refletir, também, acerca do imaginário social que dá sustentação à experiência do turismo na sociedade ocidental contemporânea. Enquanto atividade econômica, chama atenção o fato de que o turismo conta com particularidades muito próprias: trata-se, antes de tudo, de uma prática social, sendo que o espaço é seu principal objeto de consumo (CRUZ, 2006). Dessa maneira, o objetivo aqui presente de se debruçar na análise do turismo no seu entrelaçamento com as problemáticas sociais investigadas no contexto desta pesquisa, nos impulsiona, em um primeiro momento, a discutir i) o caráter histórico desse fenômeno e ii) sua estruturação como atividade voltada ao consumo do espaço.

Uma reflexão sobre o turismo no seu contexto de surgimento e massificação exige uma definição um pouco mais clara do significado geral dessa atividade. Apresentaremos, aqui, algumas abordagens que buscaram sistematizar as estruturas fundamentais que configuram o fenômeno do turismo avançando, com isso, na sua conceptualização. Parte da literatura analisada para esse estudo nos permite definir o turismo, ainda que de forma preliminar, como um fenômeno socioeconômico que tem por essência a mercantilização do tempo livre (CAMMARATA, 2006; CRUZ, 2006; MARTONI, 2006). Essa perspectiva chama atenção, por conseguinte, para a complexidade envolvida nessa atividade que tem por base a produção e o consumo de um conjunto articulado de produtos e experiências, o que implica, também, na mercantilização de algo que, na linguagem do senso comum, pode ser chamado de “cultura”, que se transforma a partir das relações que se estabelecem em torno do turismo, em uma mercadoria (CAMMARATA, 2006). Nessa linha de pensamento, o turismo corresponde a um processo de consumo em diferentes escalas, que ao se apropriar de um determinado território e/ou das culturas ali presentes, vai modificando as relações sociais de produção, as instituições e as identidades sociais previamente existentes.

Muitas análises que se debruçam na temática do turismo têm chamado atenção para os aspectos ideológicos associados à organização da atividade turística no âmbito do sistema capitalista, no sentido de imprimir a lógica do lucro à estruturação de práticas sociais presentes na construção de diferentes atrativos turísticos<sup>14</sup>. Além desse aspecto ideológico que perpassa pela construção de um local como turístico, o turismo também tem sido debatido, com

---

<sup>14</sup> Os atrativos turísticos de um determinado lugar são muitas vezes mencionados na literatura como “equipamentos turísticos” que dizem respeito as bases dos serviços que sustentam essa atividade. Além disso, a construção ideológica perpassa por uma formulação da ideia de lazer que vai ao longo do tempo sofisticando e incrementando esses atrativos como fundamentais para estabelecer um lugar competitivo ao turismo.

base nessas concepções, ocupando um importante papel na organização da produção, mercantilização, distribuição, troca e consumo que sustentam constelações de poder específicas (MOSEDALE, 2011). O turismo encontra-se associado a determinadas formas históricas de organização do “trabalho” e do “lazer” na sociedade moderna, em que as pessoas passam a investir tempo e recursos em atividades prazerosas, a serem desenvolvidas em seu “tempo livre”, e na troca de dinheiro por experiências. As relações que se estabelecem em torno desse tipo específico de troca mercantil estão na essência do turismo enquanto prática social no capitalismo (BIANCHI, 2011).

Nessa perspectiva, até as transformações advindas com a Revolução Industrial na sociedade ocidental europeia, a ideia de viajar era muito limitada e restrita a poucas camadas da sociedade. O avanço das forças produtivas ocorrido naquele período, possibilitou que as viagens de lazer ganhassem lugar na dinâmica social moderna (THEVENIN, 2011). Além das questões objetivas ligadas ao transporte e à comunicação, estudos que se debruçam sobre essa temática tendo como marco de referência o século XVIII, mostram que viagens para lugares isolados, sem infraestrutura e com paisagens selvagens, causavam certo pavor à população em geral, sendo que nesse período, incursões desse tipo eram empreendidas principalmente por aventureiros (CRUZ, 2006). O fenômeno turístico ganha conotação, como a atividade que entendemos hoje, em um período determinado do desenvolvimento da sociedade capitalista, em que foram construídas condições materiais e simbólicas (narrativas)<sup>15</sup> que possibilitaram a emergência do que viríamos a chamar de turismo de massa<sup>16</sup>. Desse modo, essa atividade vai se consolidando enquanto prática social, em que se imprime uma lógica de geração de lucro no período de férias, que no lugar de ser um período destinado a atividades domésticas e de menor custo, passou a figurar como um momento diferenciado no tempo em que se gasta mais do que em dias normais (com comida, hospedagem, transporte, entretenimento) (THEVENIN, 2011).

A mercantilização do tempo livre através do desenvolvimento do turismo passou a se constituir como uma forma de dinamizar a economia e criar filões de lucro fora do eixo estritamente produtivo do sistema capitalista. Nas teorizações de Britton (1991), o turismo se

---

<sup>15</sup> As condições simbólicas mencionadas aqui, estão associadas aos discursos e imaginários relacionados ao turismo. Como buscaremos evidenciar ao longo desta seção, essa ideia de “pavor e aventura” vai ser substituída por uma imagem de prazer e lazer associados às viagens turísticas.

<sup>16</sup> Nessa acepção, o turismo de massa não se caracteriza, necessariamente, como um tipo de turismo massivo – “das massas” – mas sim quanto ao sentido da expansão e alcance da atividade turística na sua organização e agenciamento, que interliga setores como transporte e hospedagem, de modo a baratear sua execução e, conseqüentemente, permitir que um maior número de pessoas viagem (CRUZ, 2003). Quer dizer, portanto, que o turismo de massa é uma modalidade histórica de materialização do turismo e não tem a ver com as dimensões alcançadas pelo fluxo de pessoas, tampouco, com o perfil dos destinos turísticos.

articula, ao mesmo tempo que se justifica, tendo por base a ilusão de liberdade do ócio, uma ilusão que deriva da sensação de que as relações sociais de produção capitalista se deslocam no tempo “livre”. O trabalhador no sistema capitalista, ao vender sua mão de obra, cria uma ilusão de liberdade em relação ao seu tempo de lazer. Reside nessas formulações uma outra premissa central para esse debate sobre turismo, que é sua capacidade, através das viagens de entretenimento, de mercantilizar a experiência. O desenvolvimento do capitalismo encontra-se associado a um avanço na sociedade de consumo, ou seja, “a expansão e o aprofundamento dos mercados de *commodities* <sup>17</sup> testemunhou a transferência da lógica e racionalidade da produção de mercadorias para a esfera de consumo e cultura” (BRITTON, 1991). Sobre o caráter da experiência como uma rede de elementos mercantilizados, este mesmo autor observa que:

“Sob a lógica da cultura do consumo, o valor para o consumidor, neste caso, do modo de viagem, eventos culturais e bens materiais a eles associados, embalados no processo de produção do turismo, está na qualidade e na quantidade da experiência que eles prometem e simbolizam. As mercadorias nessa forma tornam-se um meio para um fim: a aquisição de um estilo de vida; uma declaração de gosto e demonstração da posse de ‘capital cultural e simbólico; um revigoramento do corpo; uma elevação do espírito; um alargamento da mente; um significante de status; uma confirmação ou desafio de atitudes (Featherstone, 1990). A ‘indústria cultural’ incentiva a busca constante por novidades e experiências alternativas, que no caso do turismo incorpora culturas, povos, lugares, pontos turísticos, comportamentos e ambientes estranhos e não convencionais em um sistema comercial e institucionalizado construído para satisfazer a demanda por essas experiências. Também incentiva a coleta de significantes dessas experiências e o status social que elas transmitem.” (BRITTON, 1991. pp. 454).

Recorrendo às formulações de teóricos críticos da Escola de Frankfurt (principalmente Adorno, Horkheimer e Marcuse), Britton vai estabelecer paralelos entre as ideias postuladas por esses autores acerca da “indústria cultural” e as lógicas que orientam as dinâmicas do turismo na sociedade contemporânea. De um modo disfarçado, através das viagens de lazer, o turismo cria uma indústria de produtos diversificados, com nichos de mercado para design, publicidade, esporte, filmes, livros, música, arte, alimentação, transportes, tornando-se “uma avenida para a busca e acumulação de lucro” (BRITTON, 1991). Tem-se nesse pensamento, uma linha teórica que subsidia a ideia da “indústria do turismo”. Assim sendo, nas teorizações desse autor, o turismo assume um lugar produtivo na lógica do sistema, ao se constituir como

---

<sup>17</sup> A expressão *commodity* (no plural *commodities*) que aparece em Britton e outros autores, está sendo usada para tratar o modo como o turismo de massas possibilita o consumo da cultura enquanto mercadoria. Entretanto, entendemos que o uso da palavra no português pode ficar ambíguo e inverossímil, sendo mais adequado pensar essa problemática a partir da ideia de mercadoria.

uma atividade econômica que mobiliza, em seu funcionamento, a produção tanto dos mercados que ele articula, quanto de mercados que passam a ser construídos a partir dele.

A profícua correspondência entre a noção de “indústria do turismo” e a de “indústria cultural”, discutida por Adorno e Horkheimer em *Dialética do Esclarecimento*, contribui para a percepção da atividade turística como uma promessa de fuga do cotidiano, nos mesmos termos que a “indústria cultural”. Guardadas as diferenças, o turismo também incorpora a ideia de diversão presente na sociedade burguesa moderna, a exemplo do que ocorre com o cinema, a música e a publicidade discutidos pelos analistas da Escola de Frankfurt. A diversão, assim teorizada, emerge como um conjunto de práticas imbuídas de uma ideologia de dominação, a partir da construção de símbolos e sentidos, incorporando um significado de oferta de “paraíso”, num processo de “espiritualização forçada da diversão” (ADORNO e HORKHEIMER, 1985). Tal processo, observado enquanto prolongamento do lugar do trabalho no sistema capitalista, através de uma “aparelhagem inflada do prazer”, ressoa no conjunto dos atrativos turísticos estruturados para o desfrute de uma experiência pré-estabelecida e mercantilizada.

A característica peculiar do processo de mercantilização de viagens associado ao turismo está na sua composição híbrida: uma produção de bens tangíveis (veículos de transporte; infraestrutura de hotéis, resorts e construções planejadas; alimentação; tecnologias) e uma produção de bens não tangíveis (garçons; cozinheiros; funcionários de reservas e agências; guias turísticos). A promoção da experiência pelo turismo, portanto, é realizada por meio da venda construída de um local. Quem acessa esse comércio vai consumir o local em si e os elementos simbólicos que ali almeja encontrar. Para o sucesso do consumo da experiência, o turista precisa identificar os sinais e símbolos que foram previamente comercializados, o que, segundo Britton, transforma o turista em um “exército de semiótica” capaz de identificar e colecionar sinais, como uma forma de validar suas experiências. A construção da imagem do produto que vai ser desfrutado condiciona, por sua vez, a percepção dessa experiência, porque a própria indústria do turismo antecipa esses símbolos e manipula o reconhecimento da experiência como um produto de consumo bem-sucedido.

“(…) o sistema de produção do turismo 'vende' lugares para gerar a comercialização da multiplicidade de serviços e parafernália materiais que fazem parte das férias turísticas. Mas há mais em tais transações comerciais: o que está sendo comercializado é simultaneamente o meio para um fim (um assento de avião ou cama de hotel) e o próprio fim - a experiência. Nesse sentido, o turismo está apenas seguindo, assumindo talvez a vanguarda de uma importante dinâmica recente: a criação e comercialização de experiências está se tornando cada vez mais uma via aberta e consciente de acumulação capitalista”. (BRITTON, 1991. pp. 465).



No esforço por construir uma experiência comercializável, o turismo, ao mesmo tempo em que cria espaços à imagem e semelhança dos centros do capitalismo, também se apropria de elementos locais com conotação histórica e cultural. Trata-se, portanto, de uma indústria que cria produtos e assimila produtos para a geração de lucro. Uma contradição implícita desse encadeamento, consiste no fato de que o turismo, ao passo que busca acumular essa experiência como algo externo à dinâmica da vida cotidiana, vendendo uma representação de realidade longínqua, paradisíaca, singular, exótica, do descanso da vida comum, vai também promovendo nos destinos turísticos a possibilidade do fluxo e do acesso aos confortos da modernização instituída pelo capitalismo. Nesse sentido, há um entendimento de que a atividade turística é também criadora de um processo de elitização dos espaços onde se instala (Coriolano, 2006). Uma entrevista com uma interlocutora desta pesquisa<sup>18</sup> pode ilustrar essa característica:

No esforço por construir uma experiência comerciável, o turismo, ao mesmo tempo que cria espaços a imagem e semelhança dos centros do capitalismo, também se apropria de elementos locais com conotação histórica e cultural. Trata-se, portanto, de uma indústria que cria produtos e assimila produtos para geração de lucro. Uma contradição implícita desse encadeamento, consiste no fato de que o turismo, ao passo que busca acumular essa experiência como algo externo à dinâmica da vida cotidiana, vendendo uma representação de realidade longínqua, paradisíaca, singular, exótica, do descanso da vida comum, vai também promovendo nos destinos turísticos a possibilidade do fluxo e do acesso aos confortos da modernização instituída pelo capitalismo. Nesse sentido, há um entendimento que a atividade turística é também criadora de um processo de elitização dos espaços onde se instala (CORIOLANO, 2006). Uma entrevista com uma interlocutora de pesquisa<sup>19</sup> pode ilustrar essa característica:

“ (...) a gente precisou mudar tudo como estava construída a pousada para fazer os quartos individuais com banheiro. Teve depois que colocar água quente para o banho, ar-condicionado nos quartos, ir melhorando o café da manhã, porque o turista quer sair da cidade, passar os dias sossegados numa ilha como Morro, mas quer encontrar tudo do bom e do melhor, como ele está acostumado nos seus dias normais. Hoje em dia, não tem pousada pequena que não ofereça tudo isso e um pouco mais para quem se hospeda” (ARLETE<sup>20</sup>, Valença, agosto de 2019).

---

<sup>18</sup> Essa entrevistada me relatou, durante o trabalho de campo, o processo vivido em um dos destinos turísticos mais conhecidos do litoral do Baixo Sul, Morro de São Paulo. Este caso será debatido em maior profundidade no capítulo seguinte.

<sup>19</sup> A interlocutora de pesquisa relata o processo de uma das localidades do contexto turístico do litoral do Baixo Sul, Morro de São Paulo, o qual aprofundaremos no capítulo seguinte.

<sup>20</sup> Nome fictício

Ao vender a ideia de experiência, o turismo necessita da construção de marcadores e de publicidade, para produzir uma “fotografia” do que está sendo vendido. Por isso, no atual contexto de um capitalismo altamente tecnológico, vem sendo destacada pelos estudos do turismo a importância do aspecto de virtualização dessa atividade econômica. A ideia de um espaço imaginado é central para que o turismo articule a venda de seus produtos e crie uma relação de envolvimento entre o turista e essa “imagem” (BRITTON, 1991). No Seminário Internacional “A Economia Política do Turismo” realizado na Universidade de São Paulo em 2019<sup>21</sup>, do qual tive a oportunidade de participar, foi notório como o tema da virtualização esteve em destaque nos debates acerca das atuais dinâmicas do turismo, sobretudo a partir de plataformas como a Airbnb<sup>22</sup>. Na mesa “Turismo e Neoliberalismo” foi discutido como tem se articulado a lógica de “hospedagem compartilhada” nas regiões centrais de grandes cidades turísticas como Madrid, Barcelona, Lisboa – em que essa dinâmica já vem sendo consolidada há algum tempo – impulsionando uma nova face ao processo de *gentrificação*<sup>23</sup> comumente associado à atividade turística.<sup>24</sup>

A partir dessa reflexão, portanto, a indústria de informação se apresenta como um elemento central para a eficácia da atividade turística. Contudo, esse processo de globalização e de tecnologia avançada, do atual momento do capitalismo, coexiste no turismo com as questões associadas às etapas “pioneiras” do processo de acumulação e exploração capitalista. Nesse sentido, a ideia de um capitalismo avançado concomitante a um processo de acumulação por espoliação (HARVEY, 2005) é importante para pensar como o turismo se articula com as dinâmicas do capitalismo enquanto um fenômeno macroestrutural. Por essa razão, parece pertinente para fins de uma análise teórica, entender a organização da indústria do turismo nas suas dinâmicas de funcionamento e significados a partir da espinha dorsal que lhe dá sustentação: o consumo do espaço.

---

<sup>21</sup> Evento que participei, realizado pelo departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, que aconteceu entre 26 a 31 de outubro de 2019. < <https://ecopoltur.fflch.usp.br/> >

<sup>22</sup> O Airbnb é uma plataforma de serviço online para o anúncio e a reserva de hospedagem, presente em 191 países, lançado em 2008 e com sede em São Francisco (EUA). Fonte [www.airbnb.com.br](http://www.airbnb.com.br) Acesso em: maio de 2020.

<sup>23</sup> O conceito de *gentrificação* é uma tradução para o português do termo *gentrification*, cunhado pela socióloga inglesa Ruth Glass. Em uma primeira definição, essa palavra remete às mudanças ocorridas nas paisagens urbanas quanto aos usos e significados que zonas antigas e/ou populares passam a ter, com a chegada de uma população com maior poder aquisitivo. Nessa perspectiva, tem-se aí um processo sociocultural em que a chegada desses novos moradores tende a gerar um processo de valorização econômica da região, aumentando os preços no mercado imobiliário e o custo de vida no local (ALCÂNTARA, 2018).

<sup>24</sup> Referência às falas de Prof. Dr. Dimitri Ioannides (Mittuniversitetet) e Profa. Dra. Ester Limonad (Universidade Federal Fluminense) na discussão acerca do papel do turismo na “financeirização do espaço” durante o Seminário Internacional de Economia Política do Turismo (USP, 2019).

Observa-se, portanto, que essa dimensão espacial da atividade turística, se expressa tanto materialmente – o local em si, o espaço construído – quanto imaterialmente – pelas representações e imagens que são elaboradas tendo como referência esse local (CAMMARATA, 2006). Como apresentamos, enquanto atividade econômica, o turismo agrega duas particularidades por ser ele uma prática social e ter no espaço seu principal objeto de consumo. Dessa forma, alguns estudos que retomam a origem do turismo em alguns países da Europa do século XIX, afirmam que praias e montanhas hoje vistas como espaços privilegiadamente turísticos, em outros tempos nunca foram pensadas como destinos de lazer. Isso porque, é preciso entender que os espaços consumidos pelo turismo são construídos. Isto é, o imaginário que dá sustentação ao turismo em um determinado lugar não corresponde a um potencial inato. O consumo de um determinado lugar como uma atração turística é resultado de um conjunto de fatores técnicos, políticos, econômicos e socioculturais.

Do ponto de vista conceitual, Santos (2006) teoriza que o espaço geográfico consiste na interação solidária e contraditória entre sistemas de objetos e sistemas de ações, por meio dos quais a história se dá. Nessa perspectiva, o que está sendo chamado de objetos são os resultados das ações humanas, através do uso da técnica, na transformação de seu meio natural, isto é, do conjunto das coisas dadas pela natureza, que “quando utilizadas pelos homens a partir de um conjunto de intenções sociais, passam, também, a ser objetos” (SANTOS, 2006, p. 41). As técnicas são, então, a mediação que se estabelece entre a natureza e ação humana na formação do espaço geográfico. O que esse autor chama de “objetos técnicos” (p.68), que estão vinculados à forma que vão tomando as coisas da natureza pela ação humana, têm um valor em si mesmo, em princípio, apenas paisagístico. Mas que passam, através das relações que se estabelecem entre sociedade e natureza, a estar disponíveis à espera de um conteúdo social. O turismo, enquanto uma atividade que busca viabilizar o consumo do espaço, necessita da introdução/construção de objetos que irão possibilitar seu desenvolvimento. Além disso, é muito comum que a atividade turística absorva objetos<sup>25</sup> que já existiam em determinados espaços, passando a lhes conferir novos significados (CRUZ, 2003).

Os diferentes arranjos que possibilitam que o turismo se sustente em determinada realidade podem ser, assim, entendidos, a partir da inscrição desse fenômeno em uma divisão espacial do fluxo da produção capitalista. Ou seja, o turismo corresponde, assim, a um tipo de atividade que ilustra exatamente como o consumo do espaço é uma exigência nas sociedades

---

<sup>25</sup> A autora, ao discorrer no capítulo (“O turismo no espaço. E o espaço no turismo”), do livro referenciado, exemplifica através de farmácias, mercados, igrejas, bancas de jornais, etc. como objetos preexistentes, têm potencialidade de serem absorvidos sob a lógica do uso do espaço pelo turismo (CRUZ, 2003).

capitalistas (GOODMAN; GOODMAN; REDCLIFT, 2010). Esses autores, no livro *Consumindo o espaço: colocando o consumo em perspectiva* (em inglês *Consuming Space: placing consumption in perspective*) recorrem às teorizações de Henri Lefebvre (1991) sobre o turismo. Lefebvre analisa como essa atividade constitui-se como uma metáfora exata das formas de dominação capitalista, que além da exploração da produção, exploram também o consumo do espaço. Assim sendo, o momento de férias que “agora é um momento necessário”, baseia-se na busca pelo consumo do lugar, seja praia, montanha ou neve, seja natural ou simulado, mas que já é parte orgânica do funcionamento do sistema capitalista, a partir de um dos seus principais mecanismos de dominação: o uso do espaço. O caminho pelo qual esse autorrecruta a temática do turismo para falar sobre o consumo do espaço, perpassa pelo entendimento de que hoje capitalismo e o imperialismo exercem hegemonia sobre um espaço subordinado a partir de duas estratégias: regiões exploradas tendo como propósito a produção de bens de consumo e regiões exploradas tendo como objetivo o consumo do espaço (LEFEBVRE, 1991)

“Turismo e lazer tornam-se grandes áreas de investimento e rentabilidade, agregando seu peso ao setor da construção, à especulação imobiliária, à urbanização generalizada (sem falar na integração do capitalismo à agricultura, à produção de alimentos, etc.). Assim que a costa mediterrânea se torna um espaço de lazer para a Europa industrial, a indústria chega lá; mas a nostalgia das cidades dedicadas ao lazer, espalhadas ao sol, continua a assombrar a urbanidade das regiões superindustrializadas. Assim, as contradições se tornam mais agudas - e os habitantes urbanos continuam a clamar por uma certa ‘qualidade do espaço’. ” (LEFEBVRE, 1991 apud GOODMAN; GOODMAN; REDCLIFT, 2010, pp. 8).

Nesse sentido, as noções de “expansão geográfica” e “reorganização espacial” apontadas por David Harvey (2006) como elementos-chave de sustentação da tendência expansiva do capitalismo vão ao encontro das reflexões de Lefebvre. Para Harvey, a engrenagem do capitalismo só pode funcionar, no seu estágio atual, se a saída para as crises de acumulação nos países centrais for a expansão do seu capital excedente para novos territórios. Com isso, esse autor traz uma importante atualização para a teoria marxista quanto à centralidade do domínio do espaço como um elemento-chave na composição estrutural do sistema, que só pode seguir se perpetuando por meio da estratégia imperialista, que ele chama de Novo Imperialismo<sup>26</sup> (HARVEY, 2005). Desse modo, as análises em torno do consumo e do

---

<sup>26</sup> Em poucas palavras, a tese de Harvey sobre Novo Imperialismo consiste em explicar que a saída que o capitalismo encontrou para as crises de superacumulação a partir da década de 1970 foi o que ele chama “ajuste espaço-temporal”. Trata-se de expansão geografia, reorganização espacial e mobilidade do capital como chaves para perpetuar a “acumulação por espoliação” através principalmente de domínio territorial e privatização de recursos, o que o autor diz que corresponde a redescoberta do pecado original do simples roubo (se referindo à acumulação primitiva ou acumulação originária das formulações de Marx).

domínio do espaço inscrevem-se, tanto na natureza do próprio fenômeno do turismo em sua estrutura, como na dinâmica contemporânea do capitalismo ocidental. Esse arcabouço teórico, aqui principalmente incorporado por Harvey (2005; 2006), aparece como uma referência importante a partir da qual o turismo pode ser integrado a uma análise dos processos de concorrência territorial e reestruturação econômica.

O contexto de globalização neoliberal atua, por sua vez, para dilatar a preponderância de formas ampliadas integradas e transnacionais de empreendimentos turísticos, que buscam vantagens monopolísticas dominando os principais setores, mercados e canais de distribuição dos equipamentos turísticos. A presença de um domínio transnacional direto – incluindo complexos de hospedagem, redes de restaurantes, publicidade – ou indireto – o fluxo internacional de turistas, o papel das empresas de transporte aéreo, o padrão de qualidade dos atrativos turísticos – estimulam, por sua vez, o poder acionista e a tendência centralizadora do capital na indústria do turismo (BIANCHI, 2011). Essa perspectiva suscita uma reflexão de que o turismo, em seu lugar na engrenagem da lógica capitalista, interpela de forma decisiva o *modus operandi* existente nos territórios em que se materializa. O domínio desses arranjos transnacionais pode vir a se expressar, seja pela chegada de um complexo hoteleiro estrangeiro, seja no tipo de fluxo de pessoas que passa a se estabelecer em um determinado local, seja através das pressões exercidas sobre empreendimentos locais no sentido de que os mesmos passem a se adequar às demandas econômicas e culturais de um certo tipo de mercado e padrão.

“Ao invés de desaparecerem ou serem subsumidas pelo capital, as pequenas empresas de propriedade independente são muitas vezes caracterizadas por uma diversidade de relações capital / trabalho que abrange diferentes unidades familiares, particularmente quando os membros combinam o trabalho no turismo com outras formas de trabalho assalariado ou agricultura de subsistência e pesca. Ademais, quando confrontadas com a entrada de formas capitalistas de empreendimento turístico, os pequenos empreendimentos turísticos domiciliares de pequena escala, podem frequentemente prosperar, continuando a fornecer serviços para um nicho de mercado específico.” (BIANCHI, 2011. pp. 11).

As pequenas empresas de turismo familiar podem, ainda, entrar em antagonismo com os interesses de dominação capitalista em determinados contextos. Os empreendimentos locais, subjugados a uma lógica de concorrência, são frequentemente agressivos na busca do lucro, seja administrando empresas de turismo, seja canalizando excedentes para investimentos especulativos na aquisição de propriedades. Sob essa perspectiva, o turismo impõe um imperativo para seu desenvolvimento econômico: um modelo especulativo turístico-imobiliário. Para Bianchi (2011), a lógica de instalação do turismo, somada ao acirramento da concorrência local/internacional, tem como um de seus componentes principais a especulação territorial. Essa

avenida para a obtenção de lucro onde ser lida tanto como um elemento de partida nos processos de estruturação e dinamização de mercados inerentes ao turismo, como numa dimensão mais política, como objeto de barganha entre poderes locais ou população local como forma de entrar no jogo econômico em que o turismo se desenvolve.

O Estado atua como agente decisivo para a organização do desenho turístico a ser implementado em um dado contexto. De forma geral, no sistema capitalista, o Estado sempre teve um papel central no sentido de criar as condições necessárias para a acumulação de capital (HARVEY, 2005). O momento neoliberal e globalizado do capital reconfigura as formas de atuação do Estado na otimização dos mercados. Em um cenário de liberalização econômica e desregulamentação, reconfiguram-se os papéis da intervenção estatal. A ação governamental terá como incumbência principal, montar o “cenário” para o encadeamento acumulativo. No caso do turismo, o Estado tem cumprido um papel central na reestruturação das relações de propriedade e na definição das relações entre a empresa privada turística e a propriedade pública (BIANCHI, 2011). Esse enquadramento da relação do Estado com a atividade turística emerge como um aspecto fundante e germinal para o surgimento da atividade, ainda que depois, o poder estatal possa seguir fomentando e promovendo a estruturação turística através, principalmente, do pilar infraestrutural.

Na medida em que o turismo foi despontando na economia como setor forte de geração e acumulação de capital, ele passa a ocupar maior fatia de participação na estrutura do Estado e no seu orçamento. Essa relação não foi sempre presente, mas vem se mostrando cada vez mais imbricada, sobretudo, com as políticas de regulamentação. O desenvolvimento do turismo demanda uma análise tanto sobre o seu regime de acumulação – a organização e o processo de produção e consumo – como no que diz respeito a seus modos de regulação – as estruturas que estabilizam o regime de acumulação e garantem sua reprodução (MOSEDELE, 2011). O teórico Jan Mosedale, tendo como inspiração as análises situadas no campo das Teorias de Regulação, chama atenção para o fato de que o turismo é uma atividade gerenciada/ regulamentada por um arranjo institucional e por um ambiente institucional. Ou seja, por arranjo institucional entende-se a dimensão governamental e a implementação e execução de políticas públicas; já o ambiente institucional diz respeito as estruturas informais de normas sociais, convenções, costumes, e também leis e regulamentos oficialmente formalizados (por exemplo, leis de concorrência, regulamentos trabalhistas e comerciais, leis de contratos, direitos de propriedade etc).

As noções de ambiente institucional e o arranjo institucional parecem relevantes para pensar a relação da atividade turística com a propriedade e o Estado. O entrelaçamento entre

esses diferentes elementos aponta para a participação de uma multiplicidade de agentes nas dinâmicas do turismo, articulando dimensões mais estruturais e sistêmicas, com dimensões mais locais e contextualizadas, incluindo os códigos culturais, as políticas locais, as formas historicamente situadas de atuação do Estado. Com isso, o papel do Estado pode ser situado, também, como o de um administrador de tensões e conflitos envolvendo interesses antagônicos no que diz respeito às formas de apropriação do território. O Estado tem poder e importância para o turismo não só no sentido de manejar esses conflitos de forma a trazer vantagens para o desenvolvimento desta atividade, como também por deter certas prerrogativas no sentido de conceder aos agentes econômicos vinculados à exploração do turismo, o direito de uso e exploração de determinados espaços que estão sob seu domínio ou poder de regulamentação. A exemplo do que ocorre com as demais formas capitalistas de apropriação dos espaços rurais, o turismo também articula uma forte necessidade na intervenção estatal em viabilizar seus interesses fundiários.

Outro aspecto pertinente numa análise mais ampla do turismo, e que aparece de forma recorrente na literatura, diz respeito à problemática do trabalho nessa atividade. Bianchi (2011) ressalta que a boa parte das pesquisas que analisam as configurações em torno do turismo, têm o mundo do trabalho como um vetor importante em suas reflexões. Sobretudo, porque a instalação do turismo tende a provocar alterações significativas nas relações de trabalho existentes em um dado local, pois inaugura demandas e novos tipos de sociabilidade. Além disso, o turismo congrega a atuação de, por exemplo, um setor informatizado e tecnicista, com a proliferação de postos de informalidade e desregulamentação. Em que pese as condições de trabalho na indústria do turismo terem certas especificidades e complexidades, assumindo, por exemplo, muito frequentemente uma dinâmica sazonal, elas mantêm quase que invariavelmente o crescente padrão de precarização do trabalho e a baixa remuneração.

Os elementos aqui apresentados buscam contribuir para uma caracterização preliminar do turismo segundo algumas chaves teóricas, subsidiando uma análise que tem por objetivo se debruçar sobre turismo em suas dimensões materiais e históricas, em um contexto territorial específico, no caso, o Baixo Sul da Bahia. Reforça-se, aqui, a especificidade do turismo como atividade econômica vinculada às dinâmicas do capitalismo, buscando não o encarar como um simples epifenômeno acessório do processo de industrialização e modernização, mas procurando perceber o sentido desta atividade no metabolismo do sistema. Com isso, queremos salientar que, os modos de funcionamento do sistema capitalista na contemporaneidade – considerando, por exemplo, sua escala de internacionalização global, suas novas formas de

exploração e precarização do trabalho, seu modo de reprodução geopoliticamente desigual – são importantes para que se possa entender as formas como o turismo se expressa em contextos específicos, como o caso estudado nesse trabalho.

## **1.2 O papel do turismo na realidade de países subdesenvolvidos: um eixo de acumulação e expansão territorial**

Importantes análises acerca do funcionamento da atividade turística nos marcos do capitalismo, ambientadas em países de capitalismo dependente, buscam refletir sobre esse fenômeno tendo como perspectiva o subdesenvolvimento e a dependência (BRITTON, 1982; BIANCHI, 2002; MARTONI, 2006; PALAFOX MUÑOZ, 2013; CRUZ, 2006; CORIOLANO, 2006). Essa literatura diz respeito a um recorte muito presente na perspectiva analítica da Economia Política do Turismo. A busca em dialogar com os trabalhos desses autores tem a ver com os subsídios que tais reflexões trazem para pensar as problemáticas que foram se revelando na compreensão do turismo no Baixo Sul baiano. O contexto dessa região de pesquisa nos parece estar circunscrito à uma série de tendências e contradições que compartilham de formulações que se debruçam sobre os agenciamentos do turismo em países de capitalismo periférico. Portanto, não nos é desconhecido que há nuances e diferenças entre as teorizações que classificam a realidade desses países como “subdesenvolvida”, “capitalismo dependente”, “capitalismo periférico”, contudo, não é objetivo aqui aprofundar essas discussões senão aportar para nomenclaturas que sinalizem a forma como o turismo se apresenta nesses contextos específicos. Trata-se de uma perspectiva que percebe o fenômeno do turismo em seus aspectos estruturais, cujo foco se vincula às relações de dependência e desenvolvimento desigual do capitalismo no fluxo do sistema mundo. A combinação entre a natureza concentradora do domínio do capital com a essência do consumo espacial própria do turismo, coloca para essa atividade uma demanda acachapante quanto a relação centro (a concentração dos investidores e o domínio dos trades turísticos) – periferia (a ocupação de territórios, exploração da mão de obra nos destinos turísticos). De maneira geral, quer dizer que a indústria de turismo nos “países centrais” exerce controle monopolista sobre os fluxos turísticos nos países de capitalismo dependente (Bianchi, 2002).

Essa perspectiva teórica que busca subsidiar uma leitura acerca do desenvolvimento do turismo em países periféricos e sua inscrição na divisão econômica e espacial do capitalismo,



interpela algumas formulações e conceitos vinculados à chamada Teoria Marxista da Dependência (TMD). Surgida no Brasil na década de 1960, sob a demanda de pensar a estrutura socioeconômica da América Latina no pós-guerra, teóricos <sup>27</sup> da TMD construíram um importante campo conceitual para analisar como a exploração e o atraso de certos países (dependentes) estão condicionados pela expansão econômica e a acumulação capitalista de outros (dominantes). Tem-se aí, que entender o funcionamento de diversas atividades econômicas na América Latina implica em considerar o “capitalismo *sui generis*” (Marini, 2000, p.106) que existe nessa região, o qual só pode ser pensado considerando o conjunto das questões relacionadas à reprodução capitalistas em escala nacional, mas principalmente, em escala internacional. É a partir dessa dinâmica que certos setores produtivos ou mercados específicos se estruturam em determinados países, afim de alimentar uma engrenagem global de funcionamento do sistema. A partir dessa perspectiva teórica, os países subdesenvolvidos são analisados principalmente enquanto países periféricos ou dependentes, compreendendo que sua posição no sistema capitalista internacional não pode ser vista como uma etapa necessária em uma trajetória linear de desenvolvimento. Ou seja, os chamados países subdesenvolvidos não estão, se comparados aos países centrais, em uma fase anterior de desenvolvimento a ser naturalmente superada. Dessa forma, reposicionam a oposição desenvolvimento versus subdesenvolvimento, para dizer que este último é uma condição permanente e projetada da organização capitalista no mundo.

Portanto, a acumulação do capital nos países dominantes sustentou-se por meio da expropriação dos filões econômicos produzidos no “Terceiro Mundo”, mantendo-os em um relacionamento de dependência e condenando-os a um lugar de subdesenvolvimento. Assim sendo, o fluxo de capital estrangeiro na periferia do sistema fez com que as economias desses países passassem por um processo de reestruturação produtiva para atender às demandas dos países centrais (BRITTON, 1982). O exame do desenvolvimento turístico, baseado nas vertentes das teorias de subdesenvolvimento e dependência, busca se debruçar sobre os padrões de dominação neocolonial que sustentaram as relações estruturais da desigualdade na indústria internacional do turismo.

Assim sendo, a indústria internacional do turismo vai ser vista como um produto da empresa capitalista metropolitana. Os países emergentes que usam o turismo como uma estratégia para o desenvolvimento, passam a estar envolvidos em um sistema global sob o qual

---

<sup>27</sup> Entre os principais teóricos na formação desse campo, destaque-se Rui Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra.

tem pouco controle. Com isso, o processo de estabelecimento da indústria turística internacional, em uma economia periférica, não ocorre por meio de processos orgânicos e evolutivos endógenos dessa economia, mas sim pela “demanda de turistas estrangeiros e de novos investimentos em empresas estrangeiras, ou da extensão de interesses estrangeiros já presentes naquele país” (BRITTON, 1982, pp. 337). A principal força integradora do turismo no âmbito internacional são as grandes empresas capazes de organizar, coordenar, criar e comercializar os diversos produtos turísticos, com destaque principalmente para as companhias aéreas metropolitanas; atacadistas de turismo e cadeias de hotéis. Esses setores são também os que mais realizam campanhas publicitárias e, portanto, agregam os elementos mais decisivos, inclusive do ponto de vista simbólico, no sentido influenciar os movimentos turísticos. Segundo Britton, a organização interna de uma indústria turística periférica funciona segundo esse encadeamento:

“Em resumo, a organização do turismo internacional pode ser conceituada como uma hierarquia de três camadas. No ápice estão os países com mercados metropolitanos, nos quais estão localizadas as sedes das empresas de transporte, excursão, hotelaria e turismo que dominam os níveis mais baixos da hierarquia da indústria. No nível intermediário, nos destinos turísticos dos países subdesenvolvidos, estão as filiais e os interesses comerciais associados das empresas metropolitanas que operam em conjunto com suas contrapartes locais de turismo. Na base da pirâmide encontram-se as empresas de turismo de pequena escala do país de destino que são marginais, mas dependem das empresas turísticas de nível intermediário.” (BRITTON, 1982, pp. 343).

Uma concepção esclarecedora para entender o turismo no seu funcionamento de indústria capitalista internacional é a ideia teorizada por Palafox Muñoz (2013) de que essa atividade opera sob a lógica de cadeias de *commodities* globais. Basicamente, essa visão busca reforçar que os grupos internacionais de turismo não atuam apenas na tradicional e pioneira “frente de hospedagem”. Esses conglomerados empresariais de turismo se especializaram e diversificaram, agindo hoje segundo um sistema global de cadeias de *commodities*, isto é, a cadeia produtiva do turismo: aglutinam os setores de gastronômica, transporte, organização de viagens, infraestrutura, etc. A estruturação e desenvolvimento do turismo atua, nessa perspectiva, no agenciamento de setores que operam tanto no âmbito produtivo, quanto nas dimensões reprodutivas do sistema. O papel do turismo na acumulação capitalista está desmembrado pelo autor na seguinte síntese:

“O turismo como eixo de acumulação apresenta como processo: a) Pedido de empréstimos para construção de infraestruturas; b) O Estado como facilitador chegada e consolidação de Grupos Internacionais de Turismo e a apropriação do território; c) A funcionalização do espaço é necessária para a chegada dos turistas e acesso à oferta turística que serve como atrativo; d) Grupos de Turismo Internacional se expandiram e diversificaram por meio de Cadeias Globais de Commodities; e) O Estado isentou as empresas privadas de encargos fiscais, o que resulta na cobrança zero de divisas

para o desenvolvimento da própria atividade; f) Os destinos turísticos foram homogeneizados pelos Grupos Turísticos Internacionais a fim de proporcionar aos turistas os espaços e produtos encontrados nos seus países de origem. ” (MUNÓZ, 2013, p. 12).

A acumulação de riqueza por parte do turismo em países subdesenvolvidos é, por sua vez, um agente para a apropriação da natureza e dominação de um território. Para tanto, os Estados dos países emergentes atuam na viabilização de um sistema para i) a apropriação de terra; ii) a funcionalização do destino; iii) a homogeneização do espaço (PALAFOX MUÑOZ; DAMIÁN, 2017). Aparece nessa ideia a acepção teórica de Harvey (2005) sobre “acumulação por espoliação”, no que tange as privatizações de recursos naturais de comunidades rurais e tradicionais com o fim de dar espaço para o desenvolvimento de projetos turísticos. O turismo vinculado ao espaço natural – praias, montanhas, florestas – possui, portanto, um alto valor de uso, que converte territórios rurais em mercadoria. A dinâmica de apropriação territorial e privatização de recursos naturais para o usufruto do turismo, por sua vez, induz “crise social resultante da crise econômica e ambiental provocada pela desapropriação de terras às comunidades receptoras e pela perda de espaços naturais devido à construção de infraestruturas de acesso, serviços e oferta turística complementar” (PALAFOX MUNÓZ e DAMIÁN, 2017, p.134).

Nesse sentido, a acumulação capitalista possibilitada pelo turismo e sua expansão territorial turismo se desenvolve de acordo com as potencialidades de um país e a possibilidade de estabelecer determinados fluxos que possam transformar determinados atrativos em uma fonte de lucro. O caráter extrativista do turismo em contextos de capitalismo dependente firma-se na perspectiva de obtenção de lucro através aproveitamento e exploração de recursos, sejam naturais, históricos ou culturais (MARTONI, 2006). Isso implica que se estruturam várias tipologias de exploração do mercado turístico sob a égide da lucratividade. A indústria internacional do turismo que chega aos países da África, da Ásia, da América Latina, ao passo que busca instaurar suas dinâmicas e lógicas próprias, alterando arranjos socioeconômicos e as relações sociedade-natureza nesses contextos, procura também explorar as potencialidades endógenas desses lugares, usufruindo de suas singularidades. As particularidades intrínsecas de um lugar são incorporadas às lógicas universalizantes e mercadológicas da indústria do turismo e seus conglomerados hegemônicos.

Dessa maneira, um exemplo emblemático dos diferentes tipos de mercados estruturados pelo turismo, pensando na realidade brasileira, é o fenômeno do chamado ecoturismo. Para Martoni (2006), uma das potencialidades brasileiras na territorialização do turismo, em diversas

localidades, vem sendo a exploração do ecoturismo como uma forma de entretenimento, baseado na imagem de um turismo associado ao envolvimento com a natureza, à ética, à preservação e ao desenvolvimento sustentável. Não obstante, esse autor entende que esses significantes produzidos em torno do *eco* aglutinam uma multiplicidade de sentidos, que se perdem numa amplitude de um conceito que objetivamente é vazio. O ecoturismo pode ser problematizado de diferentes maneiras, tanto pela amplitude do que seria um turismo harmonizado com a natureza, como em função da própria possibilidade de existência de um turismo ético e sustentável no sistema capitalista.

A defesa ecoturismo como uma proposta de desenvolvimento sustentável para esse setor, entre preservação da natureza e capital. A atenção para esse tipo de interesse no mundo do turismo está contextualizada no aumento, tanto da demanda de turismo nas duas últimas décadas do século XX, como pela importância adquirida pelas questões ambientais e suas distintas narrativas nas sociedades contemporâneas quanto no crescimento nesse mesmo período da adesão às movimentações ambientalistas. Por trás da preocupação ambiental, o ecoturismo tem outro eixo explicativo: as práticas do turismo ligado à natureza cresceram nos últimos anos cerca de 20% enquanto que as do turismo convencional crescem apenas 7,5% (MARTONI, 2006). Dessa forma, o ecoturismo em países como o Brasil, encontra-se associados a uma concepção de sustentabilidade que está embasada em uma visão de cunho mercantil da utilização dos recursos naturais. Como já foi ressaltado, um dos elementos centrais na estruturação do turismo é o seu discurso de legitimação. Neste caso específico, o ecoturismo sustenta uma narrativa que mistifica a realidade sustentando a possibilidade de conciliar acumulação capitalista e conservação da natureza:

O ponto central da concepção do ecoturismo é passar a ideia de que todas as coisas estão bem ordenadas no espaço onde é praticado. Contudo, pela lógica do modo de produção capitalista, esse é um artifício que faz parte de ideologia dominante. Assim, fundamenta-se a seguinte questão: é possível uma tipologia de turismo que, além de englobar responsabilidade ambiental, propõe o equilíbrio entre lucratividade e utilização de recursos de determinado ambiente? Certamente que, em uma economia cada vez mais neoliberal e centrada nos anseios particulares, esta é uma tipologia de turismo meramente ideológica que, na prática, pode ser verificada somente na aparência, mas não na essência. (MARTONI, 2006, p. 9).<sup>28</sup>

Em vista disso, o lugar do turismo como atividade inserida no processo de acumulação capitalista em países subdesenvolvidos, encontra-se ancorado na ideia de que esses países

---

<sup>28</sup> Talvez caiba nesse ponto uma ressalva importante: que a proposta analítica desse autor (e de outros filiados ao que seria uma Economia Política do Turismo) quanto a ideia de ecoturismo como tipologia apenas ideológica, se estrutura em um estudo quanto aos grandes empreendimentos de turismo.

abrigam uma diversidade natural e cultural necessárias para que o turismo se movimente. A atividade turística torna-se um eixo de acumulação porque as organizações internacionais a reconhecem como um meio de consolidação de um modelo cultural vinculado ao modelo econômico. Promovem, assim, o investimento privado somado a necessidade de Estados subdesenvolvidos para a criação de empregos e combate à pobreza. Além disso, é uma atividade que apresenta vantagens como setor de exportação pois está menos sujeita às barreiras tarifárias se comparada a outras mercadorias (BIANCHI, 2002). Nesse ponto, observa-se que além de explorar as potencialidades naturais e culturais em países do Terceiro Mundo, a indústria do turismo pode se reproduzir nesses contextos da mesma forma que nos países centrais capitalistas. Da mesma forma, juntamente com esse sentido de movimentação e “portabilidade”, os Estados subdesenvolvidos apresentam outra vantagem para o turismo no que diz respeito a mão de obra de baixo custo e com incentivos infraestruturais das políticas de Estado, que ver no setor do turismo um instrumento de dinamizar suas economias e desenvolver o território.

A maneira pela qual o turismo vai conseguindo penetrar em diversas realidades socioespaciais tem a ver, então, com o caráter de mobilidade de sua “indústria”. Esse aspecto leva alguns autores a entender que o turismo é uma espécie de indústria móvel que pode se deslocar entre um lugar e outro atendendo às demandas do mercado internacional. Além disso, é uma atividade em que a virtualização funciona como um elemento vertebral para seu funcionamento, o que permite que as atividades mercantis ligadas ao turismo comecem a operar por meio digital, antes mesmo da viagem propriamente dita. As empresas estrangeiras fabricam a imagem do país de destino através de publicidade, construindo uma fotografia dos destinos anfitriões de forma a favorecer a sua comercialização. Agências internacionais vendem os pacotes turísticos, mobilizando toda uma cadeia mercantil ligada ao setor de transporte, hospedagem, publicidade, entre outros, e vai, assim, controlando os processos de comercialização da experiência turística (BRITTON, 1991). Nos casos dos países periféricos, complexos internacionais de turismo montam seus sistemas informacionais, mobilizando infraestrutura e mão de obra nos destinos turísticos, mobilizando todo um conjunto de agentes que passam a operar sob o comando desse setor no sistema global.

A dependência geoeconômica do capitalismo global pelo turismo, por sua vez, não é delimitada apenas na construção de novos mercados e domínios territoriais. Além disso, essa atividade movimenta setores estruturantes do seu exercício nos países desenvolvidos (setor de construção civil, transporte, informatização, por exemplo). A expansão capitalista contemporânea encontra no turismo um fenômeno de mão dupla para a exploração da equação

centro/ periferia, essencial para a sua engrenagem e como alternativa para atenuar crises cíclicas do sistema.

El turismo como actividad económica se ha convertido en motor de la expansión capitalista, a través de la acelerada globalización y la implementación de políticas tendientes a la mercantilización de los recursos, ello ha generado espacios de concentración de la pobreza a la periferia de los destinos turísticos. El impulso a esta actividad económica deriva de su importancia como elemento exportador de las economías, no sólo en las emergentes sino también de las industrializadas, ya que, de acuerdo con la OMT (2014) Francia, Estados Unidos y España lideran tanto en el número de llegadas internacionales y como en la captación de ingresos económicos por concepto de turismo (...). (PALAFOX MUÑOZ; DAMIÁN, 2017, p.131).

O desenvolvimento vertiginoso do turismo no mundo instaura-se num período de consolidação do neoliberalismo. O exercício da atividade turística no seio das políticas de livre mercado, possibilitou um aumento do fluxo comercial do capitalismo e a mobilidade do mercado consumidor, através dos avanços do setor informacional e tecnológico, o que vem fazendo dessa atividade um dos pilares mais importantes da globalização (PALAFOX MUÑOZ, 2013). O turismo como veículo para a acumulação do capital, vem sendo entendido pelo campo teórico da Economia Política como uma referência para a dependência econômica entre os países capitalista desenvolvidos e os emergentes, sobretudo, pela sua capacidade de penetração no interior do Estado através da economia neoliberal e globalizada. A articulação do turismo com o subdesenvolvimento tem, então, entrelaçamento estruturante com as ações estatais. Palafox Muñoz (2013) exemplifica que no Marrocos, Colômbia, Argentina, entre outros países, existem políticas de Estado que garantem a isenção de impostos para empresas estrangeiras implementarem empreendimentos turísticos no país (por exemplo, está isento de imposto nos primeiros 5 ou 10 anos de funcionamento de empreendimentos como hotel). Na Espanha, entretanto, o processo é ao revés: o Estado garante isenção para investimentos locais e pessoas de terceira idade.

Os estudos de Palafox Muñoz sobre o turismo na América Central, nos marcos da construção do Centro Integralmente Planejado de Cancún, trazem e elementos para pensar no papel do Estado nesses países. A tese do autor é de que em contextos de capitalismo dependente, as organizações internacionais direcionam a estratégia de livre mercado para as atividades econômicas a serem desenvolvidas com o turismo, porque os Estados emergentes dependem da concessão de empréstimos para conseguirem implantar a infraestrutura necessária para a instalação dessa atividade. A indústria internacional de turismo, portanto, submete aos países periféricos uma dependência econômica dupla e fundante: primeiro, financeirizada através dos empréstimos que viabilize as condições infraestruturais; e depois, por meio do controle dos

fluxos de mercado e do monopólio dos equipamentos turísticos por conglomerados internacionais.

A perspectiva do subdesenvolvimento no sistema capitalista e, conseqüentemente, na estruturação do turismo deve, contudo, situar-se na própria ideia de desenvolvimento presente energeticamente no discurso da atividade turística. Nessa atividade, a função do discurso e narrativa ocupam lugar central na legitimação da sua emergência. Isso porque, o turismo invariavelmente mobiliza um discurso de que se trata de uma estratégia para o desenvolvimento e geração de emprego e renda nos países, estados e municípios onde ele se instala. O que acontece na prática, entretanto, é o que Coriolano (2006) chamou de superestimação de seu desempenho, criando falsas expectativas, a despeito das suas possibilidades reais de solução aos problemas sociais e ambientais existentes. O padrão de desenvolvimento do turismo vem sendo executado, em países como Brasil e outros muitos da América Latina, “não desenvolvendo as regiões pobres, nem distribuindo a riqueza do país, além de não consolidar territórios, apenas organizar outros” (CORIOLANO, 2006, p. 372). Dessa maneira, as narrativas empreendidas com a ideia de que todos se beneficiam com o turismo são superficiais e mascaram contradições e formas de exploração que muitas vezes agudizam as desigualdades do sistema capitalista, sendo as mais frequentes “as de usos e posse da terra e por oportunidades de trabalho” (CORIOLANO, 2006, p. 374).

A contradição que o turismo pode gerar em termos de exploração e desenvolvimento local pode ser entendida no caráter polissêmico que o termo desenvolvimento promove. No caso do turismo, se por um lado, pode ser visto como fenômeno de alívio a pobreza, por outro, ele pode fundar ou intensificar problemáticas como tráfico e prostituição. Essa atenção é importante na medida que, o turismo se projeta com uma narrativa para impulsionar a geração de emprego e renda, dinamizar economias locais, valorizar culturas e identidades, etc. E de fato, o turismo possibilita a chegada de riqueza em regiões ou localidades de contexto empobrecidos, o que não quer dizer que, com isso, gere atenuação de desigualdades sociais e alívio a pobreza. A esse respeito, Cruz (2006) lembra como a redistribuição espacial da riqueza não é o mesmo que a redistribuição estrutural da riqueza. Ou seja, a chegada do turismo em regiões pobres e, conseqüentemente, a dinamização econômica, não necessariamente foi acompanhado por melhoria de vida da população local.

Nessa perspectiva, a divisão territorial do trabalho e a dinâmica geopolítica de desenvolvimento do capitalismo são na verdade as bases para a engrenagem de funcionamento da atividade turística em diversos territórios de países periféricos. A organização do turismo,

por sua demanda de hospedagem, alimentação, atrativos, pode dinamizar as economias locais, gerando postos de trabalhos, infraestrutura, fazendo o dinheiro circular, o que seria a ideia de desenvolvimento local via turismo. Porém, deve-se questionar a natureza na qual se vem sustentando a ideia de desenvolvimento no âmbito do turismo. Por essa razão, outra característica ressaltante do metabolismo do turismo em muitos locais é sobre a informalidade dos trabalhos no âmbito dessa atividade, bem como, os empregos mal remunerados que o desenvolvimento do turismo em localidades pobres pode destinar a população nativa (CRUZ, 2006).

Dessa maneira, Cruz (2003) chama a atenção de que há dois fatores principais que condicionam a escolha de um determinado espaço para uso do turismo, a saber: i) sua valorização cultural pela prática social do turismo – aqui tem a ver com as construções sociais que valorizam o turismo de sol e praia, por exemplo, em um determinado contexto, bem como, um turismo citadino, ou ainda o turismo de inverno, de montanhas, etc. tem-se também questões como o que entra em moda ou as especificidades de cada cultura –; ii) a divisão social e territorial do trabalho – nesse ponto se inscrevem as problemáticas socioeconômicas e geopolíticas do mundo do trabalho na sociedade capitalista. Diante disso, adentra-se na divisão de que uma parte da população tem condições de praticar o turismo, já outra parte, participa do mercado do turismo vendendo sua força de trabalho. Todo contexto de desigualdade social faz com que ainda seja uma parcela muito pequena da população mundial que tem condição de incorporar o turismo nas suas vidas, a maior parte da população não se relaciona nem direta e nem indiretamente com a atividade turística. A esse ponto, as desigualdades regionais interferem diretamente no fluxo turístico dos lugares. E em muitos desses arranjos, as populações de países periféricos se envolvem com o turismo desde um lugar de exploração da força de trabalho.

As dinâmicas do turismo projetam, assim, uma composição de demandas e de nichos de consumo muitas vezes tangentes às disposições oficiais que a atividade evidencia. Essa realidade suscita a emergência de diversos trabalhos informais, que populações locais vão estruturando para conseguirem adentrar na lógica instaurada pelo fluxo do turismo, uma vez que, a atividade em si não abarca, tampouco sintetiza, a coexistência de interesses antagônicos entre os que lucram e os que não gozam dos rendimentos concentrados dessa atividade. Dessa maneira, o tecido social que é interpelado pelo contexto de implementação do turismo – as comunidades locais, os trabalhadores de maneira geral – ficam sujeitos a postos de trabalhos precarizados ou o empreendimento de atividades informais. São os postos de: faxineiras e



camareiras de hotéis; pedreiros; garçons de bares e restaurantes; vendedores ambulantes; limpadores de piscina; etc. Essa tendência muito comum na organização do trabalho do turismo, acontece porque ele acirra desigualdades estruturais na divisão social do trabalho, por instaurar lógicas e demandas com as quais populações marginalizadas não possuem qualificação.

Esse cenário se torna mais grave, quando visto que a geração de riqueza desigual que o turismo mobiliza em determinado contexto, aprofunda a dinamização, principalmente, da prática de prostituição e o tráfico de drogas. As análises de Cruz (2006), quanto aos estudos de casos que vem sendo elaborados no âmbito das problemáticas e efeitos do turismo, revelam que vêm sendo crescente a intensificação do tráfico, da prostituição e da exploração sexual infantil à medida que o turismo vai se avolumando em determinado local. Esses diagnósticos estão presentes em realidades urbanas, do turismo nos grandes centros, e nas realidades “rurais” ou não urbanas, em áreas litorâneas, serranas, pequenos lugarejos ou municípios. De formas diferentes, essa resultante, mesmo que não consequente nem inaugurado pela atividade turística, mostra uma relação muito direta com o seu desenvolvimento e gera uma série de problemáticas locais que afetam os processos socioculturais, promovendo um fenômeno adjacente usual às dinâmicas turísticas.

Ainda no que tange o mundo do trabalho, outros estudos etnográficos analisados por Bianchi (2011) acentuam o papel do turismo em uma “proletarização da força de trabalho” em sua interferência no trabalho de agricultores e pescadores. Nessa perspectiva, trava-se uma diferenciação entre o setor industrial produtivo e a indústria de turismo para pontuar os processos contemporâneos de diminuição do trabalho manufaturado e o aumento nos trabalhos no setor de serviço (que o turismo faz parte). Vem se aglutinando estudos de casos sobre essa temática que mostram como a chegada do turismo em determinada região suplanta atividades tradicionais como agricultura e pesca, uma vez que, o funcionamento do turismo coage a população local a ocupar seus postos de trabalho (formais e informais) ou abrir pequenos empreendimentos ligados ao setor. Essa reconfiguração laboral pelo turismo consiste um código dessa atividade principalmente nos países subdesenvolvidos. Embora não seja uma relação desacompanhada e unilateral – entre o avanço do turismo e a diminuição da agricultura – o caso de países em que há pouca atividade industrial, a interação dessas atividades (turismo e pequena agricultura/atividades tradicionais) resultam num desenvolvimento inversamente proporcional (BIANCHI, 2011).

Por trás dessas reflexões, portanto, há mais um efeito diferente do desenrolar do turismo entre países centrais e periféricos. A saber, os estudos analisados por Bianchi (2011) atribuem

uma ligação entre o avanço do turismo e a absorção de trabalhadores para o setor de serviço como um elemento no processo de diminuição de trabalho industrial nos países centrais. A realidade em países subdesenvolvidos, por sua vez, em que há a presença mais expressiva de setores primários da economia, existe também a relação do avanço do turismo com uma descampesinação de muitas localidades rurais e tradicionais. Isso porque, as dinâmicas do turismo em certas localidades nos países de “capitalismo tardio” podem gerar gradualmente a suplantação da agricultura/ da pesca como principais geradoras de receitas. Essa problemática deve ser interpelada por uma teia de sustentação que dá base a atividade turística: o aumento do custo de vida nas localidades de destino turístico; uma fabricação ideológica de necessidade de lucro e concorrência econômica; as mudanças ambientais que a atividade pode influenciar, inviabilizando ou prejudicando trabalhos como a agricultura e a pesca; o constrangimento sociocultural que os trabalhos tradicionais podem vivenciar ao conviverem com o fluxo turístico; etc.

Uma importante análise, muito presente nos estudos sobre o turismo no contexto do subdesenvolvimento, diz respeito as alterações geográficas do espaço quanto ao fluxo migratório e a urbanização das localidades de destino do turismo. Zonas rurais, territórios de uso comum, comunidades tradicionais que se tornam destinos turísticos tem sua dinâmica social transformada também pela urbanização do espaço, mais ou menos intensa, a partir de uma configuração intrínseca ao turismo ao implementar seus equipamentos e atrativos. O eixo central dessa discussão é de que o crescimento do interesse econômico pelo turismo, em um recorte espacial rural, vem acarretando na sua urbanização. O avanço do turismo de massa<sup>29</sup> na sociedade moderna, portanto, se constitui como um fator importante para a padronização e urbanização dos seus espaços, fazendo com quem chega nos lugares turísticos busquem, contraditoriamente (já que estão tirando folga das suas realidades e hostilidades) os mesmos serviços e modernidades de uma cidade grande, ainda que sob a alegação de estar mais perto da natureza ou do pitoresco. Enquanto prática social, o turismo, à medida que avançou sobre o tempo livre de uma parcela da população, ganhou certa importância na dinâmica econômica dentro do modo de produção capitalista. Com isso, essa atividade tem-se consolidado como um importante instrumento para a geração de lucro e a articulação de diferentes setores econômicos, pois tem, acima de tudo, contribuído para a expansão do consumo em massa e consequentemente acelerado os circuitos de reprodução do capital (THEVENIN, 2011).

---

<sup>29</sup> O termo turismo de massa reaparece aqui, tais quais menções anteriores, para denominar o processo de massificação do turismo enquanto prática social da vida moderna. E não como um aspecto valorativo a um estilo de turismo.

A atenção à dinâmica de urbanização resultante do desenvolvimento do turismo, carrega consigo um olhar lançado ao processo de mercantilização do espaço rural que tal atividade pode instaurar ou encorajar. Nesse ponto, o desenrolar do turismo, tal qual o desenrolar de atividades como o agronegócio ou mineração, se inscreve numa das formas de ocupação do capitalismo no espaço e na natureza. Tais elementos, de algumas das dinâmicas do turismo em realidades subdesenvolvidas, se assentam no seguinte entendimento: que o turismo vem se revelando como atividade chave para as atuais formas de acumulação capitalista. As atuais crises globais e ampliadas do capital, ordenam a necessidade de ampliação de mercado e expansão territorial como unidades de sustentação e retroalimentação do sistema, assim sendo, o turismo se forja como uma fronteira de absorção dessas prerrogativas pois tem a capacidade de reproduzir a estrutura dependente do capitalismo em territórios periféricos (CORIOLANO, 2006).

A compreensão do consumo do espaço como processo estruturante da atividade turística, coloca no centro da discussão uma demanda no sentido de refletir como são compostas as dinâmicas espaciais nas realidades sociais envolvidas por esse fenômeno. Assim sendo, o contexto de países subdesenvolvidos e a histórica relação geoeconômica de dependência própria do sistema capitalista, inscreve a apropriação territorial como marca do consumo do espaço pelo turismo em diversas realidades. Isso quer dizer que uma camada possível de ser forjada pelas configurações do turismo em contextos, como por exemplo a América Latina, é que a ideia de consumo do espaço articule um processo de apropriação de territórios ou de localidades. A partir dessa abordagem, destarte, buscamos trabalhar na compreensão do papel que o turismo vem ocupando nas dinâmicas de configuração socioespacial no território do Baixo Sul, e mais detidamente no caso da comunidade de Garapuá.

### **1.3. Baixo Sul Baiano como uma “Fronteira Turística”**

A escolha deste trabalho no sentido de pensar o Baixo Sul segundo a lógica de uma “fronteira turística” tem por objetivo estabelecer um diálogo entre os debates teóricos desenvolvidos no campo da economia política, desde o final do século XIX em torno da questão agrária, e a análise do turismo como uma modalidade de exploração capitalista da terra e dos territórios. No Baixo Sul da Bahia a atividade turística assume diferentes formas, envolvendo. Porém a principal forma através da qual essa atividade foi sendo implementada e consolidada ao longo dos anos, encontra-se associada à presença de uma indústria turística. Através da pesquisa de campo e do contato com toda uma literatura que busca analisar os impactos do

turismo em países situados na periferia do sistema capitalista, reforçaram a leitura de que o desenvolvimento do turismo no Baixo Sul envolve um processo de apropriação territorial e de produção capitalista do espaço.

As transformações associadas à posse, propriedade e uso da terra com o advento do capitalismo são o eixo central em torno do qual se estruturam os debates acerca da questão agrária, no campo do marxismo, desde o final do século XIX. Teóricos como Kautsky, Lênin, Chayanov, adentram no tema da Questão Agrária em contextos históricos específicos, buscando analisar como o advento da industrialização e a nova ordem capitalista transformaram as relações sociais e econômicas no campo, redefinindo o rural e o urbano. Analisando a realidade da Alemanha e da Rússia respectivamente, Kautsky (1980) e Lênin (1977) apontavam para a desintegração de “uma indústria doméstica rural” e para o desenvolvimento tecnológico e organizacional de um novo tipo de indústria sediada nas cidades. Essas transformações acarretariam um processo de “descampejinação”, através da proletarianização dos camponeses que passariam a se incorporar a um novo padrão produtivo no campo, baseado no trabalho assalariado. Por outro lado, Chayanov (1924) olhando para as formas de organização econômica e sociais do campesinato russo, entende que o modo de produção e de vida camponesa segue existindo num contexto de capitalismo no campo através de configurações socioeconômicas de economia natural, baseada na troca e na subsistência; de economia familiar, sem assalariamento e baseada na exploração do trabalho familiar que articula as condições de produção com as condições de consumo.

Essas discussões clássicas sobre os efeitos do desenvolvimento capitalista sobre as formas de posse, a propriedade e o uso da terra e sobre as relações sociais de produção na ruralidade, têm como elemento central a agricultura. Lenin e Kautsky, partiam do pressuposto de que a produção agrícola, sob o capitalismo, seguiria um caminho muito semelhante ao da indústria. A produção de alimentos e os possíveis nexos a serem estabelecidos entre a agricultura e a indústria, aparecem, aqui, como um foco central de reflexão. Essas preocupações estão, no entanto, fortemente articuladas a uma questão primeira, e também prioritária, que diz respeito ao papel que a terra ocupa na engrenagem do sistema e que tem como ponto de partida um processo que Marx chamou de “acumulação primitiva” ou “acumulação originária”:

Sua destruição, a transformação dos meios de produção individuais e dispersos em meios de produção socialmente concentrados e, por conseguinte, a transformação da propriedade nanica de muitos em propriedade gigantesca de poucos, portanto, a expropriação que despoja grande massa da população de sua própria terra e de seus próprios meios de subsistência e instrumentos de trabalho, essa terrível e dificultosa expropriação das massas populares, tudo isso constitui a pré-história do capital. Esta compreende uma série de métodos violentos, dos quais passamos em revista somente aqueles que marcaram época como métodos de acumulação primitiva do capital. A

expropriação dos produtores diretos é consumada com o mais implacável vandalismo e sob o impulso das paixões mais infames, abjetas e mesquinamente execráveis. A propriedade privada constituída por meio do trabalho próprio, fundada por assim dizer, na fusão do indivíduo trabalhador isolado, independente, com suas condições de trabalho, cede lugar à propriedade privada capitalista, que repousa na exploração de trabalho alheio, mas formalmente livre. (MARX, 2013, p.831).

Nesse trecho, se evidencia como na leitura de Marx quanto ao campo da questão agrária dois pontos principais estão em destaque, quais sejam i) a questão da classe – no que diz respeito a exploração do trabalho do campesinato quando a ação do capital incide na propriedade fundiária; ii) a questão da terra, pois ela em si mesma pode ser instrumentalizada como mecanismo de valor, através da renda da terra, que pode ser agregado a exploração do trabalho para o desenrolar da atividade capitalista. Assim sendo, para Marx, a renda da terra “é a única criação de valor do capital como valor diferente de si mesmo, diferente de sua própria produção” (MARX, 2011, p. 340). Com isso, as relações sociais de produção e a forma como se estrutura os usos e posses da terra compõem as bases essenciais para olhar as transformações que vivenciaram e vivenciam o mundo rural no contexto do capitalismo<sup>30</sup>. A realidade na qual se materializam todos esses pontos e transformações foram diversas e complexas ao longo da história moderna. Tal qual o contexto agrário da região dessa pesquisa, muitos outros recortes espaço-temporais tiveram dinâmicas próprias quanto ao agenciamento da questão agrária, sobretudo na América Latina e em países de passado colonial.

Dessa maneira, as formas de interação do capitalismo em países latino-americanos são atravessadas pelo nosso “trauma catastrófico”, a colonização. Nesse sentido, a ideia de colonialidade, como o efeito da colonização na natureza latino-americana, é elemento central seja nos tempos coloniais – monocultivos para exportação – seja nos tempos de hoje – hipermineração, insumos químicos, etc. (ALIMONDA, 2011). A colonialidade é, então, um traço paradigmático para pensar a questão agrária de um conjunto de países na América Latina, pois essa condição ultrapassa o chamado “período colonial” e se arrasta até hoje sob a hegemonia territorial e a subalternidade das nossas regiões. Essa história faz com que existamos hoje sob

---

<sup>30</sup> No caso do Brasil, Martins (2010) pontua que o processo pelo qual a terra vai passar a ser em si um instrumento de extração de renda (capitalizada) é com a Lei de Terras de 1850 e a legitimação do Estado para a mercantilização como único meio de aquisição de terras. Antes desse marco, o autor aponta que a riqueza expressa na terra – nas fazendas – era a partir dos bens acumulados produzidos pelo trabalho, nesse momento personificado no escravo. A terra em si não tinha riqueza. O fim do trabalho escravo juntamente com a Lei de Terras implicaria em uma transição, qual seja, de que o cativo deixa de estar no trabalho e passa a se expressar na terra, pois criou-se um conjunto de garantias legais e judiciais para continuar explorando a terra mesmo que o cativo estivesse acabado. Os homens libertos impossibilitados de adquirir terras, teria o trabalho igualmente sujeito aos donos de terra. A transição de terras em mercadorias, que conviveu com a transição entre o trabalho escravo e o trabalho assalariado, é o grande marco da nossa questão agrária.

a chamada “colonialidade da natureza”, que dentre muitas atribuições, é o processo de onde parte e se estrutura a ocupação destrutiva do meio ambiente e dos recursos naturais; a dependência colonial e neocolonial latino-americana; a imposição capitalista de um modelo único de modernidade; etc. (ALIMONDA, 2011).

Destarte, o desenvolvimento produtivo e com ele a emergência de atividades e demandas que estruturam a expressão contemporânea do sistema, complexifica as formas de exploração e domínio no mundo rural e dos recursos naturais. Nessa perspectiva, o enredamento das problemática agrárias atuais tem feito muitos estudos e análises perceberem o turismo como uma dinâmica, uma faceta de apropriação e exploração de territórios e recursos naturais, sobretudo em países economicamente periféricos no sistema mundo. Essa mirada, portanto, permite ampliar a lente para pensar os diferentes processos – além do setor agropecuário, da mineração, da exploração de recursos energéticos – que estão envolvidos nas configurações rurais nos últimos anos. Assim sendo, situar e mobilizar as chaves analíticas do paradigma da questão agrária para esse trabalho, se inscreve na leitura que estamos tecendo do fenômeno do turismo como agente na composição das dinâmicas agrárias contemporâneas no contexto da região do Baixo Sul.

O caso do litoral nordestino corresponde um exemplo de territorialidade em que mudanças socioespaciais tem no turismo um importante fenômeno para transformações nas relações sociais produtivas e na produção do espaço pelo capitalismo. São exemplos, de regiões da América Latina (alguns citados na seção anterior como México, Colômbia) e de diversas áreas do Nordeste brasileiro em que comunidades pesqueiras transformam suas dinâmicas econômicas e sociais a partir da instalação dos atrativos e da estrutura do turismo, como o caso de Morro de São Paulo no Baixo Sul; ou ainda a coexistência de modos de vidas tradicionais amalgamado num cenário de turismo desenvolvido, como o caso da comunidade de Garapuá. O turismo, como trazido anteriormente, diz respeito a uma atividade moderna cuja prática social se articula com o próprio desenvolvimento do capitalismo que cria sua necessidade. Nesse ponto, partimos da ideia de que no Baixo Sul a atividade turística corresponde uma das formas pela qual o capitalismo vem expandindo suas fronteiras de expansão nessa região.

Historicamente, o Brasil vivencia diversos processos de ocupação de fronteiras, em diferentes regiões e em diferentes marcos temporais. Cana de açúcar, minérios, pecuária bovina, café, borracha são alguns dos muitos exemplos de penetração de frentes ou projetos de exploração em muitas partes do país. Alguns estudos analisam os processos históricos das fronteiras agrícolas a partir da incorporação de determinadas áreas em atividades produtivas,

com o objetivo de cumprir a demanda histórico-espacial que estava sendo delineada. Essa abordagem, todavia, diz respeito a uma leitura de fronteira numa perspectiva geográfica, que observava a ocupação pelo capitalismo de áreas despovoadas ou esparsamente povoadas que passam a ser objetos de ocupação em face do potencial para a exploração agropecuária e de recursos naturais, fortemente interpeladas por programas públicos de incentivos fiscais e financeiros para o desenvolvimento agropecuário, a construção de estradas e projetos de investimentos privados (FUNDAJ, 1995). Tal análise, segundo Martins (2009) era parte dos estudos feitos pelos geógrafos a partir da década de 1940 quando conceituava o processo da *frente pioneira*:

(...) quando os geógrafos falavam de frente pioneira estavam falando de uma das faces da reprodução ampliada do capital: a sua reprodução extensiva e territorial, essencialmente mediante a conversão da terra em mercadoria e, portanto, em renda capitalizada, como indicava e indica a proliferação de companhias de terras e negócios imobiliários nas áreas de fronteira em que a expansão assume essa forma. Nesse sentido, estavam falando de uma das dimensões da reprodução capitalista do capital. (MARTINS, 2009, p.137).

Entretanto, essa perspectiva de compreensão da fronteira seria incompatível com processos históricos envolvidos nas dinâmicas dessas zonas no Brasil, pois trata-se de “uma visão unívoca e simples da fronteira e de seu significado social e político” (VELHO, 1978, p.289). A ideia de *frente pioneira* – analisada como sendo processo intrínseco da exploração capitalista – passa ser, segundo Martins (2009), deslocada a partir da década de 1950 com as análises de antropólogos<sup>31</sup>, para a ideia de *frente de expansão*. Nesse sentido, a concepção de *frente de expansão* se filia a ideia de deslocamento territorial da “população civilizada” e de atividades econômicas em algum nível reguladas pelo mercado. Um olhar, assim, que via os processos dessas frentes num prisma civilizatório, que podia ser tanto a expansão da sociedade nacional quanto a expansão do capitalismo, mas a característica estava em entender tal movimento como a expansão da fronteira de civilização.

A designação de frentes de expansão, que o próprio Ribeiro havia formulado, tornou-se de uso corrente, até mesmo entre antropólogos, sociólogos e historiadores que não estavam trabalhando propriamente com situações de fronteira da civilização. Ela expressa a concepção de ocupação do espaço de quem tem como referência as populações indígenas, enquanto a concepção de frente pioneira não leva em conta os índios e tem como referência o empresário, o fazendeiro, o comerciante e o pequeno agricultor moderno e empreendedor. Portanto, o que temos, nas duas definições, é, antes de tudo, *modos de ver* a fronteira, diferentes entre si porque são diferentes, nos dois casos, os lugares sociais a partir dos quais a realidade é observada: o do chamado pioneiro empreendedor e o do antropólogo preocupado com o impacto da expansão branca sobre as populações indígenas. Esse antropólogo não vê a frente de expansão como sendo apenas o deslocamento de agricultores empreendedores, comerciantes,

---

<sup>31</sup> Nas formulações desenvolvidas por José de Souza Martins, o enquadramento com o qual o autor situa a perspectiva da antropologia vem citado principalmente a partir dos estudos de Darcy Ribeiro e Roberto Cardoso de Oliveira.

idades, instituições políticas e jurídicas. Ele inclui nessa definição também as populações pobres, rotineiras, não indígenas ou mestiças, como os garimpeiros, os vaqueiros, os seringueiros, castanheiros, pequenos agricultores que praticam uma agricultura de roça antiquada e no limite do mercado” (MARTINS, 2009, p.135).

A partir dessa leitura, observa-se que nas formulações de Otávio Velho (2009) sobre as frentes de expansão, sobretudo no seu estudo realizado na Amazônia na década de 1960 e 1970<sup>32</sup>, a fronteira deixa de ser vista apenas como cenário de reprodução do capitalismo. As análises desse autor refletem um esforço de teorização fortemente ancorado em um recorte espaço-temporal específico, mostrando a grande diversidade de formas através das quais o território da Amazônia oriental estava sendo ocupado. Dessa maneira, Velho descreve diferentes processos, sujeitos e frentes de atividade econômica materializadas em frentes pastorais, frentes extrativistas, frentes mineradoras e frentes agrícolas. Todas elas, destarte, foram analisadas pelo autor mobilizando uma teia de elementos que atravessam múltiplas escalas, articulando interesses nacionais e internacionais, com condições e desenvolvimentos internos e etapas próprias em determinados períodos de tempo<sup>33</sup>. Dessa forma, a construção da estrada Transamazônica é objeto de análise desse autor pelos efeitos práticos para a ocupação dessa região e também elemento para analisar que a frente agrícola sempre teve seu avanço condicionado a abertura de estradas para a penetração e ligação com as principais vias de comunicação e transporte (VELHO, 2009). Essa estrada, estruturando a possibilidade de uma transição para uma agricultura tipicamente capitalista, pode resultar em muitos desdobramentos. Com base nas análises de como se articulava diversas frentes econômicas, esse autor atenta para a possibilidade, inclusive, de que a transição a uma agricultura capitalista absorva parte do campesinato como mão-de-obra e o subordine a essa lógica de desenvolvimento, como também pode deixar de fora um camponês marginalizado, que irá estabelecer um gênero de frente de expansão que fugiria desse padrão de organização.

Assim sendo, os estudos etnográficos puderam forjar um entendimento mais amplo e complexo das dinâmicas da frente – *frente de expansão* – que passa a ocupar determinada região a partir de uma intenção econômica. Nessa perspectiva, diferentes arranjos eram configurados e nem todos eles diziam respeito a um projeto de acumulação ou de exploração capitalista. A ideia da fronteira, a partir da análise da penetração dessas frentes, se inscreve ainda assim a partir de uma frente econômica. A diferença é que os estudos que passam a incorporar o conceito *de frente de expansão* ampliam a perspectiva econômica para além das relações capitalistas de

---

<sup>32</sup> O autor sinaliza seu período de pesquisa de campo nos anos de 1966, 1969, 1971, 1972.

<sup>33</sup> As frentes de extração de castanha e de mineração, por exemplo, aparecem analisadas na obra *Frente de expansão e estrutura agrária* (1972) em fases diferentes e em momentos diferentes.



produção, falam das redes de trocas ou de comércio, que expressam “a expansão do capital que não pode ser qualificada caracteristicamente como capitalista” (MARTINS, 2009, p.37). No sentido de abarcar essas múltiplas formas de articulação econômica e de ocupação do espaço, que Martins (2009) vai entender que a ideia de *frente de expansão* é uma categoria sociológica mais rica e apropriada para a reflexão sobre fronteira. Isso porque, a partir dessa perspectiva poderá ser evidenciado o que esse autor considera ser o elemento chave para pensar a fronteira: o lugar e o tempo de conflito e de alteridade.

O espaço de fronteira, nesse sentido, consiste essencialmente como “ponto limite de territórios que se redefinem continuamente, disputados de diferentes modos por diferentes grupos humanos” (MARTINS, 2009, p. 10). A ideia de “conflito de humanidades” é traço central para entender esse cenário, uma vez que, aí se agrega a interação de lados diferentes, “o lado de cá” e o “lado de lá” da fronteira. A eleição da categoria do conflito, destarte, agencia os atores e os processos sociais em uma situação de fronteira, de maneira que ela não é apenas vista como um vazio econômico com ocupação ou exploração abaixo do seu potencial (SISCSÚ; LIMA, 2000). É comum, contudo, nos estudos contemporâneos, principalmente sobre fronteira agrícola, que essa dinâmica esteja analisada pela busca e a exploração de terras sob a égide das commodities do agronegócio. Nessa linha, volta-se a recrutar o tema pela hegemonia da ocupação capitalista da fronteira.

Se é verdade que o capitalismo é o protagonista de diversos arranjos hegemônicos em várias partes do mundo, inclusive nas zonas de fronteira, é também verdade reconhecer que “a situação de fronteira é a situação de conflito” (MARTINS, 2009, p. 25). Voltemos, assim, a aposta teórica de empreender a análise do turismo e da questão agrária no Baixo Sul a partir da ideia de “fronteira turística”. Essa ideia ganha impulso na provocação de Porto (2016) – quando associa o turismo ao principal indutor da corrida por terras no Baixo Sul e sugere se tratar de uma “fronteira turística” – e sustentação nas formulações de Martins (2009) – quando defende que um estudo sociológico e a pesquisa científica sobre fronteira depende da incorporação da sua forma de conflito. Dessa maneira, partiremos da síntese de que a fronteira se estabelece a partir de duas questões centrais, quais sejam i) é uma dinâmica configurada pela ocupação do espaço por alguma forma econômica<sup>34</sup> e ii) seu processo engendra uma situação de conflito. Fronteira turística, então, identifica o turismo como uma frente econômica em um processo

---

<sup>34</sup> Em Martins, tanto as abordagens sobre frente pioneira ou frente de expansão, se encontram no entendimento de que se trata de uma dinâmica de inserção econômica em um determinado território. Nesse sentido, os estudos de Otávio Velho (2009) na Amazônia, ainda que essa inserção econômica não esteja insulada nas relações de produção capitalista, é todo construído a partir da complexidade que envolve a articulação de frentes de expansão econômica (de gado, de castanha, de diamante, de arroz, etc.).

espaço-temporal, que por sua vez não é hegemônico, nem unilateral, mas sim historicamente contraditório.

Com base nessa reflexão, o turismo no Baixo Sul se apresenta como atividade que se concretiza em perspectiva. Isso quer dizer, portanto, que a inserção de pesquisa nesse território foi desvelando essa atividade a partir de diferentes contextos de funcionamento e não como um fenômeno homogêneo. Contudo, como buscaremos discutir ao longo do trabalho, a penetração dessa atividade na região se dá por meio de um projeto de desenvolvimento do Estado, que consolida uma série de dinâmicas infraestruturais para subsidiar a consolidação de um turismo na sua face de indústria turística. Isso quer dizer, que na porção litorânea do Baixo Sul essa atividade responde por muitos processos de apropriação capitalista no domínio do território: o investimento estatal em infraestrutura; a concentração de terras pelo capital empresarial; a elitização de comunidades locais; a implementação de novas configurações socioculturais; a dinamização econômica de setores específicos; etc.

A forma de entrada do turismo nessa região, entretanto, não foi feita no cenário de vazios socioeconômicos. Se há, a partir das teorizações de Martins (2009), a ideia de que fronteira não está condicionada a ocupação de espaços desprovidos de sociabilidade e dinâmicas próprias, a fronteira turística do Baixo Sul, a partir da década de 1990, se depara com realidades locais que serão ora absorvidas pela sua configuração de mercado, ora traduzidas a partir de um funcionamento híbrido, ora forjando conflitos e disputas de diretos com as mudanças articuladas por essa atividade. O estudo de caso da comunidade de Garapuá, bem como a menção a outros exemplos no Baixo Sul, possibilita seguir analisando o caráter de conflito que o turismo gera na ocupação dessa região, ao construir uma dinâmica de expansão econômica. Nessa perspectiva, cabe a partir de então, refletir com cuidado as questões mais internas desse território para mobilizar certas categorias de análise que foram formuladas em marcos específicos do contexto agrário brasileiro. A relação do turismo no Baixo Sul circunscreve um contexto territorial muito específico quanto as zonas litorâneas, que demanda, portanto, situar adentrar nas caracterizações dessa perspectiva espacial.

Essa aproximação conceitual na tentativa de analisar os tentáculos do turismo enquanto atividade econômica, obviamente que não se trata de uma correspondência direta aos exemplos de fronteiras agrícolas estudadas<sup>35</sup> por parte dos teóricos citados. Antes disso, trata-se de um esforço de reflexão para entender o fenômeno no turismo no Baixo Sul assumindo também o

---

<sup>35</sup> No caso de Otávio Velho e José de Souza Martins, as análises advinham principalmente dos estudos que realizaram da região Amazônica do Brasil.

papel em dinâmicas fundiárias e na composição socioespacial de muitas localidades desse território. Assim sendo, mesmo tendo em vista que a cadeia de funcionamento do turismo, tal qual a infraestrutura que se implementa para o seu desenvolvimento, interpela a região do Baixo Sul em um raio mais amplo do que somente os destinos turísticos propriamente ditos, é importante esclarecer que a incidência e os efeitos dessa atividade circunscrevem principalmente a porção costeira dessa região. Com isso, buscamos demarcar o Baixo Sul, a partir do próximo capítulo, como um território diversos e de múltiplas formas de ocupação, de uso e de atores sociais. O turismo é, assim, um desses agentes no amálgama da questão agrária e precisamente a partir de um contato direto com a parte litorânea/ costeira do Baixo Sul.

O território do Baixo Sul agrega, portanto, uma porção litorânea e uma porção continental <sup>36</sup>. A expressão mais direta do fenômeno do turismo nessa região embora se concentre na região de ilhas, praias e portuários, hoje em dia envolve boa parte da região entorno dessa atividade. Dessa maneira, as análises acerca do turismo nesse recorte espacial projetam a necessidade de observar a particularidade expressa nos territórios costeiros. Há um extenso debate acerca da ideia do que é rural/ de ruralidade. Isso porque, trata-se de uma categoria de difícil delimitação e precisão, pela amplitude de dinâmicas que podem ser recrutadas desde uma perspectiva de ruralidade. As comunidades da “*beira*”<sup>37</sup>, assentadas na porção litorânea do Baixo Sul estão entendidas aqui, assim, tanto numa perspectiva mais ampla de ruralidade – visto que se difere também da paisagem e das dinâmicas do urbano –, quanto de uma perspectiva mais particular de serem uma área costeira.

As áreas costeiras compreendem a zona de contato entre os conjuntos do continente e do mar, mas sua definição e delimitação sofre influência das disciplinas e dos conceitos mobilizados para caracterizar esse tipo de território. Para as Ciências Sociais, essas áreas são as que abrangem as zonas que direta ou indiretamente estão interpeladas pela dinâmica das atividades nas regiões costeiras, de mar ou terrestre (PROST, 2013). Em uma perspectiva de escala global, a região costeira abarca uma faixa territorial relativamente estreita, mas que abriga diversas peculiaridades por sua conexão territorial entre dois conjuntos. Trata-se de uma área natural com ecossistema variado – praias, restingas, manguezais, lagoas, estuários, baías – e com específicas configurações socioespaciais.

Mas a região costeira tem também especificidades do ponto de vista social, ao abranger desde núcleos pequenos de populações tradicionais até metrópoles. Esta

---

<sup>36</sup> Dos 15 municípios do Baixo Sul, 8 estão situados na parte da costa.

<sup>37</sup> Uma menção metafórica com base em Velho (1978) – quando categoriza os povos do “centro” e os da “beira” (beira do rio) – como referência ao caso do território do Baixo Sul que tem as comunidades do interior/continental e as comunidades de beira de praia.

ocupação privilegiada se fundamenta em grande parte sobre os usos econômicos extremamente diversos como certas indústrias (ex.: construção naval ou petrolífera), a aquicultura, o turismo ou atividades extrativistas de natureza artesanal como a pesca. Estes usos podem competir entre eles e opor diferentes grupos sociais, econômicos ou ainda políticos”. (PROST, 2013).

O sentido de território costeiro pode ser entendido numa dimensão ampla que corresponde, por exemplo, a maioria das capitais nordestinas e de maneira geral, de boa parte do adensamento populacional no mundo. Na geopolítica, essas zonas têm o caráter geoestratégico do mar com a histórica função de escoamento produtivo, instalações industriais, estratégias militares. Demograficamente, as porções litorâneas são preferidas para a urbanização e moradia, por isso, usualmente são zonas densamente povoadas. A dimensão física do território costeiro impõe sobre ele o aspecto da fluidez enquanto inerente às suas dinâmicas naturais (ondas, marés, ventos, tempestades, erosão, oscilações do nível do mar). Assim sendo, sua delimitação conceitual quanto a conjunção de terra e mar também é permeada pela ideia de fluidez e da apreensão social diante do que significa costeiro.

A zona costeira se caracteriza, portanto, por sua tridimensionalidade, pelo encontro das águas (doces e salgadas) com a terra e a atmosfera, e por sua ‘fluidez’, de água e de ar, mas também de gente, embarcações, mercadorias e significados. Como espaço físico, é de certa forma indeterminado, já que a definição de limites físicos passará sempre por uma escolha social mais ou menos arbitrária. É antes um território culturalmente construído do que um espaço fisicamente dado. (ANDRIGUETTO, 2004, p. 189).

A partir dessa perspectiva, o autor citado acima problematiza epistemologicamente o lugar do costeiro nas interfaces entre o rural e o urbano. O caráter multidimensional que pode ser mobilizado para adentrar dinâmicas nesse território, traz complexidade e singularidades numa direção que nem sempre é equacionada a partir das categorias rural/ urbano, embora não as exclua. Um pescador, por exemplo, pode ser lido como um sujeito costeiro no âmbito do “rural”, mas que muitas vezes mora na cidade (ANDRIGUETTO, 2004). Essa abordagem, evidencia que relações sociais, de propriedade e a natureza dos conflitos em torno das regiões costeiras, como o Baixo Sul baiano, ampliam o que aqui pontuamos como “questão agrária” ou problemáticas “rurais”, dado que se trata de dinâmicas territoriais singulares e características do contexto litorâneo.

As áreas costeiras, por sua vez, não têm ocupação homogênea ao longo do território brasileiro. No Brasil, a intensificação da ocupação litorânea data do período de colonização, em que o caráter comercial que configurava a economia dessa época demandava cidades portuárias. Isso explica a origem de importantes polos e centros no país ao longo do litoral, em que 13 das 17 capitais do país estão na porção costeira do território. Todavia, são múltiplas as combinações

de cenários na costa, a coexistência de urbanização, comunidades tradicionais, cidades portuárias, industriais, atividade turística, enfim muitos usos e ocupações.

As diferenças regionais, e suas disparidades econômicas e culturais, são outro fator que expressa uma ocupação costeira diversa no Brasil. Desde grandes cidades litorâneas com elevada densidade populacional até grandes extensões de terra com povoamento disperso e rarefeito (OLIVEIRA; SOUZA, 2014). A configuração do espaço costeiro, portanto, pode ser mobilizada por diferentes processos de desenvolvimento e ocupação. Metrôpoles e comunidades tradicionais; industrialização e pesca, ao passo que distingue a concepção do território, interagem entre si no confronto de interesses em face da possibilidade produtiva de zonas costeiras.

Industrialização, urbanização e turismo são, conforme Moraes (1999:23), ‘três principais vetores de desenvolvimento que comandam o uso do solo e o ritmo de ocupação’ da Zona Costeira. Como marca histórica da produção do espaço nesta zona, esses vetores de transformações se manifestam a partir de atividades que, de certa maneira, podem se distinguir quanto às formas de implementação, diferindo-se quanto ao padrão de ocupação e espacialmente ao longo da costa, mas, por outro lado, seguem a mesma lógica voltada à exploração dos recursos e das potencialidades naturais e locais do território”. (OLIVEIRA; SOUZA, 2014, p. 523).

Dessa maneira, na literatura da Geografia que se debruça a analisar as zonas costeiras é verificável que os processos de industrialização, urbanização e turismo são apontados como as principais formas de configuração desses territórios. Esses processos podem se apresentar de forma conjugada ou não. No que diz respeito ao turismo, essa atividade pode ser justamente a que se desenvolva no espaço costeiro como locus de um mundo rural específico. Nesse caso, o rural vem com a ideia de natureza e contemplação, um rural não agrícola, muito endossado pela indústria do turismo. A ideia de um rural costeiro centra-se especialmente pela presença de atividades ligadas ao mar, como a pesca, numa lógica de *maritimidade* (PAIXÃO, 2016). Essas dinâmicas do espaço costeiro, por sua vez, estão se transformando sob o crivo da ideia de desenvolvimento que o turismo projeta como uma vocação econômica para as zonas litorâneas.

Nessa perspectiva, o turismo nessas zonas costeiras em espaços não urbanizados tem a conotação do turismo de praia, o mais popular e massivo tipo turístico no Brasil. Na análise sobre tipos de turismo no território nacional, suas dinâmicas e especificidade, Cruz (2003) aponta para a tendência de privatização das zonas litorâneas, seja de forma direta ou indireta pelo turismo de praia. A legislação brasileira de gerenciamento às zonas costeiras data da Lei n. 7.661/88, que institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro – PNGC e passa a partir daí a definir o que é praia. Antes desse marco legal não havia qualquer instrumento de regulação

e ordenamento dessa porção do território. Segundo a lei, “entende-se por praia a área coberta e descoberta periodicamente pelas águas, acrescida da faixa subsequente de materiais detriticos, tais como areia, cascalhos, seixos e pedregulhos, até o limite que se inicie a vegetação natural ou, em sua ausência, onde começa um outro ecossistema”.

Tal definição de praia, na Lei n. 7.661/88, mostra que os limites que a determinam não são precisos e sua demarcação depende de características naturais de que cada trecho litorâneo, o que demandaria, portanto, estudos especializados para a efetivação do raio de atuação da lei e do PNGC (CRUZ, 2003). O Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro tem como objetivo principal “orientar a utilização racional dos recursos da Zona Costeira, de forma a contribuir para elevar a qualidade de vida da sua população e a proteção do seu patrimônio natural, histórico, étnico e cultural”. A Lei que institui esse Plano, determina ainda que as praias são “bens de uso comum do povo”<sup>38</sup>, o que coloca em termos de legislação de que não existe praia particular, ou estadual, ou municipal. Essa perspectiva, traz a afetação de que a praia é um bem público da União, ainda que na prática, uma vez que a Constituição Federal estabeleça diretrizes de caráter geral para a proteção do meio ambiente, caiba aos estados e municípios legislar sobre suas especificidades regionais (MACHADO, 1991; CRUZ, 2003).

Além do uso comum à praia, o PNGC diz ser “assegurado, sempre, livre e franco acesso a elas e ao mar, em qualquer direção e sentido, ressalvados os trechos considerados de interesse a Segurança Nacional ou incluídos em áreas protegidas por legislação específica”. Nessa perspectiva, outro artigo do Plano repassa o trecho citado dizendo que não será permitido a urbanização ou o uso do solo que dificulte ou impeça o acesso a Zonas Costeiras. Para Cruz (2003), a maior dificuldade em efetivação para se cumprir esses dispositivos legais são a ineficiência de organismos de fiscalização e a fragilidade do sistema jurídico brasileiro em fazer valer o interesse público da nação. Na escala estadual, as legislações não costumam serem explícitas nas suas constituições sobre normativas de proteção às praias, as quais estão subordinadas à proteção de ecossistemas ou formações naturais<sup>39</sup>. Dessa forma, seja pela ausência de dispositivos estaduais de proteção ambiental às praias, seja pelas normativas federais de caráter geral, não se assegura também ao que diz respeito a sua privatização.

Nesse sentido, o que essas informações revelam sobre a perspectiva de privatização de porções do território costeiro, por meio das praias, é de que ainda que legalmente sejam espaços

---

<sup>38</sup> Além do Plano citado, o artigo 20 da Constituição Federal, define, dentre outras matérias, que o mar territorial, praias, manguezais, etc. são bens inalienáveis da União.

<sup>39</sup> Dos dezessete estados litorâneos, apenas a Paraíba (artigo 227) e o Rio de Janeiro (artigo 265) apresentam nas suas respectivas constituições, as praias como área de preservação permanente. E apenas Alagoas e Paraíba abordam aspectos sobre a urbanização do litoral (Cruz, 2003).

de domínio da União e cujo uso é comum e de livre acesso, na prática a ineficiência de fiscalização e a abstração genérica dos mecanismos de proteção ambiental destinada a tais áreas, permitem processos de ação antrópica, de urbanização e de apropriação territorial. Contudo, a privatização de praias não é algo nem recente, nem exclusivo do Brasil (CRUZ, 2003). A instalação de portos representa das mais antigas formas de privatização das praias para fins comerciais e a logística de chegada e saída marítima para as mercadorias. Além dos portos, com instalações de grande porte, na década de 1980 começa a se espalhar por território nacional outro tipo de atracadouro, as marinas. Essas últimas são atracadouros para embarcações de lazer e veraneio, que contam com infraestruturas cada vez mais sofisticadas.

No que diz respeito ao fenômeno do turismo, os espaços litorâneos como destinos de lazer e contemplação constituem os fatores que impulsionam um dos principais processos de privatização desses territórios hoje no Brasil (CRUZ, 2003). A apropriação privada e a urbanização dos espaços litorâneos têm destacado as infraestruturas de turismo e lazer sobre formas de uso e propriedade das praias. As infraestruturas turísticas têm se instalado cada vez mais próximas das praias e em muitos casos na própria praia, o que traz como resultado a privatização de vastos trechos litorâneos por hotéis, resorts, condomínio de segundas residências, bares e outros equipamentos ligados a atividade turística e de lazer.

Essa privatização ocorre de duas formas: uma, clara, explícita, que pode ser facilmente identificada por meio de cercas, muros e outras formas concretas de isolamento de determinada área; e outra, mais sutil, porém tão arbitrária quanto a primeira, camuflada por uma aparente ausência de limites precisos entre o ‘bem de uso público comum’ e a ‘propriedade privada’. Nesse caso, o isolamento se dá por meio de barreiras imaginárias, geralmente impostas pela predominância, no local isolado, de um dado comportamento social hegemônico do ponto de vista da condição social de seus indivíduos. Este é o caso, por exemplo, de condomínios de segunda residência instalados em diversos trechos do litoral brasileiro, que embora permitam o acesso de visitantes às praias por eles privatizadas, controlam a entrada de pessoas com guaritas e vigilância permanente. Em diversos casos, o acesso livre somente é permitido ao pedestre”. (CRUZ, 2003, p. 87).

Uma característica muito presente, para pensar nas dinâmicas que configuram os espaços costeiros, diz respeito a que são zonas de intenso conflito. Isso se dá, porque essas áreas correspondem a histórica ocupação produtiva e populacional, gerando o surgimento de conflitos de interesse a partir dos diferentes usos do território. O entrelaçamento de interesses em torno das zonas costeiras concentra-se principalmente pela incongruência entre grupos sociais que se apropriam das regiões litorâneas com fins empresariais (a infraestrutura de equipamentos turísticos e a especulação do setor imobiliário) e grupos sociais cujo o modo de subsistência e reprodução da vida está ligada ao uso desses espaços (pescadores, marisqueiras, extrativistas).

Daí, portanto, o relevo aos processos de conflitos recorrentes nos estudos sobre a dinâmica social em áreas costeiras.

Para o professor José Milton Andriguetto Filho (2004), a categoria conflito pode ser tomada como um fio condutor na análise do território costeiro. Em seus estudos, esse autor atenta para a especificidade das dinâmicas físicas, legais e socioculturais desses espaços, que não são prontamente enquadrados na clássica diferenciação geográfica urbano versus rural. O conflito se destaca, sob uma perspectiva interdisciplinar, como um recorte que permite desvelar as tensões que se estabelecem entre a sociedade e a natureza, perpassando as dinâmicas ecológicas, sociais e econômicas que configuram as zonas costeiras. Entre os tipos de conflitos característicos dessas áreas Andriguetto Filho (2004) destaca: o livre acesso aos recursos pesqueiros, propiciado pela natureza física da zona costeira; os conflitos decorrentes da ocupação intensa de todos os tipos de ambiente na zona costeira, particularmente os associados à instabilidade da linha de costa; políticas públicas desajeitadas ou incompetentes para gerir os sistemas costeiros e as especificidades dos territórios de manguezais, etc.

A costa nordestina, sobretudo sob a dinâmica das atividades turísticas, vivencia a intensificação de conflitos com os usos do território. Diversos estudos sobre o turismo litorâneo recaem em olhar para o Nordeste como região que presenciou e presencia a elevação dessa atividade enquanto frente para o desenvolvimento do território a partir da década de 1990. Nessa região, justamente, os territórios costeiros protagonizam o cenário de emergência e problemática dessa atividade pelo clima quente em boa parte do ano e as belezas naturais. Nesse aspecto, é curioso observar que, falando de conflito em regiões costeiras a partir do turismo, esse fenômeno não só está associado à implementação de infraestrutura e equipamentos, como já citado como formas de ocupação da costa, mas se vinculam também a processos de conflito ligados à especulação fundiária e imobiliária e a gentrificação de zonas e comunidades. Entendendo que é uma atividade de muitas camadas e estágios, o turismo foi lido por Rodrigues (2010), no exemplo do Ceará, como o problema de fundo dos 20 conflitos fundiários, presentes em 40% dos municípios da costa litorânea e envolvendo três categorias principais de interesses: assentamentos humanos, especulação imobiliária e atividades econômicas.

No território de pesquisa e análise desse trabalho, o Baixo Sul também vivencia, enquanto zona costeira, a presença de conflitos ao longo da história, decorrente da tensão dos usos do espaço. Dentre os conflitos existentes hoje no Baixo Sul, nas comunidades de praia,



destacam-se<sup>40</sup> – pelo embate que as comunidades locais vêm fazendo com os agentes externos que têm explorado atividades incompatíveis com os usos de subsistência e preservação do território – as comunidades de Pratigi em Camamu quem tem vivenciado a atividade da mineração do tipo de extração de areia; a comunidade de Cova da Onça frente a um empreendimento do tipo turístico que está em implementação e a comunidade de Garapuá, a qual falaremos ao longo do trabalho, com a tensão dos cercamentos de terra e apropriação privada de espaços públicos de uso comum.

No âmbito do estado da Bahia, o Baixo Sul é depois da região de Salvador/ Baía de Todos os Santos, a segunda região costeira com mais número de comunidades pesqueiras e/ou colônia de pescadores concentradas na divisão do território de identidade. A menção ao turismo já feita, que tem nessa região um dos principais polos do estado, converge as análises da literatura sobre território costeiro, como sendo essa região espaço da coexistência de interesses diferentes, quais sejam dessas comunidades nativas da pesca, extrativismo, etc. e dos fenômenos que se apropriam dessa porção litorânea. No caso do Baixo Sul, a visualização imagética dessa realidade segue nos mapas abaixo, produzidos pelo grupo Geografar/UFBA numa escala de Bahia<sup>41</sup>, em que o primeiro (mapa 1) ilustra a representação de colônias e associações pesqueiras e o segundo (mapa 2) o tipo de conflito dessas zonas costeiras. De acordo com a análise do mapa, ao que se refere a porção Baixo Sul, a principal incidência de conflitos ilustrados, tipificada por essa instituição, são: i) turismo; ii) cercas e apropriação; iii) especulação imobiliária; iv) desmatamento.<sup>42</sup>

---

<sup>40</sup> Segundo análise dos dados no Relatório de Conflitos Socioambientais do Conselho Pastoral de Pescadores (CPP) em 2016 e entrevista realizada em 2019 com a coordenação da CPP no Baixo Sul da Bahia, em que analisamos conjuntamente as questões elencadas no relatório de 2016, afim de atualizar com processos de conflitos mais recentes, os quais essa organização tem atuado na costa do Baixo Sul.

<sup>41</sup> Nos mapas elaborados pelo grupo de pesquisa Geografar, a porção do Baixo Sul está por nós assinalada em vermelho.

<sup>42</sup> Além da presença desses conflitos elencados, a região também apresenta segundo a leitura desse mapa conflitos do tipo: aterramento de mangue; poluentes; carcinicultura; privatização das águas; conflitos fazendeiros x indígenas e pescadores; petróleo e gás.

## COLÔNIAS, ASSOCIAÇÕES, SINDICATOS E COOPERATIVAS DE PESCADORES(AS) POR MUNICÍPIO - 2015

### ESTADO DA BAHIA

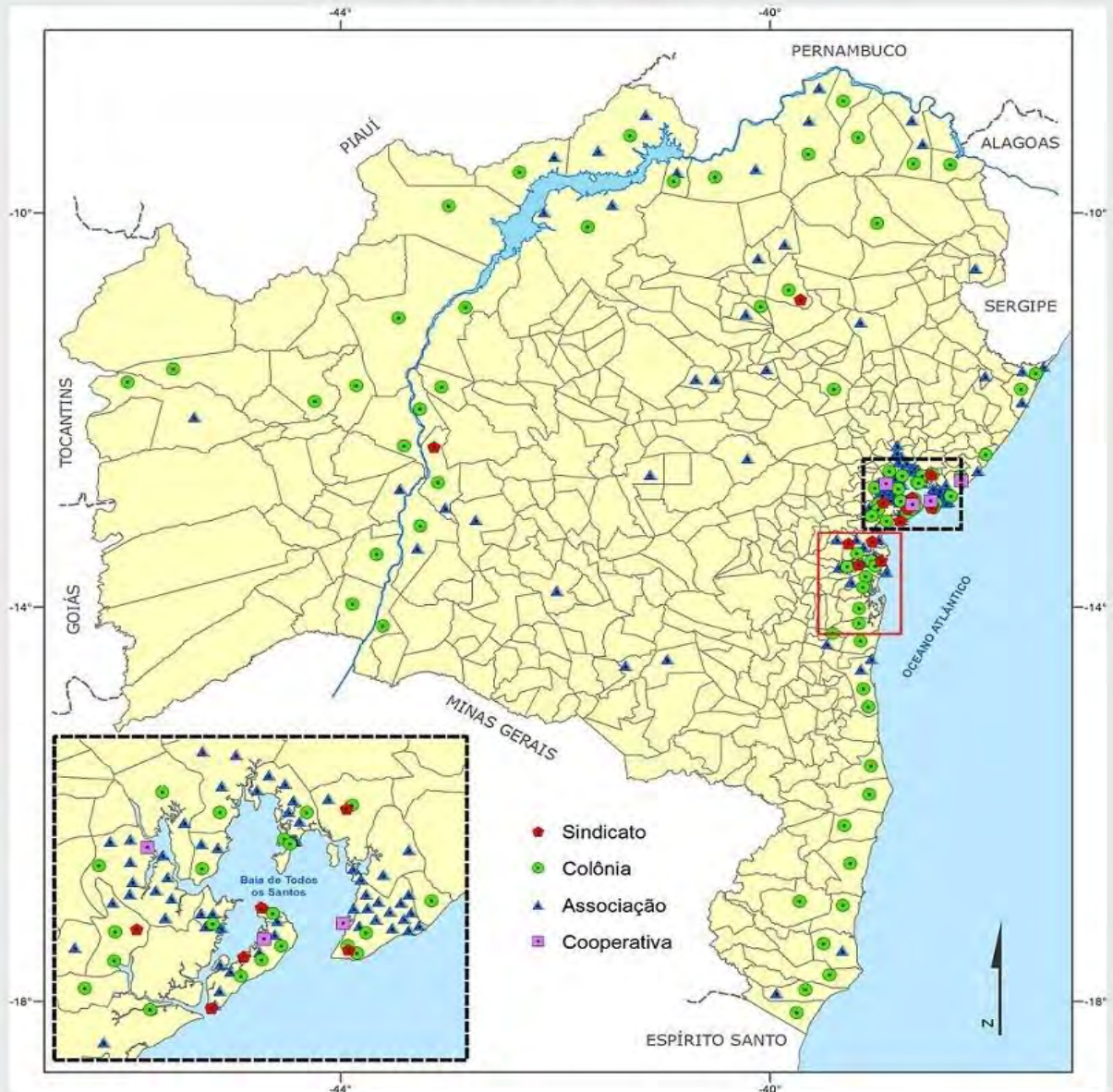
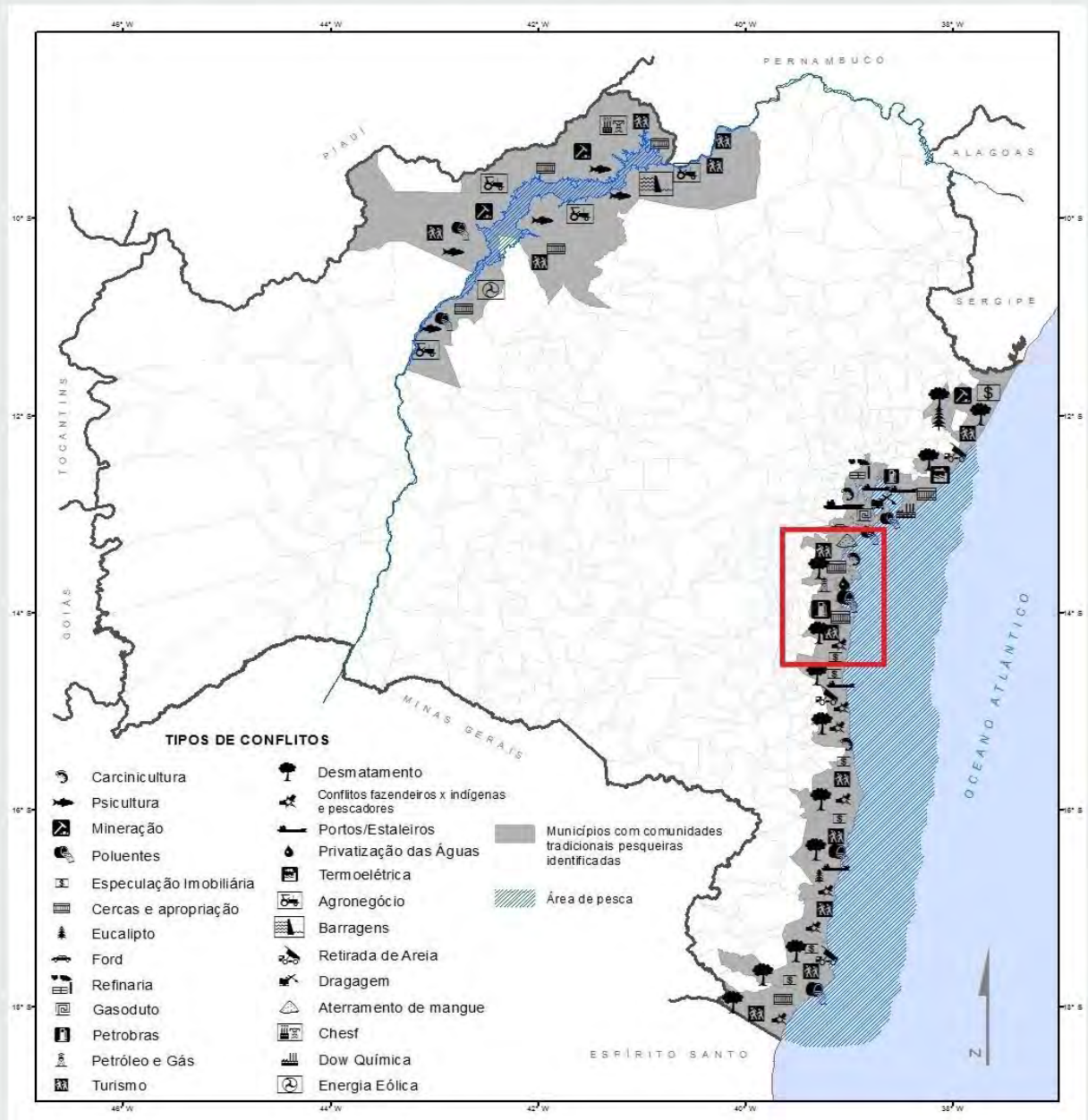


Figura 4 - Mapa de colônia, associações, sindicatos e cooperativas de pescadores (as) por município do Estado da Bahia. Fonte MPA, 2015; Elaboração: Geografar, 2017. Grifo nosso - Baixo Sul em destaque, assinalado na caixa em vermelho.

# Conflitos em Comunidades Tradicionais de Pescadores (as) Artesanais - 2014

Estado da Bahia



Fonte: CPP; MPP, 2014.  
Base cartográfica: SEI (adaptada).  
Coleta de dados: Kássia Rios, 2014.  
Elaboração: Projeto GeografAR, 2014.  
Obs: Localizações dos dados não georreferenciadas.

0 50 100 150 200  
km  
1:4.200.000

Figura 5 - Mapa de conflitos em comunidades tradicionais de pescadores (as) artesanais do Estado da Bahia: Fonte MPA, 2014; Elaboração: Geografar, 2014. Grifo nosso - Baixo Sul em destaque, assinalado na caixa em vermelho.

Um olhar lançado para o fenômeno que observa as implicações do turismo na organização agrária, quanto ao uso e propriedade de terra, se insere como elemento de análise na medida que o campo de pesquisa na comunidade de Garapuá evidenciou um cenário de i) coexistência de turismos no contexto mais amplo do território, desde o turismo local como experiência atual dessa comunidade até um turismo consolidado em boa parte do seu entorno no âmbito das ilhas de Tinharé e Boipeba e ii) o tensionamento na organização fundiária da comunidade de Garapuá, numa perspectiva de conflito entre os interesses da população local e a concentração de terras no processo que Bianchi (2011) menciona como o caráter especulativo turístico-imobiliário.

Destarte, a análise do caso de Garapuá demanda olhar a indústria do turismo (presente principalmente na localidade Morro de São Paulo) como um processo essencial da emergência de problemáticas agrária. Nesse sentido, os debates iniciados das seções anteriores quanto ao caráter de consumo do espaço pela atividade turística, bem como seu papel de acumulação e expansão territorial na dinâmica capitalista em países periféricos, dialogam com o contexto de análise desse estudo, na medida em que “o turismo vem configurando uma nova faceta da questão agrária no litoral nordestino, e que o Baixo Sul é uma de suas principais fronteiras de expansão” (PORTO, 2016). Dessa forma, avançaremos nas discussões observando algumas das dinâmicas agrárias presentes nesse território, na intenção de situar os diferentes processos de ocupação, produção e disputa no Baixo Sul.

Nessa perspectiva, o turismo deve ser visto em um contexto maior, tanto na concepção do seu projeto para o Nordeste brasileiro, quanto na forma como ele começou a se desenvolver no litoral do Baixo Sul. Diversos arranjos políticos a nível do Estado da Bahia e em nível local; investimentos em infraestrutura para promoção do turismo – com o exemplo central da ampliação da rodovia BA 001 – vem tornando as terras desse perímetro (da chamada “Costa do Dendê”) cada vez mais valorizadas, fazendo, então, que essa atividade tenha papel importante na composição atual da estrutura agrária da região, sobretudo nos últimos 25 anos. Porto (2016) destaca o avanço do turismo como um dos principais agentes contemporâneos na corrida por terras no Baixo Sul.

## CAPÍTULO II

### A QUESTÃO AGRÁRIA NO BAIXO SUL E O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO TERRITÓRIO

Um dos processos históricos de importante envergadura na configuração agrária do Baixo Sul baiano, consiste na transformação deste território em função das dinâmicas advindas com o turismo, sobretudo a partir dos anos de 1990, com a implementação do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR NE). A questão agrária no Baixo Sul, portanto, é atravessada ao longo da história por uma diversidade de usos do território – com diferentes ciclos e agentes – e o turismo se localiza como um dos arranjos presentes na configuração do desenho agrário desta região. O PRODETUR, assim, configurou uma série de mudanças socioespaciais no Nordeste, desde a implantação de uma infraestrutura direcionada à atividade turística, até à construção de estradas e a chegada de saneamento básico em pequenos lugarejos. A década de 1990 foi marcada por significativas transformações em regiões de interesse turístico como o Baixo Sul da Bahia. A ideia discutida anteriormente sobre o avanço de fronteira turística, se inscreve na forma pela qual muitas localidades do território do Baixo Sul foram interpeladas pela chegada de investimentos do PRODETUR, com a chegada de novos atores, a implantação de unidades de conservação, a construção da estrada que liga a Costa do Dendê a Costa do Cacau<sup>43</sup>, apenas para citar algumas das transformações importantes ocorridas neste período.

Nessa perspectiva, uma vez debatidos aspectos mais gerais e estruturais sobre a atividade turística no capítulo anterior, objetivamos nesse capítulo discutir como esse fenômeno se materializa no litoral do Nordeste e na nossa região de pesquisa. A análise do fenômeno do turismo no Brasil e em países latino-americanos sugere, assim, uma atenção particular aos processos vivenciados pelo Nordeste brasileiro, diante do desenvolvimento dessa atividade, principalmente a partir da década de 1990. Nesse sentido, o que tivemos a oportunidade de observar revisando literatura sobre o tema – consultando estudos que analisam tanto a chegada de políticas programática para o turismo, quanto a forma pela qual ele passa a ser agenciado em localidades do Nordeste – reforça a ideia de que a partir desse período o turismo é projetado para essa região como a estratégia de desenvolvimento e modernização do território. Mais do

---

<sup>43</sup> Essa nomenclatura diz respeito a divisão territorial feita pela Secretaria do Turismo das zonas turísticas da Bahia, em que parte da região do Baixo Sul é a Costa do Dendê e parte da região Sul (no perímetro de Ilhéus) é a Costa do Cacau.

que um setor da economia, a atividade turística nos anos 1990 compõe um conjunto de iniciativas e investimentos que incide em diversas dimensões no litoral nordestino e assume relativo protagonismo na agenda pública visando sua dinamização econômica e a criação de todo um conjunto de infraestruturas que buscam viabilizar a chamada indústria do turismo.

Assim sendo, o elemento concreto de materialização desse processo está na implementação do PRODETUR NE, em suas duas fases: em (1992–2003) e (2004–2010). Essa política institucionaliza a estratégia do Estado para ações com foco no turismo no litoral nordestino, agregando iniciativas que até então estavam desarticuladas e coadjuvante no planejamento do setor. A partir da implantação do PRODETUR, começa a ser explorado, com interferência do Estado e o investimento de capitais privados, o suposto “potencial natural” que o Nordeste detinha para o avanço do turismo. Dessa maneira, esse programa, voltado ao desenvolvimento do turismo, vai cumprir nessa região a função de uma estratégia mais ampla de desenvolvimento territorial, no contexto de uma realidade empobrecida e economicamente dependente do Sudeste do país. Ou seja, nas décadas anteriores a implementação do PRODETUR, a tentativa de industrializar a região Nordeste esteve limitada e muito condicionada às dinâmicas industriais da região Sudeste, o que fez com que o Estado brasileiro visse no turismo uma nova frente para desenvolver e explorar economicamente a região.

Antes, portanto, de buscar entender o processo de chegada e desenvolvimento do turismo em si, sinalizaremos brevemente alguns processos associados às dinâmicas agrárias do Baixo Sul, a fim de alargar o olhar sobre esse contexto. Dessa forma, buscamos dedicar na primeira seção deste capítulo um breve apanhado histórico da trajetória agrária do Baixo Sul, a partir de estudos historiográficos realizados sobre a região, a fim de contextualizar alguns aspectos que estavam presentes na sua organização socioespacial. A compreensão da pluralidade de sujeitos e processos históricos presentes nas formas de ocupação do Baixo Sul, pretende situar os elementos que antecedem e que coexistem com o turismo enquanto mais um arranjo econômico que irá afetar as formas de uso, posse e relações sociais da terra nessa região.

A partir disso, então, debateremos na segunda seção o processo de implantação atividade turística, contextualizando seu contexto de emergência como um projeto nacional, de envergadura nacional, voltado ao desenvolvimento da região Nordeste do país. Isso porque, falar de turismo no Baixo Sul perpassa por entender configurações mais amplas do próprio desenvolvimento e consolidação desta atividade no Brasil. Apresentamos, ainda, nessa seção, alguns elementos relacionados às particularidades do contexto baiano, tendo em vista a

centralidade assumida pela atividade turística nos governos carlistas <sup>44</sup>, envolvendo, uma estratégia de fusão entre cultura e turismo na projeção de um “produto Bahia”. Dessa forma, focando no recorte do Baixo Sul, nos parece ponto-chave adentrar na discussão do processo de inserção desse fenômeno na região, através das dinâmicas implementadas na comunidade de Morro de São Paulo. Por essa razão, introduzimos nessa parte do trabalho um subitem buscando descrever algumas características do funcionamento do turismo em Morro de São Paulo, por representar a porta de entrada dessa atividade na região.

Por fim, na seção 2.3, adentramos a desafiadora tarefa de apresentar e qualificar alguns dados quantitativos que nos permitem levantar algumas questões acerca das relações estabelecidas entre o turismo e a questão agrária na região de pesquisa. Tendo em vista que a relação do turismo com a estrutura e as práticas relacionadas ao uso, posse e propriedade da terra não estão dadas a priori, a última seção é o resultado de um esforço investigativo e ainda principiante de entender como o turismo – principalmente a partir do município de Cairu – incide como elemento na estrutura agrária do Baixo Sul a partir da década de 1990. Para tanto, discutiremos alguns dados que elaboramos a partir dos censos agropecuários do IBGE e dos cadastros de imóveis rurais no INCRA, com o objetivo de levantar algumas pistas para refletir o papel do turismo no contexto fundiário do Baixo Sul.

## **2.1. Algumas considerações sobre dinâmicas agrárias no território do Baixo Sul**

A possibilidade de analisar a intercessão do processo do turismo no território do Baixo Sul na Bahia com sua Questão Agrária demanda, portanto, adentrar nos elementos que estruturam o uso e a propriedade da terra nesse território, bem como, as relações sociais inerentes a esse contexto ao longo da História. Desse modo, estamos buscando empreender uma leitura mais abrangente para, a partir daí, conseguir localizar o papel que o turismo vem exercendo na composição socioespacial da região. De antemão, é importante destacar que esse território composto por 15 municípios é atravessado por uma história diversa quanto ao uso das suas terras, com diferentes ciclos de produção agrícola e a existência de muitos processos e atores sociais.

Dessa maneira, um elemento fundante e central nas dinâmicas territoriais do Baixo Sul diz respeito a forte presença de uma população negra, referente ao próprio processo de

---

<sup>44</sup> Governos carlistas faz referência aos períodos em que Antônio Carlos Magalhães (ACM) esteve à frente de cargos políticos ou de composições políticas na Bahia.

colonização da região e que é expressiva até os dias de hoje. A presença intensa do tráfico negreiro nessa região, a partir do século XVII, tem a ver com a ameaça holandesa na região da capital Salvador, que resultou na chegada de navios com os negros escravizados vindo de África na parte litorânea das “vilas de baixo” – Cairu, Camamu, Boipeba, passando pelo forte em Morro de São Paulo<sup>45</sup> (PORTO, 2016). Nesse contexto, observa-se como hoje o Baixo Sul é um território atravessado pela forte presença de comunidades quilombolas, com registro de 47 comunidades pela Fundação Cultural Palmares (2020). Segundo o estudo de Schwartz, a economia açucareira do Recôncavo baiano concentrava a porcentagem mais alta de escravizados africanos, todavia o maior número de experiências de formação de mocambos foi nos distritos de Cairu, Camamu e Ilhéus (SCHWARTZ, 2001 apud PORTO, 2016), condizendo com estudos historiográficos na região que fazem referência ao fluxo de negros foragidos que assentaram comunidades nas porções costeiras e continentais do que hoje é o Baixo Sul.



Figura 6: Fortaleza na entrada de Morro de São Paulo antes da revitalização em 2010. Fonte: acervo fotográfico do site morrodesãoopaulobahia.com.br.

A região do Baixo Sul no período colonial pertencia à capitania hereditária de Ilhéus, que vivenciou ainda na primeira metade do século XVI a implementação dos engenhos

<sup>45</sup> O forte em Morro de São Paulo começou a ser construído em 1630 e cem anos depois foi realizada uma ampliação que fez dessa construção, além de uma das mais antigas, uma das maiores fortificações da costa brasileira. Em 2010 o forte que se encontrava no local como antiga ruína foi revitalizado e hoje funciona atividades institucionais e culturais ligadas a Ilha de Tinharé e Boipeba. Em agosto de 2019 durante trabalho de campo, participei de uma reunião da APA Tinharé/Boipeba no local.



açucareiros (SILVA, 2013). Ao sul do perímetro da capitania de Ilhéus, embora tenha inicialmente tido ascensão no cultivo da cana-de-açúcar, não prosperou sob égide dessa economia por muito tempo. Conflitos entre colonos e índios nativos (principalmente os Aimorés) e a epidemia de varíola em 1563 que padeceu a região, são os elementos para um período de fome e crise nos entornos da “Vila de São Jorge de Ilhéus”, que a partir daí passou a vivenciar constantes ataques dos indígenas Aimorés. A distância que separava esse território da sede da Coroa, na região da Baía de Todos os Santos, dificultou o deslocamento de militares para a contenção contra a ação dos povos nativos. Segundo Silva (2013), esse cenário é o que explica a região não ter decolado como proeminente na economia açucareira no período colonial, diferente da região do Recôncavo – onde se estabeleceram os mais importantes e lucrativos engenhos de cana-de-açúcar – que se encontrava perto da sede da coroa portuguesa, que controlou e atuou mais diretamente nessa porção da Bahia.

Assim, a região da comarca de Ilhéus (na qual se situava o atual território do Baixo Sul) não assumiu destaque no modelo agrícola de exportação canavieira nos primeiros séculos do período colonial. Porém, essa tentativa de desenvolvimento e depois de decadência do sistema açucareiro se concentrou na parte da sede da capitania, isto é, na atual região do litoral sul da Bahia. Embora pensar o raio de influência da região de Ilhéus no período colonial, e sobretudo no período cacauero, seja relevante para pensar o Baixo Sul, é importante destacar que ao norte da capitania não houve precisamente uma experiência de implementação da cana-de-açúcar, a ocupação nessa região nessa época se deu com os pequenos produtores de algodão e de farinha de mandioca. Na região da Ilha de Tinharé, desde o início da colonização, colonos começaram a se estabelecer sob o comando de um preposto do primeiro capitão hereditário (Francisco Romero) e na região da Ilha de Boipeba, a ocupação se fez pelos foreiros dos jesuítas que detinham terras desde aí e se estendiam à Baía de Camamu até o Rio de Contas (DIAS, 2007).

O estudo historiográfico de Dias (2007) mostra que na porção “litoral norte” da capitania de Ilhéus, a presença dos Aimorés confrontou as primeiras tentativas de ocupação dessa porção do território e nesse ponto, os elementos que viabilizam a tomada de terras por colonos portugueses foram i) o trabalho das missões jesuítas e ii) a epidemia de varíola (1563) que teria matado quase 3/4 da população indígena ali presente. Nesse contexto que se funda a vila de Camamu, mas ainda assim a presença portuguesa não fora efetivada no final do século, apenas no século XVII – com a presença jesuíta no trabalho de pacificação dos nativos – que se estabelecem as “vilas de baixo”, quais sejam Camamu, Cairu e Boipeba.

Nessa perspectiva, Dias (2007) salienta como a resistência indígena foi elemento fundamental na decadência das fazendas de cana-de-açúcar que se tentou desenvolver nessa região ao longo dos séculos XV e XVI. Os Aimorés protagonizaram muito dos conflitos do período, tanto contra a ocupação de terras, quanto pela captura de trabalhos forçados para a extração da madeira. A resistência da etnia Aimoré juntamente com a etnia Pataxó (mais ao sul da capitania, mais próximo à sede em Ilhéus) são lembrados nos estudos historiográficos (DIAS, 2007; SILVA 2013 e 2018) como obstáculo principal no desenvolvimento da colonização da região. Essa conjuntura é o palco de ofensivas portuguesas em enfrentamento aos indígenas, bem como, o fortalecimento da tarefa pacificadora dos jesuítas, e também na resultante de um outro perfil agrário para o território.

Assim sendo, a partir do século XVII, nessa região o perfil agrário do território se centrava na produção de gêneros alimentícios (arroz, feijão, café) e no cultivo de mandioca. A região do “litoral norte” da comarca de Ilhéus até meados do século XVIII segue tendo muita relação mercantil com a porção sul (a sede em Ilhéus), sobretudo pelo extrativismo de madeira, que também compôs a figuração agrária do Baixo Sul no período (DIAS, 2007). A produção de alimento nessa região da Bahia teve significativa importância no abastecimento dos grandes engenhos de cana-de-açúcar nas regiões do Recôncavo e da Baía de Todos os Santos. Nesse contexto, o desenvolvimento produtivo das “vilas de baixo” passa a ser despontado pelo cultivo de mandioca e a produção de farinha de mandioca, que fez o governo colonial interferir em função da diminuição dos produtos alimentícios para o escoamento/ abastecimento de outras regiões. A cultura produtiva da mandioca foi, assim, ambientada em pequenas e médias propriedades e envolveu um contingente da população negra escravizada que fugia dos engenhos de cana e posteriormente, com a abolição no final do século XIX, também buscaram se estabelecer no território.

Paralelo a produção de mandioca e cultivos de subsistência na região das vilas de baixo – principalmente a vila de Cairu – esse período foi marcado pela extração de madeira. O avanço das atividades madeireiras foram um importante ciclo mercantil dessa região com a vila de Ilhéus e responsável por promover a utilização da mão-de-obra escrava para o corte da madeira, o transporte e o trabalho de serrarias (SILVA, 2013). Nesse aspecto, o trabalho escravo foi também fator decisivo na implementação e desenvolvimento da economia cacauera nessa região no final do século XIX. Segundo Dias (2007) essa relação do início das lavouras de cacau com a escravidão é amplamente negada pela historiografia regional, fazendo acreditar

que a exploração do trabalho escravo foi insignificante, o que constitui parte do projeto de uma elite cacaueteira que busca negar seu passado escravocrata.

O século XIX marca, assim, a região do litoral sul (principalmente Ilhéus e Itabuna) o período das lavouras cacaueteiras, que assumiu ao longo dos séculos XIX e XX o papel de protagonismo econômico da região, bem como, fez do cacau um dos principais produtos agrícolas de exportação brasileira. O desenvolvimento do cultivo de cacau foi sendo estruturado aos moldes da economia de *plantation* – num perfil parecido a lógica dos engenhos de açúcar – pois foi estruturado em cima de i) grandes propriedades; ii) a exploração da mão-de-obra negra, primeiro escravizada, depois dos escravos libertos; iii) o produto agrícola como *commodity* de exportação (BAIARDI, 1984). O contexto da economia do cacau no litoral sul, interpela também na região do Baixo Sul, na sua porção continental, principalmente no que hoje seriam os municípios de Ituberá, Gandu, Taperoá, Nilo Peçanha, Piraí do Norte.

Nessa perspectiva, o processo de avanço das fazendas cacaueteiras legou para a região do Baixo Sul um contexto de pressão fundiária e de fortalecimento de práticas de aliciamento de mão-de-obra para o trabalho nas fazendas (PORTO, 2016). Nesse ponto, é essencial salientar que os ciclos aqui elencados – o cultivo de mandioca; a extração madeireira; as fazendas de cacau – se sustentaram com a presença do trabalho de negros (seja ainda sob regime escravocrata, seja fugido dos engenhos, ou ainda como trabalhadores libertos e explorados). Com isso, esse território foi cenário de diversas formações de quilombo ao longo do tempo, que reverbera até hoje na quantidade significativa de comunidades remanescentes quilombolas registradas<sup>46</sup> e na forte presença negra na região com comunidades religiosas e terreiros de religiões de matrizes africanas. A importância desse aspecto na formação sócio histórica do Baixo Sul está em perceber que muito além dos dados oficiais, a historiografia que versa sobre os fluxos da população negra na região aponta que é possivelmente muito maior o número de comunidades que descendem direta ou indiretamente de quilombos ou formadas por antigos escravos.

Fugindo do regime de exploração ao qual eram submetidos, os negros adentravam a região dos vales, já na parte interior e continental do Baixo Sul, no intuito de conquistar a liberdade e organizar quilombos relativamente autônomos e independentes. Após a abolição da escravidão, o processo de constituição de comunidades negras rurais foi intensificado ao longo de todo o território do Baixo Sul, até então esparsamente ocupado e onde a população havia se concentrado, originalmente, nas proximidades das sedes dos municípios e nas grandes fazendas. Como apresenta De Vore (2014), se hoje a vegetação de Mata Atlântica é abundante, naquela época a região era ainda mais farta em terras de florestas densas e

---

<sup>46</sup> A consulta ao site da Fundação Cultural Palmares em 2020, nos mostrou um total de 47 comunidades quilombolas como citado no início da sessão. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/>> Acesso em: agosto de 2020.

desocupadas. Foi nessas áreas que as comunidades de posseiros foram se formando. Os trechos mais afastados, situados tanto nos vales como também nas áreas litorâneas e estuarinas de acesso até então mais remoto, foram sendo ocupadas pela população de negros libertos, que foram aos poucos construindo todo um regime localizado e interconectado de organização comunitária, integrando-se gradativamente à economia local, principalmente no que diz respeito ao fornecimento de produtos agrícolas, de pescados e de mariscos. (PORTO, 2016, p.54).



Figura 7: Comunidade quilombola de Batateira (um dos acessos a comunidade de Garapuá). Fonte: [www.justificando.com](http://www.justificando.com) (2017).



Figura 8: Comunidade quilombola Lagoa Santana/ Ituberá-BA. Fonte: Governo da Bahia em [www.ba.gov.br](http://www.ba.gov.br).<sup>47</sup>



Figura 9: Comunidade quilombola Boitaraca/ Nilo Peçanha-BA. Fonte: Governo da Bahia em [www.ba.gov.br](http://www.ba.gov.br).

<sup>47</sup> As figuras de 7 a 9 são parte do trabalho de pesquisa e registros do cantor e fotógrafo Tacún Lecy, sobre cultura afro-brasileira, comunidades negras baianas e comunidades remanescentes de quilombo no Estado.



Figura 10: Comunidade quilombola Jetimane/ Nilo Peçanha-BA. Fonte: Governo da Bahia em [www.ba.gov.br](http://www.ba.gov.br).

O ciclo cacauero concentrado na região do Sul da Bahia e em partes do Baixo Sul vivenciou seu auge entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras décadas do século XX. As fazendas de cacau, que costumavam ser propriedades extensas, articularam uma intensa dinâmica de exploração de mão-de-obra, que envolveu trabalhadores assalariados e pequenos proprietários que estavam em maior ou menor grau ligados a cadeia produtiva e de comercialização do cacau (SCHMITT, 2015). A economia do cacau representou, assim, durante muitos anos, mais de 50% das exportações agrícolas do Estado e nos momentos de auge (como na década de 1970) correspondia 60% da renda econômica da Bahia (BAIARDI; TEIXEIRA, 2010). O período cacauero protagonizou (durante os anos de 1960, 1970, 1980) a organização da estrutura fundiária de todo litoral sul baiano. Por sua vez, interpelando o alcance de boa parte do que vem depois ser chamado de Baixo Sul. Diferente das intermitências do período colonial quanto ao desenho agrário da região Sul e Baixo Sul, sobretudo, pelo insucesso de implementação da economia canavieira, o ciclo do cacau durante mais de cinco décadas representou o arranjo hegemônico na configuração social e fundiária nesses territórios. Dessa maneira, o declínio dessa atividade a partir do final dos anos de 1980 representa uma série de

reconfigurações territoriais no Baixo Sul, nas suas dinâmicas atuais, inclusive na emergência e no desenvolvimento do turismo como um dos arranjos de desenvolvimento para a região.

As formulações de Schmitt (2015) sintetizam os diferentes fatores que resultam no declínio da economia cacaueteira na Bahia:

At the end of the 1980s, Bahian cocoa growing entered yet another of its cyclical crises, resulting from a combination of factors including competition from other producer countries in a scenario marked by an increase in global production; variations in the price of cocoa at an international level; the low qualification and demotivation of direct labor, at times working in slave like conditions (Estival, 2013); the absence of concern about product quality; and the predatory use of natural resources, particularly after the incorporation of the Green Revolution technologies (nonshaded cocoa varieties, pesticide, and chemical fertilizers). The most visible face of this crisis was the widespread dispersion of a fungicide plague known as Witches' Broom (*Crinipellis pernicioso*), which destroyed entire crops in the region. As a result the production of cocoa in the South of Bahia, 380,000 tons in 1990, fell to 130,000 tons in 2000, though there was some level of recovery during the 2000s (Rocha, 2008).” (SCHMITT, 2015, p. 277).

Antes de seguir com os desdobramentos do fim do longo ciclo cacaueteiro na região, faz-se necessário pontuar dois importantes processos na dinâmica agrária no Baixo Sul em meados do século XX, a partir da década de 50, a saber: a presença da Odebrecht e da imigração japonesa. Sobre essa última, os perímetros dos municípios de Ituberá (Baixo Sul) e de Una (Sul) receberam imigrantes japoneses em um processo conhecido como a segunda fase<sup>48</sup> da imigração japonesa no Brasil (MACÊDO, 2020). O contexto de destruição do Japão no pós-Segunda guerra juntamente com o fomento do governo brasileiro e baiano em modernizar e desenvolver a agricultura de certos locais são os elementos centrais para a vinda dos japoneses para essa região da Bahia. Assim sendo, a chegada dos japoneses no Baixo Sul e no Sul se inscreve no processo de implementação de três núcleos coloniais<sup>49</sup> que pretendia garantir o desenvolvimento das atividades agropecuárias em áreas de pouca produtividade. No caso da colônia criada no Baixo Sul, o processo foi realizado por um decreto<sup>50</sup> assinado pelo então presidente Getúlio Vargas em 1953, abarcando uma terra de cinco mil hectares que foi doada ao governo federal pela prefeitura de Ituberá e pela Ituberá Comércio e Indústria S.A (JESUS, 2015).

A política que foi adotada na articulação da imigração japonesa para a Bahia consistiu tanto na propaganda da disponibilidade de terras agricultáveis e a chance de recomeço de famílias devastadas pela guerra, quanto na concessão de lotes a serem pagos a médio e longo

<sup>48</sup> A primeira fase teria acontecido no início do século XX, no ano de 1908 em que os pioneiros imigrantes japoneses chegam ao Brasil no porto de Santos, com destino as regiões Sudeste e Sul (MACÊDO, 2020).

<sup>49</sup> Em Una no Sul; Ituberá no Baixo Sul e em Mata de São João (região metropolitana de Salvador).

<sup>50</sup> Segundo Jesus (2015) o decreto nº 34.293 tinha o objetivo de conter o êxodo rural e fixar trabalhadores rurais afetados pela seca no interior do Nordeste.

prazo, por financiamento bancário de até dez anos (MACÊDO, 2020). A relação contratual do governo brasileiro, mediado pela Campanha de Revenda e Colonização (CRC), com as famílias japonesas se estruturava na concessão da terra em troca do trabalho na agricultura, no qual tinha a intenção de desenvolver as áreas agrícolas dos núcleos de colônia. Se exigia estadia mínima de três anos na terra, experiência prévia com agricultura e o mínimo de até três membros da família trabalhando nos lotes. No Baixo Sul, a chegada dos japoneses na região de Ituberá contou com inúmeras dificuldades de adaptação ao contexto; conflitos com alguns moradores das proximidades; reivindicação de melhores condições de trabalho que eram submetidos. Depois de um tempo, os imigrantes conseguiram – além das casas nos lotes concedidos – auxílio financeiro para os filhos e maior adaptação aos estranhamentos culturais com o local. Os estudos de Macêdo (2020) e Jesus (2015) convergem no resgate histórico sobre a precariedade que foram submetidos esses imigrantes no processo de fixação na região. O interesse governamental parece estar centrado, assim, na exploração do trabalho desses japoneses para a dinamização da economia agrícola no Sul e no Baixo Sul.

Desse modo, é interessante notar que a chegada dos japoneses introduziu o cultivo de novas culturas agrícolas na região, sobretudo, o cravo-da-índia e a pimenta-do-reino. Além disso, trabalharam em cultivos já presentes no Baixo Sul como o cupuaçu, a seringa, o cacau e gêneros alimentícios de subsistência (JESUS, 2015). Esse contexto, fez com que a agricultura realizada entre os japoneses fosse passando da escala doméstica nos lotes familiares para adentrar em produtos com maior valor agregado (principalmente o cravo-da-índia e a pimenta-do-reino) que garantiu uma certa prosperidade a comunidade imigrante na região. Nesse ponto, a presença japonesa no Baixo Sul é relevante até os dias de hoje e diversificaram, nesse período da segunda metade do século XX, a agricultura local e a valorização de terras para a exploração de culturas com maior valor de mercado (MACÊDO, 2020).

Também na década de 1950 a região presencia a chegada de um ator importante no contexto agrário do Baixo Sul, o empresário Noberto Odebrecht. Desde essa época, a família Odebrecht figura uma série de articulações – em diferentes setores e atividades – junto as políticas do Estado da Bahia e chega na região do Baixo Sul estabelecendo primeiramente uma grande propriedade no município de Ituberá. Segundo as análises de Silva (2018), e seu estudo etnográfico no contexto desse município com posseiros envolvidos em conflitos agrários com a Odebrecht, a chegada do patriarca na região se deu com a expulsão de pequenos proprietários no perímetro de terras que o interessava, seguida do pagamento de indenização por benfeitorias (construções e plantações) a cerca de cem famílias que vivia ali há muito tempo, desde as



primeiras décadas do século XX. O mecanismo de indenização que desponta para os primeiros movimentos de territorialidade da Odebrecht no Baixo Sul, figurava na construção de algum grau de legalidade ao processo de grilagem de terras (SILVA, 2018).

O grupo Odebrecht foi tecendo durante seus primeiros anos no Baixo Sul, o lugar de importância nos conflitos na região. Além das tensões fundiárias, a Odebrecht protagoniza outras tensões que dizem respeito a sua atuação a partir da implementação de projetos na década de 1990 através da Fundação Odebrecht. Os projetos articulados por esse grupo partem do referencial de responsabilidade social empresarial e agregam um conjunto de iniciativas com forte incidência no território. Segundo o estudo de Porto (2016), que localiza a importância do grupo Odebrecht <sup>51</sup> nos arranjos de poder e desenvolvimento dessa região, a Fundação “promove ações que articulam (i) educação profissionalizante, (ii) assistência técnica especializada e (iii) fomento ao cooperativismo, tendo como finalidade a integração dos agricultores em cadeias produtivas agroindustriais”. Nessas formulações, o autor destaca dois pontos centrais na atuação desse grupo empresarial, a saber uma rede escolar agrícolas e organização de cadeias produtivas com a mão-de-obra local:

Para se ter uma ideia do tipo de trabalho desenvolvido por esta organização, a Fundação mantém hoje uma rede de escolas (as Casas Familiares Rurais - CFR), que funcionam em regime de alternância e que atendem parte considerável dos jovens em idade escolar que moram na região da APA do Pratigi (Igrapiúna, Ituberá e Nilo Peçanha). Apoiadas em uma ampla gama de recursos e investimentos empresariais privados, as CFR encampam um vigoroso projeto que envolve os jovens da região com a promessa de ensino qualificado (uma rara oportunidade no contexto local) e com a perspectiva de emprego e geração de renda na agricultura. Seguindo à risca o referencial de RSC enunciado pelo Grupo Odebrecht, como disseram os entrevistados, o projeto das Casas Familiares promove a visão de “agricultor empreendedor” e de “pequena empresa rural” e tem como objetivo formar uma “nova classe média rural”. (PORTO, 2016, p. 230).

O volume expressivo de investimento social privado aplicado nos projetos junto às comunidades produziu uma nova imagem para a Odebrecht, positivada e benevolente, que tem como proposta a promoção do “desenvolvimento”. Por fim, ao lado desse processo de reconversão imagética e de obscurecimento dos conflitos agrários, há ainda outro elemento que também procurei descrever e que tem relação com a dimensão do controle da população. Refiro-me aqui às formas como alguns projetos da Fundação Odebrecht mobilizam as comunidades locais, organizando cadeias de produção agrícola que tem como um elemento estratégico a utilização da força de trabalho dessas comunidades e a transformação dos camponeses em “pequenos empresários rurais”. (PORTO, 2016, p.231).

As dinâmicas engendradas pela Odebrecht nessa região projetam, assim, alguns elementos que figuram uma espécie de disputa da ruralidade nos locais sob o seu raio de

---

<sup>51</sup> Outro ponto importante que envolve a empresa Odebrecht, foi a venda ainda na década de 1950, de uma área extensa a Firestone (fabricante internacional de pneus), que foi responsável pela implementação da monocultura de seringueira para a extração de látex. Hoje essa área pertence a empresa Michelin (SILVA, 2013).

influência. Seja no setor de produção, seja no setor de educação, há uma estrutura empresarial fortificada para formar um tipo de agricultor instrumentalizado para atender o papel de força de trabalho subordinada aos interesses econômicos desse grupo na parte continental do Baixo Sul. Tendo em vista a diversidade de dinâmicas que compõem a estrutura agrária dessa região, os interesses da Odebrecht variam ao longo desses anos entre investimentos nas produções agrícolas e na compra de terras nas áreas mais cobiçadas pelo turismo no Baixo Sul. Extensas propriedades de fazendas de coco a beira mar – no perímetro da Ilha de Boipeba – é outra face da presença desses atores no território.

Assim sendo, o processo de ruptura com a hegemonia econômica de cacau foi também o cenário que marca a emergência de novos atores nas dinâmicas agrárias do Baixo Sul. Esse contexto interno – de transformações na inserção da região Sul da Bahia nos mercados globais de commodities – é o período do início da década de 1980 em que também está presente a nível nacional a intensificação da luta por reforma agrária, compondo elementos conjugados que vão resultar no surgimento no Baixo Sul de assentamentos de reforma agrária nesse período. O Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA), lançado em 1985, é outro dado do período que marca a nível do Estado a demanda e discussões que se intensificam a respeito da necessidade de uma política de reforma agrária. O aprofundamento da crise do cacau na década de 1990, portanto, como aponta Schmitt (2015) – com o abandono de muitas fazendas por seus proprietários em meio a um acúmulo de dívidas trabalhistas – traz condições objetivas para impulsionar a ocupação de terras improdutivas com o objetivo de sua eventual expropriação: “No Baixo Sul, os conflitos fundiários das décadas de 1980, 1990 e 2000 resultou na criação, segundo dados do INCRA, de 35 assentamentos, com uma área total de terreno de aproximadamente 29.000 ha e com capacidade de instalação de 1.874 famílias.” (SCHMITT, 2015, p. 278).

Nesse período, observa-se também a chegada do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra em 1988, como parte do início da territorialização desse movimento social no estado da Bahia (GERMANI; FREITAS, 2005). A consolidação do MST na região nesse período foi também resultado da articulação que o movimento estabeleceu com o sindicalismo rural já atuante e o apoio da Igreja Católica por meio da Comissão Pastoral da Terra e das Comunidades Eclesiais de Base, fazendo com que o Baixo Sul sediasse umas das primeiras ocupações de terra e a primeira titulação fundiária no bojo da ação do MST na Bahia, a Fazenda Mariana no município de Camamu. Nessa perspectiva, é importante salientar que a luta pela terra e pelo reconhecimento dos direitos das comunidades do Baixo Sul historicamente aconteceram em

múltiplas frentes: além da criação de assentamentos, a luta dos pequenos proprietários para obter o reconhecimento legal das escrituras individuais de terras, e nos anos 2000, a organização das comunidades quilombolas para o seu reconhecimento e a titulação de suas terras (DUTRA, 2011 apud SCHMITT, 2015).

Tendo em vista, assim, os diversos ciclos de agentes e processos socioeconômicos que circunscreveram e circunscrevem essa região, a década de 1990 marca também o estabelecimento do turismo no Baixo Sul, primeiramente em Morro de São Paulo e posteriormente em Boipeba e Camamu, sendo hoje os mais famosos destinos turísticos do território. Um elemento importante de ser frisado sobre a dinâmica do turismo, é que o desenvolvimento dessa atividade a partir dos recursos do PRODETUR NE – que previa, sobretudo na sua segunda fase, recursos específicos para as questões ambientais – culmina na instauração das Áreas de Proteção Ambiental, em 1992 as APAs de Tinaré/Boipeba e Guaibim; em 1998 a APA de Pratigi; e em 2002 a APA da Baía de Camamu. A relação de áreas de proteção ambiental com o turismo, amplamente investigado nos estudos dessa temática, pode representar uma composição contraditória em termos de como o turismo é impulsionado pela presença dessas áreas de conservação. Isso quer dizer que há uma complexa reflexão em torno de: o papel das áreas de proteção em criar um cenário para melhor planejamento e sustentabilidade do turismo ou se, ao contrário, pode ser uma estratégia de aumento da especulação de terras e a consequência de gentrificação de populações nativas e a elitização de territórios pelo turismo.

De certo, a materialização das gestões das APAs é singular para cada realidade. Sobre a APA de Tinaré/Boipeba, o trabalho de campo em Morro de São Paulo trouxe o entendimento, por parte dos entrevistados oriundos desse local, da pouca atuação do conselho gestor na promoção de maior sustentabilidade e fiscalização do turismo na ilha, que na prática foi se dando com um perfil mais predatório, como discutiremos. Os entrevistados citam o engajamento de algumas ONGs ambientais com a APA que não apresentou melhoria no controle de preservação da ocupação da comunidade e no tipo de passeios marítimos. Todavia, o que se pode observar dessa dinâmica é que a efetivação na atuação ambiental de um conselho que gere a APA tem a ver com a maior ou menor capacidade dos atores mobilizar e manipular o instrumento como aliado para a preservação ambiental em benefício da população e das atividades desenvolvidas.

Em trabalho de campo no ano passado, participar da reunião de formação do atual conselho gestor da APA Tinaré/Boipeba e realizar entrevistas com alguns conselheiros, me

fez entender que as preocupações ambientais dessa APA estão essencialmente interpeladas pela atividade turística da Ilha. Nesse contexto, as diretrizes e as demandas que surgiram entre gestores e moradores das ilhas pareceram instrumento importante na construção de uma agenda de sustentabilidade para o turismo. O controle de veículos nas comunidades; a preocupação com o crescimento do lixo em alta temporada; o perfil dos passeios marítimos foram algumas das questões que surgiram entre os moradores de algumas das comunidades no âmbito de atuação dessa APA, como pontos centrais para articular o trabalho da gestão. Observando, assim, que a cadeia diversa que envolve a atividade turística centraliza as principais questões ambientais presentes nesse espaço.

Outro elemento que diz respeito às problemáticas ambientais no Baixo Sul, é a presença da plataforma de exploração de petróleo e gás, o campo Manati da PETROBRAS situado a 10km da costa de Cairu. Podendo ter um dos seus pontos a vista desde a praia de Garapuá, o campo Manati que foi descoberto em 2000 e sua produção começou a ser explorada em 2007, é um dos maiores campos de gás natural não associado em produção do Brasil e responsável por atender cerca de 20% da demanda do Nordeste. A instalação dessa plataforma na região é matéria de preocupação de muitos dos nativos das ilhas próximas ao campo Manati quanto aos impactos ambientais que coloca em risco as atividades de pesca artesanal. Nesse ponto, há também o envolvimento de comunidades com projetos de contrapartida que já foram implementados pela PETROBRÁS<sup>52</sup>. Institucionalmente, a exploração do gás é compensada ao município de Cairu pela distribuição de *royalties* por parte do consórcio Petrobras, Queiroz Galvão e Norse Energy (REGO, 2011).

Sobre essa problemática, é interessante a análise feita por Rego<sup>53</sup> (2011), observando a influência da presença da PETROBRÁS no território, comparando experiências de duas comunidades quilombolas do Baixo Sul. Sob a atuação do projeto “Beiradeiras da Maré”<sup>54</sup>, financiado pelo Ministério da Pesca e Aquicultura/ Ministério do Desenvolvimento Agrário, com o objetivo de promoção econômica de mulheres, a autora explica que durante o trabalho de campo percebeu que na comunidade do Galeão uma parte da população ignorava ou

---

<sup>52</sup> Em Garapuá especificamente a associação dos moradores já recebeu recursos e profissionais em um projeto de educação ambiental desenvolvidos na primeira gestão da associação.

<sup>53</sup> Coordenadora Técnica do Projeto Semeie Ostras. Apresentou um artigo sobre esse processo nos anais do Seminário Espaços Costeiros/ UFBA.

<sup>54</sup> Esse projeto em curso em 2011 tinha por objetivo: “a promoção da autonomia econômica e social de 90 mulheres articuladas em grupos produtivos de maricultura familiar solidária, fortalecendo suas organizações produtivas e disseminando informações, conhecimentos técnicos, culturais e associativos relacionados aos processos de gestão, tecnologia, produção e comercialização de ostras cultivadas para consumo *in natura* no Baixo Sul Baiano”.

desconsiderava a certificação quilombola e que aqueles que preferiram negar a condição de quilombola estavam, justamente, mais inseridos nos “circuitos econômicos e de poder do turismo e das relações profissionais com projetos como os da PETROBRAS que administra interesses econômicos e explora gás e petróleo na região” (REGO, 2011, n.p.).

No sentido oposto, a comunidade quilombola de Batateira – que também esteve no âmbito de atuação do projeto citado e foi posta em comparação pela a autora – vivenciou um processo horizontal e plural para a sua certificação enquanto quilombo. Em Batateira, uma comunidade também localizada na zona de interesse do turismo, há uma forma de organização em associação e também há um consenso sobre a identidade quilombola, que é entendida como instrumento de resistência e defesa do território. A medida que foi se intensificando o conflito fundiário nesse local, foi aumentando o envolvimento da comunidade com o movimento quilombola da região, tecendo teia de relações importantes para a defesa do território. Desse modo, observa-se que a interação com os arranjos de poder, tal qual o turismo ou o campo Manati de exploração de gás, pode variar de acordo com as respostas que são precipitadas dos sujeitos sociais inseridos em determinado contexto.

A partir de meados da década de 1980 e principalmente os anos de 1990 percebe-se, portanto, que o Baixo Sul é marcado pela inserção de diferentes agentes que se territorializam na região, sendo o turismo um deles. Parte dos movimentos sociais e organizações populares; a formação das Áreas de Proteção Ambiental; a atuação mais incisiva da Odebrecht; etc. incidem em um contexto espaço-temporal com o fenômeno do turismo, influenciando sua dinâmica e sendo influenciados por ele. A ideia de trazer um pouco de algumas das dinâmicas que configuram a questão agrária na história do Baixo Sul se inscrevem aqui na tentativa de elucidar a diversidade de agentes e processos envolvidos nesse território. Por não se tratar de um movimento determinista com rupturas herméticas entre diferentes ciclos, uma visão mais ampliada da região – que ultrapasse o recorte temporal e espacial do turismo – refina as análises em torno das dinâmicas e das consequências desse fenômeno.

Nessa perspectiva, é importante localizar o turismo como um dos arranjos que hoje exerce papel importante nas configurações socioespaciais do Baixo Sul. Implementado de forma mais sólida e articulada no território no início dos anos de 1990, o turismo tem ocupado destaque significativo no âmbito de um processo maior de reposicionamento dessa atividade na Bahia e em todo litoral nordestino. Por representar mais do que uma atividade econômica no Baixo Sul, a análise do turismo merece atenção no sentido de observá-lo na materialização de

um projeto de desenvolvimento para região e de uma série de transformações que impactam, dentre outras coisas, na sua questão agrária.

## **2.2. O desenvolvimento do turismo no litoral nordestino e na Bahia**

Para pensar o desenvolvimento do turismo no Brasil, e a eleição de certos lugares do país como destinos turísticos, tem-se que partir do objeto estruturante do consumo do turismo: o espaço. Contudo, uma inquietação poderia se suceder a tal premissa: se o objeto de consumo do turismo é o espaço, então, qualquer lugar poderia ser potencialmente turístico. E por quê não são? Essa indagação proposta pelas formulações teóricas de Cruz (2006) pode ser respondida pela autora com a conclusão de que “destinos turísticos são construções culturais”. Tal síntese, resguarda outras reflexões subsequentes, a saber, os processos de viabilização e construção dos destinos turísticos. Nesse ponto, é unânime na literatura que discute o tema, o papel central ocupado pelo Estado como condicionante para a instauração da atividade turística. O Estado atua desde viabilidades maiores com obras para aumentar a fluidez do território (estradas, portos, aeroportos) até condições infraestruturais básicas (água, saneamento, energia elétrica), com o objetivo de tornar um território atrativo ao turismo, com ações que capture o interesse do capital privado para investir nesse setor (CRUZ, 2006).

Assim sendo, o desenvolvimento do turismo brasileiro sempre esteve ligado ao papel que o Estado ocupou frente a esse fenômeno em diferentes períodos. O desenvolvimento do turismo de massa, como aponta Thevenin (2011), a partir dos anos de 1950 vai fazer com que o Estado se engaje na promoção dessa atividade no Brasil e no mundo. No caso brasileiro, as políticas neoliberais dos anos de 1990 foram o marco principal da interferência do Estado na atividade turística (CRUZ, 2006). A autora chama atenção que o período dos anos de 1990 é quando o Estado brasileiro passa pelo alinhamento mais contundente com as políticas neoliberais e, conseqüentemente, a diminuição da regulamentação estatal, contudo, esse contexto que gerou uma narrativa de “Estado mínimo”, no caso do turismo, foi a época em que o Estado mais interveio ativamente para atração do capital privado para as áreas eleitas como potencial turístico. Esse engajamento estatal em torno do turismo, por sua vez, só vai crescer ao longo dos anos, culminando, por exemplo, em 2003 no governo Lula na criação do Ministério do Turismo.

A participação do Estado brasileiro na organização do setor do turismo começa no período de ditadura militar em 1966 com a criação da primeira política nacional de turismo, a

Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR). O desenvolvimento dessa atividade, porém, ganhará fôlego a partir dos anos de 1970, período em que o chamado “milagre econômico” possibilitou ampliação de rodovias, bem como, viagem de avião mais acessível a classe média (THEVENIN, 2011). A crise na economia vivenciada no início da década de 1980, coloca a classe política a enxergar também o turismo como alternativa econômica para o reestabelecimento de estados empobrecidos do Nordeste e a dinamização da economia na Amazônia com a ideia do turismo verde. Ainda assim, as ações de infraestrutura que, embora se vinculasse ao funcionamento do setor turístico, eram ainda desarticuladas entre si e insuficientes para adequar o território ao florescimento desse fenômeno. Por essa razão, em nível de articulação governamental para promover o turismo como setor econômico de desenvolvimento nacional, o período da criação da EMBRATUR até o final da década de 1980 poderia ser considerado como uma fase mais elementar de alinhamento com as dinâmicas dessa atividade.

Nesse sentido, é comum entre os estudiosos do tema do turismo no Brasil, a centralidade da discussão sobre a ação de políticas neoliberais implementadas pelo Estado como o marco decisivo na configuração do fenômeno do turismo no país. Dito isso, foi durante o governo Collor que primeiro se instituiu regulamentações formalizadas mais robustas e importantes para esse setor – decretos e leis que versavam sobre a liberdade para o exercício e a exploração dos serviços e atividades do turismo. A partir desse momento, a EMBRATUR tinha tutela sob o setor de turismo no Brasil, com finalidade de apoiar a formulação e coordenar a implementação da política nacional do turismo, como fator de desenvolvimento social e econômico, com responsabilidades como: propor e recomendar ao Governo Federal diretrizes e medidas necessárias à execução da Política Nacional de Turismo; promover o turismo ao nível nacional e internacional através de ações estratégicas de parcerias público-privadas; estimular o desenvolvimento e fomentar a otimização da infraestrutura do turismo nacional, dentre outras. Além disso, o discurso da natureza passa a ser um atrativo turístico nacional, através da narrativa de valorização dos recursos naturais, de conservação ambiental, de sustentabilidade que vão fazer parte dos programas de desenvolvimento do turismo que vão ser elaborados desde então (CRUZ, 2006).

As políticas neoliberais dos anos de 1990, portanto, foram o marco principal em que o Estado centrou atenção para a atividade turística. Esse entendimento é percebido, sobretudo, porque a Política Nacional de Turismo alterada em 1992, vai propor transformações para o funcionamento da atividade, que na ação governamental vai, em termos práticos, ganhar corpo

principalmente através do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR-NE). O objetivo desse programa consistia em promover o desenvolvimento da região Nordeste através do aquecimento da atividade turística. A relevância que o PRODETUR-NE ocupou na Política Nacional do Turismo, revela que já nas primeiras investidas de fôlego do Estado nesse setor, o Nordeste é eleito como alvo principal para a estratégia turística de desenvolvimento. Na década de 1990, “no Brasil, a atividade turística é adotada por vias governamentais como caminho de ascensão econômica, superando em algumas regiões, como o Nordeste, a atenção dada a outras atividades tais como a indústria, agricultura ou pecuária.”. (THEVENIN, 2011, p. 129).

O turismo constitui, então, uma atividade em que, sobretudo no caso brasileiro, o Estado entra primeiro preparando o terreno e o capital privado chega depois que as condições estão devidamente postas para potencializar a emergência e o desenrolar dessa atividade (CRUZ, 2006). Muitas variantes são dadas para os motivos do Nordeste ter sido o alvo (através do PRODETUR-NE) da política estatal mais consistente no setor de turismo nessa época, dentre eles: a incidência de sol; a extensa faixa litorânea; o baixo custo da terra; a baixa densidade demográfica; a relativa proximidade geográfica do sul e sudeste do Brasil e dos EUA e Europa ocidental; etc. (CRUZ, 2006). Além dessas explicações, criou-se também, enquanto recurso de legitimação desses programas e investimentos privados, a ideia de uma “vocação natural” nordestina para o turismo. Portanto, a narrativa de geração de emprego, renda, melhorias das condições infraestruturais, através da indústria do turismo, v o soar como a aposta impecável para dinamizar uma região empobrecida, pouco industrializada e com abundantes belezas naturais.

O contexto do turismo no Nordeste tem, portanto, seu desenvolvimento financiado pela captação de recursos privados, consoante a uma realidade nacional que vivenciou em vários outros setores a agudização das políticas econômicas neoliberais, nos anos de 1990 e 2000. A criação do PRODETUR I em 1991 e sua continuação com o PRODETUR II criado em 2004, estruturam mecanismos governamentais de captação do capital estrangeiro, que segundo Araújo (2011) respondeu por mais de 60% dos recursos aglutinados por esses programas. Ambas as fases do programa tiveram sua elaboração e desenvolvimento providenciado principalmente pelos recursos do Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), tornando, assim, a atividade turística no litoral nordestino como “uma nova fronteira de investimento do capital estrangeiro, a qual passa a ter como seu principal atributo comerciável a exploração das belas paisagens naturais” (PORTO, 2016).



Um ponto essencial para a reflexão dos tentáculos do turismo no Nordeste tem a ver também com o histórico de repertório político “coronelistas” nessa região. Assim sendo, há uma especificidade do investimento do capital estrangeiro no Nordeste, pois embora esse tipo de captação e entrada externa seja quase que regra na atividade turística, ele se amálgama com os poderes políticos locais que são historicamente fortes e proeminentes (ou autoritários e repressivos). Isso, por sua vez, articula estratégias para a apropriação de terra, primeiro por forças internas que vão, posteriormente, se beneficiar dos recursos externos que vão ser captados, como observa Porto:

A presença do poder local, de caráter elitista e conservador, ainda é muito marcante no Nordeste e parece se reinventar através do controle e apropriação (por vez irregular) das áreas de interesse turístico, o que se configura como um elemento central no contexto contemporâneo de expansão desta atividade locais. Ou seja, a participação dos representantes de elites locais no arranjo do projeto político do turismo se dá, particularmente, na viabilização dos ‘ativos fundiários’ e também nas costuras políticas necessárias à implantação desses empreendimentos. (...) A truculência na ‘viabilização’ das terras é um fato bastante recorrente na história dos grandes empreendimentos turísticos no Nordeste. Casos de grilagem de terras, de expulsão e ameaças às comunidades tradicionais que ocupavam os territórios que hoje são vistos como áreas de interesse turístico, aparecem como elementos praticamente constituintes da prática política dessas elites locais, que agem em consonância a todo um arranjo político (público-privado) de promoção do turismo.” (PORTO, 2016, p. 154).

O ponto importante de análise do PRODETUR na região Nordeste, então, consiste em entendê-lo como uma estratégia chave de uma política de desenvolvimento para a região a partir da década de 1990. Nessa perspectiva, o turismo se apresenta como o fenômeno catalisador que o Estado brasileiro elege enquanto atividade para desenvolver, em termos de infraestrutura e dinamização econômica, boa parte dessa região. Segundo informações do Banco do Nordeste (2005), o PRODETUR foi fruto de estudos solicitados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – o BNDES – com intuito de indicar quais atividades econômicas poderiam ser desenvolvidas com competitividade no Nordeste, resultando daí a viabilidade do turismo como estratégia viável (MACIEL BARBOSA; CORIOLANO, 2015; LIMA, 2013). Foi, portanto, um programa de créditos para o setor público, com recursos majoritariamente vindos do BID e executado pelo Banco do Nordeste, cujas frentes de atuação eram principalmente: i) criar as condições para expansão e melhoria da atividade turística e ii) melhorar a qualidade de vida da população das áreas em que o programa iria atuar.

O programa foi desenvolvido a partir de estudos encomendados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no início da década de 1990, com o objetivo de identificar atividades econômicas vantajosas que oferecessem competitividade ao Nordeste no processo de desenvolvimento. É identificado o turismo como oportunidade viável para a região, considerando os significativos aspectos naturais e culturais da região, associados à presença de mão de obra abundante e com custos relativamente baixos (BNB, s.d). O Brasil assimila os ditamos

da ordem econômica mundial que se reordena colocando os serviços como mola da reestruturação capitalista. Explica Rodrigues (2001) que no início do desenvolvimento da atividade turística o Brasil vive uma crise financeira e as experiências de países subordinados ao Fundo Monetário Internacional – FMI indicavam o turismo como alternativa econômica de enfrentamento aos problemas econômicos e sociais, e o Nordeste assimila a diretriz. ” (MACIEL BARBOSA; CORIOLANO, 2015, p.262).

As análises sobre a estratégia do PRODETUR como política de desenvolvimento são contextualizadas, pelos estudiosos do tema do turismo, a partir dos desdobramentos oriundos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). A criação da SUDENE em 1959 tinha por objetivo instrumentalizar o desenvolvimento do Nordeste através da industrialização e assumir o papel de planejamento da região, a fim de diminuir as disparidades regionais entre o Centro-Sul do Brasil e o Nordeste. As décadas de 1970 e 1980 principalmente, marcam mudanças e o advento de uma dinâmica industrial na região, todavia tal dinâmica se mostrou muito vinculada e depende ao setor industrial do Sudeste. Nessa perspectiva, esse ciclo histórico se expressa como uma tentativa de modernização da região Nordeste, que era encarado como uma parte do território nacional empobrecida e de baixo desenvolvimento. Não apenas pela estratégia da industrialização, mas a partir de um conjunto de fatores políticos, sociais e econômicos, vinculados ao planejamento, mesmo que tardio, visava o desenvolvimento dos setores agrícola, industrial e de serviços para o Nordeste. No âmbito do setor de serviços, assim, que a década de 1990 marca o turismo como atividade estratégica de desenvolvimento, através da implantação do PRODETUR.

Em termos práticos, a nível de investimentos o PRODETUR NE I (1992 – 2003) investiu o total de US\$ 614,1 milhões, segundo o Tribunal de Contas União (TCU), em diversos projetos, dentre os quais: transporte, saneamento, projetos de preservação ambiental, recuperação de patrimônio histórico, serviços de engenharia, projetos de desenvolvimento institucional, construção e ampliação de aeroportos e aquisição de terras, etc. Trata-se da criação de uma infraestrutura que projetou o aumento do fluxo turístico e investimentos privados na região, fazendo o litoral do Nordeste como um destino turístico que aumentou o número de turistas de seis para doze milhões entre os anos de 1994 e 2000 (MACIELBARBOSA; CORIOLANO, 2015).

Os investimentos dessa primeira fase do programa, ao passo que criou uma infraestrutura de turismo no litoral de vários Estados nordestinos, também legou impactos negativos ao meio ambiente em consequência da execução sem controle das obras. Com isso, no PRODETUR NE II (2004– 2010) cada polo turístico elabora o Plano de Desenvolvimento Integrado de Turismo Sustentável – PDITS. Na segunda etapa do programa, que contou com o

recurso de US\$ 400 milhões (BID, 2011), se amplia a área de atuação nos Estados e investe em: urbanização; implantação e recuperação de rodovias; ampliação de sistemas de saneamento básico; elaboração de Planos Diretores; elaboração de Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos; recuperação de patrimônio histórico; projetos ambientais (planos de manejo de unidades de Conservação, recuperação de áreas degradadas, planos de controle ambiental). O notável desempenho para o desenvolvimento turístico no litoral nordestino, fez com em 2010 o PRODETUR se projetasse enquanto a política de turismo do país, sob a denominação de PRODETUR Nacional, portanto, não mais um programa exclusivo para Nordeste, mas para o Brasil.

Assim sendo, a partir desse programa muda-se a configuração dessa atividade em toda a região e ela passa a assumir um papel importante na estruturação de capitais, cidades médias e comunidades litorâneas. O turismo que já existia no litoral nordestino antes da chegada do PRODETUR na década de 1990, ganha uma conotação de planejamento inspirada em padrões e modelos de turismo internacional. A promoção de uma estrutura espacial da atividade turística no Nordeste, reconfigura a dinâmica de muitos territórios que passam a se organizar para receber um novo fluxo populacional. Dessa maneira, Maciel Barbosa e Coriolano (2015) chamam a atenção que há no Nordeste uma organização do território para se desenvolver o turismo e não um desenvolvimento do território para a partir daí se organizar o turismo, ou seja, é uma dinâmica de desenvolvimento que não está focada no lugar e na população residente, está centrada na incorporação de uma atividade que engendra outras dinâmicas para essa população.

O processo pelo qual o turismo se apresenta como estratégia de desenvolvimento, como no caso do Nordeste, é visto por muitos estudiosos como uma tendência dessa atividade em muitos países da América Latina, como abordamos na segunda seção do primeiro capítulo. A estruturação do espaço para o avanço da atividade turística em muitos casos de países subdesenvolvidos, serve para comportar um padrão de turismo internacional na avenida da chamada indústria turística. Nesse ponto, a experiência do litoral do Nordeste a partir da década de 1990 é bastante comparada, nas pesquisas e formulações sobre esse tema, a experiência do Caribe mexicano a partir da década de 1970. O litoral nordestino, que com o avanço do turismo também começa a ser propagandeado como o “caribe brasileiro”, tem no seu processo de desenvolvimento semelhanças com um modelo de turismo de massa, que orientou a partir da década de 1970, essa atividade em países do terceiro mundo ou em desenvolvimento (RODRIGUES, 2006).

Nesse aspecto, aponta-se principalmente a tendência a implementação de grandes *resorts* e complexos turísticos. Um padrão muito presente na realidade do Caribe mexicano – a disposição de grande área de terra para construção de resorts e parques temáticos – corresponde, por exemplo, ao caso do complexo turístico de Sauípe na Bahia. Esse empreendimento, inaugurado no ano 2000, consiste em um conjunto de resorts planejado para ser o maior centro integrado de turismo do país. Mais exemplos como esse estão presentes em outras partes do litoral nordestino e do litoral latino-americano. Essa tendência da indústria turística na forma de complexos, parques, centros, resorts é muitas vezes responsável, nas localidades em que se instalam, como geradora de conflitos no âmbito de questões fundiárias pois funciona mediante a disponibilização de sítios extensos e com localizações estratégicas (RODRIGUES, 2014).

Importante ser dito, sobre o desenvolvimento do turismo no Nordeste a partir do PRODETUR, que um dos objetivos do programa além do avanço e da estruturação dessa atividade, era de promover a melhoria de vida da população local. Nessa perspectiva, a promoção da infraestrutura em saneamento, água potável, estradas asfaltadas possibilitou a transformação da precariedade de garantias básicas que sofriam muitos dos locais no raio de influência do turismo (LIMA, 2013). Esse amálgama de efeitos observados na atuação do PRODETUR no Nordeste, portanto, articula um conjunto recorrente de contradições em muitos processos de desenvolvimento. Problemáticas como os impactos ambientais e o aumento da especulação imobiliária são parte de uma das faces desse processo, que também gerou a chegada de melhorias nas estruturas básicas de localidades empobrecidas e negligenciadas pelo poder público.

No caso da Bahia, data da década de 1970 o engajamento governamental passa a estruturar o turismo no Estado. Essas primeiras ações tinham como foco o setor da hotelaria, em que o Estado construía hotéis e passava para a iniciativa privada gerenciar por meio de arrendamentos. Além disso, segundo entrevista concedida em maio de 2019 pela antiga coordenadora<sup>55</sup> dos dois PRODETUR NE no âmbito da Secretaria de Turismo do estado da Bahia, os programas para o litoral nordestino foram baseados nos Planos de Desenvolvimento de Turismo do Estado da Bahia que já tinham sido elaborados e bem-sucedidos no objetivo de

---

<sup>55</sup> A funcionária pública Marisa (nome fictício) que trabalha na Secretaria de Turismo da Bahia, coordenou no tocante a esse órgão as duas fases do PRODETUR NE, tendo sido responsável pelos projetos de captação de recursos privados para o Estado e na articulação de planejamento das obras de infraestrutura. Ela concedeu entrevista e amostrou algumas planilhas orçamentárias dos gastos das obras na Bahia a partir do PRODETUR. Interessante perceber que essa interlocutora de pesquisa sinalizava seu tempo de trabalho nessa época como o momento de ouro da atividade da Bahia, onde tudo começou a acontecer para o turismo e esse Estado assumiu papel de liderança na condução da política no Nordeste.

capturar investidores privados. Nesses anos, antes da implementação dos programas nacionais para toda a região Nordeste, a Secretaria de Turismo da Bahia estava executando estratégias de promoção do turismo divididos por regiões, cujo foco era a porção Extremo Sul do estado (perímetro em torno de Porto Seguro). Segundo a ex-coordenadora dos PRODETUR I e II/ BA, na Bahia desde esse período já existia internamente uma articulação política para esse setor, com a construção de narrativas simbólicas da cultura baiana e condições materiais para a promoção do estado como um destino turístico atrativo para os turistas e para os investidores.

Nesse aspecto, o governo de Antônio Carlos Magalhães (ACM) e seu grupo político exerceram uma política importante no que tange a atividade turística dentro do Estado da Bahia, pois o turismo e a cultura surgiram como diretrizes estratégicas para a chamada “modernização” da Bahia. Antes da atuação do PRODETUR, portanto, os primeiros governos de ACM (1971-1975 e 1979-1983) já começavam a sinalizar o turismo como estratégia para o desenvolvimento econômico do Estado, bem como, uma propaganda cultural em torno da Bahia como destino particular e atraente. Depois de retornar ao governo do Estado (1991-1994) pelo Partido da Frente Liberal (PFL), ACM segue presente na política baiana por muito tempo, através de dois mandatos como senador (de 1995 a 2007) e da eleição dos seus candidatos ao governo (Paulo Souto de 1995-1998/ 2003-2007 e César Borges de 1999-2002). Nesse contexto, em 1995 acontece a fusão das áreas de Cultura e Turismo numa única pasta, a Secretaria de Cultura e Turismo (SCT).

A fusão dessas áreas confere, assim, uma gestão particular na implementação de políticas culturais, numa estratégia de construir uma identidade idiossincrática baiana, que é, por sua vez, uma aliada ao projeto de avanço do turismo para tornar a Bahia um destino competitivo e singular. Se celebra dessa conjuntura um forte discurso sobre uma suposta “baianidade” em que a então SCT passa a promover “um complexo programa de modernização turística e cultural do Estado, com o objetivo de conferir-lhe uma moldura de lugar identificado ao consumo cultural – uma senha, por assim dizer, que possibilita inserção da Bahia no frenético mercado global de bens simbólicos” (PITOMBO, 2005, p.1). Dessa maneira, partindo do ponto de intercessão que essa autora levanta, entre as arenas do turismo e da cultura no Estado da Bahia, observa-se que muitos estudos que versam sobre a área da cultura baiana identificam o período do início da década de 1990 – também hegemônico por ACM – como virada paradigmática no fomento de políticas e de narrativas que deu a tônica de muitos projetos para o Estado, além do turismo, o carnaval de Salvador é comumente problematizado segundo esse prisma analítico (MOURA, 2001; MIGUEZ, 2002).

Em síntese, essa análise vem ao encontro da entrevista realizada em 2019 na Secretaria de Turismo com a ex-coordenação do PRODETUR NE no Estado, em que a interlocutora também partilhava sobre a importância que houve a ideia de Bahia como destino turístico, muito bem projetado na hegemonia política carlista. Nesse contexto, o processo de modernização turística torna-se uma das agendas de destaque para o desenvolvimento do Estado, reiniciada com a volta de ACM em 1991<sup>56</sup>. A criação da Secretaria de Cultura e Turismo do Estado – SCT, em 1995, é, assim, um marco para a consolidação institucional de uma política de modernização turística e também cultural que vinha sendo adotada por esse grupo político desde a década de 70. A partir de então, há uma clara estratégia de desenvolvimento da Bahia a partir de dois polos promissores nesse Estado, a saber, seu potencial turístico e sua peculiaridade cultural. A atividade turística passa a ser projetada em âmbito nacional e internacional, uma vez que se potencializa ações que entrelaçam conglomerados financeiros privados e elites ligadas a atividades imobiliárias, de comunicação e de cultura (PITOMBO, 2005).

Uma opção política que toma o turismo e a cultura como áreas a serem privilegiadamente fomentadas pelo novo ciclo de hegemonia carlista, de forma a alinhar a Bahia, e Salvador principalmente, a um modelo de gestão característico das sociedades ‘pós-industriais’. Modelo este que, *grosso modo*, decreta a crise do paradigma fordista-keynesiano – esteio do sistema produtivo industrial – como forma predominante de produção da economia globalizada, apontando para a ascensão de sistemas produtivos alternativos, nos quais a atividade terciária ou de serviços – o lazer, a cultura e o turismo se enquadrariam nesse sistema – passa a ser uma saída privilegiada para o desenvolvimento das sociedades (Suarez, 1990). (...) Dessa forma, a cultura foi apropriada como um importante ‘produto turístico’, tornando-se, assim, o principal diferencial do turismo no Estado, e, por sua vez, através deste canal, as práticas significativas típicas da Bahia encontraram uma importante vitrine de exposição. Nesses termos, essa conjunção contribuiu consideravelmente para a divulgação da imagem de uma Bahia (re) inventada em suas tradições – representação esta disseminada tanto em âmbito nacional como internacional. (PITOMBO, 2005, p.5).

Não obstante, essa dinâmica mais interna do contexto baiano, que antecede a chegada do PRODETUR, tem nesse programa um aparato essencial para a concretização das diretrizes do projeto para o turismo no Estado. O PRODETUR, assim, é o instrumento que vai viabilizar uma materialização mais articulada e efetiva para uma política de modernização econômica turística na Bahia. Essa ideia de “produto Bahia” precisaria, portanto, articular uma dimensão simbólica (as manifestações culturais, religiosas, culinária e, sobretudo, um “jeito” baiano alegre e festivo); uma dimensão natural (o extenso litoral e reservas ambientais – com uma

---

<sup>56</sup> A campanha política de ACM para voltar ao governo do Estado, depois do mandato de Waldir Pires (PTB), trazia fortemente a ideia de fazer da Bahia novamente um destino turístico atrativo e respeitado. Na gestão de Waldir Pires (1987-1989) o governo não leva adiante a centralidade no projeto de desenvolvimento do turismo aplicado no governo anterior. Nesse período, há um decréscimo no fluxo de turistas e o Estado passa de 2º a 8º no ranking nacional no início dos anos de 1990 (PITOMBO, 2005).

capital peninsular e o Estado brasileiro com maior quilometragem de costa litorânea); e, finalmente, uma dimensão material (patrimônios históricos, infraestrutura de estradas e aeroportos, redes de hotéis, destinos turísticos bem equipados que se estruturam efetivamente a partir dos investimentos do PRODETUR e da capitação de recursos privados).

Nessa perspectiva, a Bahia que tem hoje cinco municípios classificados como “categoria A”<sup>57</sup> pelo Ministério do Turismo, a saber: Salvador, Cairu, Ilhéus, Mata de São João e Porto Seguro, é um Estado que convive com a efervescência do turismo desde mais de quatro décadas. Estruturalmente isso é possibilitado, sobretudo, pela execução da política nacional do PRODETUR NE, em que a Bahia foi nos dois programas o Estado da região que mais recebeu recursos. Além disso, os governos de ACM, que elegeu o turismo como carro-chefe da sua política, atuou no fortalecimento da Bahiatursa (Empresa de Turismo da Bahia) (REIS, 2010). Criada em 1968, nos marcos de uma lei estadual para desenvolver os hotéis do estado destinado ao turismo, a Bahiatursa, além da menina dos olhos do projeto político de ACM como dito, recentemente em 2014 também vivenciou uma reestruturação passando a ser considerada pelo atual governo como Superintendência de Fomento ao Turismo do Estado da Bahia cujas diretrizes objetivam inovar e qualificar os destinos turísticos; promover integração econômica com outros setores; aumentar os fluxos domésticos e internacionais de turismo e fortalecer alianças com o trade turístico.

A região de estudo dessa pesquisa, o Baixo Sul da Bahia, em termos de bioma, sinteticamente, corresponde uma faixa litorânea do estado da Bahia e está no domínio da Mata Atlântica. Dos municípios pertencentes a esse território de identidade, o Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário do Território Baixo Sul da Bahia (PTDSS) de 2018, identifica 4 municípios inseridos efetivamente na dinâmica econômica do turismo, a saber: Valença, Cairu, Camamu, Ituberá. Geograficamente, o Baixo Sul pode ser entendido a partir de uma diferença demarcada: uma parte do seu território é litorâneo (as cidades costeiras e as Ilhas) e outra parte está “para dentro” do continente (margeando a BA 001). Escusado dizer que as dinâmicas ressaltantes de turismo se encontram instaladas na porção litorânea dessa microrregião, especialmente onde se localizam os municípios de Cairu e Camamu.

Apesar do estudo de caso ter objetivo evidenciar uma comunidade (Garapuá) pertencente ao município de Cairu (situadas na Ilha de Tinharé), vale adiantar que a cadeia do

---

<sup>57</sup> Essa é uma categorização utilizada pelo Ministério do Turismo, buscando classificar localidades e regiões segundo a excelência da atividade turística. A “categoria A” diz respeito a forma mais avançada como o turismo se apresenta, que segundo o ministério, é levado em consideração o conjunto de equipamentos turísticos no local, a sinalização, o número de empregos formais, os tipos de hospedagem, etc.

turismo tem interferência no território como um todo, através, principalmente, de aspectos econômicos, de dinâmicas migratórias e de problemáticas socioespaciais. A hegemonia que o turismo exerce em alguns dos municípios do Baixo Sul expressa, assim, configurações sociais, políticas, econômicas e culturais com envergadura para pensar muitos processos do território como um todo. O planejamento do turismo na Bahia, contudo, estabelece uma divisão diferente dos territórios de identidade do Estado para articular sua atuação, de maneira que, os municípios do Baixo Sul que vivenciam mais diretamente o fenômeno do turismo, representam uma região denominada de “Costa do Dendê”. As principais regiões turísticas do estado são: Baía de Todos os Santos (região de Salvador e cidades e ilhas circunvizinhas); Costa do Dendê (região Baixo Sul); Costa do Cacau (região Sul); Costa do Descobrimento (região Extremo Sul); Litoral Norte; Chapada Diamantina.

A Costa do Dendê, assim, compreende, dentre outras, uma região de ilhas pertencentes ao município de Cairu, que juntamente a Salvador e Porto Seguro são os principais destinos turísticos da Bahia. No âmbito de vigência do PRODETUR NE I, foi investido nessa região: infraestrutura para o aeroporto de Valença e recursos para a criação das Áreas de Proteção Ambiental (APAs) de i) Pratigi, ii) Maraú e iii) Ilha de Tinharé e Boipeba. Alguns anos depois, com o PRODETUR NE II, quase a metade dos recursos destinado para o fomento do turismo de todo Nordeste foi destinado só para essa região, com investimento, principalmente, na infraestrutura de estrada (recuperação de rodovias e a construção da BA 001, que interliga a Costa do Dendê a Costa do Cacau). O período de atuação desses programas, isto é, as décadas de 1990 e 2000, a localidade que se destacava no avanço do turismo nessa região era Morro de São Paulo<sup>58</sup>. Situada na Ilha de Tinharé, Morro de São Paulo, é, portanto, por onde se chega e primeiro se desenvolve o turismo no Baixo Sul. Essa Ilha pertence ao município de Cairu, que abriga também outras praias e comunidades, que alguns anos depois são também interpeladas pela chegada do turismo. Além de Tinharé, Cairu é sede da Ilha de Boipeba, que abriga o segundo destino turístico (Boipeba) mais procurado da região.

O município de Cairu, que fica a 308 km a sul de Salvador, é um município arquipélago composto por três ilhas principais (Tinharé, Boipeba e Cairu) e sua ocupação em 1610 faz com que seja uma das zonas litorâneas de colonização mais antigas do país. A dinâmica do turismo confere a Cairu o lugar de maior destaque e importância entres os municípios da região do Baixo Sul. Mesmo com o desenvolvimento mais antigo e avançado do turismo em Morro de

---

<sup>58</sup> Desse ponto em diante do texto, ao nos referirmos sobre Morro de São Paulo, eventualmente chamaremos de Morro (forma pela qual é chamada e popularmente conhecida pelos moradores dessa comunidade, das cidades próximas e da Bahia quanto a esse destino turístico).



São Paulo, esse município conta com um conjunto grande de outras localidades que são fortemente interpelados pelas dinâmicas e arranjos do turismo: Boipeba, Moreré, Cova da Onça, Galeão, Gamboa do Morro, Garapuá. Todas elas, entretanto, eram comunidades de pescadores, as zonas rurais do município de Cairu até a chegada do turismo (THEVENIN, 2009). Nessas localidades, nos Planos de Desenvolvimento do Estado da Bahia, bem como, em conversa com antigos moradores, antes do turismo, além da pesca, havia uma dinâmica extrativista de madeira e a plantação de piaçava e também um pouco de atividades agrícolas produtoras de alimento em escala doméstica. Essa modalidade de ocupação do espaço, segundo estudo de Thevenin (2009), era característico pela arenosidade do solo, que tinha nas terras de beira de praia pouca produtividade<sup>59</sup>. Assim sendo, foi característico nessa região o destaque de produtores que ocuparam vastas extensões de terra, culminando em grandes fazendas de piaçava e tempos depois, de coco.

O turismo que hoje no Baixo Sul é também fortemente representado pela região da Baía de Camamu, tem sua origem no avanço vertiginoso dessa atividade em Cairu, a partir principalmente da década de 1990. No perímetro de influência de Cairu, em termos mais abrangentes, toda a região é interpela pelo fenômeno do turismo, como por exemplo, as comunidades quilombolas do município de Taperoá e o comércio e serviços e transportes no município de Valença. Em trabalho de campo, pude participar de uma reunião do Projeto de Desenvolvimento de Turismo Sustentável em Cairu para o ano de 2020 – Projeto “Investe Turismo” do SEBRAE – em que ficou claro como o setor turístico protagoniza a dinâmica também política desse município e mobiliza um conjunto de áreas do governo (educação, cultura, meio ambiente, planejamento) para engajar-se no seu desenvolvimento. A coordenadora do projeto do SEBRAE, por exemplo, ressaltou o longo percurso de parceria com a região litorânea do Baixo Sul através de projetos para as localidades de Cairu, e com isso, mesmo num cenário de recessão de gastos e corte de recursos, a SEBRAE conseguiu manter para a região apenas a liberação dos recursos para um projeto de turismo sustentável, pois é esse “o principal vetor de desenvolvimento do Baixo Sul”.

A reflexão do processo de desenvolvimento do turismo nacional, no Nordeste e na Bahia ao longo da História, não está desarticulada, portanto, com o contexto de intensificação

---

<sup>59</sup> Em trabalho de campo na comunidade e Garapuá colhi relatos, como veremos no decorrer do trabalho, dos quintais e roças voltados a agricultura. Embora, de fato se trate de comunidades cuja principal característica não é agrícola, e sim a pesca, quando o autor fala em baixa produtividade tanto se inscreve a questão dos solos muito próximos à praia, quanto a pequena escala de uma agricultura praticada no âmbito das casas e quintais para consumo. As plantações de maiores escalas e em grandes extensões de terras nessa porção litorânea no Baixo Sul foi, então, o coco e a piaçava.

da fase neoliberal da realidade de capitalismo dependente, a qual o Brasil faz parte. O avanço da indústria do turismo, com seus repertórios políticos e socioculturais, se insere como uma das frentes do ordenamento espacial da fase globalizada do capitalismo. Um conjunto de estudos (CAMMARATA, 2006; CAMACHO, 1996; PALAFOX MUÑOZ, 2013; MÁRQUEZ GONZALÉZ, 2007) dessa temática em realidades da América Latina mostram como localidades litorâneas, especialmente as de costa caribenha, foram recrutadas para compor o cenário de florescimento desse setor como principal atividade econômica de muitos arranjos de desenvolvimento periférico. A revisão de literatura de alguns desses trabalhos ambientados na América Latina relaciona, portanto, os aspectos do desenho do turismo no Baixo Sul sob uma égide mais ampla da expansão dessa atividade em territórios litorâneos/rurais de países do “Terceiro Mundo”. Nessa perspectiva, estamos buscando debater na análise sobre o turismo, sua capacidade de sintetizar camadas diferentes de consumo e produção do espaço. O estudo do contexto da atividade turística no Baixo Sul tem mostrando, assim, que toda essa conjuntura do desenvolvimento do turismo no Nordeste e na Bahia encontrou em Morro de São Paulo o seu principal lugar de avanço da “fronteira turística” nesse território.

### **2.2.1. Morro de São Paulo: Da chegada do turismo no Baixo Sul ao turismo de ponta na Bahia**

Pensar no surgimento do turismo no Baixo Sul enquanto território perpassa, necessariamente, em olhar para a chegada dessa atividade em Morro de São Paulo. Essa localidade situada na ilha de Tinharé, município de Cairu, representa hoje no nível do Baixo Sul baiano o estágio mais avançado de desenvolvimento turístico. Além disso, juntamente a Salvador e Porto Seguro (extremo sul do estado) Morro de São Paulo é um dos principais destinos turísticos da Bahia nos dias de hoje. Em nível de política estatal – através dos investimentos do PRODETUR NE I e II – Morro foi o segundo lugar, depois de Porto Seguro, que concentrou a atenção do Estado para o desenvolvimento do turismo, segundo as informações coletadas durante pesquisa campo na Secretaria de Turismo da Bahia. Esse processo de fomento ao turismo em Morro<sup>60</sup> data dos meados da década de 80 no âmbito de

---

<sup>60</sup> A partir desse ponto do texto, algumas menções que farei para Morro de São Paulo, abreviarei eventualmente para Morro, nome como popularmente é chamado na Bahia, e também a forma como os próprios nativos de lá e de outras localidades do Baixo Sul usam para designar esse local.

atuação de planos de desenvolvimento do turismo pelos governos baianos, e posteriormente, na década de 1990 no âmbito de planos e programas nacionais.

Ainda que o surgimento do fenômeno do turismo em Morro seja datado da década de 1980, as décadas antecedentes de 1960 e 1970 já registravam alguma manifestação dessa atividade (THEVENIN, 2009). Nos anos de 1960, o lugarejo não contava com infraestrutura destinada ao turismo, mas já havia presença de visitantes locais (da capital e de cidades circunvizinhas) que iam passar feriados ou temporadas de verão, conhecido pelos nativos<sup>61</sup> como “veranistas”. Já na década de 1970, ainda sem infraestrutura, o ingresso de turistas se amplia um pouco mais, porque o local é “descoberto pelos hippies” de outras partes do país. A presença do turismo é aqui ainda muito incipiente em termos de fenômeno, mas esses períodos inseminaram o desenvolvimento da atividade posteriormente. Isso porque, além da chegada dos investimentos na década de 1990 para promover o turismo, nos anos de 1960 e 1970 os veranistas e hippies foram responsáveis em divulgar a beleza do local (THEVENIN, 2009).

Antes do estabelecimento do turismo em Morro de São Paulo, a produção de farinha respondia como principal atividade econômica da comunidade e das demais da Ilha de Tinharé no século XVII; posteriormente, a extração de piaçava e a atividade pesqueira passam a integrar como a principal fonte de renda local até final do século XX, quando o turismo passa a ser a mais importante e rentável atividade no local e no município de Cairu como um todo (VIRGENS, 2010). As características naturais da ilha fizeram com que a atividade agrícola nunca tivesse tão diversificada, tendo registro de culturas como mandioca e coco, principalmente. A pesca, por sua vez, era a atividade econômica mais ressaltante da localidade antes do estabelecimento do turismo. Informações de uma interlocutora de pesquisa, que chegou no final da década de 1970 para viver em Morro, apontam que a comunidade vivia fundamentalmente da pesca nesse período, que era muito abundante e diversificada, e da compra de outros alimentos com o dinheiro advindo da venda do peixe. Hoje em dia, essa atividade é quase inexistente no local e, realizada na maioria das vezes sem conotação econômica, por esporte, hobby, ou até atração turística.

Era tanto peixe e marisco que comíamos praticamente só isso naquele tempo. Os pescadores vendiam às vezes em Valença e davam e trocavam muito. Tinha dia da pescaria dar tanto, que perdia muito peixe, porque não tinha geladeira e não era muito de armazenar na época. Muito tipo de peixe, marisco, camarão, polvo, lagosta, tudo. Eu recebia várias vezes na semana de presente dos meus alunos. Era o que eu comia, dormia na escola da fazenda, almoçava peixe, e vivia com muito pouco. ” (VANESSA<sup>62</sup>, 57 anos. Agosto 2019).

---

<sup>61</sup> Nativo corresponde a uma categoria endógena das comunidades do Baixo Sul designar a população nascida e/ou crescida no local.

<sup>62</sup> Nome fictício.

O período de meados ao final da década de 1980 se caracteriza, assim, por um turismo local, organizado pela população que lá vivia. Os frequentantes de Morro eram na sua maioria pessoas vindas de Salvador e de cidades próximas, mas já começava a aparecer pessoas da região sudeste do Brasil que passam a frequentar o local. Trata-se aqui de um turismo ainda sazonal, cuja a agitação era os meses de dezembro, janeiro e fevereiro. Os veranistas do Morro nessa época começam a comprar casas ou terrenos, que ficavam a maior parte do ano fechadas e eram utilizadas apenas durante o verão. É em 1986 que chega energia elétrica nessa localidade, e nesse mesmo ano surge o primeiro restaurante. Em 1987 passa a ter a primeira hospedagem no formato de pousada. A entrevista com a dona dessa primeira pousada, aponta que antes disso ela foi pioneira em receber os turistas de fora e ir “entendendo o que estava começando a acontecer”. Nesse contexto, esse casal (formado por um nativo pescador e uma professora de Salvador que foi aos 18 anos viver em Morro) recebia jovens turistas em uma das salas da sua casa, em esteira de palha e compartilhando o banheiro e outros cômodos da casa. Assim sendo, essa primeira fase turística em Morro de São Paulo abrigava uma estrutura para o turismo ainda muito arcaica e doméstica.

Na década posterior – 1990 – é quando o fenômeno do turismo se apresenta de forma mais substanciada, podendo ser lido mais proximamente do que hoje entendemos como um lugar turístico. A população local começa a reorganizar suas dinâmicas sociais para participar das transformações que o turismo estava engendrando: as casas começam a abrigar turistas ou a se transformarem em pousadas; começaram a vender terrenos, casas e se reagruparam em outros sítios; aparecem os restaurantes de “fundo de quintal”; muitas pessoas de fora começam se instalar em Morro no período do verão para trabalhar; etc. Esse período inaugura a verdadeira reconfiguração local através do turismo, em aspectos econômicos e socioculturais. As entrevistas realizadas com quem esteve presente na comunidade nessa época, relatam sobre o “choque forte” que o turismo gerou na dinâmica social da comunidade: uma colaboradora da pesquisa conta que a desestruturação das famílias no período de verão era “uma questão social no Morro”. Em termos gerais, o choque cultural estava na diferença entre os códigos da população turística que passa a ser intensa e diversa, principalmente no verão, com o modo de vida tradicional de um lugar que antes era uma vila de pescadores.

Além desse aspecto, a comunidade passa por uma transformação espacial quanto a distribuição geográfica e a ocupação do território. No período dos anos de 1990, a venda de terrenos, casas, ou a transformação de casas em pequenas pousadas e restaurantes redesenhou a distribuição da população, que passa a fixar moradia “na parte alta” (conhecida como

“Mangaba”) na região que margeia a ilha, enquanto que o “centrinho” e a porção beira-mar vão passar a ser ocupados pelos *trades turísticos*<sup>63</sup>. Os que mantiveram casas próprias na região da praia e do centro, quase sempre alugavam no período do verão e iam viver com familiares ou em segundas casas na parte mais afastada. As mudanças espaciais acontecem também porque algumas fazendas que existiam na beira de praia de poderosos locais vão se tornar empreendimentos turísticos e porque a população local começou a vender pedaços de terra para estrangeiros. Esse período é narrado como a chegada dos suíços; alemães e principalmente, italianos e argentinos, como narra a interlocutora de pesquisa que é nativa de Morro e vivenciou esse processo quando era criança na ilha.

Eu era criança tipo com mais ou menos dez anos quando tudo mudou. Nossa infância mudou completamente (...). Meu pai, minha família tinha meio mundo de terra no Morro, a família Sena que nasceu e se criou todo mundo lá. Eu juro que vi meu pai trocando terreno por rádio e televisão. Ele era o pior, mas igual a ele tinham outros nessa época que trocaram terra por qualquer novidade. Não entenderam o que tava acontecendo nem o que ia acontecer, acharam que tinham muita terra e não ia fazer falta passar adiante (...). (AMÉLIA<sup>64</sup>, 37 anos. Agosto 2019).

O início da década de 1990 foi quando chegou nessa região as investidas do governo para Morro de São Paulo, como já citado por meio do primeiro PRODETUR NE. O marco do planejamento estatal para o desenvolvimento do turismo em Morro se expressa, principalmente, com a construção do aeroporto de Valença, bem como, o melhoramento de transporte e acesso para chegar à ilha, e a implementação da APA Tinharé e Boipeba. A atenção do estado da Bahia nessa época vai se voltar essencialmente para esse território, engrandecendo a região da Costa do Dendê, que nesse período vai iniciar o turismo também na Ilha de Boipeba (vizinha a Ilha de Tinharé onde está Morro de São Paulo). Nesse aspecto, um elemento central dessa fase está no papel que o turismo parece ocupar como dinamizador para a implementação das unidades de conservação ambiental (THEVENIN, 2009). A partir de então em Morro, o turismo também passa a explorar os aspectos da natureza/ das belezas ambientais, construindo uma narrativa de sustentabilidade da atividade.

O avanço do turismo em Morro, destarte, seguiu um desenvolvimento vertiginoso e os últimos 15 anos (do início da década de 2000 para cá) é sinalizado por ex-moradores locais, estudiosos e lideranças da região como o período mais crítico do adensamento da atividade turística. Paisagisticamente, Morro é uma pequena Vila na Ilha de Tinharé, com seu perímetro

---

<sup>63</sup> “Trade turístico” é uma expressão utilizada pela literatura da Economia Política do Turismo, debatida no primeiro capítulo (BIANCHI, 2002; BRITTON, 1991; MOSEDALE, 2001) para designar o conjunto de equipamentos e comércios ligados à indústria turística.

<sup>64</sup> Nome fictício.

aglomerado de lojas de multimarcas de diversos artigos, bares, restaurantes, hotéis, pousadas, agências, no perfil do que seria um “shopping a céu aberto”. Um levantamento feito pelo Conselho de Administração Participativa (CAP), em 2008 catalogou: 128 meios de hospedagem (desde hostels a *resorts*); 34 barracas de praia; 44 bares e restaurantes; 61 lojas; 13 empresas de prestação de serviços; 3 imobiliárias; 8 *lanhouses*; 18 agências de turismo; 11 empresas de lazer e entretenimento e 10 mercados e mini-mercados só em Morro de São Paulo (VIRGENS, 2010). Um entrevistado do Conselho, que esteve envolvido com esse levantamento de 2008, afirmou que atualmente estão trabalhando para a atualização desses dados, que segundo ele, já estão muito defasados.

Eu acredito que já tenha mudado muito esse quantitativo. Esses dez últimos anos evoluiu muito a coisa ali e em todo buraco no espaço se construiu uma pousada em Morro. Já é uma coisa feia, incivilizada. As outras praias aqui pra cima você não vê um amontoado de lojas e pousadas, umas em cima das outras como em Morro, já são mais bem planejadas, digo até visualmente. O que estão tentando fazer em Morro é essa onda dos *resorts*, as hospedagens de beira de praia no estilo de condomínio horizontal. Não sei se vai ter como emplacar, também são empreendimentos de alto padrão e que precisa de espaço, é a tendência agora do alto turismo. (LÁZARO<sup>65</sup>, agosto 2019).

Os estabelecimentos turísticos em Morro administrados por pessoas nativas, hoje em dia, parecem ser reduzidos apenas a um restaurante e até ano passado, uma pousada na beira da “segunda praia” de uma senhora bem idosa que veio a falecer (ela é conhecida como a única que não vendeu e nem saiu de sua casa quando chegou o turismo). Uma das interlocutoras, que foi nascida e crescida em Morro de São Paulo, diz ver sua família toda deslocada do lugar e hoje apenas ela tem uma pousada própria, que arrenda para empresários paulistas. Ela conta, que alguns nativos ainda têm pousadas arrendadas. Mas a maioria, por sua vez, com a especulação imobiliária e a concorrência econômica, acabou vendendo suas propriedades. Isso porque, tornou-se difícil, para quem não pode investir no seu negócio, ir dando manutenção e melhorando as comodidades. Da sua família, todos começaram primeiro arrendando e posteriormente venderam e tentaram comprar algo em outro lugar, desanimados de conseguir desenvolver atividades em Morro.

Os atrativos turísticos em Morro hoje, embora nem sempre tenha sido assim, tem forte propensão para um público jovem, por conta das muitas opções de festas, bares e casas noturnas. Muitos estrangeiros, segundo conversa com uma agência, já se destinam para Morro com um pacote de festas organizado, que estão pagos e planejados. A vida noturna agitada em Morro já é uma característica presente em alta ou baixa estação. O tipo de dinâmica instaurada com essa

---

<sup>65</sup> Nome fictício.

característica é um dos elementos sobre a perda da tranquilidade no local, segundo os relatos. A poluição sonora foi razão, por exemplo, que uma nativa conta como a sua saturação do cotidiano em Morro, e a fez sair para morar em Salvador há sete anos. Hoje num antigo bairro do centro de Salvador, ela diz conseguir levar uma vida mais calma e arrendou a sua pousada, desde então, a um grupo de Suíços.

Uma reunião, que pude participar durante trabalho de campo, da Secretaria de Turismo do município de Cairu com a SEBRAE em agosto do ano passado, trouxe elementos para pensar o tipo de ações que estão sendo focadas para Morro de São Paulo. A reunião tinha objetivo de apresentar ao poder público local as prerrogativas do projeto lançado em julho, em parceria do Ministério do Turismo e a Embratur, “Investe Turismo”, que se diz fazer parte de uma iniciativa para um “turismo sustentável”, que vai ter foco principalmente a concepção de “SmartDestination”. O projeto destina-se as rotas de turismo na Bahia de Salvador, Morro de São Paulo e a Costa do Descobrimento. O objetivo que foi exposto é de que o projeto, a ser executado por uma empresa catarinense, pretende fazer uso de tecnologia para conciliar inovação com sustentabilidade. Em termos práticos, foi apresentado a perspectiva de explorar aspectos culturais e históricos de Morro através de iniciativas que ainda ficaram por decidir. A empresa frisou em duas sugestões possíveis para Morro: a implementação de uns óculos “museu itinerante” que possa contar a história local, articulando passeios para que os turistas vejam nas imagens digitais o que já foi determinado sítio; e a qualificação de todo o ramo turístico para positivar a experiência do turista no local, dando como exemplo um trabalho a ser realizado com os carregadores de mala em carro de mão que se agregam no cais na chegada de Morro informalmente.

O papel do Estado a todo tempo, nessa ocasião, era a de frisar a dificuldade que Morro vem acumulando de aproximar o poder público ao empresariado. Foi relatado pelas coordenações de turismo do estado e do município, que em Morro já há alguns anos não consegue articular ações junto ao empresariado, porque esse setor se envolve pouco com as iniciativas do Estado de avaliar e atuar para a melhoria do turismo. As disposições das autoridades ali presentes giraram em torno da necessidade de encaminhar principalmente três pontos: i) aproximar o empresariado das instâncias de turismo municipal e estadual, que hoje menos da metade das empresas atuantes em Morro tem diálogo com o poder público, para tanto, no final desse ano (com data indicada para outubro) planejam realizar um Fórum de Turismo em Morro, para promover uma feira de negócios; ii) mapear as possibilidades de integração do turismo com outros setores (agronegócio, artesanato, audiovisual) da região do Baixo Sul; iii)

focar no planejamento de atrativos históricos e culturais no Morro para mudar a forma que o turismo vem se estruturando na localidade, “para prender o turista que hoje só quer ficar três/quatro dias em Morro e vai embora”. Interessante perceber, que essa amostragem, no contato com o poder público, revela as intenções centradas para buscar articulação com o empresariado e uma avaliação de saturação do desenho turístico estruturado nessa localidade.

Dessa maneira, a impressão que se precipita do trabalho de campo e das leituras sobre as dinâmicas do turismo atuantes em Morro, é de que esse fenômeno está estabelecido nesse local nos marcos do que seria uma empresa internacional do turismo (como discute a literatura do primeiro capítulo): boutiques de roupas, sapatos, óculos de marcas internacionais; agências de turismo estrangeiras; franquias de restaurantes e setor de alimentação no geral; enfim, um aglomerado de atrativos turísticos que coloca esse destino no rol dos paraísos litorâneos mais famosos e divulgados do país. Uma interpretação quanto ao atual momento de Morro me chama atenção na altura de que “não se tem mais para onde crescer aquilo ali”, na avaliação de um advogado da região, que atua em Morro como advogado do Sindicato de Trabalhadores de hotéis, pousadas e restaurantes do município de Cairu. Essa percepção tem ressonância, por exemplo, quando hoje os investimentos de desenvolvimento do turismo pela Secretaria de Turismo da Bahia (com o PRODETUR que está em fase de implementação) estão voltados para o território de identidade Baía de Todos os Santos e não tem recursos pensados para se destinar a região da Costa do Dendê.

A tendência do Morro agora, na minha opinião, é diminuir esse caos do turismo. Não se tem mais para onde crescer aquilo ali, o que pode ser feito ainda é organizar e cuidar para que as localidades próximas desenvolvam um turismo mais planejado. A única mudança que eu vejo que o Morro pode sofrer é desafogar a quantidade de pousadas e investir nessa onda de condomínios horizontalizados, sabe como é? Que funcionam como clubes. Como está agora, até do ponto de vista elitista, já é incivilizado. O turista de alto padrão que vem para região já não quer ficar em Morro, prefere ir pra Boipeba ou Barra grande.” (LÁZARO<sup>66</sup>, agosto, 2019).

Os efeitos socioespaciais da dinâmica do turismo em Morro de São Paulo, representam um elemento central para essa tentativa de mapeamento e análise de como vem se configurando esse fenômeno a nível de Baixo Sul. É certo, por sua vez, que o turismo agrega arranjos estruturantes que acirram a manifestação de interesses divergentes no território. Pela forma pioneira e acelerada como a atividade turística se instalou em Morro de São Paulo, parece que a identificação das suas consequências e problemáticas não pôde ter sido percebida prontamente pela população local. Com isso, o direcionamento que vinha se projetando o turismo, pelo que pôde ser observado, não enfrentou posicionamentos com energia suficiente para uma disputa

---

<sup>66</sup> Nome fictício.



de entendimentos antagônicos. Ainda que as entrevistas tenham narrado hoje as problemáticas resultantes do turismo para a comunidade, não está presente um histórico de conflitos e enfrentamentos mais diretos. O que se percebe é que o tecido social vai se amalgamando a um processo desconhecido, aparentemente incontroverso.

O que hoje acontece, contudo, é o funcionamento de uma configuração turística que pode ser lida como predatória e inóspita. A ausência da população nativa é, talvez, a resultante que mais chame atenção. As entrevistas realizadas não convergiram precisamente no quantitativo da população nativa que seguem hoje morando em Morro de São Paulo, porém, o número de casas ainda existentes com essa população variou de cinco a dez, do que os entrevistados conseguiam recordar. A maioria das pessoas locais que tinham casa, terras, ou chegaram a empreender negócios turísticos, venderam ou arrendaram para pessoas de fora (principalmente São Paulo, Minas Gerais, Argentina e países da Europa) e foram viver em outras localidades que proporcionasse uma vida mais calma e tranquila e com um custo de vida mais baixo. A atividade pesqueira já quase não existe na comunidade, e donos dos restaurantes e bares compram de praias e comunidades vizinhas os peixes e mariscos.

A questão relacionada a pesca com o turismo em Morro tem uma perspectiva social, como foi dita, do despovoamento de pescadores nativos hoje no local, e tem uma outra perspectiva ambiental. O consumo do espaço pelo turismo, pode ser “extrativista” de muitas formas: num âmbito metafórico, de um extrativismo cultural e simbólico, mas também em um âmbito ambiental de consumo da natureza. O que se observa em Morro com relação a pesca, por exemplo, é o entendimento na região de que abundância e variedade que antes existiu, foi perdida pelo fluxo intenso de barcos; pelo aumento da circulação de quadriciclos na praia e a diminuição do acesso aos mangues; a poluição das águas pelo volume dos turistas e o tipo de passeios que são feitos em alto-mar (que levam turistas para dar comidas e atrair peixes); etc. Essas consequências ambientais são acompanhadas, por sua vez, pela fragilidade e ineficiência do poder público de fiscalizar e combater certas práticas. Para entrar em Morro é cobrada uma taxa obrigatória de R\$ 15,00 arrecada por uma ONG responsável de ações técnicas junto a APA, contudo, parece haver uma queixa antiga da população ali residente ou frequentante de que, mesmo de acordo com o pagamento para os fins propostos, não se tem muita efetividade na atuação de preservação e sustentabilidade. O principal elemento que sustenta essa leitura, é um lixão muito grande a céu aberto, sem nenhum tratamento ou fiscalização (situado no bairro popular do Zimbo) que vem aumentando sua dimensão sobretudo nos últimos sete anos.

A perspectiva socioespacial desse local hegemonizado pela dinâmica do turismo, apresenta uma forte contradição no que tange o mundo do trabalho. Como frequentemente reportado pela literatura que estuda as estruturas formadoras do turismo, a divisão social (e espacial) do trabalho é um paradigma importante nos processos de estabelecimento dessa atividade. O desenvolvimento do turismo em Morro, atraiu principalmente jovens que vão buscar viver e trabalhar nesse local. Os postos de trabalho da população marginalizada e empobrecida, contudo, são os setores mais precarizados, mal remunerados e informais. Muitos jovens da região do Baixo Sul que buscaram ou buscam se estabelecerem em Morro, trabalham como vendedores ambulantes, carregadores de mala, faxineiras, garçons, etc. A prostituição e o tráfico de drogas são duas atividades que vem tendo relevo na realidade de Morro no aliciamento de jovens. Um fenômeno recorrente nas entrevistas é que o tráfico, sobretudo, tem atuado na atração de jovens de zonas rurais das cidades do Baixo Sul, circunvizinhas a Cairu, que deixam suas localidades e vão viver em Morro.

A prostituição, não obstante, constitui uma problemática social de Morro desde o período turístico da década de 1990, embora venha se complexificando. Muitos elementos poderiam ser aprofundados e levados em conta para analisar o lugar da prostituição, num nicho do turismo sexual, muito presente em países periféricos ou subdesenvolvidos como Brasil. O volume cada vez mais massificado do turismo em Morro, bem como, o forte fluxo internacional no local podem coagir realidades empobrecidas às dinâmicas como a prostituição. Nessa localidade, o problema já foi de atenção do poder público, sobretudo, no episódio em que foi publicizado em um programa de televisão que Morro de São Paulo era um dos principais destinos buscados como polo de turismo sexual por um fluxo turístico israelense na América Latina. A repercussão dessa notícia, fez autoridades se movimentarem em torno do problema e articularem estratégias de combate e punição ao turismo sexual, que levou a construção de uma espécie de sinagoga para monitorar os turistas de Israel, que hoje são uma das principais nacionalidades dentre os turistas estrangeiros.

Um reordenamento geográfico foi estruturado em Morro desde a chegada do turismo. Como dito, mudou a ocupação da beira de mar e do centro histórico pela população local para passar a ser ocupado pelos equipamentos turísticos que estavam se instalando. Esse fenômeno espacial, fez com que a população nativa fosse sendo empobrecida na lógica de elitização do custo de vida e a especulação imobiliária, e passaram a ser habitantes dos bairros marginalizados da comunidade (nesse caso literalmente, no sentido de bairros íngremes que estão na margem da ilha). A resultante contemporânea desse processo é a presença de uma

enorme favela em Morro conhecida como “Buraco do Cachorro”. Essa favela que tem crescido significativamente nos últimos dez anos, representa um efeito do turismo sob um processo que vem sendo preocupação de muitos pesquisadores, como Thevenin (2009), a saber, o processo de urbanização que o turismo gera em pequenas localidades. Esse processo analisado com a insurgência da empresa turística em locais de sociabilidade rural ou tradicional, é posta majoritariamente sob o prisma dos serviços tecnicistas e informacionais na lógica de globalização capitalista, mas entendendo a urbanização como uma complexa rede de significados, em que a gentrificação e as ocupações desornadas como favelas também fazem parte das resultantes possíveis da urbanização.

Reuniões realizadas nas comunidades de Garapuá e Morro de São Paulo, mostraram a manifestação dos representantes das comunidades locais avessos a ideia de um turismo predatório hoje em curso em Morro. Tornou uma experiência de dinâmica turística como exemplo a não ser seguido. Os moradores de Garapuá, por exemplo, nos conflitos ali apresentados, tem como uma das preocupações centrais que a lógica do turismo que está sendo empreendido lá seja radicalmente oposta ao que hoje se observa em Morro de São Paulo. Esse conjunto de informações do material colhido em campo tem nos mostrado que esse fenômeno expulsou a comunidade da antiga vila de pescadores de muitas formas: a possibilidade de renda com a venda de terras e casas gerada pela especulação imobiliária; a pressão da concorrência da sofisticação dos elementos turísticos que fizeram que nativos não pudessem se manter no mercado; o aumento da violência e o relevo que o tráfico e a prostituição vêm ocupando na absorção de jovens; a incompatibilidade com as profundas mudanças socioculturais que o turismo gerou para a manutenção de um modo de vida antes existente; etc. Uma entrevistada, que hoje mora em Valença e arrenda sua pousada a investidores paulistas, ilustra a impraticabilidade de perpetuar a vida da sua família em Morro de São Paulo:

É triste demais para a gente nativo pisar hoje no Morro. Eu nasci ali, sou louca e apaixonada por aquele lugar que é a minha terra. Mas é muito difícil viver lá para quem não pode se manter fazendo o turismo, não sobra mais nada para fazer. Não tem como criar dois filhos adolescentes no Morro como eu fui criada, lá não tem nada pensado para quem é da terra, um projeto, um incentivo, uma educação boa. Ver tanta gente que cresceu junto comigo e hoje não pode pisar ali ou está trabalhando de carrinho de mão no cais. Os amigos dos nossos filhos envolvidos com coisa de tráfico de drogas (...). Meu pai era dono de tanta terra no Morro, hoje não tem nada e tem anos que nem vai lá, vive da renda de aluguel de uma casa em Valença e mora comigo, não tem uma ocupação (...). Eu daria tudo para o Morro voltar a ser o que era, esse é na verdade o meu sonho, mas sei que é impossível acontecer. (AMÉLIA<sup>67</sup>, 37 anos. Agosto 2019).

---

<sup>67</sup> Nome fictício.

As entrevistas durante a pesquisa de campo com nativos de Morro estiveram todas atravessadas por falas emocionadas e saudosas. As drásticas mudanças que essa localidade sofreu e sofre com a atividade turística transformou tanto as condições mais objetivas – de domínio das terras por empreendedores turísticos – e o contexto mais simbólico no estilo da vida cotidiana dos moradores. No caso de duas das entrevistadas, as suas mudanças de Morro de São Paulo aconteceram por duas razões: i) a possibilidade de geração de renda com arrendamento de pousada e ii) o esgotamento com as dinâmicas socioculturais da rotina desse lugar, que vive um intenso turismo durante todo o ano e as consequências desse processo. Portanto, contextualizar a história de Morro com o turismo a partir da década de 1990 perpassa por entender as dinâmicas de entrada no turismo na região, a partir de quais dinâmicas ele se consolida e as problemáticas dessa atividade em um exemplo do próprio Baixo Sul. Se o PRODETUR tinha por objetivo o planejamento do turismo para a costa nordestina, em Morro o que se observa, portanto, é que esse planejamento visava promover a exploração turística na região pelo capital privado, desmitificando a ideia de planejamento, uma vez que a sua concretização foi se dando de forma alheia as configurações socioespaciais locais.

## BOX 1

### ALGUMAS NOTAS DO TRABALHO DE CAMPO EM MORRO DE SÃO PAULO

Os dias imersos em Morro possibilitaram, prontamente, através da observação participante, ver o tipo de turismo ali presente e a forma de consumo daquele espaço pelos visitantes. Primeiramente, foram dias de caminhar nas ruas agitadas e cheias de gringos juntamente com a impossibilidade que logo se mostrou em estabelecer algum diálogo com interlocutores nativos do lugar. Esse tipo de diálogo só viria a acontecer depois, quando alguns caminhos da pesquisa foram me levando a buscar “o pessoal de Morro” nas cidades de Valença e Salvador. “Aqui vai ser difícil a senhora encontrar o pessoal mesmo de Morro, sei de fulana de tal, que já nem sei se é viva” me disse um interlocutor de pesquisa, que vende ostras nas praias de Morro e foi quem me possibilitou tecer uma rede até as pessoas que viveram em Morro antes da chegada do turismo empresarial. Assim sendo, diferente do campo que fiz em Garapuá dias depois, as insistentes chuvas de agosto não pareceram diminuir o fluxo e as atrações de Morro, que contava nesses dias com aglomeração de pessoas falando diversas línguas, vestidos de capa de chuva entre as lojas, os bares, os restaurantes e a intensa vida noturna desse lugar. Reservei hospedagem pelo site do Airbnb, que no meio do mundo de opções e concorrências, me garantiu pagar um valor aproximadamente três vezes menos do que o que paguei na semana seguinte na pacata Garapuá. As opções de comida que variavam entre as diversas e famosas gastronomias do mundo e as lojas de marcas davam essa impressão do shopping a céu aberto, do lugarejo bem urbanizado e moderno a beira mar. A maioria dos atendentes dos estabelecimentos de cafés, pousadas, agências, bares que pude perceber eram também compostos por jovens estrangeiros, não dando para constatar sequer nesses postos de trabalhos a típica população negra do Baixo Sul. A chegada no cais, que aglutinava muitos meninos jovens para transportar com carro de mão as malas dos turistas, demarcava, dentre outras coisas, uma absurda diferença racial entre a parte baixa (o atracadouro onde se chega) e a parte alta (de Morro propriamente dito). As contradições inerentes ao turismo, que naquele momento estavam sendo problematizadas com o início dos meus estudos sobre o tema, encontrou em Morro correspondência e verossimilhança das mais diversas ordens.

### **2.3. Os efeitos do turismo na questão agrária no Baixo Sul: alguns apontamentos a partir de dados oficiais.**

Esta seção corresponde à desafiadora tarefa de sistematizar alguns dados sobre a estrutura fundiária no Baixo Sul a partir da década de 1990, em um difícil esforço de analisar as relações que se estabelecem entre turismo e questão agrária na região. A dificuldade reside, nesse caso, em tentar dimensionar, a partir das estatísticas, as transformações ocorridas na estrutura fundiária dos municípios do Baixo Sul nas últimas décadas, período em que se intensifica a presença de empreendimentos turísticos na região. Isso porque, os dados disponibilizados através dos Censos Agropecuários do IBGE, bem como, pelo cadastro de imóveis rurais do INCRA, não foram organizados a partir de um recorte que nos permita estabelecer uma relação direta entre as transformações ocorridas na estrutura fundiária do Baixo Sul e as dinâmicas de expansão da atividade turística. Nos Censos Agropecuários coordenados pelo IBGE o estabelecimento agrícola é definido como “toda unidade de produção dedicada, total ou parcialmente, a atividades agropecuárias, florestais e/ou aquícolas, subordinada a uma única administração: a do produtor ou a do administrador” (IBGE, 2006). Como discutido no primeiro capítulo, as zonas costeiras agregam configurações próprias do mundo rural, de comunidades pesqueiras, em que muitas vezes as pequenas propriedades não expressam produções agrícolas. Não obstante, as grandes propriedades nessas zonas também são comuns que não apresentem esse tipo de atividade.

Ainda assim, na tentativa de visualizar os efeitos do turismo em escala da região do Baixo Sul, comparamos os dados referentes aos estabelecimentos agrícolas a partir das informações contidas nos Censos Agropecuários de 1995, 2006 e 2017, período que corresponde à intensificação do turismo na região a partir da implementação do PRODETUR NE. Apresentaremos a estrutura fundiária captada através dos dados do Censo Agropecuário a partir de dois recortes: os dados agregados referentes ao Baixo Sul e as informações disponíveis para o município de Cairu, por ser ele o principal destino turístico da região e o município que mais recebeu investimentos da política do PRODETUR nas suas duas fases. Com isso, entendemos que a análise da estrutura fundiária de Cairu proporciona elementos mais diretamente associados ao perímetro onde o turismo se manifesta o principal arranjo socioeconômico.

Dessa forma, os dados dispostos pelo INCRA no cadastro de imóveis rurais apareceram no decorrer da análise na tentativa de dar continuidade a leitura da realidade fundiária da região, já que se observa significativas lacunas no censo agropecuário, sobretudo no município de Cairu.

No caso do Censo agropecuário de 2017, notamos especificamente que em Cairu há uma significativa ausência, como demonstrarão as tabelas a seguir, dos dados quanto ao tamanho da área em diversos grupos de estabelecimentos agrícolas, o que faz com que esse censo mais recente projete um quadro pouco preciso sobre a estrutura fundiária desse município quanto às atividades agropecuárias. Segundo o IBGE (2018), existe uma convenção, no que diz respeito aos procedimentos de processamento e divulgação dos dados, no sentido de omitir informações que permitam algum tipo de identificação mais direta dos estabelecimentos agrícolas recenseados. Dessa maneira se, por exemplo, dentro de uma categoria de estrato de área, a mesma seja composta por apenas dois estabelecimentos, o tamanho dessa área vai ser ocultado para resguardar o sigilo das informações referentes a essa unidade produtiva e a possível identificação dos proprietários. Assim sendo, cientes de que essa ausência de dados referentes ao município de Cairu compromete uma leitura mais precisa sobre a estrutura agrária segundo os censos agropecuários ,particularmente em relação ao Censo Agropecuário de 2017, as informações do cadastro de imóveis rurais pretendem trazer mais pistas para uma leitura sobre o desenho fundiário desse local.<sup>68</sup>

Nas tabelas a seguir estarão expressos primeiro os dados referentes ao Baixo Sul quanto ao tipo de estabelecimento agrícola e ao tamanho da área desses estabelecimentos em hectare, segundo os censos agropecuários de 1995; 2006; 2017. A análise dos dados aponta que em 1995, mais de 40% dos estabelecimentos agrícolas computados no Baixo Sul pelo censo agropecuário, correspondiam aos estratos de área entre 0 a 5 hectare de terra, e eles ocupavam 4% das terras destinadas a essa atividade. Já os estabelecimentos com tamanho acima de 2.000 hectares (o que equivale a 0,05% dos estabelecimentos) ocupam mais de 10% da área de terras destinadas a atividade agropecuária. Em síntese 40% dos estabelecimentos (o menor estrato de área) ocupa 4% das terras de atividades agropecuárias, enquanto que as grandes propriedades, que são 0,05% dos estabelecimentos ocupam a área de 10,85%

---

<sup>68</sup> A importância de frisar esse aspecto reside na atenção de que analisar as interferências do turismo na estrutura fundiária pode se esbarrar, inclusive, nos próprios mecanismos de fontes disponibilizados pelo Estado para tratar do assunto fundiário.

Baixo Sul - 1995				
Estratos de Área	Nº de Estabelecimentos	% Estab.	Área	% Área
0 a menos de 5 ha	10.006	40,70%	21.826	4%
5 a menos de 10 ha	4.843	19,70%	30.561	5,39%
10 a menos de 20 ha	4.275	17,39%	53.650	9,46%
20 a menos de 50 ha	3.324	13,52%	95.097	16,76%
50 a menos de 100 ha	1.153	4,69%	76.699	13,52%
100 a menos de 200 ha	587	2,39%	77.418	13,65%
200 a menos de 500 ha	309	1,26%	89.783	15,83%
500 a menos de 1.000 ha	55	0,22%	35.943	6,34%
1.000 a menos de 2.000 ha	20	0,08%	24.819	4,37%
2.000 e mais	13	0,05%	61.535	10,85%
Total	24.585		567.331	

Tabela 1 – Estrutura fundiária Baixo Sul 1995. Fonte: Censo Agropecuário IBGE 1995. Elaboração da autora.

Em 2006, essa tendência de concentração de terras destinadas à atividade agropecuária segue o padrão de dez anos antes, no que diz respeito ao fato de que os pequenos estabelecimentos (que são a maioria dos estabelecimentos da região) ocupavam a menor parte de área em hectare, enquanto os maiores estabelecimentos (cerca de 0,04% do número de estabelecimentos) ocupando a maior parte das terras para agropecuária.

Baixo Sul - 2006				
Estratos de Área	Nº de Estabelecimentos	% Estab.	Área	% Área
0 a menos de 5 ha	13.348	49,34%	29.585	6%
5 a menos de 10 ha	5.267	19,47%	37.354	7,03%
10 a menos de 20 ha	3.958	14,63%	54.704	10,30%
20 a menos de 50 ha	2.747	10,15%	75.077	14,13%
50 a menos de 100 ha	915	3,38%	58.546	11,02%
100 a menos de 200 ha	458	1,69%	66.156	12,45%
200 a menos de 500 ha	267	0,99%	76.619	14,42%
500 a menos de 1.000 ha	64	0,24%	34.613	6,52%
1.000 a menos de 2.000 ha	20	0,07%	13.900	2,62%
2.000 e mais	10	0,04%	84.673	15,94%
Total	27.054		531.227	

Tabela 2 – Estrutura fundiária Baixo Sul 2006. Fonte: Censo Agropecuário IBGE 2006. Elaboração da autora

Sobre esses dados, do censo de 1995 para o de 2006, observa-se que há um aumento no número de pequenos estabelecimentos (tanto de 0 a 5 hectare, quanto de 5 a 10). Estabelecimentos que comportariam pequenas e médias produção agropecuária. Esse aumento em número de estabelecimentos se traduz, na quantidade de área em hectare, em um relativo



aumento: em 1995 nos grupos de 0 a 10 hectare existem 14.849 estabelecimentos, que ocupam juntos 9,39% das terras que respondem por atividade agropecuária. Já em 2006 essa mesma faixa de grupo (de 0 a 10 hectare) somam o total de 18.615 estabelecimentos, ocupando área de 13,03% das terras<sup>69</sup>. Em 1995 o menor estrato de área, de 0 a 5 hectare, corresponde a mais de 40% do total de estabelecimentos e em 2006, esse mesmo estrato de área, diz respeito a quase 50% do total de estabelecimentos. Embora, possamos observar esse aumento dos estratos que seriam de pequena e média agricultura, é importante observar que o total de área em hectare para a atividade agropecuária diminui entre 1995 e 2006, saindo de 567.331 hectares para 531.227. Ou seja, o aumento das pequenas propriedades não aumentou o número total de área das atividades agropecuárias. Da mesma forma, o maior estrato de área nos dados (acima de 2.000 hectares) embora tenha diminuído em número de estabelecimentos (de 13 em 1995 para 10 em 2006), aumentou em número de área: esses 13 estabelecimentos em 1995 ocupavam as terras de 61.535 hectare e em 2006 os 10 estabelecimentos ocupavam 84.673 hectares. Isso quer dizer que a diminuição de área para atividade agropecuária no Baixo Sul pode ser lida por uma diminuição dos estratos entre 20 a 2.000 hectares.

Já no censo de 2017, a relação de aumento do número total de estabelecimentos com a diminuição do total de área em hectare para a agropecuária fica ainda mais expressiva. Os estabelecimentos de 0 a 5 hectares passam a somar o total de 19.564 estabelecimentos e se somados com o estrato de 0 a 10 hectares, esses estabelecimentos<sup>70</sup> (26.156 estabelecimentos) correspondem a cerca de 77% do número total de estabelecimentos do Baixo Sul. Esse aumento, contudo, coexiste com a diminuição para 354.988 hectares de área computadas pelo IBGE para a atividade agropecuária.

---

<sup>69</sup> Além do aumento no número de estabelecimentos, como demonstram os dados nas tabelas, há aumento também no número absoluto de área: em 1995 os estabelecimentos de 0 a 10 hectares ocupam 52.387 hectares e em 2006, esses mesmos estratos de estabelecimentos, ocupam 66.939 hectares.

<sup>70</sup> Em tamanho de área em hectare, esses estabelecimentos somados (entre 0 a 10 hectares) ocupam 84.662 hectares.

	Baixo Sul - 2017			
Estratos de Área	Nº de Estabelecimentos	% Estab.	Área	% Área
0 a menos de 5 ha	19.564	57,56%	40.413	11%
5 a menos de 10 ha	6.592	19,40%	42.249	11,90%
10 a menos de 20 ha	4.257	12,53%	54.779	15,43%
20 a menos de 50 ha	2.200	6,47%	63.417	17,86%
50 a menos de 100 ha	748	2,20%	50.099	14,11%
100 a menos de 200 ha	364	1,07%	48.570	13,68%
200 a menos de 500 ha	204	0,60%	49.919	14,06%
500 a menos de 1.000 ha	44	0,13%	5.542	1,56%
1.000 a menos de 2.000 ha	12	0,04%	x	0,00%
2.000 e mais	3	0,01%	x	0,00%
<b>Total</b>	<b>33.988</b>		<b>354.988</b>	

Tabela 3 – Estrutura fundiária Baixo Sul 2017. Fonte: Censo Agropecuário IBGE 2017. Elaboração da autora

Como dito anteriormente, em 2017 – de acordo com as convenções adotadas pelo IBGE – existe uma ausência de dados quanto as áreas de estabelecimentos com estratos de áreas grandes, isto é, de 1.000 a 2.000 hectares e acima de 2.000, na maioria dos municípios, o que faz com que estejam computados para todo o território um número de estabelecimentos pequenos, que não é divulgado o seu tamanho total em hectares. Daí também reside adiminuição computada, na soma geral, das terras de atividade agropecuária. De todo modo, em 1995 o total em hectare dessas terras somava 567.331; em 2006 somava 531.227; e em 2017 somava 354.988. Mesmo com a ausência desses dados, podemos analisar que se não houve umaumento gritante de tamanho das áreas acima de 2.000 hectare, o total de terras no Baixo Sul de atividade agropecuária diminui aproximadamente 40% no intervalo de 20 anos. Em gráficos, poderíamos observar esse fenômeno da seguinte maneira:

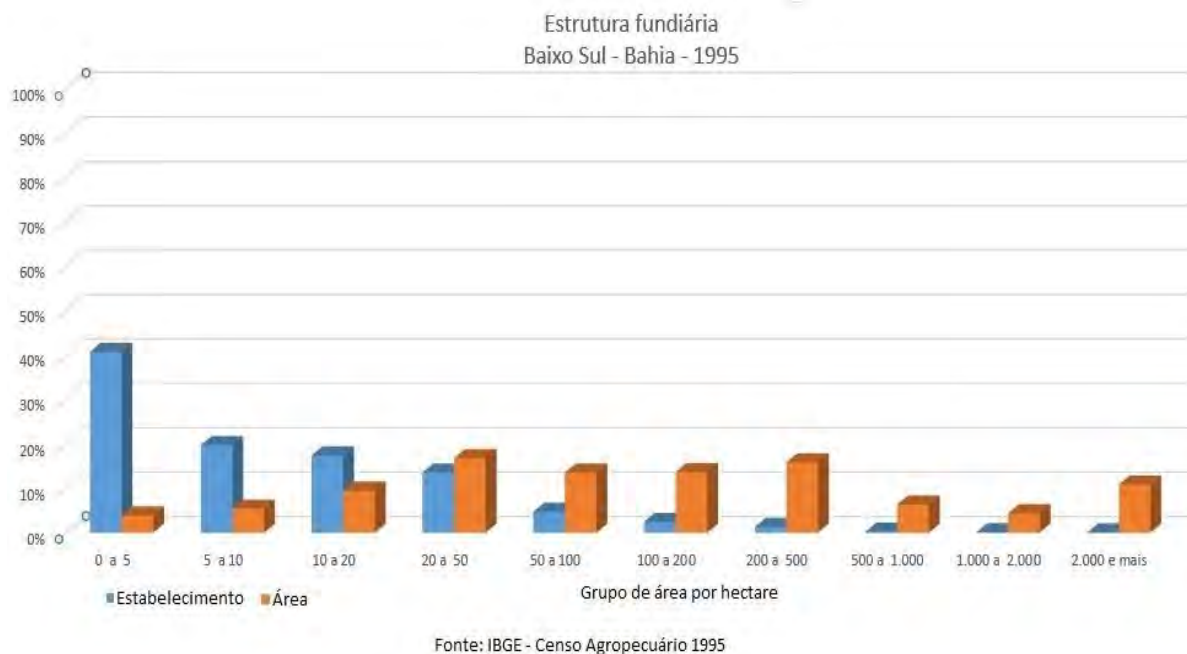


Figura 11: Gráfico da Estrutura Fundiária do Baixo Sul da Bahia (1995). Fonte: IBGE. Elaboração da autora.

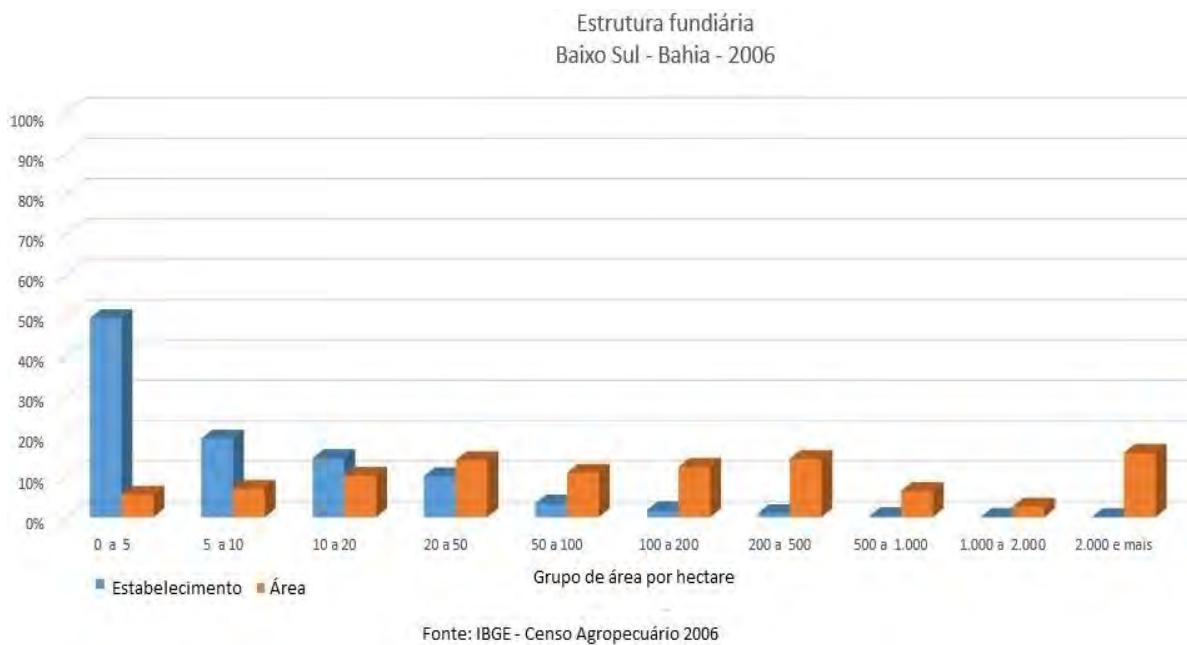


Figura 12: Gráfico da Estrutura Fundiária do Baixo Sul da Bahia (2006). Fonte: IBGE. Elaboração da autora.

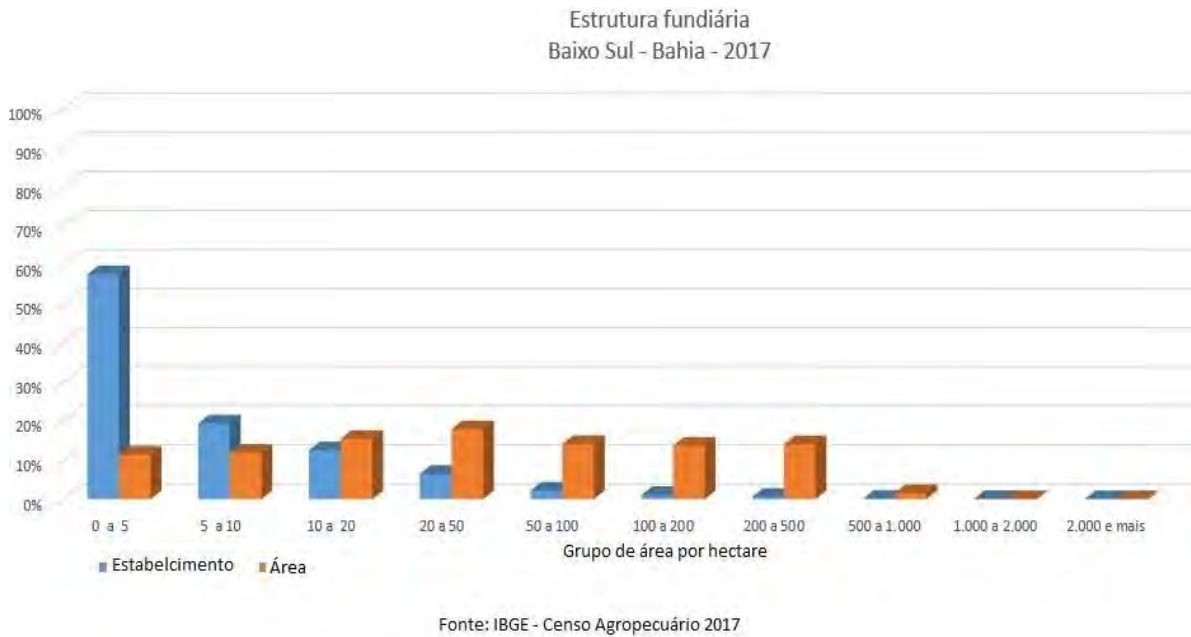


Figura 13: Gráfico da Estrutura Fundiária do Baixo Sul da Bahia (2017). Fonte: IBGE. Elaboração da autora.

Antes de seguir com a análise geral dos dados do Baixo Sul, observamos que o município de Cairu – principal destino turístico da região e onde está o estudo de caso da pesquisa – apresentou nos dados do censo agropecuário uma tendência de estrutura fundiária bastante diferente dos números da região como o todo. Assim sendo, os dados disponíveis pelo censo de 2017 são especialmente insuficientes nesse município, pela tendência que esse recorte temporal demonstrou quanto ao pequeno número de estabelecimentos agropecuários em todas as estratos de áreas em hectares. Sobre os dados, em ordem dos censos de 1995, 2006 e 2017 seguem as tabelas abaixo<sup>71</sup>:

<sup>71</sup> A construção das tabelas segundo o censo agropecuário do IBGE tem o “x” quando não disponível o número de área pelas convenções do órgão e o sinal “/” quando não existe determinada categoria pela coleta do censo.

1995:

Estratos de Área	Cairu			
	Nº de Estabelecimentos	% Estab.	Área	% Área
0 a menos de 5 ha	103	45%	97	0,46%
5 a menos de 10 ha	11	4,78%	71	0,33%
10 a menos de 20 ha	18	7,83%	219	1,03%
20 a menos de 50 ha	25	10,87%	812	3,83%
50 a menos de 100 ha	21	11,74%	1.365	6,44%
100 a menos de 200 ha	27	11,74%	4.021	18,97%
200 a menos de 500 ha	18	7,83%	5.476	25,83%
500 a menos de 1.000 ha	3	1,30%	2.030	9,58%
1.000 a menos de 2.000 ha	2	0,87%	2.491	11,75%
2.000 e mais	2	0,87%	4.616	21,78%
Total	230		21198	

Tabela 4 – Estrutura fundiária Cairu 1995. Fonte: Censo Agropecuário IBGE 1995. Elaboração da autora.

2006:

Estratos de Área	Cairu			
	Nº de Estabelecimentos	% Estab.	Área	% Área
0 a menos de 5 ha	39	41%	74	0,59%
5 a menos de 10 ha	13	13,54%	83	0,66%
10 a menos de 20 ha	13	13,54%	166	1,32%
20 a menos de 50 ha	2	2%	x	x
50 a menos de 100 ha	7	7,29%	469	3,72%
100 a menos de 200 ha	7	7,29%	1.063	8,44%
200 a menos de 500 ha	6	6,25%	1.984	15,75%
500 a menos de 1.000 ha	2	2%	x	x
1.000 a menos de 2.000 ha	6	6,25%	9.082	72,09%
2.000 e mais	1	1%	x	x
Total	96		12598	

Tabela 5 – Estrutura fundiária Cairu 2006. Fonte: Censo Agropecuário IBGE 2006. Elaboração da autora.

2017:

Estratos de Área	Cairu			
	Nº de Estabelecimentos	% Estab.	Área	% Área
0 a menos de 5 ha	9	35%	x	x
5 a menos de 10 ha	2	7,69%	x	x
10 a menos de 20 ha	2	7,69%	x	x
20 a menos de 50 ha	3	11,54%	107	3%
50 a menos de 100 ha	1	3,85%	x	x
100 a menos de 200 ha	1	3,85%	x	x
200 a menos de 500 ha	4	15,38%	1.155	37%
500 a menos de 1.000 ha	3	11,54%	1.864	60%
1.000 a menos de 2.000 ha	1	3,85%	x	x
2.000 e mais	/	/	x	x
Total	26		3126	

Tabela 6 – Estrutura fundiária Cairu 2017. Fonte: Censo Agropecuário IBGE 2017. Elaboração da autora

De acordo com os dados, no contexto de Cairu, no intervalo entre 1995 a 2017 observa-se uma expressiva diminuição do número total de estabelecimentos agropecuários de todos os tipos de estratos de área: total de 230 estabelecimentos em 1995; 96 em 2006 e 26 em 2017. O total de área em hectares tem também uma drástica diminuição, ainda que em números absolutos seja difícil de expressar pela ausência de dados no censo de 2017. Tendo em vista a divisão dos estabelecimentos agropecuários quanto ao tamanho de estrato de área, a diminuição mais drástica que os dados revelam estão entre as propriedades de 0 a 5 hectares, que no recorte de 20 anos caem de 103 para 9 no total de áreas, que estariam destinadas a uma produção agropecuária familiar ou de pequeno porte. A ausência de dados quanto ao tamanho da área, devida a diminuição do número de estabelecimentos, é sintomático também nos grandes estabelecimentos acima de 1.000 hectares, o que pode levar a leitura de que grandes porções de terras que já foram destinadas a atividades agropecuárias, hoje estão sendo ocupadas de outra forma.

As informações disponíveis pelo INCRA quanto ao cadastro de imóveis rurais ajudam a qualificar os dados expostos do IBGE, uma vez que discriminam individualmente propriedades segundo a titulação do (s) proprietário (s). No caso de Cairu, por exemplo, uma análise cruzada desses dados, quando o censo agropecuário diz que em 2017 só consta 1 estabelecimento no tamanho de 1.000 a 2.000 hectares, no lugar de demonstrar uma diminuição

da concentração fundiária pela diminuição em estabelecimentos de grande porte, nos mostra antes que o que existe nesse município é uma diminuição das terras para uso de atividades agropecuárias. Isso porque, o cadastro de imóveis rurais registra, por exemplo, uma propriedade conhecida como Fazenda Ponta dos Castelhanos – cenário atual de conflito com uma comunidade tradicional por conta da implementação de um *megaresort*<sup>72</sup> – está sob o domínio de quatro proprietários, em que cada um detém cerca de 1.655 hectares de terras, somando o total de 6.620 hectares sob o código de imóveis de uma mesma propriedade.

Dessa forma, para pensar a estrutura fundiária do município e a concentração de terras em torno de atividades agropecuárias, tem-se que o censo do IBGE vem cada vez mais mostrando como tais questões estão interpeladas em Cairu a partir de outras formas de uso do território, ponto onde entra a atividade turística. Essas mudanças fundiárias das atividades agropecuárias desse município, vistas graficamente nesses três recortes de tempo:

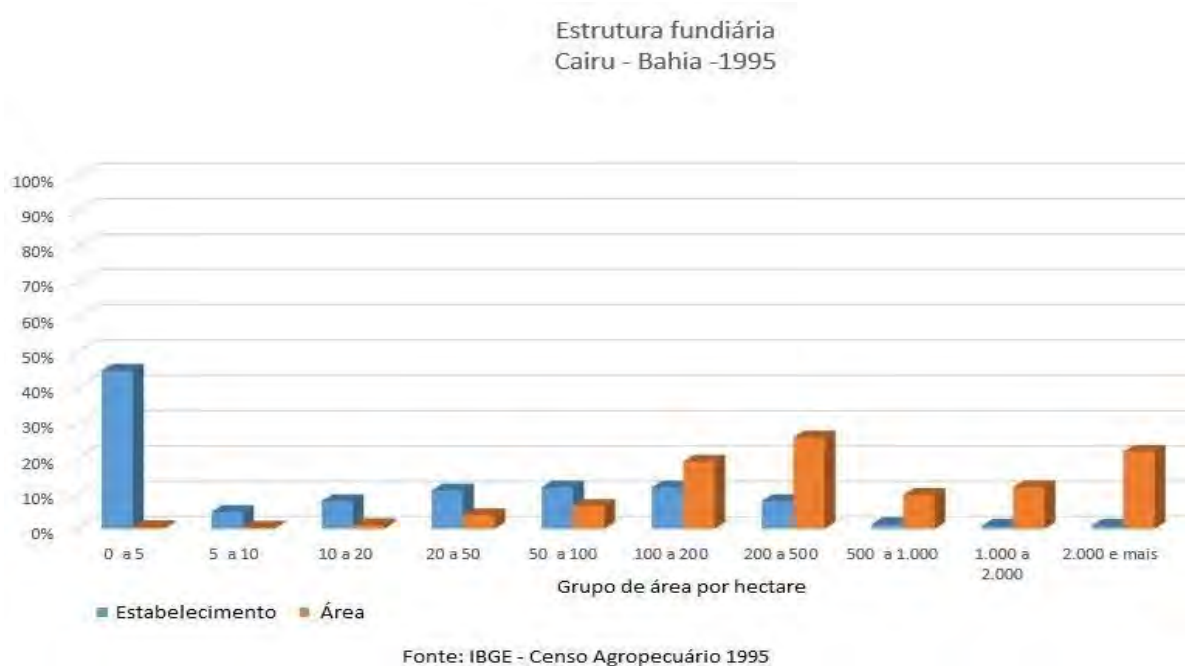


Figura 14: Gráfico da Estrutura Fundiária de Cairu – Bahia (1995). Fonte: IBGE. Elaboração da autora.

<sup>72</sup> O conflito na Fazenda Ponta Dos Castelhanos com a comunidade de Cova da Onça será melhor sinalizado no próximo capítulo.

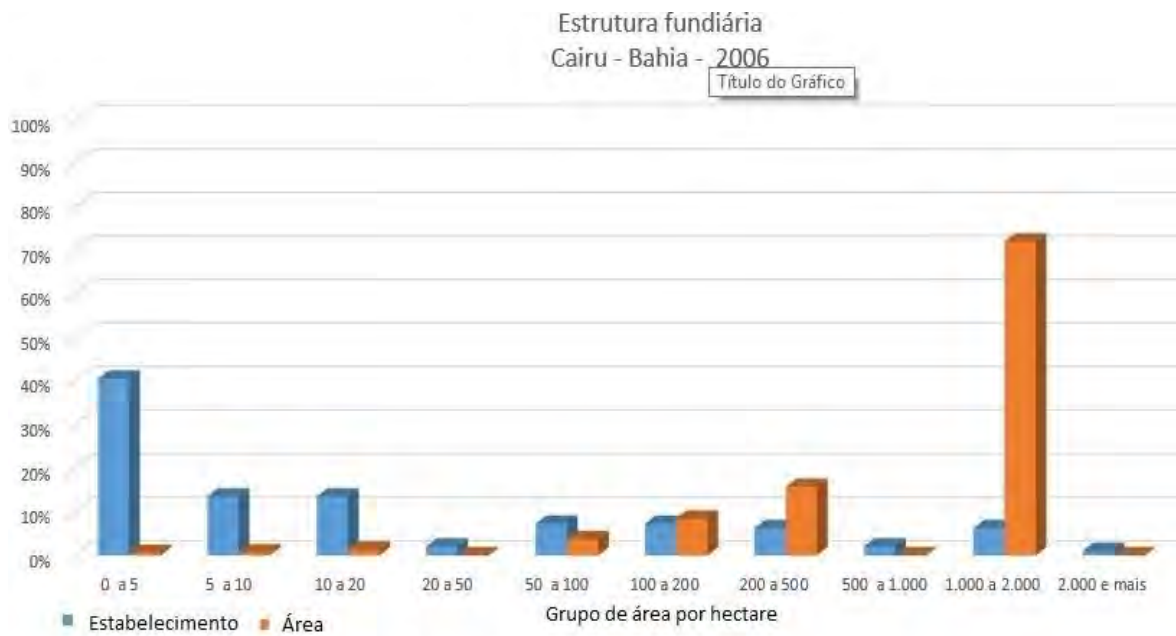


Figura 15: Gráfico da Estrutura Fundiária de Cairu – Bahia (2006). Fonte: IBGE. Elaboração da autora.

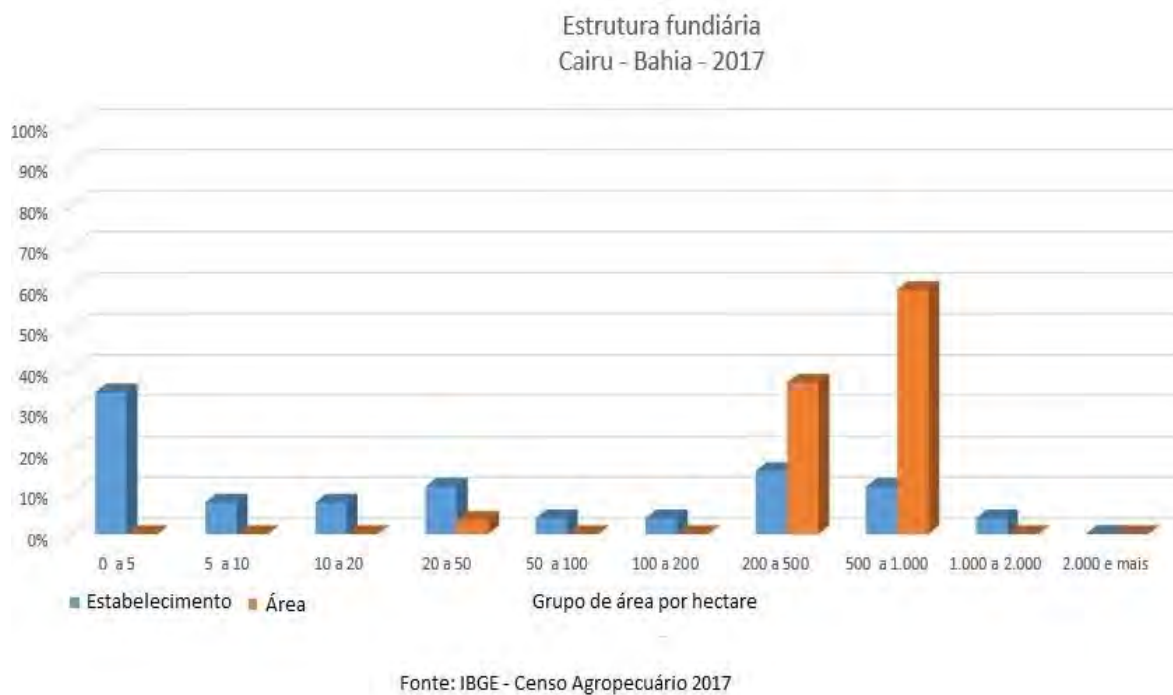


Figura 16: Gráfico da Estrutura Fundiária de Cairu – Bahia (2017). Fonte: IBGE. Elaboração da autora.



Assim sendo, a comparação das tabelas e gráficos da região do Baixo Sul com as do município de Cairu, segundo o censo agropecuário do IBGE, revelam além das questões específicas comentadas, que se diferem principalmente *i)* quantos aos estabelecimentos agropecuários de perfil familiar ou de pequeno e médio porte – em que o Baixo Sul de maneira geral demonstra um aumento (tanto em estabelecimentos, quanto em área em hectares); e se aproximam em: *ii)* na diminuição considerável da área destinada ao tipo de atividade agropecuária no Baixo Sul como um todo e mais fortemente em Cairu; *iii)* tanto no Baixo Sul quanto em Cairu entre 1995 e 2006 há uma diminuição nos estratos de área de 20 a 1.000 hectares e nesse mesmo intervalo de tempo, cresce em área (hectare) dos estabelecimentos grandes acima de 1.000 hectare; *iv)* em 2017 tanto no Baixo Sul quanto em Cairu, devido a diminuição no número de estabelecimentos acima de 1.000, não há informações quanto a área em hectare ocupadas por essas grandes propriedades.

A análise dessas quatro questões, destacadas aqui como as principais conclusões da análise de dados da região e do município, auxiliam na leitura quanto ao tema do desenho fundiário do Baixo Sul a partir da dinâmica do turismo no território. No aspecto em que as realidades de Cairu e do Baixo Sul mais se diferem – isto é, o ponto *i)* mencionado acima – quanto a agricultura familiar/ pequeno porte – o Baixo Sul conta com significativo aumento nos últimos 20 anos dos estabelecimentos de 0 a 5 hectares, o que pode ser lido pelo crescimento de assentamentos de reforma agrária (ver Schmitt 2015 no capítulo anterior) e a titulação de áreas destinadas a comunidades quilombolas. Nesse contexto, a partir do final da década de 1980 com a crise cacauera na região, se reorganiza na porção continental do Baixo Sul uma massa de trabalhadores, que era absorvida pela economia do cacau e que passam a integrar o território de maneira diferente. Um exemplo é justamente, o início da década de 1990 como o momento de crescimento e consolidação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra na região. Sobre o MST, o contexto dos últimos 20 anos coincide também com a consolidação de algumas frentes de atuação do movimento na região, com destaque principalmente para a produção agroecológica e para a educação do campo.

Já em Cairu, esses estratos de terra de menor área tem uma diminuição drástica, o que pode ser uma primeira pista sobre o processo do turismo na organização agrária da região. Assim sendo, o possível aumento da pequena atividade agropecuária no Baixo Sul não é incongruente com o avanço do turismo no território, sobretudo, quando se tem em vista que o Baixo Sul tem uma porção continental e outra litorânea. Essa região costeira, a qual se situa Cairu, vivenciou justamente no período do início dos anos de 1990 a chegada mais sólida do

turismo, com o primeiro PRODETUR NE na região. Como exemplificado pela comunidade de Morro de São Paulo anteriormente, a chegada do turismo modifica as dinâmicas socioespaciais onde ele se instala e umas das consequências podem ser tanto a venda de porções de terra da comunidade local – onde poderia acontecer produção agropecuária<sup>73</sup> – quanto o envolvimento dessa população nativa que passa a se envolver com o turismo como importante atividade econômica e de geração de renda.

Destarte, a chegada do PRODETUR NE modifica de forma decisiva as dinâmicas de ocupação no Baixo Sul. A estrutura articulada por esse programa e o turismo que desponta na região como importante arranjo econômico, imprime uma valorização às terras do Baixo Sul como um todo, e principalmente na região da costa. Meados dos anos de 1990 (recorte coincidente com o primeiro censo agropecuário apresentado) começa-se os investimentos do PRODETUR no Estado da Bahia e na região como debatidos na seção anterior, todavia, a segunda fase do programa a partir de meados dos anos 2000 marca de forma ainda mais significativa o território. A construção da estrada BA – 001 que interliga o litoral do Baixo Sul ao litoral Sul (Costa do Dendê e Costa do Cacau) em 2009 é sem dúvida um dos principais elementos nas mudanças socioespaciais da região. No contexto das duas fases do PRODETUR, e principalmente da segunda, que pode ser qualificado o dado (a *ii*) conclusão) quanto a diminuição das áreas totais destinadas as atividades agropecuárias tanto no Baixo Sul quanto em Cairu: esse projeto de desenvolvimento da região, com o foco no avanço do turismo, articula uma fase de investimentos e valorização fundiária em torno dessa atividade.

Se há, no censo agropecuário do IBGE, uma ausência de dados quanto as grandes propriedades, no cadastro de imóveis rurais do INCRA, além do exemplo citado da fazenda Ponta dos Castelhanos, pode-se notar para o caso de Cairu, propriedades como a da Fazenda Pontal (com mais de 1.300) pertencente ao grupo “Perville Construções e Empreendimentos SA” ou da Fazenda Gamboa do Morro, com mais de 2.650 hectares, do grupo “Tea Construções e Incorporações Imobiliária e Empreendimentos Ltda”. Esses exemplos registram parte de uma série de dados de cadastros no INCRA de grandes propriedades pertencentes a grupos ou empresas ligadas ao setor imobiliário, de turismo e de empreendimentos. Essas questões, subsidiam a leitura das *iii*) e *iv*) conclusões dos dados do IBGE, uma vez que, entre 1995 a 2006 no Baixo Sul e em Cairu diminuí os estabelecimentos agropecuários em diversos estratos médios e grandes – de 20 a 1.000 – e cresce nessa mesma época o número em área de

---

<sup>73</sup> Como os dados de campo, trabalhados com mais ênfase no capítulo seguinte, demonstra sobre a comunidade de Garapuá. Em que pessoas mais velhas falam da abundância de roças e quintais com gêneros alimentícios, que hoje já não é expressivo na comunidade.

estabelecimentos acima de 1.000 hectare, revelando considerável refração da atividade agropecuária no primeiro período de consolidação do turismo na região, ao passo que em hectares aumenta a extensão de terras em estabelecimentos acima de 1.000, que logo não estarão computados no censo de 2017.

Dessa forma, áreas de maior estrato em hectare na divisão do IBGE, nos casos da região e do município, diminuem em quantidade de estabelecimentos ao longo dos anos, mais precisamente em 2017 – o que faz com que nem sequer possa expor o tamanho da área – em uma possível conversão de terras antes destinadas a atividade agropecuária, que passam a ser ocupadas por outras dinâmicas econômicas. Isso quer dizer que, a diminuição dos grandes estabelecimentos não converte essas terras para estratos menores de estabelecimentos, pois mesmo tendo crescido esses últimos, o número total de área diminui e muito. As extensões de terras que passam a não fazer parte do universo do censo agropecuário, portanto, são terras que potencialmente estão sendo destinadas a outros fins. Aí reside uma possível conversão dessas terras à atividade turística, visto que, esse fenômeno é um importante expoente no consumo do espaço no Baixo Sul atualmente, como temos demonstrado e analisado. Essa análise, além de ser entendida a partir de uma tendência geral do quadro do Baixo Sul, é ainda mais explícita no caso de Cairu, em que a diminuição de área para atividade agropecuária é ainda mais drástica e porque esse município agregou as principais mudanças e investimentos turísticos a partir do PRODETUR NE.

Nesse sentido, vale a pena corporificar a leitura com exemplos advindos do próprio contexto. Atualmente, empreendimentos que estão sendo construídos na praia de Boipeba pelo grupo Perville, do italiano Fábio Perini, já foi uma propriedade de plantação de coco e outra de criação de cabra. Nos últimos anos, nessas propriedades estão em construção um centro comercial como uma espécie de galeria, shopping rústico a céu aberto, bem como, um projeto de condomínio de luxo na fazenda Cueira que divide Boipeba a Moreré. Já em Garapuí, grandes fazendas também contam com plantação de coco, como forma dos proprietários ocuparem a área em uma região bastante valorizada pela lógica do turismo em seu entorno. Esse processo pode ser base para entender como entre 1995 a 2006 se aumenta em número de área os grandes estabelecimentos (concentração de terra) e de 2006 a 2017 esses estabelecimentos não mais existem enquanto áreas de atividade agropecuária. Em um primeiro momento, como debatido pela literatura do primeiro capítulo sobre o processo do turismo em países latino-americanos, o turismo tem importante papel em concentrar terras (a dimensão imobiliária própria do turismo)

e posteriormente vai se materializando as formas de implementação da atividade turística em si.

A análise dos dados de cadastros de imóveis rurais do INCRA, embora seja um banco de dados extenso e difícil de agrupar para um universo de 15 municípios, permitiu verificar ao tocante do turismo e da distribuição fundiária no Baixo Sul que essa atividade, na sua expressão empresarial, imprime uma tendência à concentração fundiária. Em outros municípios do Baixo Sul como Ituberá, a incidência de propriedade com grandes extensões acima de 1.000 hectare é muito menor do que em Cairu. Ainda assim, há três imóveis registrados no município de Ituberá nesses parâmetros (+1.000ha), e um deles é uma fazenda cujo o proprietário também é ligado a empreendimentos imobiliários. Em Nilo Peçanha, município cuja a relação com o turismo é mais incipiente, a grande maioria das propriedades cadastradas são de extensões de 2 a 30 hectares, e outro reduzido conjunto de propriedades entre 100 a 500 hectare. Nesse município, a maior propriedade – que em tamanho de área se destaca em comparação ao quadro geral das propriedades – é a Fazenda Barra dos Carvalhos, localizada na parte portuária, cujo proprietário também é uma empresa de empreendimentos imobiliários. Esses dados de grandes propriedades ligadas direta ou indiretamente a projetos turísticos evidenciam uma tendência do próprio setor, a partir dos anos 2000, de estruturas de resort, condomínios, complexos recreativos de alto padrão que demandam uma ocupação essencialmente horizontal e extensa (CRUZ, 2003).

Nessa perspectiva, obviamente, que no contexto do Baixo Sul o turismo não é o único ator detentor de “latifúndios”. Todavia, muitas dessas propriedades, sobretudo na porção costeira do território, parecem se relacionar com um tipo de turismo empresarial. Tanto por fazendas de grande porte registradas que já estão anunciadas ou implementadas para projetos turísticos, quanto pela dimensão da especulação imobiliária que representa uma das camadas que sustenta a produção do espaço pelo turismo. Sendo assim, as configurações agrárias no Baixo Sul sofrem significativa transformação a partir do PRODETUR. Esse programa pensado para desenvolver o turismo, mas que na prática se forjou como projeto de desenvolvimento para essa região da Bahia, assim como em outras partes do Nordeste, altera o desenho fundiário do Baixo Sul, articulando uma estrutura que, independente do turismo, valoriza as terras desse território. A partir da análise dos dados apresentados nessa seção, contudo, nos últimos 20 anos o que se pode observar é uma diminuição das terras para atividades agropecuárias e o turismo como indicador de entesouramento das terras dessa região.

### **CAPÍTULO III**

#### **A COMUNIDADE DE GARAPUÁ: O TURISMO COMO COMPONENTE DA QUESTÃO AGRÁRIA DO BAIXO SUL**

Este capítulo tem por objetivo analisar, a partir do estudo de caso realizado na comunidade de Garapuá (Ilha de Tinharé – Cairu), como o turismo vem atuando nas configurações agrárias nesta localidade e como esse fenômeno assume um papel complexo e multifacetado nas dinâmicas socioespaciais vivenciadas pela população que trabalha e vive nesse espaço. Sendo assim, no conjunto das discussões já travadas até aqui, esse último capítulo pretende refletir acerca da materialização do turismo em seu processo de avanço da fronteira turística do Baixo Sul, bem como visibilizar como ele pode ser acionado por agentes internos como uma importante atividade econômica, atuando, ao mesmo tempo, como um catalisador de conflitos fundiários. Dessa forma, a eleição da comunidade de Garapuá, em um universo de muitas localidades atravessadas pelo turismo no Baixo Sul, se justifica em função complexo conjunto de experiências vivenciada por sua população e pelas próprias dinâmicas de transformação da estrutura agrária estão sendo desencadeadas atualmente pela atividade turística. As reflexões anteriormente apresentadas quanto ao funcionamento do turismo no sistema capitalista, sobre as dinâmicas dessa atividade no Nordeste e no Baixo Sul, acerca das transformações fundiárias e sociais geradas por esse fenômeno na região, pretendem, então, encontrar nesse capítulo um enraizamento em um contexto social e ecológico específico, que nos ajuda a compreender como o turismo pode assumir o papel de componente da questão agrária no Baixo Sul.

Nessa perspectiva, a aproximação com a comunidade de Garapuá, com o objetivo de aprofundar o debate sobre as confluências do turismo e da questão agrária no Baixo Sul, se deu no próprio desenrolar dos estudos sobre a região e do trabalho de campo ao longo da pesquisa. O início dos trabalhos de campo, das primeiras entrevistas nas cidades de Salvador, Valença, Taperoá (interlocutores institucionais e políticos, conforme descritos na metodologia no início desse trabalho em que categorizamos os interlocutores de pesquisa) foram desnudando o fenômeno corrente em Garapuá quanto ao conflito fundiário entre a comunidade e proprietários de terra. Com a mediação desses interlocutores cheguei até a comunidade, para encontro com lideranças e conforme fui passando dias em Garapuá fui estabelecendo diálogo com seus moradores, pessoas que trabalhavam com o turismo, antigas lideranças e pescadores. Essa inserção proporcionou um conjunto de entrevistas, com diferentes agentes, que foram revelando,

como trabalharemos nesse capítulo, diferentes entendimentos quanto ao fenômeno do turismo na comunidade, bem como, leituras quanto ao papel dessa atividade no tensionamento dos conflitos.

A descrição, no capítulo anterior, de alguns processos históricos envolvendo as dinâmicas agrárias do Baixo Sul, evidencia como esse território é marcado pela pluralidade de processos e agentes na sua formação socioespacial, e o turismo é, a partir da década de 1990, um desses processos. A atividade turística, assim, também se expressa a partir de muitas possibilidades e camadas na sua materialização em determinada realidade. Na região pesquisada não é diferente, poderíamos, inclusive, falar de “turismos”, no plural, para ressaltar que essa atividade se concretiza de diferentes formas nas localidades do Baixo Sul.

Ainda que esse fenômeno tenha uma face hegemônica – a “indústria turística” –, em Garapuá essa atividade vem sendo desenvolvida na forma de um “turismo local”. Como buscaremos desenvolver na primeira seção desse capítulo, o turismo local de Garapuá se caracteriza pela condução feita pelos próprios moradores dos atrativos (os passeios, serviços de guia) e dos equipamentos turísticos, isto é, a estrutura de restaurantes, hospedarias, transporte, etc. Se de um lado, Morro de São Paulo, que foi a porta de chegada do turismo no território, vivencia a efervescência desta atividade em qualquer época do ano e conta com uma estrutura avançada do ponto de vista dos equipamentos turísticos, Garapuá ainda hoje vive um fluxo sazonal de turistas e com a própria comunidade à frente das principais atividades relacionadas ao turismo. Todavia, a pequena vila de Garapuá, que faz fronteira com os dois principais destinos turísticos do Baixo Sul – Morro de São Paulo e Boipeba – está sendo atravessada por dinâmicas fundiárias que não podem ser analisadas sem considerarmos os efeitos que o turismo gera em termos de interesse e de valorização de terras nessa região.

Dessa forma, além de descrever algumas dinâmicas associadas ao turismo presentes, hoje, em Garapuá, na primeira seção, buscaremos trazer também aspectos mais gerais do contexto socioeconômico da vila de pescadores, atividade que caracteriza o modo de vida nessa comunidade. A literatura encontrada especificamente sobre Garapuá é bem reduzida e a maioria desses estudos são das áreas de biologia e ciências naturais. Porém, dois trabalhos ajudaram a ampliar e qualificar as informações adquiridas em trabalho de campo, principalmente sobre a dinâmica produtiva da pesca e mariscagem, contemplando, também, alguns elementos históricos da ocupação da comunidade, são eles: a pesquisa de Iara Icó (2007), no âmbito da área de Administração (uma dissertação de mestrado), que compara o desenvolvimento produtivo em Garapuá e Barra dos Carvalhos; e a pesquisa de Santiago (2017), na área de

Antropologia, através de um artigo fruto de uma etnografia que a autora realizou com mulheres extrativistas em Garapuá sobre saberes tradicionais.

Assim sendo, as primeiras explorações de campo que realizei nos municípios de Cairu, Taperoá e Valença, foram evidenciando a condição de Garapuá como um espaço onde ocorre uma intensa disputa no que diz respeito aos usos, à propriedade e às relações que se organizam em torno da terra. Nesse processo, compreendemos que a comunidade poderia se constituir como um contexto interessante para refletir, de forma mais aprofundada, acerca das relações estabelecidas entre o turismo e a questão agrária no Baixo Sul. O atual cenário do desenho fundiário de Garapuá, com o avanço do cercamento de grandes propriedades, vem gerando conflitos entre a comunidade e os proprietários de terra. O processo de expropriação que a população entende que está vivenciado será, então, discutido na segunda seção do capítulo, com o objetivo de caracterizar as dinâmicas que aconteceram e estão acontecendo em Garapuá e como isso tem alterado o direito ao uso coletivo do território da comunidade. Ainda nessa seção, buscaremos caracterizar três dos principais proprietários de terra em Garapuá e como eles podem representar os interesses do turismo na dinâmica de uso e ocupação das terras nessa localidade.

O conflito territorial em Garapuá, configura atualmente um dos principais elementos das problemáticas sociais vivenciadas pela comunidade. A partir desse contexto, vem sendo articulada uma série de ações e enfrentamentos por parte de diferentes atores em defesa dos interesses da comunidade. Por essa razão, a questão da ação coletiva será colocada em destaque visando analisar, na terceira e última seção, as formas de mobilização que estão sendo engendradas pela população de Garapuá. Além disso, observaremos nessa terceira seção, como a relação entre questão agrária e turismo tem incidido sobre as dinâmicas de ação coletiva ao longo dos últimos anos. Nessa perspectiva, algumas teorizações oriundas do campo da Sociologia Política serão mobilizadas no esforço por analisar como os atores envolvidos interpretam e agem, de forma coletiva, diante das problemáticas socioespaciais por eles vivenciadas. A atenção aos processos de mobilização e enfrentamento da comunidade de Garapuá constitui, assim, um recurso analítico que escancara a complexidade dos efeitos gerados pela fronteira turística em seu processo de avanço no Baixo Sul.

Dessa maneira, nesse capítulo, alguns assuntos importantes e que guardam relações com as questões discutidas ao longo do trabalho serão apresentados em formato de box. Estes temas foram emergindo como focos importantes de reflexão já no processo de finalização da dissertação. Nossa intenção não foi abordar estes processos sociais em profundidade, mas

chamar atenção para a importância desses dois pontos na realidade Garapuí, a saber: i) o derramamento de óleo que assolou o litoral do Nordeste no ano de 2019 e atingiu fortemente a região de Cairu e a comunidade de Garapuí; ii) a certificação de Garapuí como comunidade remanescente de quilombo (esta última informação nos chegou no período de fechamento do texto de dissertação).

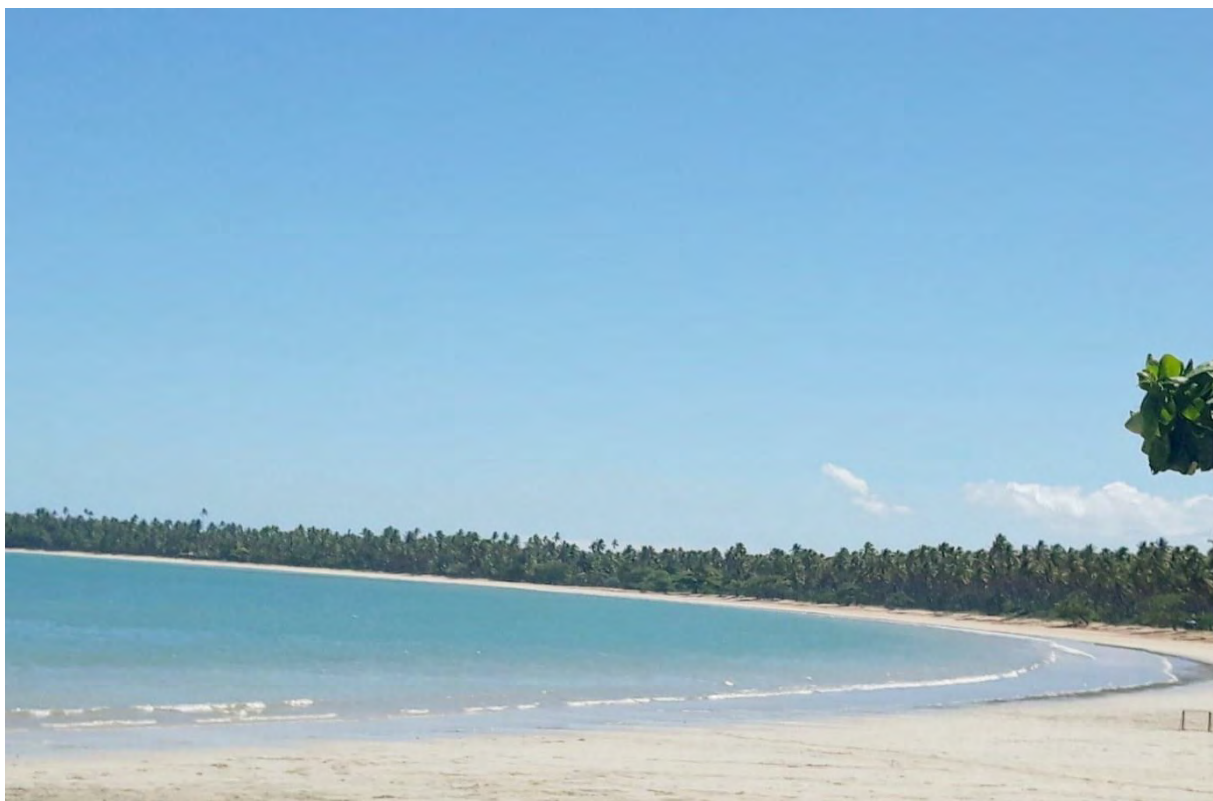


Figura 17: Enseada de Garapuí. A praia da comunidade. Fonte: trabalho de campo, janeiro de 2020.





Figura 18: Igreja da comunidade. Fonte: trabalho de campo, janeiro de 2020.



Figura 19: “Rua da praia”/ “rua de baixo”. Fonte: trabalho de campo, janeiro de 2020.



Figura 20: Praia de Garapuí. Fonte: trabalho de campo, janeiro de 2020.

### **3.1. Vila de Pescadores e Turismo Local**

A chamada Costa do Dendê é uma das regiões turísticas classificadas pela Secretaria de Turismo do Estado da Bahia, abarcando a porção costeira do território do Baixo Sul. Distante 120 km ao sul de Salvador, esta região é entrecortada por estuários e baías, com manguezais e ilhas. Garapuí está localizada entre o rio Garapuí e o mar na costa leste da Ilha de Tinharé, possuindo uma enseada de mil metros de largura em forma de meia lua, cercada por coqueiros e protegida nas duas extremidades por recifes rochosos e coralinos (SANTIAGO, 2017). Essa comunidade pode ser acessada por lanchas rápidas (40 minutos) ou por barcos de carga (cerca de 3h) do cais de Valença através do Rio do Inferno, atracando na comunidade quilombola de Batateiras e seguindo de trator (15 minutos) até a vila de Garapuí. A partir de Morro de São Paulo, trajeto que integra o circuito turístico da região, chega-se a Garapuí em 30 minutos. Esse caminho pode ser percorrido através de carros de tração 4x4, por meio de uma estrada de chão ou utilizando barcos/lanchas por mar aberto, em uma viagem que dura aproximadamente uma hora.



Figura 21: Foto de satélite do território de Garapúa. Fonte: ERSI. Basemap. Imagem de satélite. ArcGIS, 2018.

O vilarejo de Garapuá, pertencente ao município de Cairu e registrado como povoado<sup>74</sup> apenas nos anos 2000, apresenta características próprias de uma vila de pescadores, sobretudo no período de inverno e em dias de semana. A população marcadamente afrodescendente que habita Garapuá está estimada em 1.000 habitantes. Suas moradias estão divididas espacialmente em dois polos, identificados pelos moradores como Rua da Praia ou “parte baixa” e Ponta da Areia ou “parte alta”. O cenário do vilarejo está também composto por cerca de 150 casas, um posto de saúde, uma escola que funciona até o nível fundamental, um centro cultural, a associação da colônia de pescadores; cerca de quatro mercadinhos, cerca de dez barracas/restaurantes na beira da praia e seis pousadas. Apresentamos, assim, um quadro resumido da disposição do espaço construído da comunidade. Com base nesse relato, Garapuá pode ser facilmente associada a um imaginário de tranquilidade: uma praia paradisíaca onde se localiza um lugarejo pequeno e pacato.

A pesca e a mariscagem são as principais atividades econômicas com as quais se ocupa a população local, embora hoje em dia uma parte da população esteja engajada nas dinâmicas da atividade turística, ainda que esse envolvimento ocorra, para a maioria, sazonalmente. De todo modo, as impressões de campo, os relatos de atores institucionais<sup>75</sup> e a percepção dos próprios nativos<sup>76</sup> é de que Garapuá é uma comunidade de pescadores. A escola e o posto de saúde são espaços que também empregam uma parcela da população. Estabelecimentos como mercadinhos, bares e restaurantes possibilitam a algumas pessoas manterem um pequeno negócio doméstico (quase sempre sem funcionários contratados). No ramo da hospedaria mapeei cerca de seis pousadas. Duas delas têm um aspecto mais estruturado, são lugares mais sofisticados dentro daquela realidade; as outras são pousadas pequenas, simples, ao lado ou em cima das casas dos donos. Assim sendo, parecem ser a pesca e a mariscagem as atividades que agregam um contingente maior de pessoas.

---

<sup>74</sup> Segundo informação da prefeitura de Cairu, a partir da divisão territorial de 1960, o município passou a ser constituído por quatro distritos (Cairu, Galeão Gamboa e Velha Boipeba). Além dos distritos, Cairu tem também 13 povoados, distribuídos nas três principais ilhas (Cairu, Tinaré e Boipeba), Garapuá é um desses povoados. Disponível em: < <https://www.cairu.ba.gov.br/site/dadosmunicipais>>. Acesso em: novembro, 2020.

<sup>75</sup> Aqui como referência a uma reunião que participei na câmara de vereadores de Cairu, em que as secretarias de turismo, ambiente e educação receberam representantes do SEBRAE para tratar de futuros projetos de turismo sustentável na região. Nessa oportunidade, a menção de representantes do poder público de Cairu, demarcou muito Morro de São Paulo e Boipeba como destinos turísticos; e elencou outros povoados, como o de Garapuá, como vila de pescadores.

<sup>76</sup> Em Garapuá, e outras localidades que pude estar imersa em trabalho de campo como já mencionei, os atores se referem e se autodenominam como “nativo/a” como forma de designar a população que tem origem na comunidade. Dessa forma, durante o trabalho adotarei o termo nativo, como uma categoria endógena, para me referir a população interna de Garapuá.

A vila é reconhecida pela população da própria Garapuá e por moradores do entorno (das praias vizinhas ou das cidades próximas a Valença, no perímetro do Baixo Sul) como a comunidade que mais se mantém com o aspecto de “vila de pescadores” na região das Ilhas de Tinharé e Boipeba. Não quer dizer, contudo, que a pesca não continue a existir enquanto uma atividade econômica importante para outras populações ao redor, mas Garapuá se sobressai por ser uma comunidade relativamente grande no agrupamento de famílias, e a maioria dos nativos serem pescadores/marisqueira<sup>77</sup>. Essa característica socioeconômica de Garapuá, enquanto vila de pescadores, se notabiliza ainda mais fortemente naquele perímetro porque conserva dinâmicas socioculturais tradicionais mesmo num contexto regional onde existe um turismo intenso e bem estruturado.

No que diz respeito à pesca, a principal atividade desenvolvida em Garapuá é a *pesca de arrastão* do camarão marinho. Além dessa técnica, outras modalidades de pesca são também praticadas em função da diversidade de espécies de peixes presentes nesse ambiente. São importantes ainda a pesca da lagosta vermelha, a captura do polvo-verdadeiro, a mariscagem da lambreta e a extração do caranguejo-uçá (SANTIAGO, 2017). Em geral, é mais comum que os homens da comunidade estejam envolvidos na pesca de peixes, camarões e lagostas, bem como na captura do polvo e do caranguejo, enquanto as mulheres trabalham na mariscagem das diferentes espécies de animais presentes nos mangues, e também no beneficiamento do camarão e do pescado. Embora hoje em dia, a mariscagem da lambreta seja também realizada por homens. Nesse aspecto, Garapuá que concentra a maior atividade extrativista de recursos pesqueiros de todo o arquipélago (ICÓ, 2007), tem na mariscagem da lambreta uma expressão central para a sua economia e cultura.

Um ponto importante sobre as atividades produtivas desenvolvidas no contexto da comunidade é o recorte de gênero no âmbito da mariscagem. Majoritariamente exercida pelas mulheres, a mariscagem é uma das atividades relacionadas à extração de animais que vivem nos mangues, como lambreta, ostra, siri, caranguejo, dentre outros. A organização para mariscar é feita de acordo com as vazantes da maré para se ter acesso às raízes do mangue e extrair os crustáceos e mariscos que ficam dentro da terra, ou seja, a mariscagem é feita na maré baixa para se alcançar os “buracos” onde essas espécies de animais serão extraídas. Trata-se de uma atividade tradicional em Garapuá e em muitas comunidades costeiras, e um trabalho feminino muitas vezes desvalorizado e insalubre no universo da pesca. Contudo, a centralidade que a

---

<sup>77</sup> A diferenciação de gênero aqui demarca a divisão dessas atividades, que em Garapuá (tal qual uma tendência majoritária entre comunidades pesqueiras) a maioria dos que trabalham diretamente na pesca são homens e a maioria que trabalha na mariscagem são mulheres.

lambreta adquiriu como produto em Garapuá, faz com que as mulheres marisqueiras ocupem papel fundamental na economia da pesca no vilarejo e na região. Trata-se de alimento amplamente consumido no Baixo Sul, que tem em Garapuá o principal sítio de extração.<sup>78</sup>



Figura 22: Mulheres mariscando em Garapuá. Fonte: acervo Projeto Marsol.<sup>79</sup>

Um ponto importante sobre o contexto produtivo pesqueiro é compreender a complexidade da cadeia produtiva da pesca, nas suas dinâmicas de extração; beneficiamento; armazenamento e comercialização. Assim sendo, do ponto de vista produtivo, a pesca é uma atividade extrativista, realizada nos ecossistemas costeiros, principalmente os manguezais e o mar. Além desse processo extrativista, um elemento central na economia da pesca diz respeito ao processo de beneficiamento dos produtos, como por exemplo, na produção dos chamados “catados” (em Garapuá a partir do beneficiamento de siris, caranguejos, lagosta, sururu), e também do camarão seco, etc. A partir dos estudos de Walter (2010) sobre a cadeia produtiva da pesca no território do Baixo Sul, observa-se que é comum nessa região que os processos de extração e beneficiamento aconteçam no âmbito da Unidade Doméstica Familiar<sup>80</sup> e o

---

<sup>78</sup> Os poucos trabalhos que conseguimos mapear que são ambientados em Garapuá, a maioria são estudos nos âmbitos das Ciências Biológicas. Neles o foco está justamente sobre as dinâmicas produtivas do mundo da pesca, com detalhamentos sobre espécies marítimas, biodiversidade e técnicas de trabalho. Em Santiago (2017) há ainda um recorte para falar da importância da mariscagem da lambreta em Garapuá e como a partir daí as mulheres se apresentam como essenciais para a economia pesqueira dessa comunidade.

<sup>79</sup> Extraída de ICÓ, 2007.

<sup>80</sup> A autora (WALTER, 2010) sinaliza como Unidade Doméstica Familiar um núcleo de família ou família estendida em que os membros participam de diferentes atividades na cadeia produtiva da pesca. Com isso, a autora

armazenamento (no caso da pesca, principalmente a refrigeração) e a comercialização (através de feiras, mercados, restaurantes, etc.) variem de dinâmica em diferentes porções do território.

No caso de Garapuá – processo comum em regiões turísticas ou próximas a destinos turísticos no Baixo Sul – além da extração e do beneficiamento aconteceram na escala da Unidade Doméstica Familiar, o escoamento dos produtos acontecem diretamente para as barracas de praias e os restaurantes da comunidade e de praias vizinhas<sup>81</sup>. Essa dinâmica parece constituir, assim, uma das resultantes das relações entre o fenômeno do turismo e os territórios pesqueiros. Além do aumento da demanda de peixes e mariscos, a partir do fluxo turístico de lugares como Morro de São Paulo, a consolidação da atividade turística no Baixo Sul com a chegada de infraestrutura do PRODETUR a partir dos anos 1990, dinamiza também o mundo da pesca, pela facilidade logística, da malha rodoviária, para o escoamento dos produtos.

Cidades costeiras do Baixo Sul como Camamu, Ituberá, Taperoá, que apresentam forte comercialização das vendas dos produtos da pesca nas suas feiras municipais, na época do verão – com o aumento do fluxo turístico – faltam nas feiras muitos tipos de peixes, mariscos, crustáceos, porque os pescadores/marisqueiras preferem vender os produtos direto aos donos de bares, restaurantes, barracas de praia nos lugares turísticos (WALTER, 2010).

Boa parte das pessoas que habitam Garapuá vivem aí desde que nasceram e esses nativos – de em média duas, três, quatro gerações de família – aprendem a trabalhar no mar e no mangue no seu cotidiano, adquirindo através de sua participação nessas atividades, desde criança, conhecimentos que são repassados de geração a geração. Desse modo, é perceptível para a população que, ao longo das últimas duas décadas, ocorreram alterações significativas nos ecossistemas por eles manejados. Essas alterações, expressas sobretudo na queda da produção, relacionam-se principalmente com três fatores: “o aumento da população, a presença de atores externos e a diminuição da capacidade de recarga dos ecossistemas” (ICÓ, 2007). O efeito desse processo figura uma realidade em que pescadores e marisqueiras precisam trabalhar muito mais hoje para conseguirem obter uma quantidade razoável da produção para seu sustento, que ainda assim é bem menor do que em tempos passados. Com o passar do tempo, portanto, o tempo de trabalho é inversamente proporcional a quantidade de peixes e mariscos

---

além de sinalizar que a pesca é realizada mais por homens e a mariscagem por mulheres, os processos de beneficiamento (tanto dos peixes, quanto dos mariscos) são majoritariamente trabalho feminino.

<sup>81</sup> No caso de comercialização dos produtos da pesca em Garapuá, o principal destino (além das barracas na própria comunidade) são os restaurantes de Morro de São Paulo. É segundo a pesquisa de Walter (2010) na época, o escoamento da lambreta era realizado também através da venda a dois comerciantes de Salvador. Além disso, nessa pesquisa a autora pontua que a maior parte do polvo e da lagosta entre os restaurantes do Baixo Sul são provenientes de Garapuá.

que se consegue extrair do mar e dos mangues. As conversas durante trabalho de campo, que tocaram nessa temática, ratificam outros trabalhos realizados em Garapuá (SANTIGO, 2017; ICÓ, 2007), que também trazem depoimentos que há duas décadas se conseguia mariscar o dobro de quantidade de hoje, mesmo passando mais tempo no mangue.<sup>82</sup>

---

<sup>82</sup> Uma das hipóteses levantadas nos estudos de Icó (2007) sobre a diminuição da biodiversidade e quantidade de peixes e mariscos no território diz respeito aos efeitos da exploração de petróleo e gás pela Petrobrás a partir dos anos 2000 na região do Baixo Sul. Em 2003 foram registradas toneladas de pescado mortos em diversas praias como Guaibim, Morro de São Paulo, Garapuá, Boipeba, Pratigí e Maráu. Não foi possível, porém, no contexto da pesquisa realizada por essa autora, dimensionar com exatidão os impactos gerados pela ação da Petrobrás, que emitem resultados de testes e análises que contrariam a insistência dos moradores da região da diminuição de peixes e mariscos depois que se iniciou as explorações de petróleo e gás. A autora chama atenção que, sem precisão técnica para mensurar essa análise, não se pode deixar de levar em conta a possibilidade de impactos das próprias atividades extrativistas.



## BOX 2

### DERRAMAMENTO DE ÓLEO NA REGIÃO DE PESQUISA

Em outubro de 2019, pouco tempo depois de uma etapa do trabalho de campo, o derramamento de óleo que atingiu o litoral brasileiro, chegou às praias de Cairu, um dos municípios mais atingidos na Bahia. Segundo os boletins disponibilizados pelo IBAMA entre agosto de 2019 e fevereiro de 2020, o monitoramento verificou pontos em todo o Brasil em que a fauna marinha foi gravemente atingida pelo óleo. Essa situação mudou radicalmente a realidade de muitas comunidades costeiras do Baixo Sul durante os últimos meses de 2019 e o verão de 2020. Em Garapuá, os manguezais foram muito afetados pelo material tóxico, dificultando a extração e a comercialização da lambreta por alguns meses. Além disso, as praias dessa região foram interditadas por um tempo e houve uma baixa do fluxo do turismo durante todo o verão<sup>83</sup>. O processo de limpeza das praias mobilizou muito a população local, que organizou mutirões para a retirada do óleo antes mesmo da chegada de equipamentos e equipes dos órgãos públicos. Contextos em que a pesca e o turismo constituem as principais fontes de renda, a questão do óleo agravou o sustento e as ocupações das famílias de pescadores e marisqueiras, que chegaram a ocupar a sede do IBAMA em Salvador em outubro de 2019, reivindicando um benefício emergencial.<sup>84</sup> Mesmo já tendo passado o período mais crítico, as consequências desse derramamento colocam uma grave situação ambiental em diversas localidades, pois os efeitos do produto sobre os ecossistemas marinhos ainda estão sendo investigados e podem representar contaminações a longo prazo. Além disso, a falta de enfretamento da situação pelo governo federal – que demorou meses para elaborar um plano de ação aos locais atingidos – torna ainda mais imprecisa a resolução da questão. Em Garapuá estava previsto para começar esse ano um projeto<sup>85</sup> de educação ambiental para os impactos do derramamento de óleo, que está suspenso desde o início da pandemia.

<sup>83</sup> Em janeiro de 2020, quando voltei a Garapuá para mais uma etapa de trabalho de campo, duas famílias que tem pousadas na comunidade falaram que muitas reservas previstas para o final do ano e meses de janeiro e fevereiro tinham sido canceladas em decorrência do episódio de derramamento de óleo na praia. Além da questão da pesca e mariscagem, o último período de alta estação para o turismo em Garapuá foi também muito atingido por esse processo.

<sup>84</sup> Ver “ ‘Ninguém quer o que pescamos: o drama dos pescadores com o petróleo no litoral da Bahia. ’ Disponível em: < <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50158823>> Acesso em janeiro de 2020.

<sup>85</sup> O projeto faz parte de uma das propostas contempladas pelo edital “Nordeste em Movimento” lançado pela empresa UBER, que foi idealizado pela produtora cultural Livia Cunha e o jornalista Victor Uchôa para atuar com Garapuá, através da parceria técnica com a ONG Gambá (Grupo Ambientalista da Bahia) e com o Instituto de Geociências da UFBA. Estava previsto para ter início em março/abril de 2020, quando foi suspenso pela pandemia.



Figura 23: Foto da praia de Moreré em 28/10/2019, enviada por um pescador de Garapúa.

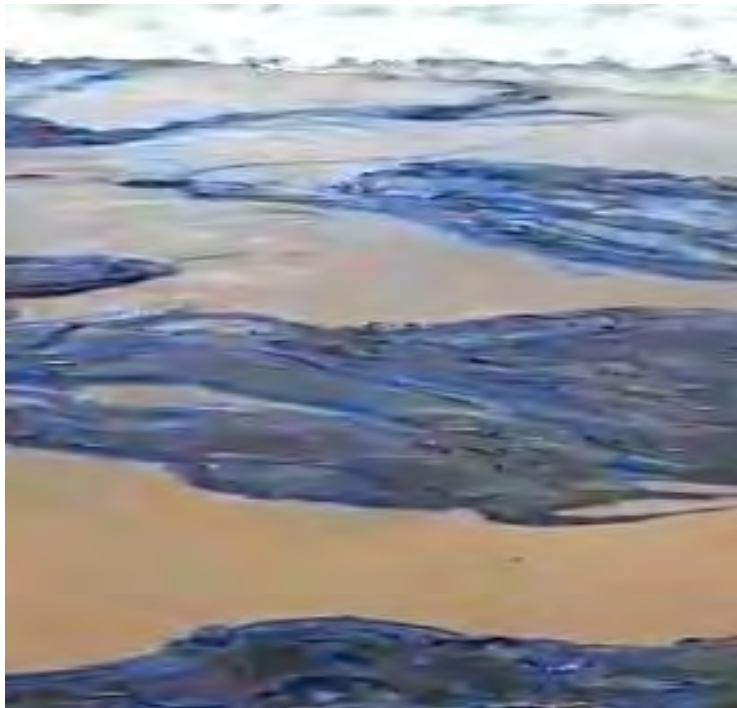


Figura 24: Foto da praia de Garapúa em 28/10/2019, enviada por um pescador interlocutor de pesquisa.

Apesar do contexto de mudanças ambientais que tem prejudicado a disponibilidade dos pescados e mariscos na comunidade, essa atividade é, ainda assim, a principal fonte de renda em Garapuá. Não obstante, o turismo tem assumido lugar importante como fonte ou alternativa de renda para a vida de muitas famílias do vilarejo. Nesse aspecto, o turismo, como gerador de ocupações e ingresso financeiro, se apresenta na comunidade como um setor hoje tão essencial quanto o trabalho de pescadores e marisqueiras, seja entre os que vivem do turismo, seja entre os que se relacionam com ele como complementação da renda familiar. Dessa forma, além das condições ambientais que determinam a atividade produtiva da pesca, Garapuá vem enfrentando também o crescimento populacional (que discutiremos nas sessões seguintes), reforçando a necessidade de alternativas econômica para as famílias.

Um outro elemento gravíssimo, prejudicado pelo crescimento populacional, mas determinado por outros fatores, é a ausência de alternativas de renda. Nas comunidades pesqueiras, existe uma forte ligação entre família, tradição e trabalho, isto é, a atividade econômica desenvolvida (trabalho) – pesca e mariscagem – influencia e é influenciada pela família e pela tradição. O ambiente atua como um fator determinante na definição da ocupação dessas pessoas, a proximidade do mar e do mangue, aliados ao ser mulher ou homem, são elementos que definem a condição de pescador ou marisqueira. Portanto, a escolha da profissão não depende apenas da necessidade de sobrevivência; está aliada às ofertas do meio ambiente e aos contatos e influências familiares ou comunitárias” (ICÓ, 2007, p. 128).

Assim sendo, do ponto de vista do turismo, em Garapuá essa atividade vem sendo desenvolvida ainda de forma incipiente se comparada às realidades encontradas em Morro de São Paulo, Boipeba, Moreré, Guaibim e Gamboa que estão num entorno bem próximo. A organização dos equipamentos que estruturam o turismo em Garapuá parece ser de domínio dos moradores da localidade, isto é, o que há hoje na comunidade quanto à hospedagem, alimentação, passeios, transportes são negócios de moradores nativos (com exceção de uma pousada, a mais estruturada e a única que leva o nome de hotel). Os restaurantes com melhor infraestrutura, que estão localizados a beira mar, formam um total de seis ao estilo de barracas de praia bem alvitadas, todos esses estabelecimentos pertencem a moradores nativos, cuja a família se divide entre o negócio, os afazeres domésticos e a pesca. A mesma coisa acontece com os transportes de quadriciclos ou de carros com tração 4x4 que movimentam os turistas de Garapuá para Morro.

A estrutura de hospedagem para o turismo em Garapuá é bem reduzida em termos do número de pousadas. Das seis pousadas existentes, três são mantidas quase que exclusivamente pelo trabalho da família e nenhuma é uma instalação grande com muitos quartos. Se, por um lado, o número de estabelecimentos que se dedicam à hospedagem é relativamente pequeno, por outro, a natureza do turismo que vem acontecendo lá, não parece demandar mais do que

essa oferta na maior parte do ano. Nessa vila o turismo é sazonal sendo que a alta estação ocorre no verão, portanto, as pousadas existentes são procuradas entre os meses de dezembro a fevereiro. Além de concentrar o turismo basicamente em poucos meses no ano, Garapuá vivencia o “turismo do dia do Morro”, como eles chamam. As agências de viagem e passeio em Morro de São Paulo e Boipeba incluem como um dos seus principais atrativos levar os turistas para conhecerem a vila e as piscinas naturais (em alto-mar) de Garapuá, então, diariamente durante todo o ano (tendo em vista o fluxo turístico em Morro) a comunidade tem uma rotina de receber grupos de turistas que passam o dia, chegam pela manhã e voltam para Morro ou Boipeba no final da tarde.<sup>86</sup> Em Garapuá, portanto, a parte de restaurantes na beira da praia tem uma movimentação mais intensa e estável pelo turismo do entorno, do que as pousadas que ainda são pouco procuradas fora da época do verão.

Em trabalho de campo realizado em agosto de 2019 e janeiro de 2020 pude vivenciar muito claramente os efeitos da sazonalidade do turismo. O período em que estive em campo em agosto, na baixa estação, não havia nenhum visitante na comunidade além dos que vinham de Morro de São Paulo passar o dia. Eu fui a única pessoa hospedada em pousada nesse período em Garapuá. Era possível identificar algum movimento nos restaurantes a beira mar no horário de almoço e o trânsito de barcos de passeio no alto mar, visitando as piscinas naturais. Fora isso, o restante da vila e as noites na comunidade eram bem pacatas e silenciosas. Em janeiro desse ano, em uma segunda visita de campo, esse cenário de tranquilidade se transforma com as pousadas sempre cheias, a praia bem movimentada com visitantes das comunidades vizinhas a passeio e os que estão hospedados em Garapuá, além de estabelecimentos que durante o ano funcionam apenas como pequenos mercados e no período de verão passam a vender lanches e funcionar no período da noite. Conversei com um casal de turistas de São Paulo, que estavam em Garapuá durante o mês de janeiro, que disseram há muito tempo frequentar as praias da região, já frequentaram Morro de São Paulo, Boipeba, Moreré e há cerca de três anos, buscando um destino mais tranquilo e preservado, “descobriram” que Garapuá era o lugar que hoje tinha esse perfil naquelas ilhas.

---

<sup>86</sup> Os passeios cobrados pelas agências de Morro de São Paulo para passar o dia em Garapuá custam em torno de R\$ 100,00 por pessoa. Esse passeio dura aproximadamente 6h e o valor inclui a ida para as piscinas naturais de Garapuá (além de atracar na praia geralmente nos horários de almoço e final da tarde). Nas agências em Morro, esse vem sendo um dos principais atrativos para conhecer lugarejos ao redor da ilha, e é um passeio amplamente divulgado como opção de conhecer uma “hospitaleira vila de pescadores”. Além das belezas naturais, há também essa mercantilização do pitoresco de Garapuá, como um lugar pacato e tradicional, para uma experiência diferente em meio a badalada Morro de São Paulo.

Em síntese, a respeito das atividades turísticas realizadas em Garapuá que pude identificar com a pesquisa, observa-se que i) na maior parte do ano, fora a alta estação do verão, o movimento da comunidade com relação ao turismo é quase exclusivo com a dinâmica propiciada pelo fluxo de Morro de São Paulo, em que as agências turísticas são responsáveis pelos passeios às piscinas naturais e o transporte dos turistas de uma localidade para outra. Nesse contexto, internamente da estrutura local de Garapuá e com negócios tocados pela população nativa, só os restaurantes/ barracas na beira da praia estão envolvidos na dinâmica do turismo. ii) Entre dezembro e fevereiro, e em alguns feriados prolongados, Garapuá recebe turistas que se hospedam na comunidade – ocupando as pousadas existentes e alugando casas por temporada. Nesse período, a população local organiza espaços como tendas e barracas para a venda de comidas e lanches; realizam passeios de caiaque pela praia; trabalham como guias oferecendo passeios de caminhadas nos mangues; alguns pescadores utilizam seus barcos para passeios e/ou o deslocamento de turistas para praias próximas (principalmente Moreré, Boipeba e Morro de São Paulo); aumenta o movimento de pessoas que vendem comida e artesanato como vendedores ambulantes na beira da praia; alguns estabelecimentos de mercado passam a organizar a venda de lanches e café da manhã, além de aumentar o consumo dos restaurantes e barracas de praia, movimentando estabelecimentos que só funcionam como restaurantes nesse período de alta estação.

A comunidade é pequena e sua estrutura social está fortemente desenhada pelos laços familiares. Ao passo que ia conhecendo os interlocutores de pesquisa durante o trabalho de campo, percebi que quase sempre existia entre eles “tios/as”, “primos/as”, até que me disseram “somos quase todo mundo parente”. Nesse sentido, observa-se que muitos dos negócios voltados ao atendimento ao turista pertencem a uma mesma família, em que um membro trabalha de guia, outro núcleo familiar (pensando em termos de famílias estendidas) tem um restaurante, outro faz os transportes para Morro, etc. Muitas dessas incumbências, que vem crescendo com o aumento nos últimos anos da circulação turística, ainda são conciliáveis, na maioria dos casos, com as atividades de pesca e mariscagem. Então, no âmbito de uma família ampliada haverão pessoas mais ou menos envolvidas com o turismo e que permanecem no exercício da pescaria. Chama atenção nessa comunidade que há uma parcela grande dos homens jovens envolvidos com a pesca e engajados na associação de pescadores. Muitos homens que hoje estão com a idade entre 30 e 35 anos, cujos pais são pescadores, relataram que trabalham com pesca desde a adolescência, parecendo haver pouca evasão desse perfil populacional na comunidade. As composições das famílias, com isso, vão se conservando dentro de Garapuá,

alterando na maioria das vezes em razão de um crescimento, dos novos casamentos e filhos que vão surgindo<sup>87</sup>. A saída da juventude acontece geralmente tendo por objetivo cursar o ensino médio em cidades próximas, mas com forte histórico de regressar para a comunidade depois desse período.

A dinâmica do turismo sazonal, concentrando-se somente em alguns meses do ano, tem também na comunidade outra característica, a saber: o perfil de turistas veranistas que vão passar períodos longos do verão, que têm casas ou alugam. Há algumas casas em Garapuá de pessoas que frequentam a praia como veranistas, algumas dessas mais antigas que outras, são casas de pessoas que moram em Salvador, cidades baianas e de algumas partes do Sudeste do país. Esse perfil de veranista também procuram o lugarejo no verão buscando alugar casas. Nesse ponto, durante esses meses do ano, ou durante feriados longos na alta estação, muitos nativos alugam casas para grupos e se reorganizam na comunidade para se alojarem na casa de familiares enquanto a sua está ocupada. A dinâmica que é comum de modo geral, acontece principalmente com famílias mais novas que alugam suas casas por um período e vão durante esse tempo se hospedar na casa dos pais, avôs, tios, sogros, etc.

Essas características associadas ao fluxo de pessoas circulando na vila que aumenta muito, são as razões para a percepção unânime de que os meses do verão a vida deles muda radicalmente e que Garapuá, que tem um perfil de vila pacata e quieta, parece ser um outro lugar. De fato, o período mais longo de pesquisa de campo nessa vila, se comparado outras visitas já feitas na época de verão, evidencia muitas características socioculturais comuns ao que entendemos por ruralidade e comunidade tradicional (para citar algumas: as redes de parentesco permeando todo desenho social; a rotina da pesca e da mariscagem; conflitos fundiários). Economicamente, essa agitação promovida pelo turismo dinamiza as possibilidades de renda da comunidade, que organiza muitos negócios informais: vender comida, bebida, artesanato na rua e na praia; serviços de guias, faxineiras, diaristas; e principalmente de aluguel das casas ou quartos. Nessa perspectiva, a comunidade parece estar bem atenta em entender o turismo a partir da dimensão ecológica da atividade. Durante o verão, algumas pessoas locais se envolvem na promoção de passeios para os mangues, para região de mata, para arrecifes, com a proposta de explicar a importância daqueles sítios naturais para a comunidade e para o meio ambiente. Dois interlocutores de pesquisa, que trabalham no verão como guias de passeios,

---

<sup>87</sup> Essa dinâmica de família ampliada, com um crescimento de um núcleo de família à medida que surgem casamentos e nascimentos de novos membros, geralmente projeta uma organização na mesma casa, ou em casas construídas no perímetro do mesmo terreno, ou em cima da casa que já existia. Essa questão de crescimento populacional é elemento muito significativo em Garapuá para evidenciar problemáticas agrárias, como veremos ao longo do capítulo.

disseram que recentemente a associação de moradores submeteu um projeto para a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR/ BA) visando o financiamento de uma proposta para desenvolver o Ecoturismo.

A gente já está se ligando nisso já. Entramos com projeto na CAR pensando em organizar os passeios para os mangues, mostrar como é que tira lambreta, uma atividade tradicional de Garapuá. Com esse dinheiro vai dá para fazer um caminho todo direitinho, com placa, até essa parte da mata, para ir explicando a importância da natureza (...). A gente vai focar justamente nessa ideia do ecoturismo aqui, para o turista não ficar só vindo para Garapuá para ir rapidinho nas piscinas e voltar para Morro. ” (GABRIEL<sup>88</sup>, 31 anos, agosto de 2019).

Esse ponto mobiliza uma dimensão interessante do entendimento dos nativos com relação a atividade turística: de que eles enxergam a dimensão ambiental, a partir do ecoturismo, como uma forma de oportunizar essa atividade a partir de práticas que não inviabilizem a manutenção dos seus modos de vida. Nesse sentido, os interesses da comunidade com relação ao turismo, se inscrevem muito no distanciamento do que é a atividade turística em Morro de São Paulo e Boipeba. Esse entendimento, por sua vez, é explicitado nos termos tanto de que o processo do avanço do turismo não seja descontrolado e caótico, quanto de que eles querem ter o controle dos direcionamentos dessa atividade no seu território. A experiência pioneira de Morro funciona para Garapuá, e para outras localidades, como uma espécie de lição para se estar atento ao fenômeno do turismo, de modo que o mesmo não leve à saída da população do território e à alteração das condições socioambientais estruturantes para seu modo de vida. Um grupo de pescadores entrevistados narraram, por exemplo, que a comunidade decidiu construir uma cancela e fiscalizar o fluxo de motocicletas e quadriciclos na praia, que vinha se intensificando, uma vez que, o aumento desse fluxo poderia vir a causar alterações ambientais. Essa situação parece ilustrativa para uma população que, ao passo que avalia como negativas as dinâmicas instauradas e alteradas em Morro pelo turismo, também lê o turismo que está se desenvolvendo ali como um gerador de renda local e aliado da comunidade.

O que a gente tem que tomar cuidado é para isso aqui depois não virar daqui a cinco, dez anos um outro Morro de São Paulo. A gente não quer sair daqui, não quer passar nossas casas para os gringos e depois não poder nem voltar na sua terra, como é em Morro há muitos anos. A gente vive de pescar e o turismo tem que vir como uma atividade a mais, só para ajudar nossa vida. (EMÍLIO<sup>89</sup>, 34 anos, agosto 2019).

A intensificação do turismo é notificada como sendo expressão dos últimos cinco anos. A convivência da comunidade com a atividade turística, interpelando algumas dinâmicas econômicas e socioculturais, é sinalizada como um período muito recente. Basicamente, a partir

---

<sup>88</sup> Nome fictício.

<sup>89</sup> Nome fictício.

de quando foi se tornando mais popular o passeio para Garapuá, como importante atrativo das agências turísticas de Morro e Boipeba para os turistas que vão passar o dia na comunidade. Antes, quando essa prática era mais inexpressiva, o fenômeno do turismo não era registrado como tal. Tanto a estrutura de restaurantes na praia, quanto a das pousadas existentes são muito recentes também e vinculadas a um contexto da recém-descoberta de Garapuá por mais gente do que os veranistas já habituais. Em termos gerais, o que podemos apresentar como desenho estabelecido da atividade turística é de que o funcionamento dos principais equipamentos está sob a realização da própria comunidade. Portanto, uma organização local do turismo, no qual estão envolvidos majoritariamente moradores nativos, que não conta com grandes infraestruturas e fluxo massivo e contínuo de pessoas.

Nesse aspecto, o contexto da comunidade Garapuá na materialização do fenômeno do turismo, localiza a ideia (desenvolvida no primeiro capítulo) da fronteira turística que o Baixo Sul tem vivido a partir dos anos de 1990. Segundo Martins (2009), a fronteira se configura, sobretudo, pelas dinâmicas de conflito e fricção entre diferentes formas de ocupar esse espaço. Portanto, não se trata de um vazio produtivo para o avanço da exploração, mas uma situação de confronto entre o que existe e o que chega à “situação de fronteira”. Em Garapuá, portanto, as dinâmicas de turismo local, como forma da comunidade nativa organizar essa atividade para geração de renda, mostra como há uma tentativa de regular o avanço da fronteira turística sob a lógica de interesses divergentes. De um lado, um turismo empresarial que, consolidado em algumas localidades, avança na exploração de mais destinos na região; de outro lado uma forma de agenciar o turismo pela população local como alternativa econômica e sob lógicas diferentes da indústria turística na ocupação desse território.

A inevitável comparação de Garapuá com a sua vizinha Morro de São Paulo, poderia nos fazer pensar, à primeira vista, que a comunidade estaria passando por uma experiência similar ao que os nativos de Morro vivenciaram no início da década de 1990, quando o turismo começou a se instalar na comunidade, como se Garapuá vivenciasse hoje uma espécie de “estágio inicial” da trama relacionada a expansão do turismo ocorrida em Morro. Contudo, o entendimento da comunidade quanto ao avanço do turismo é muito claro e consistente em buscar caminhos diferentes daqueles percorridos pelas localidades do seu entorno, como se as experiências vivenciadas por outras localidades do Baixo Sul funcionassem como o contraexemplo para a organização do turismo no território. Cientes dos efeitos deletérios gerados pela forma como o turismo foi se desencadeando em Morro de São Paulo, sobretudo quanto à venda das terras e o aumento do custo de vida, a comunidade de Garapuá – por meio



das entrevistas e conversas realizadas em trabalho de campo – tende a se posicionar muito atenta e refratária ao “efeito Morro” sobre as formas como as atividades turísticas se organizam, atualmente, em seu espaço de vida.

Nessa perspectiva, observa-se que o turismo não é lido nessa comunidade como um inimigo ou algo que eles devam rechaçar. Ao contrário, o turismo que hoje já corresponde a uma das principais fontes de renda e ocupação de muitas famílias de Garapuá, ao lado da pesca e da mariscagem, é encarado como um importante dinamizador econômico e de desenvolvimento local. Entretanto, existe também por parte de alguns atores, principalmente os que estão à frente de processos políticos da comunidade, que o turismo é um fenômeno de extensão complexa e de projeção contraditória no Baixo Sul, seja nos exemplos de destinos turísticos consolidados como Morro de São Paulo e Boipeba, seja no exemplo da comunidade de Cova da Onça, que vem nos últimos anos em um intenso conflito em função da implantação de um megaprojeto do *trade* turístico. Portanto, embora Garapuá não esteja num confronto direto com dinâmicas do turismo em si, esse fenômeno pode ser analisado, e também é lido por parte da comunidade, como uma ameaça e como a força que estaria por traz dos processos de concentração de terras que vêm ocorrendo no vilarejo. Essa problemática agrária, do predomínio de imensas propriedades em um território fortemente interpelado pelo potencial de avanço do turismo, é a atual referência de tensionamento dos conflitos sociais em Garapuá.

**BOX 3**  
**COVA DA ONÇA**

A comunidade de Cova da Onça, situada na Ilha de Boipeba (Cairu) no Baixo Sul vivencia atualmente um intenso conflito territorial proveniente da tentativa de implementação de um complexo turístico nesse local. A chamada Fazenda Ponta dos Castelhanos, comprada em 2008 por um grupo de rentistas, foi cenário de uma trama imobiliária que envolveu lideranças políticas locais e processos de grilagem de terras judicial (Barcelos e Malta, 2020). Ainda sem a licença para operação, o projeto consiste na construção de um resort com casas residências, pousadas, campo de golfe, infraestrutura náutica, instalação de aerodrómetro, etc. A titulação dessa propriedade mobilizou um processo de articulações políticas locais, ameaça dos camponeses nativos da comunidade, cooperação de advogados e um enredamento em torno da escritura com uma transação de R\$ 25 milhões, que condicionou desse total, o pagamento de R\$ 10 milhões a Secretaria de Patrimônio da União (SPU) para lograr o registro da escritura e obtenção do aforamento da área perante, segundo as análises publicadas pela AATR (2017) apud Barcelos e Malta (2020). Propriedade da empresa Mangaba Cultivo de Côco LTDA – que tem 6 sócios: Marcelo Pradez F. Satllone; Artur Baer; Roberto Marinho; Sonoio Participações LTDA; Filadélfia Empreendimentos Imobiliários e Participações LTDA; Armínio Fraga –, o projeto em torno da Fazenda Ponta Dos Castelhanos ameaça o território de Cova da Onça de diversas formas. O consumo de água para irrigação; exploração de jazidas de areia; desmatamento de vegetação nativa; comprometimento dos cursos dos principais cursos dos rios, são algumas problemáticas elencadas que se somam a ameaça de expulsão do território dos camponeses locais (BARCELOS E MALTA, 2020). Esse contexto, vem afetando a comunidade de Cova da Onça desde graves ameaças de lideranças comunitárias, até a cooptação de alguns nativos em favor da implementação do empreendimento, forjando uma série de contradições internas e desvelando as camadas que pavimentam a estruturação da indústria turística, dentre as quais, a concentração fundiária e expropriação de comunidades.

### **3.2 O avanço do cercamento de terras e as dinâmicas de expropriação da comunidade.**

Uma vez apresentadas algumas características do funcionamento do turismo que hoje se observa em Garapuá, buscamos adentrar na análise da configuração e dos usos desse território. Assim sendo, a estrutura agrária do território de Garapuá está passando por mudanças, quanto ao aumento do cercamento de terras. Nesse ponto, ainda não foi possível dimensionar se há uma alteração estrutural quanto a dimensão da área de fazendas no território, ou seja, não necessariamente a questão da propriedade foi alterada com o aumento da concentração ou dos registros das terras em nome dos atuais proprietário, mas hoje o que se percebe é um avanço literal de cercas e de restrição de acesso às terras que já foram de uso comum e coletivo entre a população. Em termos práticos, a presença de três grandes fazendas delimitando a maior parte do território está confinando e aglomerando a comunidade numa pequena porção da vila.

Esse cenário é o que de forma mais direta nos dias de hoje tem intensificado as dinâmicas de conflito na comunidade com proprietários de terra, pois gera uma série de efeitos em termos do uso do território, afetando, também, a disponibilidade de espaço para a moradia por parte da população nativa. Na pesquisa realizada por Icó (2007), um dos principais problemas socioespaciais vivenciados por Garapuá no período em que foi realizada a pesquisa, tinha a ver com a questão da moradia. Com o crescimento demográfico, a população passava a se aglomerar nas casas já existentes, desenvolvendo, também, diversos esquemas de divisão/ampliação dessas moradias, de forma a acomodar diferentes núcleos de uma mesma família estendida. Essa situação, muito visível no trabalho de campo realizado no ano passado, se inscreve em uma problemática relacionada à estrutura fundiária da comunidade em um contexto marcado pelo avanço – aqui numa perspectiva literal mais do que analítica – das cercas, impondo restrições à utilização de novos espaços. Estas restrições no que diz respeito à posse das terras materializam-se em uma comunidade que também cresce numericamente e onde as novas gerações parecem estar construindo, pelo que foi observado a campo, projetos que contemplam a permanência na comunidade e não a migração para outros lugares.

Antes de chegar na comunidade de Garapuá e conversar com seus moradores sobre as questões relacionadas ao uso das terras e às dinâmicas de povoamento da vila, tive contato com um interlocutor de pesquisa, que trouxe informações sobre o contexto da implementação do turismo na região da Ilha de Tinharé e Boipeba. Esse interlocutor, que advoga na cidade de Valença e parece conhecer muito dos conflitos fundiários dessa região, hoje em dia tem trabalhado como advogado do sindicato dos trabalhadores de hotéis em Morro de São Paulo.

Durante a entrevista, enquanto refletia sobre as dinâmicas do turismo naquelas localidades, pontuou que havia uma particularidade em Garapuá, por ser um território onde sempre existiram fazendeiros e grandes propriedades de terra. Isso fazia, segundo ele, com que o avanço do turismo não se estabelecesse ali de forma tão desestruturada a exemplo do que ocorreu em Morro de São Paulo de ir comprando “de pedacinho em pedacinho as terras na mão dos nativos”. Nessa avaliação, a histórica presença do latifúndio em Garapuá mudava a forma como o turismo viria a se relacionar com essa localidade.

Em trabalho de campo em Garapuá, entrevistei um pescador de 67 anos, que nasceu na comunidade, pois seus pais, ainda muito jovens, migraram e se fixaram em Garapuá. Procurando refletir sobre o porquê da configuração do turismo ali não ter acontecido da forma como ocorreu em Morro de São Paulo e Boipeba, na década de 1980 (período de instalação desta atividade na região), desenvolveu a hipótese – que corrobora com a leitura trazida pelo interlocutor advogado – de que esta diferença tinha suas raízes no fato de que “Garapuá sempre teve dono”.

Garapuá já nasceu fazenda. Aqui na verdade era duas fazendas. A fazenda quadro, da família dos Grimaldi. O começo de tudo era assim. E ali outra fazenda de um português, mas brasileiro de Cairu. (...) A gente chegou aqui por pescaria, porque eu sou filho de um trabalhador da fazenda. Quem veio, veio para beira da praia e trouxe a arte por nome de calão, a rede de Jesus. Mas eu não me dediquei muito a essa parte antiga, esse pessoal donos da fazenda. Eu só sei que minha geração é de uma era de um senhor chamado Afonso, que desenvolveu Garapuá com a pescaria. Ele era o receptor dos peixes, a gente começou a desenvolver os peixes e entregava para ele que levava pra Salvador. Aí foi que veio o desenvolvimento de Garapuá, nessa época todo mundo vivia da pesca. Aqui era calão e roça, nos campos aí para trás neguinho desenvolveu tudo roça, por que o Baixo Sul era roça, né? (DAVI<sup>90</sup>, 67 anos, janeiro 2020).

Esse depoimento, no esforço de coletar memórias mais antigas da história da comunidade, revela um aspecto importante e pouco mencionada pelos interlocutores que me relacionei na pesquisa, a saber: a presença das atividades agrícolas em Garapuá. As comunidades costeiras, portanto, também vivenciaram experiência com a agricultura, mesmo que em menor proporção que outras partes do Baixo Sul. Os dados quantitativos, trazidos no capítulo anterior quanto aos tamanhos de estabelecimentos para as atividades agropecuárias, evidenciam esse processo sinalizado pelo interlocutor de pesquisa quanto à drástica redução da atividade agrícola no perímetro de Cairu, sobretudo nos últimos 25 anos. No caso de Garapuá, os elementos colhidos em campo, levam a pensar que essa questão possa se relacionar com a diminuição de espaços agricultáveis – os quintais das casas, maior disponibilidade de terras –

---

<sup>90</sup> Nome fictício.

com o avanço das cercas das propriedades e o crescimento de famílias confinadas em um mesmo terreno, em que aumentam suas casas ou constroem novas casas.

Nessa perspectiva, busquei me acercar de pessoas mais velhas de Garapuá para tentar entender e resgatar algumas dinâmicas do passado agrário da comunidade. Consegui conversar com três interlocutores que faziam parte das gerações mais velhas, os três antigos pescadores, com quem pude ir organizando alguns elementos da história da comunidade. As primeiras informações que consegui recolher, nesse esforço de reconstituição da histórica, datam do período entre 1930-1940, quando os pais dos moradores hoje mais antigos de Garapuá, começaram a chegar vindo de localidades próximas e se instalaram nessa costa, ocupando-se ali com a pesca. Desde essa época, portanto, Garapuá era um espaço ocupado por grandes propriedades, pertencentes a alguns importantes personagens da elite agrária da região das ilhas do Baixo Sul. Além da pesquisa em fonte primária, a pouca historiografia disponível abordando esse processo de ocupação do território, aponta que em Garapuá o povoamento por fazendeiros ocorreu há 150 anos (ICÓ, 2007). Contudo, antes desse período, já existiam processos de povoamento lentos e descontínuos, por parte de pescadores, sertanejos e indígenas<sup>91</sup> (oriundos de aldeias próximas). Em um lugarejo que praticamente não dispunha de qualquer infraestrutura, no início desse processo de povoamento em Garapuá, o acesso era feito por canoas e saveiros de pano. A comunidade foi se formando enquanto uma vila de pescadores (com casas de palha de coqueiro), sendo que as famílias eram atraídas pelo movimento, naquela época pioneiro, de extração de lambreta. Parte do território era formado por terrenos baldios, em que os novos moradores iam ocupando terras e construindo casas.

A história de ocupação do território de Garapuá, na memória dos pescadores mais velhos, nascidos no início da década de 1950, é relatada a partir da lembrança de fazendeiros, donos de grandes porções de terra na vila, que iam cedendo partes dessas terras, ou se articulando com o poder público, para permitir que a comunidade fosse se apropriando de pequenos lotes e construindo suas casas: “nós que somos nativos mesmo de Garapuá no início não compramos, nem pagamos nada, mas se sabia que isso aqui era de Estácio”. A análise de dados de campo, permitindo cruzar e filtrar algumas informações que surgiram *in loco*, apontam que essa organização de terras com a comunidade aconteceu principalmente i) através da articulação da família de Estácio Coutinho com o poder público de Cairu, para permitir a comunidade ter direito de construir suas casas e ii) na desapropriação de terras feita pela

---

<sup>91</sup> Ao que tudo indica, segundo os estudos historiográficos debatidos na primeira seção do capítulo anterior sobre as dinâmicas agrárias do Baixo Sul (SILVA, 2013; DIAS, 2007), a etnia indígena presente nessa região (na época da colonização, as “vilas de baixo” da capitania de Ilhéus) era os Aimorés.

prefeitura em duas ocasiões, em pedaços da fazenda de Fábio Perini, há mais de 20 anos e outra desapropriação na fazenda de Carlos Aguiar Coutinho Neto, em 2010, a partir de ocupações feitas pela comunidade. A família Coutinho e Fábio Perini, juntamente a um terceiro e mais recente, Daniel Dantas, correspondem aos principais agentes que hoje dominam extensas porções de terra no atual desenho agrário de Garapuá. Dessa maneira, voltaremos a mencioná-los nos seus papéis dos maiores e principais proprietários de terra desse território.

Historicamente, a comunidade de Garapuá conviveu com uma poderosa família latifundiária local, dona de boa parte do território, a família Coutinho. Essa família tem um histórico de posses em outras partes das Ilhas e o patriarca Carlos Coutinho e sua esposa Dilce Coutinho são, sem dúvida, os primeiros citados pelos nativos de Garapuá, ou nativos de localidades vizinhas para se referirem a Garapuá, quando resgatam o histórico agrário na comunidade. Eles são percebidos como “os que eram donos de tudo isso aqui”. Viviam entre Valença, Salvador e Garapuá e conviveram por muito tempo com a comunidade, a partir de uma dinâmica social em que os nativos prestavam serviços a fazenda, partilhavam a infância com os filhos da família, ocupavam a comunidade sem cercas e não se sabia onde começava e terminava a extensão de terras anunciada como propriedade desses fazendeiros. Os moradores de Garapuá entrevistados não sabem descrever, em maiores detalhes, os processos que permitiram a esses grandes proprietários obter terras em Garapuá: de quem eram as terras, de quem comprou, apenas que “o pai de Estácio Coutinho foi o primeiro a se dizer dono disso aqui”.

Um dos interlocutores de pesquisa, pescador que nasceu em Garapuá e que melhor me descreveu a trama em torno das propriedades da família Coutinho, explica:

Só de praia a gente sabia que ele (Carlos e Dilce Coutinho) tinha mais 900 m de praia. Quando morreu, dividiu essas terras para os três filhos – Estácio, João e Gecilda – cada um pegou mais de 300m só de praia. Hoje as fazendas Panã tem vários donos, porque João Coutinho morreu novo em um acidente e a parte dele ficou para os sete filhos: Carlos que é da pousada; Patrícia também da outra pousada; Fátima mora em Aracaju e vendeu sua parte para a tia; Ricardo também vendeu para a tia; Rita que arrenda a fazenda para plantar coco e Alessandra, que na parte dela loteou e vendeu alguns lotes, mas mais de 80% da parte dela é terra sem nada’. (ZICO<sup>92</sup>, 58 anos, janeiro 2020).

Assim sendo, ainda hoje, alguns dos principais proprietários de terra de Garapuá seguem sendo de pessoas dessa família, a partir dos desdobramentos de herança desse primeiro grande fazendeiro. A partir das informações colhidas, principalmente da entrevista com este último interlocutor citado, foi possível entender que: o casal Carlos e Dilce Coutinho tiveram três filhos,

---

<sup>92</sup> Nome fictício.

João já falecido; Gecilda e Estácio Coutinho, sendo que este último já esteve à frente da política de Cairu, quando foi prefeito e sua esposa vereadora. As fazendas desses irmãos são duas das maiores porções de terra de Garapuá, chamadas Fazenda Panã I e Fazenda Panã II. Além de Estácio e Gecilda, existia, mais um irmão, João. Depois da sua morte as terras de sua propriedade foram desmembradas em herança de forma a contemplar seus 7 filhos. Alguns deles venderam as terras para a tia, outros dois são donos de pousadas (as pousadas mais sofisticadas da vila) possuindo, também terras que estão arrendadas e outras que são ociosas. Embora entre a comunidade se fale bastante que pedaços dessas terras já foram loteados e vendido a pessoas de fora – argentinos que eles viram uma vez visitando Garapuá – as propriedades dos Coutinho ainda são bem extensas e essa família, juntamente com outros dois proprietários, representam o que poderia ser lido como o domínio territorial de Garapuá. Ou seja, hoje nessa localidade o desenho agrário parece resumidamente girar em torno da posse da comunidade e dessas três grandes fazendas.

Os limites na execução da pesquisa foram, ao longo do processo investigativo, mostrando a dificuldade e o sinuoso labirinto que precisaria ser percorrido de forma a desvendar a origem das propriedades de posse de Carlos Coutinho e conseqüentemente seus atuais herdeiros. Em um primeiro momento, estive disposta a realizar pesquisas em cartório quanto ao registro de terras, o que logo nos pareceu improvável e pouco viável, considerando horizonte de tempo disponível para a realização de uma pesquisa em nível de mestrado. A identificação da cadeia dominial desses imóveis, um esforço de imersão muito grande nessa dimensão do trabalho, incompatível com o tempo disponível para realização da pesquisa. Trata-se de registros muito antigos, fora da alçada documental de Cairu (município que pertence Garapuá), tendo em vista que os registros de terras da região eram feitos, antigamente, no município de Valença. Considerando os objetivos deste trabalho, o que ganha relevo nesse histórico agrário da família Coutinho diz respeito ao fato de que eles foram os primeiros grandes proprietários e principais personagens que influenciaram a configuração fundiária de Garapuá, em suas origens, estando presentes, ainda hoje, através da presença de alguns membros da família no espaço agrário e nas dinâmicas da comunidade. Entendemos, aqui, que as relações estabelecidas por esta família, proprietária de terras e de duas pousadas em Garapuá, seguem sendo uma chave importante para pensar as mudanças recentes na configuração territorial da comunidade, bem como, os atuais conflitos de terra vivenciados pelos moradores da vila.

Dessa maneira, há cerca de trinta anos, a dinâmica agrária do território foi alterada pela chegada de um italiano na região, Fábio Perini, dono de extensões de terra em Garapuá, Boipeba,

Moreré, e que hoje figura como um dos principais proprietários na região das Ilhas de Tinaré e Boipeba. Em uma reunião durante a pesquisa de campo, que veio a acontecer de forma espontânea no espaço da associação com algumas lideranças e pescadores<sup>93</sup>, ficou sinalizado pelo coletivo ali presente, que até a década de 1980 a distribuição de terras, no sentido do uso e da propriedade, se delimitava principalmente entre a população local e a família Coutinho. A relação de proximidade e convivência dessa família com os moradores de Garapuá, bem como a dificuldades dos meus interlocutores em descrever exatamente onde ficavam suas terras, sugerem a existência, até um determinado momento, de uma certa autonomia por parte dos membros da comunidade quanto ao uso, acesso e circulação pelo território. Todavia, há aproximadamente 30 ou 35 anos, um novo desenho vai se consolidando com a demarcação de uma fazenda, que hoje se constitui como a maior propriedade de terra na comunidade:

Esse Perini foi quem inaugurou isso de cerca aqui em Garapuá, antes ninguém sabia o que era de quem, todo mundo ia ocupando e se sabia que os Coutinho eram os donos dessas áreas. O italiano chegou, colocou os piquetes e sempre tem capangas seus tomando conta, que faz o trabalho sujo por ele. (JONATAN<sup>94</sup>, agosto 2019).

A chegada do italiano não só surpreendeu os moradores de Garapuá no sentido das delimitações com cercas, mas também porque parte das terras que estavam sendo reivindicadas como sendo de sua propriedade, eram consideradas pelos nativos como “terras sem dono” e compreendidas, portanto, como “terras que não poderiam ser vendidas”. É um pedaço do território vizinho à principal fazenda da família Coutinho, que dá acesso ao mangue onde se marisca, sendo de uso cotidiano da comunidade como caminho de passagem para marisqueiras e pescadores. Fábio Perini, que vive na Itália, é famoso por vir eventualmente para essas praias e promover uma festa particular de *réveillon* em uma das suas propriedades em Boipeba. A figura de Perini é muito popular e se ouve falar dele em diferentes lugarejos pelo tempo em que já é sabido que ele passou a ser dono de terras nas Ilhas do Baixo Sul. Em 2011, os vereadores de Cairu homologaram o título de Cidadão Cairuense ao italiano “por conhecerem detalhadamente as ações promovidas nos últimos 30 anos pelo cidadão Perini (e suas empresas) em benefício dos moradores e das ilhas não só de Boipeba, como de todo o arquipélago”.<sup>95</sup>

Suas propriedades em Garapuá têm atualmente, em algumas porções, a plantação de coco e uma época já houve criação de cabras, além de extensos pedaços de terra sem uso

---

<sup>93</sup> A princípio seria apenas um encontro para conversar e entrevistar uma pessoa ligada a associação. Mas esse interlocutor convidou outras pessoas e lideranças e se formou uma espécie de reunião e entrevista coletiva com cerca de 7 pessoas além de mim.

<sup>94</sup> Nome fictício.

<sup>95</sup> Trata-se de um comunicado de Railton Ramos, na época assessor de imprensa da Câmara Municipal de Cairu. Disponível em: <[www.pelegrini.org/politica](http://www.pelegrini.org/politica)> Acesso em: setembro 2019.



(aparente) ou produção. Em Boipeba, localidade onde Perini possui mais terras<sup>96</sup>, há uma propriedade de criação de gado e cabra, mas principalmente, encontra-se em curso hoje, em Boipeba, a construção de um condomínio na área da Fazenda Cueira, além da construção de uma espécie de shopping rústico a céu aberto denominado “Projeto Boca da Barra”<sup>97</sup>. Atualmente, a extensão de terra pertencente ao italiano em Garapuí é a maior área delimitada do território. Além de ser uma propriedade que hoje não é ocupada por nenhum tipo de produção agrícola ou pecuária mais expressiva, não se sabe, pelo menos publicamente, se estão em vista, ao menos a curto prazo, a implantação de algum empreendimento nessa área por parte desse proprietário. Não obstante, na pesquisa subsequente ao período de campo, foi encontrado o registro, em junho desse ano, do pedido de regularização ambiental do imóvel denominado “Fazenda Garapuí”, cadastrado em quatro matrículas, por meio de inquérito civil sob o interesse da empresa Perville Construções e Empreendimentos. No site dessa empresa, diz que ela foi fundada em 1999 e trata-se de “uma construtora que atende às exigências de diferentes setores, oferecendo conceitos inovadores dentro de padrões técnicos internacionais”; que por sua vez pertence ao Grupo Fábio Perini, fundado na Itália em 1966, quando a partir dos anos de 1970 Fábio Perini decide investir no Brasil.<sup>98</sup>

Nas mesmas datas de abertura do inquérito civil com o pedido de regularização ambiental pela empresa Perville nas fazendas de Garapuí, outros pedidos para o mesmo fim foram registrados: o requerimento de regularização ambiental do imóvel das fazendas Paña I e Paña II, sob o interesse de Estácio Coutinho e Gecilda Coutinho e de Carlos Neto Coutinho, respectivamente. Um outro interessado, Espólio de Manoel Altivo da Luz, também solicitou abertura do mesmo pedido e na mesma data de uma propriedade também em Garapuí. Esse último não tendo surgido, entre as explicações da comunidade, como um sujeito envolvido na trama das questões fundiárias. Embora, não se saiba tão claramente entre os moradores as intenções dos proprietários para essas terras, o emaranhado que vem se revelando levanta diversas questões, entre as quais merecem destaque: i) a possível articulação política e alinhamento econômico entre esses dois proprietários (Perini e os Coutinhos) no âmbito das propriedades de Garapuí, para terem no mesmo dia protocolado a solicitação quanto à

---

<sup>96</sup> No banco de dados do INCRA dos cadastros de imóveis rurais, a empresa de Fábio Perini – Perville Construções e Empreendimentos – é proprietária de 7 fazendas no município de Cairu. Suas propriedades estão em algumas localidades da ilha de Boipeba e da ilha Tinharé e somam, a partir desses dados, quase 3.000 hectares de terra.

<sup>97</sup> Esse projeto é publicamente conhecido e popularmente famoso entre as populações locais. Ver Disponível em: <<https://sao-paulo.estadao.com.br/blogs/diego-zanchetta/projeto-imobiliario-quer-lotear-20-da-ilha-de-boipeba/>> <<http://boipebanews.blogspot.com/2010/02/projeto-perini-boca-da-barra.html>>. Acesso em novembro de 2019.

<sup>98</sup> A sede da empresa é na cidade de Joinville em Santa Catarina.

regulamentação ambiental; ii) tendo entendido que esse italiano comanda um grupo empresarial ligado à construção e empreendimentos, quais seus interesses no que diz respeito à utilização das terras sob sua propriedade em Garapuá?

Dessa maneira, embora não haja dados públicos, ou mesmo comentários extra-oficiais sobre possíveis projetos a serem desenvolvidos por Perini neste território, em reunião com a Associação de Moradores e Amigos de Garapuá (AMAGA), os nativos relataram que em 2018 um preposto do italiano, identificado por eles como o gerente da Perville, passou a andar na comunidade e falar sobre o planejamento de um projeto de condomínio nas terras de Perini. Os moradores envolvidos na Associação que mencionaram esse possível projeto, relatam que tomaram conhecimento desse assunto através e conversas que pareciam ter o objetivo de sondar a sua opinião quanto a implementação do empreendimento. O gerente responsável da propriedade Perville, que anda eventualmente em Garapuá, nunca voltou a falar de forma consistente sobre esse projeto, tendo sido uma menção pontual. Até a etapa de finalização dessa pesquisa, não haviam informações de caráter público sobre a implantação desse empreendimento, tampouco ações práticas no sentido da implantação desse condomínio. Mas essas primeiras sondagens acerca de uma eventual instalação de um empreendimento desta natureza deixou os moradores de Garapuá atentos e desconfiados. Na ocasião a Associação pediu uma cópia do projeto para que eles pudessem compreender melhor e, também, opinar sobre o que estava sendo previsto pelo proprietário italiano, mas não chegaram a receber nenhum tipo de material relacionado ao empreendimento.

Mais recentemente, há cerca de aproximadamente nove anos, registra-se a chegada de um terceiro proprietário, detentor de uma vasta extensão de terra, o banqueiro Daniel Dantas<sup>99</sup>. Sobre essa propriedade, segundo as explicações dos nativos, está situada onde foi propriedade de um importante fazendeiro, contemporâneo de Carlos Coutinho (o patriarca da família Coutinho), João Costalino, que foi quem vendeu uma parte das suas terras para Dantas. Essa propriedade, tal qual as outras duas mencionadas, não abriga nenhuma produção agropecuária expressiva, mas, de acordo com as informações recolhidas ao longo do trabalho de campo há cerca de três anos começa-se também a plantar coco em uma parte da fazenda. Não há nenhuma indicação pública acerca de uma possível utilização dessa propriedade para algum empreendimento turístico. Por ocasião das minhas visitas de campo, essa área de terra estava

---

<sup>99</sup> É impossível mensurar a quantidade de atividades econômicas que envolvem o nome de Daniel Dantas. No site oficial de consulta de CNPJ, seu cadastro não está disponível para acesso. Através da razão social de outras empresas, observamos que seu nome consta como sócio de atividades ligadas ao setor financeiro; mineração; agropecuária; imobiliário. O que é mais publicamente conhecido é de que ele é um dos donos do Banco Opportunity.

apenas cercada, coberta, em parte, por coqueiros. Esta propriedade faz limite com a fazenda Coutinho (Panã I) e o extremo sul de Garapuí limitrofe com a ilha de Boipeba. Durante trabalho de campo, tomei conhecimento de um preposto de Daniel Dantas, que em tese está vivendo em Garapuí numa imponente casa de praia na beira mar. Segundo os moradores, ele agora está ficando nessa casa, mas sempre leva muitos meses viajando. Nos dias em que estive em Garapuí ele não estava presente na comunidade. Uma semana depois, em trabalho de campo em Morro de São Paulo, participei da reunião do Conselho gestor da APA, que responde pelas Ilhas de Tinharé e Boipeba e pude conhecer o então preposto de Daniel Dantas, que se apresentou na composição do conselho como representante de “Garapuí Bahia Participações Ltda”. O CNPJ dessa empresa é, finalmente, o que detém, oficialmente, a propriedade jurídica de imóveis em Garapuí. No registro oficial dessa empresa a mesma aparece descrita tendo como atividade principal o “cultivo de coco-da-baía” e como atividades secundárias a “criação de caprinos” e “outras sociedades de participação”.<sup>100</sup>

Ainda que por ocasião do trabalho de campo não tenha sido possível encontrar evidências de que essas atividades estejam sendo desenvolvidas efetivamente na área, mesmo sendo esta uma empresa registrada há dez anos, a análise dos registros encontrados nos sites já mencionados nos permitiu apurar que ela está vinculada a cinco nomes: Daniel Dantas e Verônica Dantas (sócios) e Geraldo Pereira, Luiza Cavalleiro Gasparian e Itamar Benigno Filho (administradores), além disso, ela tem registro de ser proprietária de outra empresa, a Delphi Empreendimentos Ltda, cuja composição tem os mesmos sócios. Nessa última empresa (que é propriedade da empresa de Garapuí Participação, proprietária da fazenda) as atividades cadastradas no seu CNPJ dizem que atuam como atividade primária “criação de bovinos para corte” e secundária “Compra e venda de imóveis próprios”. Numa investigação dos registros das pessoas jurídicas (apenas o de Daniel Dantas não é disponibilizado), os nomes cadastrados como os sócios da empresa Garapuí são donos também de uma média de mais de 25 empresas, dos mais variados ramos e em mais de 8 estados diferentes, a maioria nos estados da Bahia e do Rio de Janeiro. Há registros de empresa, por parte desses sócios, nas áreas de: agropecuária; mineração; holdings; agências publicitárias; hotéis; agência de imobiliárias; transportes de cargas; eventos e festas; construção civil e até igrejas. Todos, com exceção de Geraldo Pereira, são sócios do banco Opportunity.

---

<sup>100</sup> Todas as informações de registro de empresas, CNPJ, natureza das atividades, capital social, sociedades, etc. foram pesquisados no banco de dados de sites cuja a função é promover uma ferramenta de busca sobre os temas. Disponível em: <[www.consultasocio.com](http://www.consultasocio.com)> e <[www.consultacnpj.com](http://www.consultacnpj.com)>. Acesso em: outubro de 2019.

A empresa Garapuí Bahia Participações Ltda está registrada no seu CNPJ com o capital social de R\$ 46.586.525,00 (quarenta e seis milhões quinhentos e oitenta e seis mil e quinhentos e vinte e cinco reais). Essas informações, investigadas depois do trabalho campo, chamaram atenção especialmente porque um dos sócios da empresa que está “morando” em Garapuí, Geraldo Pereira dos Santos, está registrado como sócio e administrador de 55 empresas. Entre as que conseguimos mapear até então, duas delas detém imóveis rurais no Baixo Sul na ilha de Tinharé. Trata-se de um leque infindável de setores – de igreja Metodista a redes de motéis – e com muitos anos de envolvimento com o setor empresarial – a primeira empresa registrada de Geraldo foi em 1978. Essa diversidade de investimentos associados a este emaranhado de atores sugere, assim, uma questão de fundo quanto às possíveis atividades ou investimentos que possam ser efetuados na fazenda em Garapuí, uma vez que não há até aqui um interesse explícito por parte desse grupo de empresários em relação a tal propriedade, além do cadastro oficial relacionado ao cultivo de coco.

Em Garapuí, atualmente, praticamente toda extensão beirando o mar coincide com a área dessas três propriedades. De uma ponta a outra da comunidade toda a praia é cercada por essas fazendas (começa com a fazenda Coutinho, depois Daniel Dantas, depois Flávio Perini), tendo como espaço “livre” na parte beira-mar, fora do perímetro das fazendas, apenas a extensão que dá acesso à vila. Essas três fazendas, além de margear toda parte da praia, abarcam também a parte de “dentro” do território, nos limites que separam Garapuí da comunidade quilombola de Batateira, ou seja, as três fazendas têm um comprimento mais ou menos equivalente, que vai da beira da praia até o final/ o fundo<sup>101</sup> do território. A estrutura fundiária, numa mirada panorâmica, parece estar dividida em três grandes fazendas e uma vila - “a rua da praia e a rua de cima” - onde reside a população local.

Existe, dessa forma, uma problemática fundiária na comunidade no que se refere à ocupação do território pelos nativos. Nos últimos anos, a população vem sentindo uma asfixia gerada pelo crescimento da comunidade e a contenção das suas possibilidades de irem povoando e expandindo o uso do território. A comunidade se sente expropriada de seu território por conta do avanço de cercas, cujas principais consequências são: a diminuição do acesso ao mangue, que hoje é feito apenas por um local; o fechamento do acesso a regiões de “mata”, onde a população extrai piaçava e madeira; a aglomeração das famílias que se estendem em pequenos terrenos; a redução do tamanho da lagoa e a poluição da mesma (a única fonte de

---

<sup>101</sup> Estou aqui chamando de final a parte onde termina Garapuí, no sentido oposto ao mar, ou seja, o comprimento do território no sentido do continente, onde faz limite com a comunidade quilombola de Batateira, que é a forma de acesso a Garapuí pelo Rio do Inferno (vindo de Valença).

água do território), devido à habitação que vem se dando no seu entorno; a repressão violenta das ações da comunidade.

Aqui, então, não se pode nascer mais gente, é isso? Nossos filhos, os filhos dos nossos filhos vão morar onde? Só se for uma casa em cima da outra. A gente tem um problema sério aqui, que não temos terra, não temos para onde crescer, agora tudo tem dono e está proibido (...). Mas a gente não vai sair daqui e eles não vão ter o que fazer, vai ter que abrir espaço para a população que é nativa, que tem direito a esse território. (NATAN<sup>102</sup>, 32 anos, agosto 2019).

Não foi possível mapear de uma forma precisa, ao longo desta pesquisa, o modo como essas diferentes configurações agrárias foram se sucedendo no tempo. As memórias dos pescadores mais velhos com quem tive a oportunidade de conversar remetem a meados do século XX e parece coincidir em relação a dois pontos, a saber: a presença antiga de fazendeiros dominando as terras da comunidade e os processos de desapropriação de terras que teriam ocorrido em dois momentos da história à medida que crescia a população <sup>103</sup>. Os relatos compartilhados mencionam também uma agricultura de subsistência praticada nos quintais, que já foi muito presente nas famílias de Garapuá, ainda que a pesca fosse a atividade principal, parece não fazer mais parte da realidade das famílias hoje em dia. Assim sendo, as tensões que já existiram e existem em Garapuá no que diz respeito aos usos do território se dão, principalmente, pelo estrangulamento da comunidade que cresce em um perímetro cercado por extensas propriedades. Isto é, aqui a questão agrária em Garapuá se inscreve em um primeiro momento com uma problemática de moradia

É difícil essa questão da terra aparecer logo de frente, ela só vem depois, quando passa a viver o problema. O pescador não quer saber de terra, de área, ele só pensa no mar e na casa para morar. Para casa que vai voltar ” (MARIA DA GRAÇA<sup>104</sup>, janeiro 2020).

Ao longo da história da comunidade existiram dois processos nos quais foi desapropriado áreas que se destinou para moradia da população. Um ocorreu há mais de 20 anos, em uma parte das terras de Perini. A outra ocorreu em 2010, fruto da ocupação e pressão da comunidade, em uma porção de terra que seria de um dos netos do patriarca Carlos Coutinho, que chama também Carlos Neto Coutinho. Nessa última, a prefeitura desapropriou uma área concedendo a posse de lotes para 57 famílias. Uma interlocutora de pesquisa, narrando esse processo, conta:

Em 2010 mais ou menos, houve um processo que a prefeitura conseguiu fazer uma doação de lotes para a comunidade. 57 lotes, mas lotes que foram de 8 por 12, considerados até pequenos em si e não atendeu a todos os moradores, tinham muitos

---

<sup>102</sup> Nome fictício.

<sup>103</sup> Do ponto de vista de desapropriação oficial, feito pela prefeitura, já aconteceu dois momentos, como mencionaremos a seguir.

<sup>104</sup> Nome fictício.

mais outros moradores que também precisavam (...) E com o passar dos anos né? De 2010 para cá, já são 10 anos, essa necessidade aumentou ainda mais. Esse é o registro que a gente tem de doação da prefeitura. Antes disso teve uma doação bem mais antiga, eu provavelmente era criança na época. E antes de 2010 não teve também nenhuma doação de prefeitura aqui não. Parou aí.” (MARIA DA GRAÇA<sup>105</sup>, janeiro 2020).

Além da questão habitacional, há também uma centralidade grande desses processos fundiários quanto à prática de atividades extrativas pela comunidade. Garapuá que conta com oito manguezais, além de ser fortemente marcada pela mariscagem da lambreta, vem sofrendo com a diminuição de acesso e com o estreitamento dos caminhos ainda disponíveis que dão passagem para os mangues. Segundo o Art. 20º da Constituição Federal, os manguezais correspondem à área de domínio indubitável da União, cujo o uso deve ser destinado ao benefício da coletividade<sup>106</sup>, elemento que traz legitimidade as reivindicações da comunidade, que problematizam a questão das cercas, sobretudo, pelos impactos significativos no seu sustento material e simbolicamente no estilo de vida e na cultura da mariscagem, principalmente para as mulheres. Isso quer dizer que, os cercamentos incidem diretamente nas condições objetivas da organização do trabalho nessa comunidade. Além disso, o turismo local, que hoje se apresenta como outra alternativa de geração de renda e de uso do território por esses moradores, pode também ser atingido por esse processo. Nesse ponto, seja porque os cercamentos podem confinar a comunidade ao uso de apenas uma determinada parte da praia para o turismo que eles desenvolvem (alterando os acessos à praia, tal qual já acontece nos mangues), seja porque os cercamentos significam também a viabilidade de implementação de um turismo de grande porte – pela extensão de terras.

Os elementos jurídicos que compõem a legitimidade das reivindicações que estão apontando a comunidades de Garapuá se inscrevem nas garantias constitucionais direcionadas as comunidades tradicionais. Como aponta Almeida (2008), a diversidade de interpretações quanto aos direitos das comunidades tradicionais comporta diferentes usos do território e dos recursos naturais que varia de uma realidade para outra. Por isso, segundo esse autor, existem dispositivos jurídicos específicos para garantir o direito do uso comum de territórios como os “fundos e feixos de pastos” na Bahia; os acessos ao babaçu no Maranhão; o sistema de produção dos povos “faxinais” no Paraná; a população ribeirinha na Amazônia, etc.

Nesta diversidade de formas de reconhecimento jurídico das diferentes modalidades de apropriação dos recursos naturais que caracterizam as denominadas “terras tradicionalmente ocupadas”, o uso comum de florestas, recursos hídricos, campos e pastagens aparece combinado, tanto com a propriedade, quanto com a posse, de

---

<sup>105</sup> Nome fictício.

<sup>106</sup> Segundo as normativas do “Manual de Regularização Fundiária em Terras da União” (Secretaria do Patrimônio da União, Ministério de do Planejamento, Orçamento e Gestão, Brasil, 2006)

maneira perene ou temporária, e envolve diferentes atividades produtivas exercidas por unidades de trabalho familiar, tais como: extrativismo, agricultura, pesca, caça, artesanato e pecuária. (ALMEIDA, 2008, p. 37).

Todavia, o processo de aumento dos cercamentos de terra no território de Garapuá são difíceis de serem identificadas como resultado do aumento da concentração fundiária. Há um entendimento por parte da comunidade de que estas pressões fundiárias estão alterando e limitando seus modos de vida, afetando as relações socioespaciais presentes no território. Entretanto, essa análise coexiste com outros entendimentos de que não se trata de uma dinâmica recente, tampouco de um aumento de concentração fundiária, uma vez que essa configuração – em que a maior parte do território está sob a consigna de grandes propriedades – representa a realidade de Garapuá desde há muito tempo. No entanto, as cercas representam uma espécie de divisor de águas, que altera a forma como a comunidade exerce seu direito de posse sobre os espaços de uso comum. A grande propriedade que existe desde muito tempo, exercia um domínio que, em alguma medida, reconhecia e negociava com os direitos de posse da comunidade sobre o território, os cercamentos geram, portanto, uma mudança qualitativa no regime de apropriação de terras. Do ponto de vista da garantia de direito ao uso do território pela comunidade, velhas formas de domínio pela terra se amalgamam como novas intenções e agentes, como aponta Almeida:

A efetivação dos novos dispositivos da Constituição Federal de 1988, contraditando os velhos instrumentos legais de inspiração colonial, tem se deparado com imensos obstáculos, que tanto são urdidos mecanicamente nos aparatos burocrático-administrativos do Estado, quanto são resultantes de estratégias engendradas seja por interesses que historicamente monopolizaram a terra, seja por interesses de “novos grupos empresariais” interessados na terra e demais recursos naturais. (ALMEIDA, 2008, p. 40).

A presença, a partir da década de 1980 de Fábio Perini nessa região, delimitando e cercando suas propriedades e, por consequência, induzindo à demarcação de outras terras e, mais tarde, da propriedade de Daniel Dantas, imprime uma nova lógica de ocupação socioespacial em Garapuá. As cercas além de organizar a ideia da propriedade privada que passou muitos anos invisível, sob o domínio principalmente de Carlos Coutinho, têm um resultado direto e objetivo quanto ao acesso aos manguezais, às matas e a circulação da população pelo território, incidindo diretamente sobre as condições de subsistência. Não se sabe, por sua vez, se as cercas significam em um aumento da concentração de terras, isto é, se as áreas que eram consideradas “sem dono” passam a ser propriedades desses atores a partir da década de 1980. O que se sabe, entretanto, é que há uma mudança em áreas de uso comum que

passam agora a estar delimitadas nas terras principalmente desses três proprietários que citamos, que são hoje os grandes “fazendeiros” presentes na vila. Em linhas gerais, é possível dizer que a população nativa está passando por um processo recente de expropriação de terras de uso comum, fundamentais para a sua sobrevivência enquanto comunidade pesqueira e marisqueira.

Pelo que nos foi possível perceber a partir da nossa inserção a campo, a problemática fundiária em Garapuá não é lida da mesma forma pelos diferentes grupos que integram a comunidade. A questão está sendo debatida e enfrentada, de uma forma mais direta, pelo grupo que se articula coletivamente através da atual gestão da associação de moradores. Já as entrevistas com interlocutores mais antigos, pescadores na idade entre 65 e 75 anos, parece refletir uma visão de que a problemática fundiária recente e a perda de direitos quanto ao uso do território não é nova e nem mais aguda do que sempre vivenciaram em Garapuá com seu histórico de fazendeiros e extensas propriedades.

Essas diferentes percepções refletem, no nosso entender, um corte geracional, tendo em vista que, as gerações mais novas e as mais antigas estão inseridas nas atividades produtivas e circulam no território de forma diferente. Uma parcela dos moradores que estamos aqui chamando de geração mais nova – que hoje tem entre 25 e 40 anos – incluindo tanto os que estão mais à frente dos espaços coletivos de discussão e decisão política, quanto os que representam boa parte dos que trabalham com pesca e mariscagem, estando, portanto, em constante circulação e sentindo mais diretamente as restrições no que diz respeito ao acesso aos mangues. Além disso, é também a porção mais jovem dos moradores que vivencia o drama mais incisivo da falta de espaço para moradia, enfrentando limitações crescentes para construir suas casas, tornando-se mais autônomos em relação ao seu núcleo familiar de origem na vida adulta, quando casam, tem filhos, etc.

As problemáticas fundiárias que estão em relevo na realidade de Garapuá – os cercamentos, o estrangulamento habitacional da comunidade, as restrições ao acesso às áreas de histórico uso coletivo, a diminuição produtiva da pescaria e mariscagem – vêm gerando, nos últimos tempos, tanto uma diversificação dos agentes que influenciam as dinâmicas socioespaciais da comunidade, quanto a agudização das disputas territoriais. Nessa perspectiva, tais questões se inserem, assim, numa dinâmica que tem a ver com turismo no território do Baixo Sul. Todo o processo de desenvolvimento dessa região a partir do PRODETUR e dinâmicas associadas, tanto ao turismo como às demais atividades potencializadas pela implantação das infraestruturas, levaram a uma mudança qualitativa no regime de apropriação



das terras. Garapuá está hoje cercada de territórios turísticos, que foram, a partir desse contexto, transformados em espaços de consumo.

Dessa maneira, a busca por compreender as dinâmicas agrárias históricas da região do Baixo Sul, os atores e processos que estiveram envolvidos em diferentes porções dessa região, considerando, também, as novas configurações trazidas pelo projeto de desenvolvimento ligado ao turismo a partir dos anos de 1990, incide diretamente na visão acerca das problemáticas fundiárias que vem sendo vivenciadas pela comunidade de Garapuá. A aposta e a estruturação da atividade turística no Baixo Sul localizaram-se justamente na sua parte costeira, tendo o município de Cairu como a principal zona do avanço e da consolidação do turismo. Nesse sentido, o entorno de Garapuá – seja com a comunidade de Morro de São Paulo e seu turismo consolidado, seja a comunidade de Cova da Onça, que enfrenta uma disputa territorial intensa entre os moradores nativos e um conjunto de empresários encabeçando um projeto de um megaempreendimento – demarca uma configuração da questão agrária atravessada principalmente pelo fenômeno do turismo.

A estruturação e funcionamento dessa atividade, todavia, abarca uma cadeia de processos econômicos, socioculturais e territoriais que se materializa de forma diferente em determinada realidade. Com isso, precisa-se ter em conta que o turismo que acontece hoje em Garapuá – o turismo local e sazonal – não em si mesmo um catalisador das problemáticas fundiárias vivenciadas pela comunidade. Contudo, como um efeito do turismo e de outras dinâmicas de ocupação do espaço agrário no Baixo Sul, as terras dessa região se valorizaram e se tornaram um bom negócio para empreendedores com um perfil capitalista, vinculados a empreendimentos de diferentes tipos, inclusive ao mercado financeiro. Existe uma relação, portanto, entre os projetos de desenvolvimento implementados pelo Estado, o desenvolvimento do turismo e a valorização dessas terras. As terras em locais como Garapuá representam, então, reserva de valor à espera de bons negócios. Esses aspectos expressam o entrelaçamento entre a questão fundiária com as várias modalidades e possibilidades do turismo como consumo do espaço.

Sem embargo, os processos de apropriação territorial e especulação imobiliária têm sido descritos por diferentes autores (debatidos no primeiro capítulo<sup>107</sup>) como parte dos mecanismos que dão sustentação à implantação e desenvolvimento da atividade turística, sobretudo, nos países latino-americanos. Essa tendência do turismo, faz com que em realidades como a de

---

<sup>107</sup> Ver segunda seção do primeiro capítulo (BIANCHI, 2002; BRITTON, 1982; CORIOLANO, 2006; CRUZ, 2006; PALAFOX MUÑOZ, 2010) quanto a discussão da dinâmica da atividade turística em países subdesenvolvidos.

Garapuá, ele seja fator decisivo nas dinâmicas de mercantilização da terra. Sendo o turismo uma atividade ancorada no consumo do espaço (CRUZ, 2006), os elementos históricos da configuração fundiária de Garapuá, parecem indicar que a presença do latifúndio retardou um pouco o processo de apropriação desse território pelo turismo. Heterogeneidades que vão tecendo o enredamento dessa “fronteira turística”.

Com isso, e tendo em vista que as extensas fazendas existentes em Garapuá diferem muito das formas de ocupação do espaço pelo turismo encontradas nas comunidades vizinhas – Morro de São Paulo e Boipeba –, observa-se que há também aí nessa comunidade a oportunidade para a emergência do que seria a atual tendência do turismo brasileiro, os *megaresorts* (CRUZ, 2003). Na década de 1990, a chegada do PRODETUR no Baixo Sul pela porta de Morro de São Paulo deu vida a uma paisagem turística de amontoados de hotéis, pousadas, restaurantes, bares, lojas, agências de turismo que parecem fazer parte de um período inicial de articulação do turismo como um setor econômico no país - principalmente no Nordeste - e que vem ficando obsoleta. Se essa organização turística resultou na implantação de um turismo de massa na região, de fluxo intenso de pessoas e de atrações, a ideia dos *resorts* como sítios enormes que agrega estrutura de todo setor da indústria turística, projeta-se como um turismo mais elitizado, de menor fluxo e maior custo. Essa lógica, cada vez mais presente no litoral brasileiro, traz a ideia do “paraíso privado”, que precisa ocupar um extenso perímetro territorial para construir megaempreendimentos. Nas análises de Cruz (2003), do que ela chama da “geografia dos resorts”, a Bahia é o estado brasileiro que mais concentra esse tipo de turismo e os empreendimentos a ele associados, abarcando quase metade dos *megaresorts* mapeados pela autora até 2003. No Baixo Sul, um exemplo já citado de conflito territorial se dá na comunidade de Cova da Onça, cujo o cerne do problema está justamente na implantação desse tipo de empreendimento, que toma parte significativa do território, num processo de expulsão da população nativa.

O caso de Garapuá, por sua vez, o que existe objetivamente, até o momento, é o domínio de grandes proprietários em enormes extensões de terras no território. No entanto, a leitura do contexto em que essas terras estão inseridas, bem como, a inscrição econômica e social dos proprietários envolvidos – ligados ao setor financeiro, empresarial, incluindo diversos ramos de atividade, inclusive o setor imobiliário, como o caso de Dantas, e diretamente com o turismo, como o caso de Perini em outras praias vizinhas a Garapuá – desnuda no mínimo uma função de entesouramento das terras nesse território. É possível identificar, nos interesses econômicos dominantes e os arranjos políticos subsequentes, que vem se apresentando na região, o turismo

é a atividade hegemônica que se materializa nessa porção litorânea do Baixo Sul. Dessa forma, o cercamento das terras – associado, ao que tudo indica, a um processo latente de especulação fundiária – e que hoje se traduz em mudanças importantes nas dinâmicas socioespaciais estabelecidas em Garapuí – pode se constituir, pelo menos por hipótese, como um prenúncio para a instalação de um turismo empresarial, extrativista e de caráter predatório. Não obstante, a proximidade com Morro de São Paulo e Boipeba, que vivenciam uma dinâmica de turismo bem mercadológica, o contexto para o desenvolvimento desse tipo de turismo em Garapuí depara-se numa série de idiosincrasias locais e recentes disputas e enfrentamentos por parte dos moradores quanto às relações de uso da terra e dos recursos naturais em sua comunidade.

Nessa perspectiva, é preciso cautela e rigor no sentido de avaliar um processo nascente e cujos desdobramentos ainda se encontram em aberto. Sobretudo quando se parte da compreensão do importante papel que ocupa a práxis no devir histórico. Assim sendo, os antagonismos socioeconômicos bem marcados hoje em Garapuí pela questão fundiária, estão colocando a comunidade em uma intensa disputa e num processo de enfrentamento diante da expropriação que acreditam estarem vivendo. Se, por um lado, a combinação do cercamento das terras e especulação imobiliária pode dar base para conjecturar a iminência do avanço do turismo, por outro, a mobilização social existente nesse território pode significar a articulação de uma reação contra- hegemônica frente ao desenvolvimento de um turismo empresarial de grandes investidores.

#### BOX 4

### **DECRETO MUNICIPAL Nº 4.184/2020. REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM ÁREA DA UNIÃO. POSSÍVEL INVASÃO DE COMPETÊNCIA FEDERAL.**

Uma evidência quanto ao processo de disputa em torno das terras do Baixo Sul pode ser ilustrada quanto a suposta confusão de gerência de parte do território costeiro pelo poder público do município. Um decreto municipal de julho de 2020 (DECRETO N. 4184) nomeia uma comissão de *Regularização Fundiária Urbana e Rural* – REURB do município de Cairu –BA envolvendo os territórios das ilhas de Tinharé e Boipeba, que desconsidera, segundo a Superintendência do Patrimônio da União na Bahia (SPU/ BA), o artigo 20 da Constituição Federal em que, dentre outras resoluções, prever que os territórios de ilhas oceânicas e costeiras são de domínio da União. Em setembro de 2020, a SPU notifica a prefeitura de Cairu a prestar esclarecimento quanto ao decreto municipal que, segundo esses documentos, “Trata-se de possível invasão de competência federal, tendo em vista abranger áreas da União e que, por tal motivo, qualquer destinação deverá passar pela anuência desta Superintendência. Atualmente, existem diversos processos administrativos em curso na SPU/BA referente à região, a maioria se referindo a análise de concessão do Termo de Autorização de Uso Sustentável para comunidades tradicionais e pedidos de inscrição de ocupação para particulares. ” (Ministério da Economia. OFÍCIO SEI Nº 238328/2020/ME. Setembro de 2020). Nesse documento, tal qual no parecer técnico da Advocacia Geral da União no mesmo mês e ano (PARECER CJU-BA/CGU/AGU/Nº 0668/2020), as instituições citadas realçam o atual conflito de interesses entre comunidades tradicionais e particulares com título de propriedade. Esse processo coloca em evidência as dinâmicas de disputa territorial por parte dos diferentes agentes do Baixo Sul, na sua porção costeira na área estudada, quanto ao domínio e gestão de territórios que são, segundo nossa análise, potenciais para a exploração direta do turismo, bem como, a sua especulação fundiária. Nesse sentido, a iniciativa da prefeitura com o decreto citado vai ao encontro de parte do entendimento da comunidade de Garapuí quanto às dinâmicas de conchavos e interesses por parte do poder municipal de Cairu em regular e direcionar o uso, posse e propriedade de terras que são sob direito destinadas ao uso comum da comunidade.

### **3.3. Os conflitos em Garapuá e a luta da comunidade em defesa do território.**

Um dos elementos que mais se destaca na pesquisa realizada em Garapuá diz respeito à disputa direta pelo uso das terras e pela narrativa envolvendo os direitos territoriais da comunidade, ora em curso. Esta disputa mobiliza uma parcela importante dos moradores em oposição aos grandes proprietários de terra responsáveis pelos cercamentos. A minha aproximação com a parte costeira das ilhas de Cairu no Baixo Sul começou através de um contato com o coordenador dessa região na Comissão Pastoral da Pesca (CPP) que, em uma conversa acerca dos problemas enfrentados pelas comunidades, de forma direta ou indireta, na relação com o turismo, destacou Garapuá, como sendo uma localidade onde as tensões relacionadas à disputa do território haviam se intensificado em um período mais recente. Essa leitura que me foi apresentada, bem como minhas primeiras impressões colhidas durante o trabalho de campo (realizado tanto em Garapuá como em localidades e cidades situadas no seu entorno) parece estar amparada no fato de que a situação de conflito na comunidade tornou-se mais intensa a partir de 2018, constituindo-se, portanto, como um processo relativamente recente.

A estrutura agrária concentrada da comunidade é, assim, de onde se parte e se projeta a situação de conflito em Garapuá. Essa situação de conflito, que vêm se agudizando nos últimos três anos, tem desencadeado ações coletivas por parte da comunidade, em um processo contencioso, com episódios que culminaram em respostas repressivas. A questão fundiária está no centro desse conflito em que se percebe, de um lado, a necessidade vivenciada pela comunidade no sentido de ampliar seu espaço de moradia e desenvolver suas atividades econômicas, que demandam o acesso a diferentes porções do território consideradas como sendo de uso comum e, de outro, o cercamento dessas terras pelos grandes proprietários. Como as três fazendas descritas na seção anterior abarcam enormes porções de terra, parcialmente ocupadas por plantações de coco, o pleito da comunidade é essencialmente territorial. Nesse aspecto, os conflitos mais diretos são: i) com a fazenda de Fábio Perini, porque através dela é possível ter acesso ao mangue, à mata e à circulação no território por caminhos tradicionais, sendo que esse proprietário foi responsável por episódios de repressão e violência contra ocupações realizadas pela comunidade em suas propriedades, através de sua segurança privada; ii) com a família Coutinho, em um processo de apropriação das áreas de uso coletivo envolvendo a lagoa e o seu entorno, o que tem gerado um conflito direto, com desdobramentos

importantes em termos de ações repressivas e articulações políticas locais; iii) uma recente<sup>108</sup> ocupação, também nas terras de propriedade da família Coutinho, realizada pela comunidade, que está sofrendo ataques através dos meios de comunicação e enfrentando uma briga judicial por reintegração de posse.

Como parte dessa dinâmica mais recente, dos últimos três anos, uma interlocutora de pesquisa, pontua como marco para o processo de enfrentamento das problemáticas agrárias e a defesa do território, da seguinte forma:

Em 2018 os Coutinho queriam lotear a área próxima à lagoa e a comunidade tirou as cercas. Foi um processo que intimou cinco pessoas, depois intimou mais treze pessoas e foi aí que começou a luta pelo território em Garapuá. ” (BIA, novembro de 2020).

Focando nas situações que marcam o contexto de conflito em Garapuá, tem-se primeiramente na região da propriedade do italiano Fábio Perini, uma ocupação de terras há 15 anos na “região dos campos”, lugar tradicionalmente usado pela comunidade e onde até hoje é o lugar oficial onde se juntam para jogar futebol. Nessa ocasião, cerca de 30 famílias se articularam coletivamente, ocupando esse sítio e construindo barracos, onde viveram pouco mais de dois meses, quando foram expulsos. A retirada da comunidade do local foi feita pela segurança particular armada do fazendeiro e utilizando um trator, que passou destruindo as casas que haviam sido construídas. Essa situação marcou os moradores de Garapuá por ter sido o primeiro conflito com esse nível de repressão. A partir dali parece ter se materializado para os nativos a ideia de que “as terras têm donos”. Como citado, Fábio Perini foi quem introduziu no território, há cerca de trinta anos, as expressões materiais e simbólicas da propriedade privada da terra, com a implantação de cercas e piquetes que passam a delimitar a área entendida como sendo de sua propriedade. Sobre essas tensões envolvendo a propriedade de Perini, selecionei duas falas que ilustram as questões trazidas por dois pescadores em uma reunião realizada na sede da associação com a participação de sete pessoas, dentre quais algumas lideranças da comunidade.

A gente tomou os campos porque a gente sempre usou mesmo aquela área para muita coisa. A senhora viu vindo de trator que até hoje os meninos jogam bola, mas hoje ninguém frequenta mais como antes (...). Quando invadiu, eu era uma das famílias que estava lá, todo mundo tinha acabado de melhorar seus barracos, tinha muita criança, muita mulher e os caras chegaram atirando para cima e mandando todo mundo sair de dentro de casa que eles iam passar derrubando, que aquilo tinha dono e estava proibido. E eles assim fizeram, botaram abaixo a invasão toda (...) Esse Perini não é quem faz o trabalho sujo, a gente nem sabe se

---

<sup>108</sup> Essa última ocupação aconteceu em abril de 2020 e as informações sobre os desdobramentos que vêm se sucedendo a partir dela, foram obtidas através de interações virtuais que consegui estabelecer com a comunidade no período de pandemia, em que permaneci em isolamento social.

ele chega a ficar sabendo do que acontece aqui, mas ele tem muito capanga para fazer o trabalho dele nessas bandas (...). (ERICK<sup>109</sup>, agosto 2019).

Quando Perini chegou o que é que ele fez... ele cercou a parte da fazenda toda que a gente podia ir andando pela praia até Boipeba. Porque aqui é assim, a gente tem vários caminhos, uns de verão, uns de inverno. Ele bloqueou a parte toda dos coqueirais e só pode passar para o mangue no caminho de cima (...). Você vai ver quando a gente for lá como hoje é estreito para ir para a parte de dentro do mangue, a gente que vai mariscar tem que deixar a roupa e as coisas antes e passar só com o balde na cabeça entre as árvores (...). (JONATAN<sup>110</sup>, agosto 2019).

Durante o trabalho de campo, com os interlocutores de pesquisa sugeriu que caminhássemos por essa parte de Garapuá, onde se localiza a propriedade de Fábio Perini<sup>111</sup>. Assim, fiz com eles o caminho de acesso a um dos manguezais que eles acessam diariamente para mariscar. Nessa ocasião, me foi mostrada a diferença de caminhos que outrora eles tinham acesso e como agora, de fato, se passa entrecortando árvores e fazendo esforço para conseguir entrar no mangue propriamente dito com os materiais necessários à mariscagem. Assim, eles trocam de roupa antes de entrar para o mangue e depois organizam outra logística de trazer os mariscos coletados nas bacias. A questão do acesso é problema ainda mais agudo, porque o trabalho da mariscagem faz com que eles tragam baldes cheios de produtos que carregam na cabeça até chegar na vila. Pelo que pude entender, esse problema do acesso aos mangues, associado ao movimento de delimitação da propriedade de Perini foi ocorrendo de forma progressiva ao longo dos trinta anos que o italiano chegou em Garapuá. Por isso, essa situação não desencadeou, propriamente, um conflito direto, porque foi sendo acomodada e reorganizada pelos próprios nativos que foram se adaptando às restrições que iam lhes sendo impostas no uso do território. Nesse sentido, os conflitos diretos que envolvem esse proprietário concentram-se, sobretudo, no que diz respeito à ocupação de terras para estabelecer novas moradias, processos que resultaram ora em repressão, ora na desapropriação das áreas. As limitações existentes ao uso coletivo da comunidade têm sido, no entanto, politizadas e problematizadas por parte dos moradores nos últimos anos.

Além dessa ocupação que foi finalizada com esse episódio de repressão, as terras de Perini já teriam sido antes disso, há mais de vinte anos, uma porção do território em que aconteceu a primeira desapropriação de terras para a comunidade. Não ficou claro, porém, no

---

<sup>109</sup> Nome fictício.

<sup>110</sup> Nome fictício.

<sup>111</sup> Nessa ocasião, o convite para caminhar pelo território apareceu no sentido de contextualizar melhor as falas que estavam sendo feitas sobre a questão das cercas e as atuais formas de acesso ao mangue. Nessas primeiras aproximações com a comunidade de Garapuá, os interlocutores de pesquisa se mostraram muito engajados em me apresentar a situação do problema fundiário e foram também cautelosos no que diz respeito à circulação de uma pessoa externa e estranha nessas áreas.

processo de pesquisa, como foi o encadeamento dessa situação, isto é, se foi oriunda de ocupações e pressões da comunidade, se foi uma articulação direta com o poder público de Cairu para a desapropriação. Esse tipo de arranjo, entre o poder público local e proprietários, que envolveu concessão de terras e indenizações, já ocorreu no âmbito de Garapuá duas vezes, há cerca de vinte anos na área de propriedade de Perini e há dez anos aproximadamente na área de Carlos Aguiar Neto Coutinho. Alguns dos depoimentos de pescadores mais velhos quanto ao episódio de disputa de terra com Perini descrevem este desfecho como favoráveis à comunidade, caracterizando o proprietário como uma pessoa com certa flexibilidade no sentido de atender as pressões dos moradores e dissolver a tensão através de um acordo político. Contudo, diferentemente dessa leitura, o grupo organizado em Garapuá, no âmbito da associação de moradores, enxerga que foi justamente Perini quem instaurou os primeiros contextos de conflito e disputa, tanto ao delimitar as cercas e restringir os locais de passagem em suas propriedades, quanto por protagonizar o episódio de repressão e violência contra a população nativa em meados da década de 2000.

Cerca de dez anos depois desse episódio, ocorreu uma ocupação em terras no perímetro das posses da família Coutinho, que resultou também em desapropriação e concessão de lotes para 57 famílias. Essa situação, pelo que pude entender como sendo a segunda e última desapropriação de terras pela prefeitura para a comunidade, é um processo que gera desconfiança quanto às estratégias política desses proprietários com o poder público local. No contexto de ocupação e pressão para a comunidade ter terras para construírem casas para morar, tendo em vista o aumento da população ao longo dos anos como já pontuamos, o desfecho com a legalização pela prefeitura da área reivindicada, é um processo, segundo a avaliação deles, em que pode ter sido uma tática para regulamentação de faixas de terra para os Coutinho. Sobre essa situação:

O que a gente sabe é que para ter acontecido essa articulação para a doação desses terrenos para a comunidade, a prefeitura trabalhou com os Coutinho, onde provavelmente – segundo uma pesquisa que a gente tentou fazer – eles responderam para SPU que o processo que estava sendo reivindicado na ocupação pelos Coutinho não era área de interesse da comunidade, sendo que era área de interesse da comunidade sim. Até porque o então loteamento nem atendia a necessidade de todos os moradores, pirou as necessidades vindouras, as futuras, né? (BIA<sup>112</sup>, novembro de 2020).

Passa pelo entendimento da comunidade, também, que a solução encontrada tem como pano de fundo conchavos políticos e fundiários. Uma hipótese que eles mesmo levantam é de que a desapropriação desses lotes e o que a prefeitura fez, diante da situação que se armou, foi

---

<sup>112</sup> Nome Fictício.



pagar para o proprietário os lotes a preços baixos e regularizar uma parte da propriedade que envolve as posses dessa família na região e, com isso, eles concederam à população o uso da área.<sup>113</sup>

Os conflitos envolvendo a família Coutinho, por sua vez, são o atual contexto dos embates mais latentes em Garapuá hoje. Os donos, ou como disseram em Garapuá “os que se dizem donos” mais antigos de uma parte imensa do território, têm relação com a comunidade porque sempre frequentaram Garapuá em temporadas longas e há muitos anos. Esse proprietário, portanto, teve e segue tendo inserção direta no arranjo político local. A dimensão política é ponto central para o processo de conflito que a população de Garapuá vivenciou com os Coutinho em agosto do ano retrasado. Parte das terras do fazendeiro margeia a lagoa, que é a fonte de água doce da comunidade, e em 2018 as lideranças locais narram que a região próxima à lagoa foi loteada – como parte da fazenda Coutinho – e vendida para “os gringos” (eles dizem se tratar de argentinos e alemães). Nesse episódio da venda, foram feitas cercas e cancelas dividindo a parte da lagoa que estava sendo vendida e bloqueando boa parte do acesso a esta área pela comunidade local. A população, então, se organizou e derrubou toda a estrutura que tinha sido levantada, numa ação que durou alguns dias e na qual cortaram as cercas e tiraram os portões e as madeiras que haviam sido colocadas pelo proprietário.

Nesse contexto, policiais militares do município de Cairu chegaram reprimindo a ação, dispersando os envolvidos e prendendo parte do grupo. O resultado disso foi que cerca de quinze pessoas, que depois foram liberadas, acabaram sendo conduzidas à delegacia e estão hoje respondendo um processo criminal. Junto ao poder público, a comunidade reivindicou a legitimidade da ação, amparando-se nos riscos ambientais de poluição da água, caso viessem a ser construídas casas ou empreendimentos naquele local. Nessa perspectiva, em resposta às reivindicações, a nova configuração estruturada pelo proprietário Estácio Coutinho e o poder público local foi mais uma vez a regularização de áreas, que segundo o entendimento deles, nunca foi, pelo menos nunca deveria ter sido, propriedade privada, uma vez que está muito próxima a única fonte de água doce de Garapuá, historicamente usada para lavar roupas, louça, para lazer, etc. De forma geral, a ação foi bem-sucedida ao barrar a apropriação daquela porção do território por proprietários gringos e colocá-la sob o domínio dos moradores locais. Esse

---

<sup>113</sup> Não consegui entender, nas conversas e entrevistas durante a pesquisa de campo, a partir de quais elementos mais concretos eles se apoiam para essa leitura. O que me pareceu, diante algumas falas e as caminhadas que fiz com eles nessa região do loteamento, é que depois disso, mais cercas foram delimitadas. Ou seja, à primeira vista, minha análise é de que eles entendem que esse processo resultou na legalização de terras para a família Coutinho, porque depois do loteamento da área que foi concedida, surgiram cercamentos de áreas que antes não tinham cerca.

momento marca, assim, uma série de transformações na postura da comunidade, numa perspectiva de luta territorial.

Por outro lado, estabeleceu-se uma contradição do ponto de vista das reivindicações ambientais, pois recentemente a área tem sido ocupada, numa acomodação local que estão aos poucos fazendo moradias. Se recoloca, assim, o problema ambiental que havia sido denunciado pelos moradores e que havia servido de argumento no sentido de questionar a legitimidade do cercamento dos Coutinho dessa área próxima à lagoa. O que fica claro é que o avanço das cercas e o adensamento da população em uma porção da vila que já não tem como abrigar todos, vai forjando uma situação ambígua no que diz respeito à preservação ambiental nessa região da lagoa, por exemplo. Eles vivenciam um problema muito imediato de falta de acesso a terras, que pode resultar em medidas como essa, de ocupar toda e qualquer parte do território, no esforço por solucionar essa problemática fundiária latente.

Essa situação com a família Coutinho impulsionou uma articulação da comunidade com organizações sociais, estimulando principalmente o diálogo com o Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP) e a assessoria da Comissão Pastoral de Pescadores (CPP) aos moradores envolvidos no conflito. As duas organizações têm atuação política e inserção em diversas localidades no território do Baixo Sul, mas não tinham estabelecido uma relação orgânica mais efetiva com a comunidade de Garapuá. As entrevistas com essas organizações realizadas durante o ano de 2019, revelaram que em Garapuá ainda eram tímidas e restritas as possibilidades de articulação política. Especialmente no que diz respeito ao MPP, que vem se forjando como importante sujeito político entre comunidades quilombolas e tradicionais na região, há uma percepção de que em Garapuá as questões internas, geravam uma reticência e desconfiança por parte das lideranças no sentido de apostar em um processo político mais amplo de articulação, pelo menos até àquele momento. A CPP tem feito um trabalho de consultoria e formação, atuando com maior proximidade a partir do episódio de conflito ocorrido em 2018. Em síntese, as ações de confronto e a organização das estratégias da comunidade de Garapuá em torno da problemática das terras não estavam, até o momento em que realizei a pesquisa de campo, inseridas numa articulação territorial mais ampla. Trata-se de um processo de organização que vem se dando internamente e que tem criado significativo engajamento de boa parte da comunidade.

Sobre esse aspecto, existem nuances no processo organizativo das ações coletivas que vem surgindo em Garapuá em torno da questão fundiária pois parecem haver percepções diferentes sobre o problema e que correspondem a uma composição diversa dos atores sociais

da comunidade. A associação de moradores tem desenvolvido um papel de politizar as questões mais imediatas relacionadas à problemática agrária em Garapuá, seja pela falta de terras para as famílias viverem com dignidade, seja pelas restrições enfrentadas à circulação nos espaços de uso coletivo, seja pela articulação política local com os fazendeiros reprimindo a população nativa. Essa realidade vem sendo sintetizada pela associação em um movimento de se construir um repertório de reivindicação que esteja sintetizado no que eles vêm sempre apontando como “a defesa do nosso território”. Assim sendo, o grupo envolvido com a associação de moradores e a associação de pescadores estão presentes tanto na ação coletiva em si – nos dois exemplos recentes narrados, com conflito com os proprietários Perini e Coutinho – quanto articulando um discurso que liga esses problemas, que engaja uma parte significativa da comunidade, em um amálgama maior de problemática territorial.

Esse grupo, que embora não seja massivo, mobiliza uma rede dentro de Garapuá com certa adesão a essa narrativa de defesa territorial e ao antagonismo entre as intenções e o tipo de uso que os moradores pensam para a comunidade versus os planos e apropriação do espaço que vem sendo articulada pelos grandes proprietários. A forma pela qual esse grupo se articula para dentro de Garapuá tem a ver com as normativas internas próprias da associação na eleição de gestão de presidente, tesoureiro, secretário, etc. Tendo em vista, que até esse momento do trabalho de campo e dos conflitos narrados, Garapuá não tinha uma entrada mais significativa na organicidade e na articulação com organizações presentes no Baixo Sul, a perspectiva de enfrentamento e organização das estratégias, ações, reflexões pareciam circunscrever-se muito para dentro da comunidade, que se manteve reticente e fechada a um certo tipo de abertura aos agentes externos, nesse caso mais diretamente ligado ao Movimento dos Pescadores (as) Artesanais, e um pouco mais acessíveis aos atores de consultoria política ou técnica, como no caso das articulações com a Comissão Pastoral da Pesca e a Associação de Advogados dos Trabalhadores Rurais da Bahia (AATR/BA).

O tratamento aos conflitos que estão em latência em Garapuá, parece ser lido por diferentes atores – em papéis, inclusive distintos – de que se trata de uma comunidade com muitas questões internas tensas, pouco aberta para a penetração de terceiros e, por sua vez, acionando repertórios de ação muito diretos e incisivos, como a ocupação de terras. Se por um lado, o MPP mostrou certa cautela ao lidar com essa comunidade, pelo receio que eles vinham demonstrando quanto ao diálogo com um agente organizado e com laços políticos pulverizados pelo território do Baixo Sul em outras comunidades, por outro o poder político de Cairu compreende que no contexto das localidades das ilhas, Garapuá é especialmente uma

“comunidade problemática”. Em uma reunião em agosto de 2019 na câmara municipal de Cairu, em que estive presente, a SEBRAE e o poder público discutiram sobre o turismo sustentável para as Ilhas de Tinharé e Boipeba. As propostas de ações e estratégias de desenvolvimento para turismo que foram apresentadas tinham basicamente a intenção de aproximar a ala empresarial do turismo de Morro de São Paulo ao poder público para viabilizar algumas ações na dinamização do que eles estavam chamando de turismo sustentável. Conversei com a representante do prefeito, dizendo que estava realizando uma pesquisa sobre a organização do turismo nas ilhas, e no desenrolar da conversa, como tinha chegado há pouco de Garapuá, ela frisou que o diálogo com essa comunidade é sempre mais complicado e está ainda mais tenso, pois àquele guarda-chuva de ações para o turismo que eles estavam debatendo, ia ser sem dúvida “onde vamos ter mais problema, porque sempre foi uma comunidade problemática”.

A leitura de uma suposta intransigência por parte do poder público de Cairu, ou uma certa resistência a articulação organizada com relação a Garapuá no momento da pesquisa, demonstra que há nessa vila uma particularidade no repertório de ação que eles vinham firmando e se aliando nos últimos anos. Assim sendo, a ideia de repertório de ação como um conjunto de performance estabelecidos em um dado período histórico que conecta os reivindicantes ao seu objeto de reivindicação (TARROW; TILLY; MCADAM; 2009) parece corresponder ao caso das ações coletivas que vêm acontecendo em Garapuá, sobretudo nos últimos três anos, numa perspectiva que no campo da Sociologia Política poderíamos entender como táticas da chamada ação direta. O direito ao uso e a posse do seu território, ou seja, seu objeto de reivindicação nesse contexto de confronto, tem sido pleiteado através de ações como, por exemplo, a ocupação de uma área para construção de casas de moradia, ou ainda, a retirada das estruturas que delimitavam uma propriedade ao lado da lagoa, comprometendo a única fonte de água doce da comunidade. Esse tipo de estratégia de ação emerge nesse contexto, portanto, sob a necessidade de uma reação direta a uma demanda muito prática e objetivamente colocada naquela realidade. Isso não quer dizer, que o processo em torno desse engajamento não possa está inscrito numa camada de construção de um repertório e de uma articulação mais geral em cima das demandas da comunidade.

Dessa maneira, a conformação de um repertório de ação não se vincula apenas a um aglomerado de ações coletivas subsequentes. A perspectiva que parece profícua para pensar as dinâmicas de conflito e disputas que vem se dando em Garapuá, vincula-se as teorizações do paradigma chamado “*confronto político*” – dos autores Tarrow; Tilly; McAdam (2001, 2009) – em que o repertório de ação traz uma ideia de articulação de ações que se potencializam em

torno de uma demanda ao longo de um recorte espaço-temporal. Aqui reside o que temos entendido sobre as tensões em torno do problema fundiário de Garapuá vem precipitando: a conformação de um grupo político que tem se engajado e mobilizado parte da comunidade em ações diretas para enfrentar problemáticas concretas do seu cotidiano e, com isso, articulando uma dinâmica de luta em torno da ideia de defender o seu território.

Todavia, esse tipo de envolvimento e engajamento na comunidade não é unânime e incontroverso, não só no sentido da adesão ao espaço político construído, mas pela diferença de leitura quanto a problemática fundiária presente nesse território. Dessa forma, em uma das inserções de campo durante a pesquisa, o contato com uma maior diversidade de atores em Garapuá revelou uma certa atenuação quanto ao problema da concentração fundiária e ocupação do território por parte dos grandes proprietários. Em síntese, diz respeito a um olhar de alguns pescadores mais velhos que acreditam que a existência de propriedades privadas enormes sempre correspondeu ao desenho fundiário em Garapuá, não estando, portanto, diante de nenhum problema novo ou mais intensificado nos últimos anos. Essa divergência de análise sobre o território em um primeiro momento nos levou a pensar sobre o histórico agrário da comunidade e que um fator geracional imbricado nessas filiações determinava a ênfase ou amortização do conflito. Contudo, o próprio processo etnográfico da pesquisa, e o contato com as redes ali presentes, mostraram que, ainda que não se anulem um choque geracional ou de concepção política da questão, havia uma conformação de grupos em redes sociais diferentes naquele contexto.

Tudo isso se inscreve, destarte, no espaço político da associação que viveu uma ruptura de grupos e, com isso, de uma divergência de engajamento muitas vezes implícitas às questões que ganham relevo na comunidade. Nesse sentido, cabe diferenciar que o grupo que esteve à frente da associação no seu surgimento – que hoje tem certa reticência com a mobilização que vem acontecendo – teceu caminhos de trabalho nesse espaço em um repertório ligado a projetos e articulações com agentes externos, como por exemplo a Universidade. Já o atual grupo que vem gerindo a associação e articulando as ações coletivas em torno dos conflitos descritos, se filiam a um repertório, como dito, de ações diretas e com um caráter político e identitário quanto aos direitos dos nativos sob o território de Garapuá. Esse desencontro, obviamente personalizados em algumas lideranças, articula um certo tipo de rede para qual se agregam mais essa ou aquela ideia do que seriam as questões sociais relevantes para a vila. Em forma demonstrativa, poderia situar as seguintes falas de lideranças em épocas diferentes, de interlocutores que vou chamar de L1 e L2.

Tudo isso aí que tão contando para senhora não é de hoje. Aqui sempre foi isso e todo mundo sabe, Garapuá sempre teve dono. A nossa história é essa de ir se acomodando e construindo barraco aqui e ali. Tão querendo dizer que fazem isso e aquilo, que tão tomando isso e aquilo, mas não tão desenvolvendo projeto nenhum (...). L1

Muitos aqui criticam a gente porque não entende que esse território é nosso, está entendendo? Ainda não tem essa consciência dos nossos direitos e não apoiam porque ficam achando que a gente está querendo terra dos outros, que a gente está querendo aumentar nossas posses e ninguém está pensando assim, estamos pensando no coletivo, as terras é um direito da comunidade, não para mim, nem pra Luciano\*, mas não é todo mundo ainda que entende. A gente precisa entender isso que é uma luta de todos. L2

\*Luciano é um nome fictício

Assim sendo, essa questão é menos importante pela divergência e mais elucidativa de que há nessa comunidade uma mudança paradigmática por parte dos nativos de pensar as configurações da sua questão agrária. De toda forma, o que foi possível de se entender nos confins da pesquisa empírica é que essas diferentes redes não materializam uma disputa tão deflagrada nas ações coletivas e na mobilização popular, ao contrário, parecem fazer parte de uma dinâmica de diversidade e complexidade de posicionamentos própria da vida em sociedade, mas que nesse caso de Garapuá, são também penetráveis. Isto é, ora se afastam, ora se aliam, bem como, articulam grupos heterogêneos e heterodoxos em torno de si, em que as mesmas pessoas circulam e convergem ao mesmo tempo com esses diferentes posicionamentos. Da demonstração dessas perspectivas, observa-se um movimento interessante ainda no campo de olhar o repertório de ação nessa comunidade, pois essas redes em torno da associação dinamizam condutas muito próprias em Garapuá em períodos diferentes.

A Associação de Moradores e Amigos de Garapuá (AMAGA) foi fundada aproximadamente nos finais dos anos de 1990/ início dos anos 2000 e contou no seu período de formação com a forte relação com um antigo veranista da comunidade e integrante da Fundação Onda Azul.<sup>114</sup> As relações pessoais que se davam entre esse veranista e alguns moradores, que vieram então a estar à frente da associação, possibilitaram que esse espaço de Garapuá se firmasse justamente com um projeto ligado a ONG Onda Azul para a gestão de recursos ambientais, financiado pelo Ministério do Meio Ambiente entre os anos de 2002 e 2004. Esse projeto em termos práticos, tratava especificamente do desenvolvimento do cultivo camarão. Segundo a pesquisa de Icó (2007) sobre o desenvolvimento de algumas comunidades no Baixo Sul, dentre elas Garapuá, a relação que passa a se dar entre esse agente

---

<sup>114</sup> A Fundação Onda Azul é uma Organização Não Governamental ligada a projetos socioambientais, de desenvolvimento sustentável, educação ambiental, conservação dos oceanos. A ONG que também foi fundada no início dos anos 2000 pelo cantor e compositor Gilberto Gil começa a sua atuação no estado da Bahia.

externo e alguns atores da comunidade é um elemento chave para entender a construção do espaço político da associação de moradores, pois a partir dessa articulação e do incentivo do projeto da ONG se impulsiona a criação da associação.

A partir da execução do projeto começa a ser tecida uma dinâmica complexa na mediação da associação que precisava fazer levantamentos e divisões, para saber quantas famílias iriam ser beneficiadas, e coordenar um processo coletivo que à época se confundia entre um espaço de interesse horizontal da comunidade e um instrumento para viabilizar e executar um projeto específico. A parceria com o projeto surtiu muitos pontos positivos na comunidade, quanto ao engajamento dos moradores naquele espaço; a geração de renda para algumas famílias; articulou a chegada de outros projetos, porém esse período foi permeado por muitas complicações internas e a centralização da associação no presidente da época. Durante os 8 anos iniciais da associação uma mesma pessoa esteve no posto de presidência da associação, o que foi gerando desgastes internos, tanto de relações interpessoais na comunidade, quanto do próprio instrumento da associação. Havia também um atravessamento da política local de Cairu que a depender do diálogo da associação com determinado grupo político, afastava ou atraía os moradores que apoiavam a relação política. Ainda assim, foi um período de importantes acúmulos para a comunidade: organização para limpeza da praia, diálogos com a prefeitura, linha telefônica comunitária, espaço de discussão de questões específicas, etc. (ICÓ, 2007).

O espaço da associação já esteve estremecido e tensionado por diversas questões internas da comunidade. Os atravessamentos políticos de agentes públicos ou envolvidos na política municipal; a sobreposição de interesses individuais sob os interesses coletivos; ruídos de comunicação; as diferenças nas filiações do que Melucci (1989) chama de “*redes submersas*”<sup>115</sup> são algumas das dinâmicas que estiveram presente no processo de articulação interna e nas ações da associação, que por sua vez, passou por duas importantes rupturas. Esse período longo e inicial sob a gestão de uma liderança, que esteve envolvida com agentes externos e a execução de um projeto se finda com uma disputa interna mais direta e incisiva que outro grupo da comunidade capitaneia e elege uma nova diretoria, que por sua vez, elege um novo presidente. Esse novo grupo, com engajamento interno em diversas ações como

---

<sup>115</sup> A ideia de redes submersas em Melucci (1989), ao analisar os movimentos sociais contemporâneos, é de que esses grupos políticos vão sendo tecidos por uma rede interna de sistemas de troca de pessoas e informações que permitem múltiplas associações. Para esse autor, a situação do movimento social hoje é ser redes de pequenos grupos da vida cotidiana, com um envolvimento pessoal na experimentação e na prática da inovação cultural. A ideia aqui de envolvimento pessoal e solidariedade efetiva coloca uma alteração morfológica na estrutura da ação coletiva.

arrecadação de doações para compra de cestas básicas, medicamentos, transportes coletivos, mutirão de construção, etc. inicia um novo momento na gestão da associação, que ao longo do processo, vai ser atravessado também por conflitos e disputas. Nesse caso em específico, uma tensão com a comunidade sobre a forma de conduzir a negociação com Fábio Perini na desapropriação de uma área que acabou em confronto e repressão, como foi narrado anteriormente.

O episódio que culminou no afastamento da então gestão da associação representa, portanto, outro marco de pelo menos duas rupturas importantes na condução desse espaço de articulação coletiva de Garapuá. A situação da negociação com as terras de Perini para serem destinadas como lugar de moradia da comunidade estava sendo mediada pela AMAGA e nesse processo aconteceram atravessamentos, mal-entendidos e a ocupação da terra por parte da comunidade. Dessa maneira, essa situação, bem como, a dinâmica com agentes externos e a gestão de projetos, a centralização de processos coletivos, levaram para certo esvaziamento e descrença de parte dos moradores com o instrumento da associação. Porém hoje, no recorte de incidência da pesquisa de campo, o que pode ser notado é uma nova dinamização do espaço da associação, que conta há dois anos com a atual gestão. Esse grupo formado por uma parcela jovem de Garapuá tem fortalecido o espaço da associação enquanto instrumento político da comunidade e reaquecendo alguns debates internos quanto aos problemas de caráter fundiário. Foram também bem decisivos no episódio em 2019 do derramamento do óleo que atingiu muito a praia de Garapuá, publicizando a situação da comunidade, organizando mutirões de limpeza e retirada do óleo, se articulando com atores externos para projetos de estudos do impacto desse crime ambiental, etc.

Outro espaço de organização local em Garapuá é a Colônia de Pescadores de Cairu, que engloba diversas localidades costeiras pertencentes ao município, e fazem parte cerca de 130 pescadores de Garapuá. A participação na colônia envolve uma contribuição mensal e a organização, em contrapartida, de alguns benefícios de proteção social aos pescadores e marisqueiras/os, tais quais licença maternidade; auxílio doença; pagamento do defeso da lagosta e do robalo; aposentadoria. A gestão dessa colônia é descentralizada e tem a participação de um membro de cada comunidade a representando. Os conflitos em torno desse espaço parecem ter histórico mais apaziguados e um olhar diante da comunidade de neutralidade política e legitimidade na organização das funções para a qual esse instrumento está destinado. Próprio de localidades costeiras e territórios de pescadores e marisqueiras, as colônias tal como a de Cairu é um espaço de articulação do mundo do trabalho da pesca.



Dessa maneira, a atual gestão da associação vem atuando, sobretudo, na arena das questões fundiárias de Garapuá, politizando problemáticas mais imediatas a necessidade de enfrentamento da comunidade ao processo de expropriação territorial gerado pelos interesses oriundos dos grandes proprietários. Nesse ponto, o histórico da associação enquanto espaço coletivo comunitário parece estar vivenciando uma mudança de repertório de ação, no sentido analítico do conceito, a partir da condução de duas redes distintas na comunidade. Embora com muitas nuances e uma história de gestão com outras rupturas e disputas, o que parece conformar um conjunto de performances articuladas entre si em um recorte temporal, parece existir nessa comunidade dois principais processos do que estamos chamando de repertório de ação. Uma mudança de repertório de ação se articula com a ideia postulada por Tilly (1978) de que todo repertório inclui variedades de formas de organizar e pressionar de um grupo para articular suas demandas. Por constituir um quadro de ações encadeadas quanto à forma de fazer ação coletiva em um dado período histórico, essa perspectiva observa que ao longo do tempo – a partir dos acúmulos organizativos, das oportunidades políticas, da mobilização de certos tipos de redes socioculturais – a conformação de um repertório vai sendo modificado, atualizado e interpretado de diferentes formas. Sobre a conformação ou as mudanças de repertório, Tilly aponta:

A population's repertoire of collective action generally includes only a handful of alternatives. It generally changes slowly, seems obvious and natural to the people involved. It resembles an elementary language: familiar as the day to its users, for all its possible quaintness or incomprehensibility to an outsider. How, then, does such a repertoire come into being? How does it change? The answer surely includes at least these elements: 1 the standards of rights and justice prevailing in the population; 2 the daily routines of the population; 3 the population's internal organization; 4 the accumulated experience with prior collective action; 5 the pattern of repression in the world to which the population belongs. (TILLY, 1978, p. 156).

Em poucas palavras, segundo esse autor, surgimento e a mudança dos repertórios de ação dos sujeitos políticos tem a ver com o tipo de direitos que prevalecem; a rotina da população; a organização interna; as experiências acumuladas e o tipo de repressão do contexto o qual está inserido essa população<sup>116</sup>. Dessa forma, a realidade na qual estão inseridas as problemáticas atuais de Garapuá, que abordamos ao longo desse capítulo, aportam para duas principais formas de atuação política a partir do espaço organizativo da associação, compreendemos eles como:

---

<sup>116</sup> Ampliando a ideia da “teoria do confronto político” que interpreta as ações coletivas e os repertórios históricos a partir das oportunidades e limitações da interação política em um âmbito mais institucional, isto é, ao contexto que envolvia atores ligados aos espaços de poder e ao Estado, Tilly na sua obra “Contentious repertoires in Great Britain” parte de uma análise thompsonsiana da construção da classe operária inglesa, para agregar às teorizações da ação coletiva as conexões entre o contexto cotidiano dos atores e as estruturas de poder” (Tilly, 1995, p. 32).

- i) o primeiro e mais longo período de gestão contínua da associação, responsável pelo impulso de criação desse espaço e com forte articulação com agentes externos, teve sua atuação muito direcionada ao que chamaremos aqui de *repertório ambiental*, isto é, aglutinando ações em torno da ideia de preservação ambiental juntamente com a promoção de uma economia sustentável na lógica da cadeia de pesca, através da articulação com a ONG e a Universidade para a captação de recursos e projetos para Garapuá;
- ii) o atual momento da comunidade, do grupo político que tem se formado na condução da associação, que vem conduzindo as problemáticas coletivas através, do que designaremos, como *repertório territorial*, que se envolve com as ações de ocupação e reivindicação fundiária, se articulam com agentes externos mais do campo político, como assessorias e movimentos sociais, e tem buscado construir um *frame*<sup>117</sup> da ação coletiva voltado a luta em defesa e pelo direito ao território de Garapuá.

É nessa perspectiva, que se acomoda o papel do turismo enquanto agente de capitalização do uso das extensões de terras particulares em Garapuá. O turismo aparece aí, na trama da ação coletiva dessa comunidade, como um projeto de ocupação socioespacial que diz respeito ao que seria o atual projeto antagônico aos interesses da comunidade em defender seu direito de moradia; da subsistência através da pesca e mariscagem; do controle local sobre a organização do turismo; da liberdade de acesso e circulação aos espaços historicamente coletivo; da preservação da natureza, etc. Aqui o turismo como projeto de antagonismo é a configuração empresarial e hegemônica desse fenômeno, a cadeia de atividades e dinâmicas conhecidas como a indústria do turismo. Embora o conflito em curso seja centralizado no viés fundiário com os grandes proprietários de Garapuá, a comunidade que tem se mobilizado e denunciado a concentração fundiária que a vila vivencia historicamente, hoje corporificado a partir de três principais personagens, tem bastante consciência que o turismo é o elemento de agenciamento dos interesses e das projeções naquelas terras.

---

<sup>117</sup> O conceito de frame está aportado pela ideia de enquadramento interpretativo/ moldura interpretativa cunhada por Goffman (2012) numa perspectiva de valorização analítica ao processo de “interpretação de realidade” e de “definição da situação” como substrato das experiências e do cotidiano tecidas pelos atores na sua vida social. Essa concepção teórica vai, por sua vez, ser apropriada por autores da literatura dos movimentos sociais, para reivindicar a ideia de frame na construção da ação coletiva. Para Snow e Benford (2000), o frame de uma organização social, ou seja, suas molduras interpretativas são o ponto que converge no engajamento, na adesão, na manutenção dos atores ao movimento e a ação coletiva.

A gente sabe muito bem no que eles querem transformar Garapuá, né? Tem sim projeto de resort para cá, tem como dois anos que chegou isso de um projeto de condomínio do Perini. Se a gente não entender isso, não olhar para o lado Garapuá vai ficar também tomado por esse turismo que está de olho grande nessas praias todas aqui da região. O problema é que o pescador não pensa em terra, entendeu? Não pensa que sua área é terra também. O pescador só pensa no mar e na casa para morar. Mas aqui não é diferente não, também querem tirar o território da gente. (MARIA DA GRAÇA<sup>118</sup>, janeiro de 2020).

Um elemento muito forte que pode ser precipitado das entrevistas e reuniões em Garapuá, é uma análise consolidada por parte desse grupo político que tem se fortalecido e mobilizado significativamente a comunidade, de que essas extensas propriedades de terra se inscrevem em processos de grilagem. Durante o período em campo, surgiram muitas falas conotando de que, baseado nas pessoas mais antigas que começaram a povoar o território, os que se dizem donos (aqui basicamente as duas primeiras fazendas: Coutinho e Perini) na verdade, articularam ou compraram a possibilidade de titulação e o usufruto que pode ser feito a partir disso. Além disso, há também o entendimento que foi colocado nos confins dessas propriedades áreas que seriam públicas, e não deveria ser de posse deles e de ninguém: “Todo mundo sabe que essa parte nunca teve dono, como é que ele diz agora que é dono dessa área?” Essa provocação em forma de pergunta teria a ver com parte das terras de posse de Perini, que já é um antigo personagem da região com relações pontuais entre os políticos locais. Já as propriedades da família Coutinho, por datar da ideia de que “sempre foram donos”, adentra mais diretamente a uma ideia de propriedade que concebida, sobretudo, pelas interferências que esses personagens têm, direta e indiretamente, na política de Cairu, ilustrado para os moradores, sobretudo, no episódio da tentativa de loteamento da lagoa, uma situação que eles hoje leem como articulação da prefeitura para a regularização de parte da propriedade.

Essa hipótese e provocação levantada pela comunidade, obviamente tem bastante correspondência na realidade brasileira, nos processos agrários de apropriação e regulamentação de terras configurados por estratégias e conchavos de elites econômicas e o poder público. Todavia, no âmbito de investigação desse trabalho não foi matéria possível da alçada das nossas análises. Não obstante, enquanto uma chave dentro da narrativa que vem sendo construída pela comunidade, essa suspeita de grilagem ou irregularidade quanto ao domínio de terras dos grandes proprietários, compõe um “*alinhamento interpretativo*” (SNOW; BENFORD, 2000) que os atores de Garapuá estão firmando na dinâmica das disputas territoriais. Isso quer dizer que, no bojo de um repertório de ação que a comunidade está

---

<sup>118</sup> Nome fictício.

construindo, existe uma estratégia interpretativa da problemática socioespacial que eles estão inseridos num enfrentamento que aqui também é narrativo de agitar e propagar uma maneira de leitura a atual configuração agrária de Garapuá.

Em abril de 2020, o contato virtual com interlocutores de pesquisa me pôs em conhecimento sobre mais um episódio de conflito na comunidade. Tendo em vista, o contexto de mobilizações apresentados nessa seção, esse episódio corrobora mais uma vez para analisar como os atores estão filiados ao repertório de defesa do território, que nesse caso imprime um claro discurso do turismo como ameaça. Nesse contexto, lideranças locais sofreram ataques públicos em redes sociais de integrantes dessa família e de políticos locais. Em resposta construíram uma nota pública:

(...) Garapuá está se tornando um grande condomínio fechado voltado para pessoas de alta renda que vêm de fora da localidade. As famílias de nativos/as não encontram mais espaço para morar, pois o aluguel ou a compra de uma casa em Garapuá é um privilégio que nós estamos impedidos de acessar. Nos últimos tempos nossa situação de vulnerabilidade se ampliou ainda mais em razão do crime de derramamento do petróleo e das medidas necessárias de isolamento social diante do COVID-19. Situações que afetam diretamente nossas condições de sobrevivência. Diante disto, restou à comunidade utilizar uma área do nosso território para garantir o direito à moradia digna e ao sustento. São cerca de 80 famílias que não podem mais pagar os altos aluguéis e “morar de favor” em casa de parentes. Famílias que necessitam de um pedaço de terra para construir suas casas e plantar alimentos para sua sobrevivência. Trata-se de uma área que sempre foi de uso tradicional de toda a comunidade e que agora está sendo utilizada para uma necessidade urgente de moradia e sobrevivência. Uma área em que os/as que estão se dizendo proprietários/as nunca exerceram qualquer relação de posse e que querem transformar em mais um condomínio ou resort voltado apenas ao lucro de pessoas de fora da comunidade. (...)”<sup>119</sup>

Sobre essa questão, o atual conflito com a família Coutinho tem sido bravamente sustentado pelas 80 famílias ocupadas até os dias de hoje. Aconteceram algumas ações de constrangimento à comunidade e objetivamente o proprietário Carlos Neto Coutinho entrou com mandato de reintegração de posse, cuja a audiência está prevista para acontecer em janeiro. Em uma conversa recente, me atualizando dessa situação, uma interlocutora de pesquisa qualifica o episódio através da fala:

Agora o que aconteceu foi que a comunidade usou uma outra área para fins de moradia e plantio. E o pessoal dos Coutinho, junto com as empresas e tudo mais, nessa parceria aí de racismo estrutural, né? A estrutura desses grandes empreendimentos racistas da sociedade que estão se articulando para tentar impedir a comunidade de continuar usando essa área para moradia. Aí a gente está aí com esse processo que vai ter a audiência, que foi adiada de novo para fevereiro, que eles botaram três processos de

---

<sup>119</sup> Essa carta me foi primeiro enviada por contato pessoal de uma liderança de Garapuá, e alguns dias depois o mesmo texto esteve disponível em alguns canais de comunicação, como nota pública da comunidade assinada pela associação. Íntegra da nota disponível em: < <https://racismoambiental.net.br/2020/05/13/nota-publica-da-comunidade-de-garapua-sobre-os-ataques-e-ameacas-que-vem-sendo-feitos-as-nossas-familias-por-poderosos-de-cairu/> > Acesso em: outubro, 2020.

reintegração de posse (...) E a gente está aí, a Defensoria está nos assessorando e estamos aí firmes e fortes na luta e eles correndo atrás de empresário e da última mídia corrupta e falando que é invasão, como se fosse pessoas de fora que tivesse invadindo Garapuá. Sendo que não é invasão, né? São os moradores ocupando seu espaço e transformando esse uso para moradia. O que a comunidade está reivindicando é que nem a gestão municipal, nem o Estado, nem os empresários garantem os direitos das comunidades de moradia. Então a comunidade resolveu correr atrás desse nosso direito de continuar no nosso espaço e não ficar tumultuando nas casas (...). Aí a gente está enfrentando essa grande batalha judicial. (BIA<sup>120</sup>, novembro de 2020).

Chama atenção essa fala, como a última conversa que tive com os nativos de Garapuá, pouco antes de fechar o trabalho, como no intervalo de um ano meio, desde minha última inserção no campo, aqui ilustrado por outras falas, há uma mudança qualitativa no discurso que passa a partir de agora incorporar novos elementos da problemática que estão enfrentando, sobretudo, colocando a dimensão do recorte de raça a situação que eles enfrentam <sup>121</sup>. O fortalecimento em torno do discurso de direito ao território agrega, com isso, uma teia mais diversa de problemáticas históricas que circunscrevem um contexto de conflito fundiário no âmbito de uma comunidade majoritariamente negra.

Essa situação parece ter sido fulcral para delimitar uma tensão direta e de disputa da opinião pública do atual cenário de conflito entre comunidade versus proprietários de terra. No contexto de ataques e insultos públicos às lideranças de Garapuá, por parte de grandes proprietários e donos de pousada, a comunidade também se articulou em redes de apoio político, entre ONGs, Universidade, Movimentos Sociais. Nessa linha, houve também uma aparição pública de uma das lideranças de Garapuá em julho desse ano, que se vinculava – e na sua fala vinculava a luta da comunidade – ao Movimento de Pescadores/as Artesanais (MPP) que até então tinha um diálogo truncado e tímido com Garapuá. Agora, contudo, parece ter ocorrido uma adesão, muito no sentido de articulação territorial, para localizar as problemáticas que a comunidade tem enfrentado em uma questão mais ampla, coletiva e referente a uma dinâmica de conflitos de interesses antagônicos do próprio Baixo Sul da Bahia. Essas alianças mais consolidadas com organizações políticas, bem como, os encontros da arena pública, na disputa de opinião e narrativa, constituem assim elementos centrais que se agregam a esse novo repertório de ação.

O que estamos aqui identificando como *repertório territorial* articula, portanto, uma série de novas estratégias de mobilização dos atores de Garapuá na intensificação da luta em

---

<sup>120</sup> Nome Fictício.

<sup>121</sup> Nesse caso em Garapuá, há uma diferenciação racial – muito intrínseca aos processos de desigualdades sociais e conflitos fundiários no Brasil e principalmente na Bahia – em que a família Coutinho, que pude conhecer em campo é uma família de brancos em oposição a maioria negra dos nativos de Garapuá.

defesa do território. Se essa defesa da comunidade incide basicamente na reivindicação da ocupação e do uso desse espaço a partir da viabilidade do seu próprio modo de vida, não faz sentido dizer que nesse *repertório territorial* abre mão da reivindicação ambiental. Ao contrário, a mudança de repertório quando traz consigo a demarcação do papel do turismo no acirramento da tensão fundiária, mobiliza a temática ambiental ao reforçar que a preservação da natureza em Garapuá está ligada ao cuidado dos próprios nativos, como mostra mais um trecho da nota pública:

(...). No entanto, nosso modo de vida e nosso território têm sido desrespeitados com a proliferação de loteamentos, condomínios e fazendas. Todos os dias são lançados novos megaempreendimentos que destroem nossas árvores, poluem nossas águas, e cercam nossas áreas de pesca, de convívio e de lazer. (...) A transformação da área em espaço social de moradia foi uma decisão coletiva tomada por quase todas as famílias de nativos/as de Garapuá e que está sendo feita de forma organizada e preservando o meio ambiente. Diferente do que vem sendo dito por estes poderosos não somos baderneiros, criminosos ou “nativos ignorantes” (como chegou a dizer um megaempresário). Somos famílias que não aguentam mais tantas injustiças e que, exatamente por não sermos ignorantes, estamos de forma legítima e organizada lutando por nossos direitos mais básicos e para que Garapuá tenha um desenvolvimento mais justo e sustentável, protagonizado por aqueles que verdadeiramente amam esse lugar.

Ainda que a temática ambiental se apresente na comunidade com certa ambiguidade, é um elemento que lhes dão visibilidade e os diferenciam dos atores da indústria turística<sup>122</sup>. A conservação dos ecossistemas que garantem as atividades pesqueiras é, portanto, central para a manutenção do modo de vida de Garapuá e isso não exclui para os nativos o turismo como atividade econômica (como mostra a fala de um nativo na primeira seção do capítulo sobre o ecoturismo). Ou seja, existe aqui a coexistência entre o entendimento de defender o territorial do turismo empresarial, mas também explorar essa atividade para geração de renda da comunidade. Não obstante, o que existe é a compreensão de que o turismo pode ser materializado por um processo, tal qual em Morro de São Paulo (e já muito expressivo em Boipeba), em que os nativos são drenados pela face da atividade turística que expulsa (direta

---

<sup>122</sup> Nesse aspecto, é importante pontuar que a questão ambiental também tem na região do Baixo Sul uma narrativa em disputa. Se por um lado, os moradores de Garapuá estão denunciando como o processo de concentração fundiária e cercamento de terras violam o meio ambiente, por outro observa-se que no caso do empresário Fábio Perini há um forte atrelamento do seu nome a iniciativas sensíveis a preservação ambiental. Esse traço observado a partir de algumas notícias jornalísticas sobre Perini, parece ser fortemente legitimado pelo poder público local de Cairu, como por exemplo essa nota da Câmara Municipal em 2011 que o considera “um sensível empreendedor” no tema de sustentabilidade, na ocasião de doação de 42% da fazenda Cueira (território de Boipeba) como “um inédito e verdadeiro gesto de ação direta na área da preservação do bioma da nossa Mata Atlântica, superando, em muito, a reserva legal de apenas 20% exigido pelo sistema de gestão ambiental da propriedade rural”. Disponível em: <<http://pelegrini.org/politica/10174>> Acesso em: novembro, 2020.

ou indiretamente) a população local; aumenta o custo de vida; inviabiliza a pesca e a mariscagem, seja por questões ambientais, seja por pressões socioculturais; etc.

Nessa perspectiva é que se inscreve a ideia do turismo como elemento de acirramento nas disputas nessa comunidade. O contexto limítrofe com Garapuá, e toda dinâmica da configuração turística no litoral do Baixo Sul, faz dessa atividade um espectro que ronda a produção daquele espaço pelo capitalismo. O turismo cumpre, assim, um papel de entesouramento das terras de Garapuá e de toda região de ilhas do Baixo Sul. Aí reside o que pode ser considerado como um salto qualitativo nas dinâmicas de ação coletiva: a situação objetiva que os processos de cercamento de terra vem afetando a comunidade, resultou na articulação com diferentes sujeitos, ampliando a mirada para o contexto como uma face da problemática de disputas territoriais do próprio Baixo Sul. Em Garapuá vem sendo tecido, portanto, um quadro interpretativo e um conjunto de ações que, principalmente no último ano, destaca essa comunidade como frente de resistência ao avanço da exploração empresarial da fronteira turística no Baixo Sul.

## BOX 5

### CERTIFICAÇÃO QUILOMBOLA DE GARAPUÁ

Pouco tempo antes do encerramento da dissertação, fiquei sabendo através de amigos, que Garapuá tinha acabado de ser certificada como comunidade remanescente de quilombo pela Fundação Cultural Palmares. Na publicação de uma portaria que retomava as certificações de comunidades quilombolas no ano de 2020 pela Fundação, 4 comunidades no Brasil tiveram seu reconhecimento no dia 16 de setembro. Não foi possível adentrar na questão com os interlocutores de pesquisa, que apenas me confirmaram a notícia e enviaram a publicação no Diário Oficial. Garapuá consegue dar esse importante passo que, a primeira vista, parece configurar um elemento de intensificação das ações coletivas em defesa do território. Pesquisando sobre notícias desse episódio, só consegui encontrar uma matéria publicada no *Jornal A Tarde* em novembro/2020 que falava de “invasões ilegais de terra como ameaça ao um dos principais destinos turísticos na Bahia” e versava sobre a certificação de Garapuá como quilombola<sup>123</sup>. A reportagem, além de acusar diretamente a presidente da associação de liderar invasões de terras, formulava um argumento para deslegitimar o processo de certificação, que dizia ter sido uma estratégia manipulada para conseguir a concessão de terras, como alternativa ao pedido já foi negado do Termo de Autorização de Uso Sustentável (Taus). Foi interessante perceber como o turismo é acionado para desqualificar as ações recentes da comunidade com a ocupação de terras, que estaria em descompasso com o potencial desenvolvimento turístico no local. Como resposta a esse episódio, a comunidade organizou uma nota de repúdio<sup>124</sup>, assinada por diversos apoiadores, entre organizações, instituições e personalidades da sociedade civil, denunciando a ação dos empresários e proprietários, em pleno mês de luta da consciência negra, como parte das ações de racismo estrutural que está imbricadas nessas disputas pelo território. Além disso, sinalizavam a mídia baiana como cúmplice às agressões ilegítimas e aliada aos interesses do empresariado do turismo. Me chama atenção, mais um elemento que vem, então, se agregando com muita força ao *repertório territorial*, a saber: a demarcação da negritude da comunidade como parte estrutural de todo processo de conflito fundiário, a partir da certificação quilombola, ou mesmo a partir das últimas manifestações públicas a respeito desses ataques.

<sup>123</sup> Disponível em < <http://atarde.uol.com.br/bahia/noticias/2147709-invasao-ilegal-de-terras-ameaca-um-dos-principais-destinos-turisticos-da-bahia>>. Acesso em: novembro de 2020.

<sup>124</sup> Disponível em <https://racismoambiental.net.br/2020/12/03/carta-de-repudio-a-acao-racista-do-jornal-a-tarde-contra-os-direitos-da-comunidade-tradicional-quilombola-e-pesqueira-de-garapua-ba/>. Acesso em: dezembro de 2020.



Vale destacar também que recebi a divulgação<sup>125</sup> do evento da Defensoria Pública do Estado da Bahia, que também aconteceria em novembro/2020, para tratar do tema “Luta das comunidades quilombolas e enfrentamento ao racismo estrutural” com participação no quadro de debatedores da presidente da associação de Garapuá. Diante disso, pode-se observar tanto o discurso do turismo se contrapondo às dinâmicas de ação coletiva de reivindicação do território, como os atores sociais de Garapuá estão cada vez mais articulados com espaços públicos como instrumento de fortalecimento da luta e da opinião pública. Um dado interessante que envolve a matéria do jornal versus a nota pública da comunidade é o conflito em termos de “fronteira turística”, de como esse fenômeno é acionado. Se o cerne da matéria era denunciar as atuais ações em Garapuá como forma de desestabilizar o potencial turístico da comunidade, a nota pública da comunidade em resposta diz que, ao contrário: a defesa do território não tem inviabilizado a atividade turística, que segue acontecendo e crescendo nos últimos tempos. E que garantir o território como direito das famílias nativas de Garapuá é a forma justamente de articular um turismo com hospitalidade da população local aos visitantes, a oferta das comidas típicas, a cultura pulsante. Ou seja, são esses elementos que fazem com que Garapuá seja um diferencial na região. A disputa tanto pela regulação dessa fronteira turística, quanto pelo direito ao território nessa comunidade estão enérgicos e parecem, em alguma medida, apontar para um potencial de convergência: ao invés do turismo em si ser um inimigo abstrato, a defesa do território perpassa por defender Garapuá do turismo empresarial, elitista e predatório que tem vivido o Baixo Sul; e um turismo local, comunitário e ambientalmente consciente pode vir a ser um instrumento de legitimidade para a população nativa disputar seus direitos de uso e posse de terras.

---

<sup>125</sup> Disponível em < <https://www.defensoria.ba.def.br/ouvidoria/comunidades-quilombolas-e-racismo-estrutural-sao-tema-de-seminario-da-defensoria-realizado-na-proxima-segunda-feira-30/>>. Acesso em: novembro de 2020

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As questões que nos propusemos a debater nessa investigação tiveram como cerne perceber como a questão agrária do Baixo Sul foi e é interceptada pelo avanço do turismo nesse território. Dessa maneira, nos pareceu central entender, em termos gerais, o surgimento do turismo de massa e as bases que estruturam essa atividade no sistema capitalista. Buscamos compreender no primeiro capítulo, portanto, o *metabolismo do turismo* – numa escala mais estrutural – a partir de estudos e teorizações que pensam as problemáticas de funcionamento dessa atividade na sua face hegemônica. Parte-se, aqui, do pressuposto de que existe uma tendência de desenvolvimento do turismo, a partir de mecanismos do mercado capitalista que representa a forma hegemônica pela qual esse fenômeno vai emergir e disputar o consumo do espaço em diferentes realidades. Nessa perspectiva, inscreve-se a ideia sintetizada por Coriolano (2005) de que o turismo tem por tendência transformar o espaço local em mercadoria global.

A mercantilização da experiência através do turismo, como apontamos sobretudo no Capítulo 1, engendra diferentes processos tais como: apropriação territorial e de recursos naturais; elitização dos lugares; transformações socioculturais nos destinos turísticos; precarização dos trabalhos envolvidos por essa atividade etc. Além disso, a atividade turística desenvolve-se com base em uma forte interação entre investimentos privados e a atuação do Estado, através da viabilização de infraestruturas e da produção de um determinado espaço como destino turístico. Os estudos que se debruçam nessa temática apresentam fortemente o papel do Estado como ente capaz de propiciar e regular o funcionamento do turismo, a partir de uma ideia de planejamento que, na maioria das vezes, não leva em conta as dinâmicas socioeconômicas locais existentes nos territórios que serão cenário dessa atividade. Por essa razão, a chegada do turismo pode ter um caráter muito predatório ao incidir em determinados contextos.

A realidade dos países chamados subdesenvolvidos imprime uma certa dinâmica aos arranjos construídos em torno do turismo, que muito tem a ver com o papel de dependência econômica que esses países ocupam em função da sua posição no sistema- mundo. Destarte, entender o turismo na América Latina, no Nordeste brasileiro e no Baixo Sul baiano nos demanda ferramentas analíticas que nos permitam identificar as múltiplas conexões que o turismo estabelece com diferentes domínios e problemáticas. Como diz Cruz: “Toda tentativa de uma leitura do turismo na sua relação com o espaço que parta de um isolamento desse

fenômeno está, desde o início fadada ao fracasso. É o mundo que explica o turismo e não o contrário” (CRUZ, 2007, p.8). A exemplo de outras atividades econômicas, o turismo emerge nos contextos latino-americanos sob uma lógica de expansão capitalista, em articulação com processos de apropriação territorial. Essa forma do turismo se desenvolver, a partir do domínio de territórios em países subdesenvolvidos, compõe um primeiro conjunto de processos presente em nossa análise acerca das interfaces que esse fenômeno estabelece com a questão agrária.

Ao longo da pesquisa, o Baixo Sul da Bahia foi se revelando como uma região em que o turismo, por ser um dos agentes que incide na estrutura de posse, uso e propriedade da terra, representa um elemento importante na composição da questão agrária nesse território. Nessa perspectiva, as análises empreendidas por Germani (2010) sobre a estrutura fundiária na Bahia – a partir da análise de dados referentes aos estabelecimentos agrícolas – desencadeia uma reflexão, fundamentada em Martins (1980), de que os elementos que configuram a questão agrária não podem estar centrados apenas na estrutura da propriedade fundiária. A terra não pode ser vista nem no capitalismo, nem em outros modos de produção, apenas como instrumento de produção, mas antes disso, “a propriedade da terra é uma relação social” (MARTINS apud GERMANI, 2010). Em vista disso, a ideia de *fronteira turística* parece contribuir, como instrumento de análise, no estudo da realidade vivenciada, principalmente na porção costeira do Baixo Sul. Sendo assim, o conceito de fronteira emerge como um olhar que pode contribuir para a compreensão das disputas territoriais em torno do turismo nessa região. Isso porque, como debatemos, o avanço do turismo como projeto de desenvolvimento do Estado para o litoral nordestino, encontra-se associado a um conjunto de processos já existentes, que são interceptados pela atividade turística de diferentes formas. Trata-se, assim, de uma fronteira marcada por conflitos e pela coexistência entre formas diferentes de agenciar as formas de apropriação e os usos do território, envolvendo, inclusive, modelos diversificados de organização da atividade turística.

O contexto do turismo no Baixo Sul articula-se com a execução de uma política estatal, que projeta essa atividade como aposta para o desenvolvimento econômico do litoral do Nordeste a partir da década de 1990, com a implementação do PRODETUR NE. Os investimentos oriundos desse programa fomentaram uma série de ações quanto à construção de infraestruturas de transporte, saneamento básico, implantação de unidades de conservação, entre outros processos. Na região analisada pela pesquisa, a década de 1990 marca importantes mudanças na organização socioespacial dos núcleos urbanos, diretamente ligadas ao turismo, e no território do Baixo Sul como um todo, elevando essa atividade a um dos arranjos econômicos

de destaque, tanto na dimensão das relações sociais que emergem com o turismo, quanto na valorização de terras e no desenho fundiário do Baixo Sul. O principal exemplo disso é Morro de São Paulo, que foi afetado fortemente pelas dinâmicas de consumo do espaço fomentadas pelo turismo, tornando-se o principal destino turístico da região e um dos principais da Bahia, ao lado de Salvador e Porto Seguro.

Na busca por compreender esse processo de turistificação da questão agrária, a análise dos dados do Censo Agropecuário do IBGE nos levou a dar atenção aos números que mostravam uma diminuição progressiva da área ocupada por estabelecimentos agrícolas o Baixo Sul, ao longo dos últimos 25 anos, momento em que o PRODETUR e o desenvolvimento do turismo já incidiam nesse território. Essa tendência, observada em toda a região, como apresentamos, também se verifica em Cairu – município o qual pertence os principais destinos turísticos do Baixo Sul – cabendo observar que nesse município, a diminuição de estabelecimentos agropecuários a partir da década de 1990 foi muito mais significativa. Em termos gerais, há uma diminuição do número e da área dos estabelecimentos agrícolas recenseados pelo IBGE em todos os estratos de área. No caso de Cairu, mais nitidamente, entre aqueles estabelecimentos menores (de 0 a 5 e de 5 a 10 ha) – que poderiam ser pensados como espaços de atividades agrícolas voltadas sobretudo ao consumo da família – e entre os estabelecimentos maiores (acima de 1.000 ha). Essas informações, contudo, foram cotejadas com os dados do cadastro de imóveis rurais do INCRA, que revelou a presença nesse município, de extensas propriedades de terra (de mais de 1.000 ha), cuja presença está direta ou indiretamente ligada ao desenvolvimento da atividade turística, seja pelas repercussões do turismo sobre o mercado de terras, seja por que os proprietários desses imóveis atuam também nesse setor. Com isso, a redução do número de grandes estabelecimentos agrícolas nos dados do Censo Agropecuário não evidencia uma diminuição na concentração fundiária do Baixo Sul, mesmo porque não há aumento da área destinada aos estabelecimentos menores. Ou seja, essas terras que antes eram espaço de reprodução da atividade agropecuária, agora estão sendo usada para outros fins e aí o turismo pode ser inserido como atividade que vem se destacando enquanto arranjo de dominação territorial nessa região.

Sem embargo, ainda que a atividade turística, em suas formas de organização hegemônicas, esteja ligada a lógicas empresariais, tratar o Baixo Sul como fronteira turística é dizer que, ao mesmo tempo essa atividade avança, em articulação com os processos de acumulação capitalista nesse território, seu funcionamento também está em disputa pelos atores locais. Essa lente de análise, que nos permite observar os padrões e os mecanismos mais gerais

envolvidos no desenvolvimento da atividade turística, não pode nos levar a perceber, de antemão, os encadeamentos dessa atividade como estáveis, coesos e acabados. Um outro olhar sobre esse fenômeno amplia, dialeticamente, nossas possibilidades no sentido de pensar o turismo em sua estrutura. Entende-se que essa atividade não resulta, mecanicamente, das regras do sistema. Por se tratar de uma prática social, os confins do mercado e das políticas de Estado estão submetidos à dinâmica particular de materialização dessa atividade no contexto onde ela se expressa. Podendo, assim, contar com mais ou menos coexistência de processos contra-hegemônicos diante da problemática.

Como prática social, a atividade do turismo tem o turista como principal protagonista e isso implica reconhecer que, mesmo diante da hegemonia de agentes de mercado e do estado, o ‘mundo do turismo’ não se restringe às ações hegemônicas de atores hegemônicos. O turismo se dá na escala e na efervescência da vida nos lugares e mesmo nos lugares cuja vida está profundamente imbricada à atividade do turismo, sua existência sempre vai além das lógicas impostas pela atividade. Contra-movimentos, contra racionalidades, horizontalidades, como quer que as denominemos, as relações social e historicamente construídas por um dado grupo dão o tom da maior ou menor resistência dos lugares aos vetores alienados e alienígenas trazidos com o turismo (CRUZ, 2006, p. 338).

Dessa forma, o caso da comunidade Garapuá desnuda problemáticas centrais para se pensar o processo de penetração do turismo no Baixo Sul, a partir dos efeitos dessas atividades sobre as dinâmicas socioespaciais e a partir do papel que esse fenômeno assume na configuração da questão agrária. Em Garapuá, o turismo é hoje uma atividade econômica voltada à geração de renda em nível local e que contribui para dinamizar a comunidade em termos socioeconômicos. Ou seja, o turismo em si mesmo não é entendido pelos nativos de Garapuá como um problema a ser combatido. Então, por que a insistência em compreender o turismo na engrenagem de acumulação capitalista e expropriação do espaço? Porque a penetração dessa atividade no território tem efeitos importantes sobre a propriedade, o uso e a posse das terras em função dos investimentos capitalistas que estruturam a face hegemônica dessa atividade. O exemplo de Morro de São Paulo, destacado no Capítulo 2, demonstra como as dinâmicas socioespaciais forjadas pelo turismo acarretaram tanto o domínio de terras pela indústria turística, quanto a drástica diminuição das atividades da pesca e uma série de restrições às possibilidades de controle do turismo pela população local. Se Bianchi (2011) chama atenção, ao analisar o funcionamento do turismo em realidades de países subdesenvolvidos, sobre caráter de apropriação territorial e de “descampesinação” de contextos rurais, em Morro teríamos um equivalente no processo de inviabilização da economia pesqueira tradicional.

O domínio das terras em Garapuá por grandes proprietários se apresenta, em um primeiro momento, como uma problemática fundiária. Nessa perspectiva, o turismo atua como um espectro que ronda o território, no potencial que esses grandes domínios territoriais têm de materializar projetos de condomínios fechados, estruturas de *resort* e toda a dinâmica contemporânea que o turismo vem assumindo no mundo e, também, no Baixo Sul. Garapuá, portanto, exemplifica processo de avanço fronteira turística evidenciando, também, as interfaces que se estabelecem entre a atividade turística e a questão agrária. Essas inter-relações podem, contudo, desencadear diversos efeitos, envolvendo, inclusive, disputas entre diferentes atores em torno da apropriação e das formas de uso da terra e do território, ameaçando, também, os direitos de comunidades há muito estabelecidas na região. Se Morro de São Paulo representa a perda de domínio das terras pelos nativos desse local, a comunidade quilombola de Batateira (que assim como Morro, faz limite com Garapuá) vivenciou e vivencia uma articulação em defesa do seu território, rechaçando as ameaças associadas aos interesses que o capital turístico manifestou nessa localidade, conforme descrito neste trabalho, com base nos estudos realizados por Porto (2016) e Rego (2011).

É nesse aspecto que a comunidade de Garapuá materializa, nesse contexto de expansão fronteira turística, as conflitualidades decorrentes desse processo de expropriação territorial denunciado pela população, identificando-se o turismo como fator relacionado às dinâmicas de concentração fundiária vivenciadas nesse território. Para Sobreiro Filho (2017), a conflitualidade gerada no bojo das contradições da questão agrária e nas disputas de modelos de desenvolvimento territorial, constitui-se como um elemento estruturante para pensar as relações socioespaciais.

Assim sendo, o atual contexto de conflito existente em Garapuá, que tem como um de seus componentes o acesso a áreas de uso tradicionalmente comum, bem como a ocupação de áreas visando garantir às famílias que ali vivem novos espaços para a construção de moradias, figuram como as principais problemáticas vivenciadas hoje por essa comunidade. O acirramento destas tensões se dá, assim, a partir principalmente dos processos de cercamento das grandes propriedades em Garapuá e do próprio avanço do turismo e das dinâmicas a ele associadas, como potencial vetor no processo de entesouramento de terras na região do Baixo Sul. Em paralelo a esse contexto, o crescimento populacional da comunidade se depara com as delimitações fundiárias materializadas pelas cercas. Cabe observar que, nos últimos anos, essas demandas têm tido uma margem mais restrita de negociação, tanto com o poder público municipal, como com os grandes proprietários de terra, no que diz respeito à desapropriação de

áreas e à cessão de sua utilização aos nativos de Garapuá. Por essa razão, as mobilizações para enfrentar essa realidade vêm articulando, nos últimos anos, a qualificação de estratégias e de ações coletivas em Garapuá.

Ocupações de terra recentes- no intuito de garantir casas para as famílias, a disputa da opinião pública em torno dos significados dos conflitos que estão vivenciando, o recrutamento da dimensão ambiental para problematizar os possíveis empreendimentos turísticos, a denúncia dos cercamentos de áreas de uso comum – como os mangues – como fator de inviabilização da reprodução de seu modo de vida tradicional elencam, assim, o que entendemos como mudanças nos repertórios de ação da comunidade de Garapuá. Os nativos da comunidade vêm articulando estratégias e construindo alianças políticas sob a máxima de construir uma luta cujo objetivo é defender o território visando preservar os interesses da comunidade e seus modos de vida. A ideia de luta pelo território, incidindo, nesse caso, na luta por terra nessa comunidade é, no nosso entendimento, a espinha dorsal do que vem sendo articulado pelos atores sociais de Garapuá, a partir de um *repertório territorial*. O tensionamento da fronteira turística no território do Baixo Sul vem colocando Garapuá, no período mais recente, a compor uma dinâmica de ação coletiva conectada aos movimentos sociais atuantes na região, aos acúmulos históricos de enfrentamento e conflitos de comunidades vizinhas, a partir do esforço de circulação das lideranças em aprofundar dos instrumentos de luta pela terra em defesa ao território.

Dessa maneira, o turismo se imbrica à questão agrária na trajetória dessa comunidade articulando um novo ambiente de conflitos e, conseqüentemente, alterando algumas formas de ação das populações locais em defesa dos seus direitos. A estrutura fundiária de Garapuá, concentrada em função de processos fomentados direta ou indiretamente pelo fenômeno do turismo, como tratamos no último capítulo, aprofunda as ameaças de expropriação territorial através do cerceamento de terras tradicionalmente apropriadas pela comunidade, afetando os direitos até então exercidos pela comunidade sobre este território. O turismo, portanto, potencializa as formas através das quais a propriedade privada pode afetar as dinâmicas socioespaciais existentes na realidade de Garapuá. A comunidade, que defende a continuidade do turismo local que hoje acontece em Garapuá, tem atuado de forma a disputar o uso das terras através de estratégias de ocupação e do fortalecimento da narrativa quanto aos direitos que a comunidade possui sobre esse território.

O esforço deste trabalho no sentido de empreender a análise do papel do turismo em sua vinculação com a questão agrária no Baixo Sul, com especial atenção à realidade de conflito

existente na comunidade de Garapuá, nos leva a concluir, assim, que a atividade turística repercute tanto em transformações da estrutura fundiária, do domínio de terras pelo turismo, quanto na agudização dos conflitos socioespaciais nos locais em que o turismo se instala. Isso, porém, vem acompanhado, no caso de Garapuá, de intensa resistência e enfrentamento da comunidade em defesa do seu território e do seu modo de vida tradicional – se considerarmos a pesca e a mariscagem – mas, também, das suas múltiplas formas de apropriação do território, incluindo a prática do turismo de base local. Portanto, se inscreve aqui um contexto de conflito pelas formas de uso do espaço, em que as dinâmicas de ação coletiva de Garapuá têm adquirido, nos últimos acontecimentos, uma maior musculatura e capacidade de resistência na defesa de seu território, contra os mecanismos de apropriação e exploração empresarial direta ou indiretamente relacionados aos arranjos hegemônicos implantados pelo turismo na região do Baixo Sul



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor W; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**. Tradução Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1985.

ALCÂNTARA, Maurício Fernandes de. 2018. **Gentrificação**. In: Enciclopédia de Antropologia. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia. Disponível em: <<http://ea.fflch.usp.br/conceito/gentrificacao>>

ALIMONDA, Héctor. **La colonialidad de la naturaleza. Una aproximación a la ecología política latinoamericana**. In: ALIMONDA, Héctor (Coordinador). La colonialidad de la naturaleza. Una aproximación a la Ecología Política latinoamericana. Buenos Aires: CLACSO, 2011. p. 21-58.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. 2.ª ed., Manaus: PGSCA–UFAM, 2008. 192 p.

ANDRIGUETTO FILHO, José Milton. **Das “dinâmicas naturais” aos “usos e conflitos”: uma reflexão sobre a evolução epistemológica da linha do “costeiro”**. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 10, p. 187-192, jul./dez. 2004. Editora UFPR

ARAÚJO, Enos Feitosa. **As políticas públicas e o turismo litorâneo no Ceará: o papel da Região Metropolitana de Fortaleza**. Sociedade e Território, v. 23, p. 57-73, 2011.

ARAÚJO, Tania Bacelar. **A industrialização do Nordeste: intenções e resultados**. In: ARAÚJO, Tania Bacelar. Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências, Rio de Janeiro, Revan: Fase: 2000a.

ARGOLO, Djaneide Silva e BOMFIM Natanael Reis. **Pescadores, cabaneiros e feirantes: novas percepções sobre a atividade turística na Baía de Camamu**. PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural. v. 9, n. 4, 2011.

BAIARDI, Amílcar. **Subordinação do Trabalho ao Capital na Lavoura Cacaueira da Bahia**. São Paulo: Hucitec, 1984.

BAIARDI, Amílcar; TEIXEIRA, Francisco. **O Desenvolvimento dos Territórios do Baixo Sul e do Litoral Sul da Bahia: a Rota da Sustentabilidade, Perspectivas e Vicissitudes**. Salvador, 2010.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **A atividade turística no Nordeste**. Fortaleza, 2005a.

\_\_\_\_\_. **PRODETUR/NE I: Resultados e Lições Aprendidas**. Fortaleza, 2005C.

\_\_\_\_\_. **Regulamento operacional: programa de desenvolvimento do turismo no Nordeste – segunda fase**. Fortaleza, 2002.

BARTH, Fredrik. **O Guru, o Iniciador e Outras Variações Antropológicas** (organização de Tomke Lask). Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

BECKER, Howard. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

BIANCHI, Raoul V. **Towards a New Political Economy of Global Tourism**. In: R. Sharpley and D. Telfer (Eds) *Tourism and Development: Concepts and Issues*. Clevedon: Channel View Publications, 2002. pp. 265-299.

\_\_\_\_\_. **Tourism, Capitalism and Marxist Political Economy**. In: MOSEDALE, J. *Political Economy of Tourism: A Critical Perspective*. London and New York: Routledge, 2011. pp. 17-37.

BRITTON, S. G. **Tourism, capital and place: towards a critical geography of tourism**. *Environment and Planning D: Society and Space*, 9: 451-478, 1991.

\_\_\_\_\_. **The political economy of tourism in the Third World**. *Annals of Tourism Research*, 9: 331-359, 1982.

CAMACHO, Michele Madson. **Trabalhadores dissidentes e controle social: um estudo de caso da indústria hoteleira em Huatulco, Oaxaca**. *Human Organization*, Washington, v.55 n.1, pp.33-40, 1996.

CAMMARATA, Emilce Beatriz. **El turismo como práctica social y su papel en la apropiación y consolidación del territorio**. In: LEMOS, Amália Inés Geraiges de; ARROYO, Mónica; SILVEIRA, Maria Laura. (Org.). *América Latina: cidade, campo e turismo*. 1ed. Buenos Aires: CLACSO, 2006, v. 1, pp. 351-366.

CHAYANOV, A. V. **Teoria dos sistemas econômicos não capitalistas**. 1924. Tradução Manuel Villaverde Cabral.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

Conselho Pastoral dos Pescadores. Org.: Tomás, Alzení de Freitas & Santos, Gilmar. **Conflitos Socioambientais e Violações de Direitos Humanos em Comunidades Tradicionais Pesqueiras no Brasil**. – Brasília/DF, 2016.

CORIOLOANO, Luzia Neide. **Turismo: prática social de apropriação e de dominação de territórios**. In: LEMOS, Amália Inés Geraiges de; ARROYO, Mónica; SILVEIRA, Maria Laura. (Org.). *América Latina: cidade, campo e turismo*. 1ed. Buenos Aires: CLACSO, 2006, v. 1, p. 367-379.

\_\_\_\_\_. **O turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza**. 1. ed. São Paulo: Anablumme, 2006. v. 1000. 238p.

\_\_\_\_\_. **Uma Epistemologia para o estudo do Turismo: a análise do discurso**. In: Luzia Neide Menezes Teixeira Coriolano; Fabio Perdigão Vasconcelos. (Org.). *O Turismo e a relação Sociedade-Natureza: realidades, conflitos e resistências*. 1ed. Fortaleza: EdUECE, 2007, v. 1, p. 314-326.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza. **Introdução à geografia do turismo**. 2. ed. São Paulo: Roca, 2003.

\_\_\_\_\_. **Planejamento governamental do turismo: convergências e contradições na produção do espaço.** In: LEMOS, Amália Inés Geraiges de; ARROYO, Mónica; SILVEIRA, Maria Laura. (Org.). América Latina: cidade, campo e turismo. 1ed. Buenos Aires: CLACSO, 2006, v. 1, p. 337-350.

\_\_\_\_\_. **Geografias do turismo. De lugares a pseudo-lugares.** São Paulo: Roca, 2007.

DESLAURIERS, Jean-Pierre. **A Indução Analítica.** In: **A Pesquisa Qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos.** Petrópolis: Vozes, 2008.

DIAS, Marcelo Henrique. **Economia, sociedade e paisagens da capitania e comarca de Ilhéus no período colonial.** Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

GERMANI, Guiomar. **Questão agrária e movimentos sociais: a territorialização da luta pela terra na Bahia.** In: COELHO NETO, A. S.; SANTOS, E. M. C. e SILVA, O. A. (Org.). (GEO)grafias dos movimentos sociais. Feira de Santana (BA): UEFS Editora, 2010, v., p. 269-304.

GERMANI, Guiomar Inez.; FREITAS, Hyngrid Inácio. **A Atuação dos Movimentos Sociais de Luta Pela Terra e Suas Repercussões Sócio-Espaciais no Litoral Sul do estado da Bahia.** In: X Encontro de Geógrafos da América Latina, 2005, São Paulo. Meio Digital CD-ROM – Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo.

GOFFMAN, Erving. **Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise.** Petrópolis: Editora Vozes. 2012.

GOODMAN, David; GOODMAN, Michael K; REDCLIFT, Michael. **Consuming space: placing consumption in perspective.** UK: Library of Congress, 2010.

HARVEY, David. **A Produção capitalista do espaço.** 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2006.

\_\_\_\_\_. **O Novo Imperialismo.** 2ª ed. São Paulo: Loyola, 2005.

IBGE. Censo Agropecuário 1995. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)> Acesso em: junho de 2020.

\_\_\_\_\_. Censo Agropecuário 2006. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)> Acesso em: junho de 2020.

\_\_\_\_\_. Censo Agropecuário 2017. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)> Acesso em: junho de 2020.

\_\_\_\_\_. Censo Demográfico 2010. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)> Acesso em: abril de 2020.

\_\_\_\_\_. Enciclopédia dos municípios brasileiros. v.20. Municípios do Estado da Bahia.

\_\_\_\_\_. Divulgação do Cadastro de Estabelecimentos Agropecuários do Censo Agropecuário 2017 Nota técnica 01/2018. Disponível em <<https://biblioteca.ibge.gov.br/>> Acesso em: novembro de 2020.

ICÓ, Iara. **Desenvolvimento local: adaptação ou contestação? As realidades de Garapuá e Barra dos Carvalhos – BA.** Núcleo de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal da Bahia (Dissertação de Mestrado), Salvador, 2007.

JAMAL, Tazim e ROBINSON Mike (orgs.). **The Sage Handbook of Tourism Studies.** Los Angeles e Londres: Sage, 2009.

JESUS, E. S. **Os nipo-baianos de Ituberá: trajetórias, memórias e identidades de imigrantes no Baixo-Sul da Bahia (1953-1980).** Tese (Doutorado em Cultura e Sociedade), Universidade Federal da Bahia, 2015. 212p.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária.** 3. ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

LEFEBVRE, H. **The Production of Space.** Oxford: Blackwell, 1991.

LENIN, V. I. **El desarrollo del capitalismo en Rusia.** El proceso de la formación de un mercado interno para la gran industria. Akal Editor, Madrid, 1977.

LIMA, Renata Mayara Moreira de. **Política de turismo e desenvolvimento: uma avaliação do PRODETUR II em Parnamirim/RN.** 240f. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, 2013.

MACÊDO, Daniel dos Santos. **A presença japonesa no espaço agrário da região Sul da Bahia: a imigração esquecida da década de 1950.** Geopauta, v. 4, n.3, 2020, pp. 96-112, Vitória da Conquista.

MACHADO, P.A.L. **Manguezais e dunas – proteção legal.** In: CPRH. Alternativas de uso e proteção dos manguezais do Nordeste. Recife, Companhia Pernambucana de Controle da Poluição Ambiental e de Administração do Recursos Hídricos. Série Publicações Técnicas, N° 003, 46-48. 1991.

MACIEL BARBOSA, Luciana; NEIDE CORIOLANO, Luzia. **Políticas territoriais de turismo no Nordeste: o PRODETUR como estratégia socioeconômica.** GEOSABERES: Revista de Estudos Geoeducacionais, vol. 6, n. 3, jul-dez, 2015, pp. 255-277, Universidade Federal do Ceará Fortaleza, Brasil.

MCADAM, Doug; TARROW, Sidney e TILLY, Charles. **Para mapear o confronto político.** Lua Nova, São Paulo, 76: 11-48, 2009.

MALTA, R. A. & BARCELOS, E. A. S. **Territorialidades Negras e a Colonialidade do Setor Turístico-imobiliário no Baixo Sul da Bahia Terra Livre – N. 54 (1): 762-804, 2020.**

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência.** In. SADER, Emir (org.). Dialética da Dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Petrópolis: Vozes, Buenos Aires: CLACSO, 2000.

MARX, Karl. **A chamada acumulação primitiva**. In: MARX, Karl. O Capital: Crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

\_\_\_\_\_. **Grundrisse**. Manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política. Brasil: Boitempo editorial, 2011.

MÁRQUEZ GONZÁLEZ, Antonio Romualdo. **La expansión del turismo costero en Bahía de Banderas, Nayarit: un análisis de deterioro ambiental**. Tese de Doutorado em Geografia. Universidad Nacional Autónoma de México, 2007.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: A degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

\_\_\_\_\_. **O cativo da terra**. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

MARTONI, Rodrigo Meira. **Turismo e Capitalismo: impossibilidades estruturais e análises superficiais do Ecoturismo**. In: IV SeminTUR – Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL – Caxias do Sul, RS. 7 e 8 de julho de 2006.

MELUCCI, Alberto. **Um objetivo para os movimentos sociais?** Revista Lua Nova, São Paulo: CEDEC, n. 17, 1989.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (Ed.). PEREIRA, F. C.; OLIVEIRA, M. R. L. de (Orgs.). **Plano nacional de gerenciamento costeiro: 25 anos do gerenciamento costeiro no Brasil**. Brasília: MMA, 2015. 181p.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro – PNGC. Disponível em: <[https://www.mma.gov.br/images/arquivo/80033/0.PNGC-II97%20Resolucao05\\_97.CIRM.pdf](https://www.mma.gov.br/images/arquivo/80033/0.PNGC-II97%20Resolucao05_97.CIRM.pdf)>. Acesso em 09.06.2020.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Mapa do turismo brasileiro**. Disponível em: <[www.turismo.gov.br](http://www.turismo.gov.br)> Acesso: junho, 2019.

MIGUEZ, Paulo César. **A organização da cultura na “Cidade da Bahia”**. 346f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas). Salvador, Facom - UFBA, 2002.

MOURA, Milton. **Carnaval e baianidade** - arestas e curvas na coreografia de identidades do carnaval de Salvador. 356f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas). Salvador, Facom - UFBA, 2001.

MOSEDALE, J. **Political Economy of Tourism: Regulation Theory, Institutions and Governance Networks**. In Political Economy of Tourism: A Critical Perspective. Abingdon: Routledge, 2011. n.p.

OLIVEIRA, Anízia C. C. A.; SOUZA, Rosemeri M. **A produção e o padrão atual de organização do espaço costeiro: considerações sobre as transformações espaciais no litoral sul de Sergipe e o papel das políticas de ordenamento**. Anais do I Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território, 2014. Rio de Janeiro. Porto Alegre: Editora Letra1; Rio de Janeiro: REBRAGEO, 2014, p. 520-533.

PAIXÃO, L. H. C.; ALENCAR, Cristina; GONÇALVES, Manuel. **Dinâmica pesqueira de Gamboa no mundo rural costeiro do Município de Cairu-BA.** In: Seminário Espaços Costeiros, v.3, 2016, Salvador. Anais, Open Journal Systems, Salvador, 2016.

PAIXÃO, L. H. C. **Expansão do turismo no Município de Cairu e ameaça ao modo de vida pesqueiro da localidade de São Sebastião.** In: Seminário Espaços Costeiros, v.3, 2016, Salvador. Anais, Open Journal Systems, Salvador, 2016.

PITOMBO, Mariella. **Reinventando tradições, potencializando identidades – uma análise das políticas de modernização turística e cultural na Bahia contemporânea.** In Revista Mnemosia, 2005.

PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL. Território do Baixo Sul. Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010.

PALAFIX MUÑOZ, Alejandro. **Treinta años de transformaciones en Cozumel: El turismo como eje de acumulación.** Revista de Economía, Sociedad, Turismo y Medio Ambiente (RESTMA), n.º.11, ISSN 1698-8280, pp. 105– 122, Oviedo, 2010.

\_\_\_\_\_. **El turismo como eje de acumulación.** Nómadas. Revista Crítica de Ciencias Sociales y jurídicas. Madrid, 2013.

PALAFIX MUÑOZ, Alejandro e DAMIÁN, Alfonso González. **Construcción capitalista del turismo sustentable: Mesoamérica siguiendo la regla.** In: Villarreal, Lilia Zizumbo e SalvatierraNeptalíMonterroso. Repensando el turismo sustentable. Ciudad de México: Ediciones y Gráficos Eón, 2017. pp. 121-140.

PORTO, José Renato Sant’Anna. **Poder e Território no Baixo Sul da Bahia: os discursos e os arranjos políticos de desenvolvimento.** Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2016.

PROST, Catherine. **Região costeira: um espaço geográfico específico entre dois conjuntos.** In: Seminário Espaços Costeiros, v.1, 2013, Salvador. Anais, Open Journal Systems, Salvador, 2013

RANGEL, Maria Cristina; TONELLA, Celene. **A crise da região cacauieira do sul da Bahia/Brasil e a reconstrução da identidade dos cacauicultores em contexto de adversidade.** Geoinf: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia Maringá, v. 5, n. 1, p. 77-101, 2013.

REGO, Jussara Cristina Vasconcelos. **Fortalecimento da Identidade Quilombola em Comunidades Costeiras do Baixo-Sul/BA.** I Seminário Espaços Costeiros. Eixo Temático 5 – Conflitos fundiários em áreas costeiras: diversidade de agentes e territórios: Salvador, 2011.

REIS, Fernanda Teixeira. **A política mandonista no estado da Bahia: o fenômeno político do carlismo e as sucessivas estratégias de adaptação da elite política baiana.** Centro de Pesquisas e Pós-Graduação sobre as Américas. Universidade de Brasília (UnB). Dissertação de Mestrado, 2010.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. **“Turismo e territorialidades plurais – lógicas excludentes ou solidariedade organizacional”**. In: LEMOS, A. I. G. *et al* (Orgs.). *América Latina: cidade, campo e turismo*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 2006.

RODRIGUES, Lea Carvalho. **Turismo como Estratégia de Desenvolvimento na América Latina: Dilemas e Perspectivas de um Modelo Excludente**. In: CARVALHO, Alba Maria Pinho de; HOLANDA, Francisco Urribam Xavier de (Orgs.). *Brasil e América Latina: percursos e dilemas de uma integração*. Fortaleza: Edições UFC, 2014, p. 455-477.

\_\_\_\_\_. **Turismo, empreendimentos imobiliários e populações tradicionais. Conflitos e interesses em relação à propriedade da terra**. *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, v. 10, n. 3, septiembre-diciembre, pp. 527-544, Porto Alegre, Brasil, 2010.

RUBIM, Antonio Albino C. **ACM: poder, mídia e política**. Salvador, 2001. (mimeo).

SANTIAGO, Laitta. **Caldo de lambreta: etnografia dos saberes da tradição na atividade extrativista das coletoras da lucina pectinata na vila de Garapuá, Cairu – BA**. *Vivência revista de antropologia*. n. 50, 2017, p. 11-23.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

\_\_\_\_\_. **O dinheiro e o território**. In: *Revista Geographia*, v.1, nº 1, 1999.

SANTOS, Raimundo. **Questão Agrária e Reforma Agrária**. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n. 10, p. 200-207, 1998.

SCHMITT, Claudia Job. **Weaving the institutional market: the politics of food production in land reform settlements in Brazil**. In: MILONE, Pierluigi; VENTURA, Flaminia; JINGZHONG, Ye. (Org.). *Constructing a New Framework for Rural Development*. 1ed. Bingley BD, WA, UK: Emerald, 2015, v. 1, p. 255-299.

SICSÚ, Abraham e LIMA, João Policarpo. **Fronteiras agrícolas no Brasil: a lógica de sua ocupação recente**. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 10, n. 1, jul. 2000.

SILVA, Egnaldo Rocha. **Comunidade negra rural de Lagoa Santa: história, memória e luta pelo acesso e permanência na terra (1950-2011)**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), 2013.

SNOW, David and BENFORD, Robert. **Framing processes and social movements: an overview and assessment**. *American Review of Sociology*, 2000, 26, 611-639.

\_\_\_\_\_. **Campesinato negro: conflito e luta pelo acesso e permanência na terra no Baixo Sul da Bahia (1950-1985)**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), 2018.

SOBREIRO FILHO, José Sobreiro. **Instrumentos teóricos para analisar os movimentos socioespaciais e a perspectiva geográfica: conflitualidade, contentious politics; terrains of**

**resistance, socio-spatial positionality e convergence spaces.** Revista NERA – Dossiê. Presidente Prudente, v.20, n. 39, pp. 13-38, 2017.

SUZUKI, Júlio César. **Questão agrária na América Latina: renda capitalizada como instrumento de leitura da dinâmica sócio-espacial.** In: LEMOS, A. I. G. et al (Orgs.). América Latina: cidade, campo e turismo. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 2006.

THEVENIN, J. M. R. **O turismo e suas políticas públicas sob a lógica do capital.** Caderno Virtual de Turismo. Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p.122-133, abr. 2011.

\_\_\_\_\_. **Mercantilização do espaço rural pelo turismo: uma leitura a partir do município de Cairu-BA.** Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2009.

TILLY, Charles. **From mobilization to revolution.** Boston: Wesley Publishing Co., 1978.

\_\_\_\_\_. **Contentious repertoires in Great Britain, 1758-1834.** Social Science History, 1993

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da práxis.** 1ª ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales –CLACSO; São Paulo: Expressão Popular Brasil, 2007.

VELHO, Otávio Guilherme. **Frente de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônia [online].** Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009, 172p.

\_\_\_\_\_. **Campesinatos e política.** Anuário Antropológico. Rio de Janeiro, v.2, n.1, p. 277-297, 1978.

VIEIRA, Mariella Pitombo. **Reinventando tradições, potencializando identidades – uma análise das políticas de modernização turística e cultural na Bahia contemporânea.** In: Revista Mnemosia, 2005.

VIRGENS, Daniele Araújo. **Turismo e transformações espaciais: o caso do município de Cairu – Bahia.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal da Bahia, 2010.



## ANEXO A - INSTRUMENTOS DE PESQUISA DE CAMPO

### Observação participante

- Morro de São Paulo e Garapuá – agosto e setembro de 2019.
- Garapuá – janeiro de 2020.

### Entrevistas semi-estruturadas

- *Interlocutores institucionais* (2)

- 1) Ex-coordenadora do PRODETUR NE no Estado da Bahia – Secretaria de Turismo da Bahia – junho de 2019.
- 2) Secretária de Turismo de Cairu – Câmara de vereadores de Cairu – agosto de 2019.

- *Interlocutores políticos* (3)

- 1) Coordenador do Conselho Pastoral de Pescadores no âmbito do Baixo Sul da Bahia – Salvador/BA – fevereiro de 2019.
- 2) Advogado da Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais da Bahia – Salvador/BA – junho de 2019 e dezembro de 2019.
- 3) Lideranças do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais no âmbito do Baixo Sul – Taperoá/BA – agosto de 2019.

- *Interlocutores nativos* (10)

- 1) Advogado dos trabalhadores de hotéis e pousadas de Morro de São Paulo – Valença/BA – agosto de 2019.
- 2) Ex-moradora de Morro de São Paulo – Valença/BA – agosto de 2019.
- 3) Ex-moradora e fundadora da primeira pousada de Morro de São Paulo – Salvador/BA – setembro de 2019.
- 4) Presidente da Associação de Garapuá – Garapuá/BA – agosto de 2019; janeiro de 2020; maio de 2020 (remota); novembro de 2020 (remota).
- 5) Pescadores (dois) de Garapuá – Garapuá/BA – agosto de 2019.
- 6) Liderança da Colônia de pescadores de Garapuá – Garapuá – agosto de 2019.
- 7) Família moradora de Garapuá (4 membros) – Garapuá – janeiro de 2020.
- 8) Pescador de Garapuá – Garapuá – janeiro de 2020.
- 9) Dono de pousada em Garapuá – Garapuá – janeiro de 2020.
- 10) Pescador e fundador da Associação de Garapuá – Garapuá – janeiro de 2020.

### Participação em reuniões e eventos institucionais

- Reunião da eleição do Conselho Gestor da APA Tinharé/Boipeba – agosto de 2019.
- Reunião sobre Turismo Sustentável para o município de Cairu – Câmara de vereadores – agosto de 2019.
- Reunião com a Associação de Moradores e Amigos de Garapuá – agosto de 2019
- Evento do IFbaiano de Valença – Seminário sobre conflitos socioambientais no Baixo Sul – setembro de 2019.

**ANEXO B - TABELAS DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA DOS MUNICÍPIOS DO BAIXO SUL (CENSO AGROPECUÁRIO 1995/2006/2017 – IBGE)**

**1. ARATUIPE (CENSO AGROPECUÁRIO 1995/2006/2017 – IBGE)**

Aratuípe				
1995				
Estratos de Área	No de Estabelecimentos	% Estab.	Área	% Área
0 a menos de 5 ha	252	35,44%	634	4%
5 a menos de 10 ha	124	17,44%	861	5,23%
10 a menos de 20 ha	110	15,47%	1.590	9,66%
20 a menos de 50 ha	151	21,24%	4.519	27,46%
50 a menos de 100 ha	38	3,66%	2.513	15,27%
100 a menos de 200 ha	26	3,66%	3.438	20,89%
200 a menos de 500 ha	10	1%	2.902	17,63%
500 a menos de 1.000 ha	/	/	/	/
1.000 a menos de 2.000 ha	/	/	/	/
2.000 e mais	/	/	/	/
<b>Total</b>	<b>711</b>		<b>16.457</b>	

Aratuípe				
2006				
Estratos de Área	No de Estabelecimentos	% Estab.	Área	% Área
0 a menos de 5 ha	437	58,34%	903	8%
5 a menos de 10 ha	109	14,55%	759	6,78%
10 a menos de 20 ha	91	12,15%	1.244	11,12%
20 a menos de 50 ha	69	9,21%	2.147	19,19%
50 a menos de 100 ha	22	1,07%	1.565	13,99%
100 a menos de 200 ha	8	1,07%	1.310	11,71%
200 a menos de 500 ha	11	1%	3.260	29,14%
500 a menos de 1.000 ha	2	0,27%	x	x
1.000 a menos de 2.000 ha	/	/	/	/
2.000 e mais	/	/	/	/
<b>Total</b>	<b>749</b>		<b>11.188</b>	

Aratuípe				
2017				
Estratos de Área	No de Estabelecimentos	% Estab.	Área	% Área
0 a menos de 5 ha	626	69,71%	1.096	12%
5 a menos de 10 ha	128	14,25%	894	9,68%
10 a menos de 20 ha	64	7,12%	887	9,61%
20 a menos de 50 ha	46	5,12%	1.385	15,00%
50 a menos de 100 ha	15	1,67%	1.084	11,74%
100 a menos de 200 ha	8	0,89%	1.183	12,82%
200 a menos de 500 ha	9	1%	2.702	29,27%
500 a menos de 1.000 ha	2	0,22%	x	x
1.000 a menos de 2.000 ha	/	/	/	/
2.000 e mais	/	/	/	/
<b>Total</b>	<b>898</b>		<b>9.231</b>	

## 2. CAMAMU (CENSO AGROPECUÁRIO 1995/2006/2017 – IBGE)

Camamu				
1995				
Estratos de Área	No de Estabelecimentos	% Estab.	Área	% Área
0 a menos de 5 ha	1023	39%	2.220	3,62%
5 a menos de 10 ha	479	18,45%	3.013	4,92%
10 a menos de 20 ha	493	18,99%	6.371	10,40%
20 a menos de 50 ha	337	12,98%	9.666	15,77%
50 a menos de 100 ha	135	5,20%	9.051	14,77%
100 a menos de 200 ha	65	2,50%	8.527	13,91%
200 a menos de 500 ha	58	2,23%	17.166	28,01%
500 a menos de 1.000 ha	4	0,15%	2.550	4,16%
1.000 a menos de 2.000 ha	2	0,08%	2.722	4,44%
2.000 e mais	/	/	/	/
Total	2596		61.286	

Camamu				
2006				
Estratos de Área	No de Estabelecimentos	% Estab.	Área	% Área
0 a menos de 5 ha	1.021	43%	2.004	3,34%
5 a menos de 10 ha	554	23,31%	3.694	6,16%
10 a menos de 20 ha	367	15,44%	4.618	7,70%
20 a menos de 50 ha	245	10,31%	6.885	11,48%
50 a menos de 100 ha	102	4,29%	6.891	11,49%
100 a menos de 200 ha	46	1,94%	6.407	10,68%
200 a menos de 500 ha	35	1,47%	11.002	18,34%
500 a menos de 1.000 ha	3	0,13%	1.853	3,09%
1.000 a menos de 2.000 ha	1	0,04%	x	x
2.000 e mais	3	0,13%	16.631	27,73%
Total	2377		59.985	

Camamu				
2017				
Estratos de Área	No de Estabelecimentos	% Estab.	Área	% Área
0 a menos de 5 ha	1226	46%	2.920	8%
5 a menos de 10 ha	648	24,12%	4.088	12%
10 a menos de 20 ha	460	17,12%	5.985	17%
20 a menos de 50 ha	220	8,19%	6.106	17%
50 a menos de 100 ha	65	2,42%	4.455	13%
100 a menos de 200 ha	40	1,49%	5.389	15,29%
200 a menos de 500 ha	23	0,86%	6.292	17,86%
500 a menos de 1.000 ha	4	0,15%	x	x
1.000 a menos de 2.000 ha	1	0,04%	x	x
2.000 e mais	/	/	/	/
Total	2687		35.235	

### 3. GANDU (CENSO AGROPECUÁRIO 1995/2006/2017 – IBGE)

Gandu				
1995				
Estratos de Área	No de Estabelecimentos	% Estab.	Área	% Área
0 a menos de 5 ha	86	14,48%	276	1,35%
5 a menos de 10 ha	127	21,38%	796	3,89%
10 a menos de 20 ha	116	19,53%	1.553	7,58%
20 a menos de 50 ha	155	26,09%	4.779	23,33%
50 a menos de 100 ha	64	10,77%	4.281	20,90%
100 a menos de 200 ha	30	5,05%	4.156	20,29%
200 a menos de 500 ha	15	2,53%	4.139	20,21%
500 a menos de 1.000 ha	1	0,17%	500	2,44%
1.000 a menos de 2.000 ha	/	/	/	/
2.000 e mais	/	/	/	/
<b>Total</b>	<b>594</b>		<b>20.480</b>	

Gandu				
2006				
Estratos de Área	No de Estabelecimentos	% Estab.	Área	% Área
0 a menos de 5 ha	86	14,48%	276	1,35%
5 a menos de 10 ha	127	21,38%	796	3,89%
10 a menos de 20 ha	116	19,53%	1.553	7,58%
20 a menos de 50 ha	155	26,09%	4.779	23,33%
50 a menos de 100 ha	64	10,77%	4.281	20,90%
100 a menos de 200 ha	30	5,05%	4.156	20,29%
200 a menos de 500 ha	15	2,53%	4.139	20,21%
500 a menos de 1.000 ha	1	0,17%	500	2,44%
1.000 a menos de 2.000 ha	/	/	/	/
2.000 e mais	/	/	/	/
<b>Total</b>	<b>594</b>		<b>20.480</b>	

Gandu				
2017				
Estratos de Área	No de Estabelecimentos	% Estab.	Área	% Área
0 a menos de 5 ha	594	48%	1.320	8%
5 a menos de 10 ha	234	36%	1.491	8,66%
10 a menos de 20 ha	166	14%	2.188	12,72%
20 a menos de 50 ha	127	10,35%	3.838	22,30%
50 a menos de 100 ha	70	5,70%	4.762	27,67%
100 a menos de 200 ha	26	2%	3.609	21%
200 a menos de 500 ha	10	0,81%	x	x
500 a menos de 1.000 ha	/	/	/	/
1.000 a menos de 2.000 ha	/	/	/	/
2.000 e mais	/	/	/	/
<b>Total</b>	<b>1227</b>		<b>17.208</b>	

#### 4. IBIRAPITANGA (CENSO AGROPECUÁRIO 1995/2006/2017 – IBGE)

Ibirapitanga				
1995				
Estratos de Área	No de Estabelecimentos	% Estab.	Área	% Área
0 a menos de 5 ha	116	12,31%	312	0,80%
5 a menos de 10 ha	209	22,19%	1.365	3,51%
10 a menos de 20 ha	169	17,94%	2.152	5,54%
20 a menos de 50 ha	223	23,67%	6.659	17,13%
50 a menos de 100 ha	117	12,42%	8.220	21,15%
100 a menos de 200 ha	76	8,07%	10.227	26,31%
200 a menos de 500 ha	29	3,08%	8.050	20,71%
500 a menos de 1.000 ha	3	0,32%	1.882	4,84%
1.000 a menos de 2.000 ha	/	/	/	/
2.000 e mais	/	/	/	/
<b>Total</b>	<b>942</b>		<b>38.867</b>	

Ibirapitanga				
2006				
Estratos de Área	No de Estabelecimentos	% Estab.	Área	% Área
0 a menos de 5 ha	375	25%	982	2,72%
5 a menos de 10 ha	415	27,45%	2.637	7,31%
10 a menos de 20 ha	316	21%	4.114	11,41%
20 a menos de 50 ha	237	16%	6.721	18,64%
50 a menos de 100 ha	89	6%	6.146	17,04%
100 a menos de 200 ha	56	3,70%	7.374	20,45%
200 a menos de 500 ha	19	1,26%	6.168	17,10%
500 a menos de 1.000 ha	3	0,20%	1.922	5,33%
1.000 a menos de 2.000 ha	2	0,13%	x	x
2.000 e mais	/	/	/	/
<b>Total</b>	<b>1512</b>		<b>36.064</b>	

Ibirapitanga				
2017				
Estratos de Área	No de Estabelecimentos	% Estab.	Área	% Área
0 a menos de 5 ha	836	41%	1.823	6%
5 a menos de 10 ha	464	22,91%	2.954	10,10%
10 a menos de 20 ha	312	15%	3.997	13,67%
20 a menos de 50 ha	243	12%	7.174	24,54%
50 a menos de 100 ha	90	4%	6.170	21,10%
100 a menos de 200 ha	54	2,67%	7.119	24,35%
200 a menos de 500 ha	25	1,23%	x	x
500 a menos de 1.000 ha	1	0,05%	x	x
1.000 a menos de 2.000 ha	/	/	/	/
2.000 e mais	/	/	/	/
<b>Total</b>	<b>2025</b>		<b>29.237</b>	

## 5. IGRAPIÚNA (CENSO AGROPECUÁRIO 1995/2006/2017 – IBGE)

Estratos de Área	Igrapiúna			
	1995			
	No de Estabelecimentos	% Estab.	Área	% Área
0 a menos de 5 ha	1.020	46%	2.141	5,50%
5 a menos de 10 ha	421	19,04%	2.590	6,65%
10 a menos de 20 ha	418	18,91%	5.053	12,97%
20 a menos de 50 ha	227	10,27%	6.191	15,89%
50 a menos de 100 ha	76	3,44%	5.036	12,93%
100 a menos de 200 ha	36	1,63%	4.734	12,15%
200 a menos de 500 ha	11	0,50%	2.827	7,26%
500 a menos de 1.000 ha	1	0,05%	557	1,43%
1.000 a menos de 2.000 ha	/	/	/	/
2.000 e mais	1	0,05%	9.823	25,22%
<b>Total</b>	<b>2211</b>		<b>38.952</b>	

Estratos de Área	Igrapiúna			
	2006			
	No de Estabelecimentos	% Estab.	Área	% Área
0 a menos de 5 ha	1.020	46%	2.141	5,50%
5 a menos de 10 ha	421	19,04%	2.590	6,65%
10 a menos de 20 ha	418	18,91%	5.053	12,97%
20 a menos de 50 ha	227	10,27%	6.191	15,89%
50 a menos de 100 ha	76	3,44%	5.036	12,93%
100 a menos de 200 ha	36	1,63%	4.734	12,15%
200 a menos de 500 ha	11	0,50%	2.827	7,26%
500 a menos de 1.000 ha	1	0,05%	557	1,43%
1.000 a menos de 2.000 ha	/	/	/	/
2.000 e mais	1	0,05%	9.823	25,22%
<b>Total</b>	<b>2211</b>		<b>38.952</b>	

Estratos de Área	Igrapiúna			
	2017			
	No de Estabelecimentos	% Estab.	Área	% Área
0 a menos de 5 ha	1352	60%	2.850	12%
5 a menos de 10 ha	442	19,69%	2.764	12,06%
10 a menos de 20 ha	267	11,89%	3.437	14,99%
20 a menos de 50 ha	100	4,45%	2.830	12,35%
50 a menos de 100 ha	49	2,18%	3.097	13,51%
100 a menos de 200 ha	13	0,58%	1.663	7,25%
200 a menos de 500 ha	18	0,80%	6.283	27,41%
500 a menos de 1.000 ha	1	0,04%	x	x
1.000 a menos de 2.000 ha	2	0,09%	x	x
2.000 e mais	1	0,04%	x	x
<b>Total</b>	<b>2245</b>		<b>22.924</b>	

## 6. ITUBERÁ (CENSO AGROPECUÁRIO 1995/2006/2017 – IBGE)

Ituberá				
1995				
Estratos de Área	No de Estabelecimentos	% Estab.	Área	% Área
0 a menos de 5 ha	374	40%	813	2,66%
5 a menos de 10 ha	165	17,52%	1.052	3,45%
10 a menos de 20 ha	178	18,90%	2.357	7,72%
20 a menos de 50 ha	149	15,82%	4.331	14,18%
50 a menos de 100 ha	32	3,40%	2.145	7,02%
100 a menos de 200 ha	21	2,23%	2.877	9,42%
200 a menos de 500 ha	8	0,85%	2.576	8,44%
500 a menos de 1.000 ha	10	1,06%	6.356	20,81%
1.000 a menos de 2.000 ha	3	0,32%	3.330	10,90%
2.000 e mais	2	0,21%	4.700	15,39%
<b>Total</b>	<b>942</b>		<b>30.537</b>	

Ituberá				
2006				
Estratos de Área	No de Estabelecimentos	% Estab.	Área	% Área
0 a menos de 5 ha	458	46%	1.038	5%
5 a menos de 10 ha	171	17,29%	1.152	5,72%
10 a menos de 20 ha	176	17,80%	2.349	12%
20 a menos de 50 ha	120	12,13%	3.335	17%
50 a menos de 100 ha	29	2,93%	1.983	10%
100 a menos de 200 ha	16	1,62%	2.060	10,22%
200 a menos de 500 ha	10	1,01%	3.279	16,27%
500 a menos de 1.000 ha	7	0,71%	4.953	25%
1.000 a menos de 2.000 ha	2	0,20%	x	x
2.000 e mais	/	/	/	/
<b>Total</b>	<b>989</b>		<b>20.149</b>	

Ituberá				
2017				
Estratos de Área	No de Estabelecimentos	% Estab.	Área	% Área
0 a menos de 5 ha	743	48%	1.931	12%
5 a menos de 10 ha	338	21,95%	2.164	12,93%
10 a menos de 20 ha	308	20,00%	3.958	24%
20 a menos de 50 ha	98	6,36%	2.857	17%
50 a menos de 100 ha	24	1,56%	1.580	9%
100 a menos de 200 ha	18	1,17%	2.489	14,87%
200 a menos de 500 ha	6	0,39%	1.762	10,53%
500 a menos de 1.000 ha	3	0,19%	x	x
1.000 a menos de 2.000 ha	1	0,06%	x	x
2.000 e mais	1	0,06%	x	x
<b>Total</b>	<b>1540</b>		<b>16.741</b>	

## 7. JAGUARIBE (CENSO AGROPECUÁRIO 1995/2006/2017 – IBGE)

Jaguaribe				
1995				
Estratos de Área	No de Estabelecimentos	% Estab.	Área	% Área
0 a menos de 5 ha	101	26%	247	0,37%
5 a menos de 10 ha	72	19%	504	0,77%
10 a menos de 20 ha	52	13,51%	675	1,02%
20 a menos de 50 ha	62	16,10%	1.973	3,00%
50 a menos de 100 ha	35	9,09%	2.410	3,66%
100 a menos de 200 ha	31	8,05%	4.364	6,62%
200 a menos de 500 ha	14	3,64%	4.267	6,48%
500 a menos de 1.000 ha	5	1,30%	3.872	5,88%
1.000 a menos de 2.000 ha	6	1,56%	7.913	12,01%
2.000 e mais	7	1,82%	39.648	60,19%
Total	385		65.873	

Jaguaribe				
2006				
Estratos de Área	No de Estabelecimentos	% Estab.	Área	% Área
0 a menos de 5 ha	460	50%	1.004	3%
5 a menos de 10 ha	130	14%	904	2,85%
10 a menos de 20 ha	112	12,16%	1.581	5%
20 a menos de 50 ha	110	11,94%	3.335	11%
50 a menos de 100 ha	43	4,67%	3.073	10%
100 a menos de 200 ha	25	2,71%	3.405	10,73%
200 a menos de 500 ha	30	3,26%	9.261	29,18%
500 a menos de 1.000 ha	6	0,65%	4.361	14%
1.000 a menos de 2.000 ha	3	0,33%	4.818	15%
2.000 e mais	2	0,22%	x	x
Total	921		31.742	

Jaguaribe				
2017				
Estratos de Área	No de Estabelecimentos	% Estab.	Área	% Área
0 a menos de 5 ha	1416	71%	2.545	12%
5 a menos de 10 ha	243	12%	1.686	7,81%
10 a menos de 20 ha	145	7,26%	1.992	9%
20 a menos de 50 ha	118	5,91%	3.492	16%
50 a menos de 100 ha	23	1,15%	1.623	8%
100 a menos de 200 ha	19	0,95%	2.514	11,64%
200 a menos de 500 ha	22	1,10%	7.749	35,87%
500 a menos de 1.000 ha	9	0,45%	x	x
1.000 a menos de 2.000 ha	1	0,05%	x	x
2.000 e mais	/	/	/	/
Total	1996		21.601	



## 8. NILO PEÇANHA (CENSO AGROPECUÁRIO 1995/2006/2017 – IBGE)

Nilo Peçanha				
1995				
Estratos de Área	No de Estabelecimentos	% Estab.	Área	% Área
0 a menos de 5 ha	773	43%	1.853	6%
5 a menos de 10 ha	398	22,32%	2.483	8,44%
10 a menos de 20 ha	263	14,75%	3.289	11,18%
20 a menos de 50 ha	219	12,28%	6.197	21,06%
50 a menos de 100 ha	79	4,43%	5.075	17,24%
100 a menos de 200 ha	34	1,91%	4.555	15,48%
200 a menos de 500 ha	14	0,79%	4.077	13,85%
500 a menos de 1.000 ha	3	0,17%	1.900	6%
1.000 a menos de 2.000 ha	/	/	/	/
2.000 e mais	/	/	/	/
<b>Total</b>	<b>1783</b>		<b>29.429</b>	

Nilo Peçanha				
2006				
Estratos de Área	No de Estabelecimentos	% Estab.	Área	% Área
0 a menos de 5 ha	286	30%	702	3%
5 a menos de 10 ha	221	22,93%	1.434	5,24%
10 a menos de 20 ha	171	17,74%	2.273	8,31%
20 a menos de 50 ha	183	18,98%	5.265	19,25%
50 a menos de 100 ha	53	5,50%	3.317	12,13%
100 a menos de 200 ha	24	2,49%	3.363	12,30%
200 a menos de 500 ha	18	1,87%	5.454	19,94%
500 a menos de 1.000 ha	8	0,83%	5.539	20%
1.000 a menos de 2.000 ha	/	/	/	/
2.000 e mais	/	/	/	/
<b>Total</b>	<b>964</b>		<b>27.347</b>	

Nilo Peçanha				
2017				
Estratos de Área	No de Estabelecimentos	% Estab.	Área	% Área
0 a menos de 5 ha	1001	60%	2.196	12%
5 a menos de 10 ha	326	19,64%	2.041	11,39%
10 a menos de 20 ha	169	10,18%	2.153	12,01%
20 a menos de 50 ha	102	6,14%	3.023	16,87%
50 a menos de 100 ha	36	2,17%	2.476	13,81%
100 a menos de 200 ha	15	0,90%	1.911	10,66%
200 a menos de 500 ha	8	0,48%	1.977	11,03%
500 a menos de 1.000 ha	3	0,18%	2.146	12%
1.000 a menos de 2.000 ha	/	/	/	/
2.000 e mais	/	/	/	/
<b>Total</b>	<b>1660</b>		<b>17.923</b>	

## 9. PIRAÍ DO NORTE (CENSO AGROPECUÁRIO 1995/2006/2017 – IBGE)

Piraí do Norte				
1995				
Estratos de Área	No de Estabelecimentos	% Estab.	Área	% Área
0 a menos de 5 ha	623	40%	1.380	5,83%
5 a menos de 10 ha	351	22,46%	2.047	8,65%
10 a menos de 20 ha	273	17,47%	3.409	14,40%
20 a menos de 50 ha	216	13,82%	5.880	24,84%
50 a menos de 100 ha	65	4,16%	4.335	18,31%
100 a menos de 200 ha	23	1,47%	2.624	11,09%
200 a menos de 500 ha	10	0,64%	2.777	11,73%
500 a menos de 1.000 ha	2	0,13%	1.218	5,15%
1.000 a menos de 2.000 ha	/	/	/	/
2.000 e mais	/	/	/	/
<b>Total</b>	<b>1563</b>		<b>23.670</b>	

Piraí do Norte				
2006				
Estratos de Área	No de Estabelecimentos	% Estab.	Área	% Área
0 a menos de 5 ha	370	36%	901	5%
5 a menos de 10 ha	250	24,32%	1.568	8,82%
10 a menos de 20 ha	178	17,32%	2.313	13,02%
20 a menos de 50 ha	157	15,27%	4.550	25,61%
50 a menos de 100 ha	48	4,67%	3.125	17,59%
100 a menos de 200 ha	17	1,65%	2.280	12,83%
200 a menos de 500 ha	5	0,49%	1.213	7%
500 a menos de 1.000 ha	3	0,29%	1.819	10%
1.000 a menos de 2.000 ha	/	/	/	/
2.000 e mais	/	/	/	/
<b>Total</b>	<b>1028</b>		<b>17.769</b>	

Piraí do Norte				
2017				
Estratos de Área	No de Estabelecimentos	% Estab.	Área	% Área
0 a menos de 5 ha	1599	68%	2.889	18%
5 a menos de 10 ha	392	16,62%	2.460	15,46%
10 a menos de 20 ha	197	8,35%	2.605	16,37%
20 a menos de 50 ha	112	4,75%	3.251	20,43%
50 a menos de 100 ha	37	1,57%	2.454	15,42%
100 a menos de 200 ha	18	0,76%	2.253	14,16%
200 a menos de 500 ha	3	0,13%	x	x
500 a menos de 1.000 ha	1	0,04%	x	x
1.000 a menos de 2.000 ha	/	/	/	/
2.000 e mais	/	/	/	/
<b>Total</b>	<b>2359</b>		<b>15.912</b>	

**10. PRESIDENTE TANCREDO NEVES (CENSO AGROPECUÁRIO 1995/2006/2017 – IBGE)**

Presidente Tancredo Neves				
1995				
Estratos de Área	No de Estabelecimentos	% Estab.	Área	% Área
0 a menos de 5 ha	1260	52%	2.639	8%
5 a menos de 10 ha	458	19%	2.811	8,97%
10 a menos de 20 ha	325	13,50%	3.912	12,48%
20 a menos de 50 ha	223	9,26%	6.086	19,42%
50 a menos de 100 ha	86	3,57%	5.426	17,31%
100 a menos de 200 ha	35	1,45%	4.433	14,15%
200 a menos de 500 ha	19	0,79%	5.131	16,37%
500 a menos de 1.000 ha	1	0,04%	900	3%
1.000 a menos de 2.000 ha	/	/	/	/
2.000 e mais	/	/	/	/
<b>Total</b>	<b>2407</b>		<b>31.338</b>	

Presidente Tancredo Neves				
2006				
Estratos de Área	No de Estabelecimentos	% Estab.	Área	% Área
0 a menos de 5 ha	2270	65%	4.149	12%
5 a menos de 10 ha	513	15%	3.305	9,24%
10 a menos de 20 ha	368	10,61%	4.631	12,95%
20 a menos de 50 ha	186	5,36%	5.387	15,06%
50 a menos de 100 ha	66	1,90%	4.294	12,01%
100 a menos de 200 ha	40	1,15%	5.265	14,72%
200 a menos de 500 ha	21	0,61%	6.259	17,50%
500 a menos de 1.000 ha	4	0,12%	2.476	7%
1.000 a menos de 2.000 ha	/	/	/	/
2.000 e mais	/	/	/	/
<b>Total</b>	<b>3468</b>		<b>35.766</b>	

Presidente Tancredo Neves				
2017				
Estratos de Área	No de Estabelecimentos	% Estab.	Área	% Área
0 a menos de 5 ha	2883	65%	5.953	15%
5 a menos de 10 ha	772	18%	4.998	12,84%
10 a menos de 20 ha	435	9,87%	5.575	14,33%
20 a menos de 50 ha	188	4,26%	5.348	13,74%
50 a menos de 100 ha	60	1,36%	3.802	9,77%
100 a menos de 200 ha	46	1,04%	6.244	16,05%
200 a menos de 500 ha	23	0,52%	6.995	17,98%
500 a menos de 1.000 ha	2	0,05%	x	x
1.000 a menos de 2.000 ha	/	/	/	/
2.000 e mais	/	/	/	/
<b>Total</b>	<b>4409</b>		<b>38.915</b>	

## 11. TAPEROÁ (CENSO AGROPECUÁRIO 1995/2006/2017 – IBGE)

Taperoá				
1995				
Estratos de Área	No de Estabelecimentos	% Estab.	Área	% Área
0 a menos de 5 ha	1533	52%	2.921	8%
5 a menos de 10 ha	551	18,60%	3.333	8,92%
10 a menos de 20 ha	464	15,67%	5.525	14,79%
20 a menos de 50 ha	283	9,55%	8.134	21,77%
50 a menos de 100 ha	71	2,40%	4.894	13,10%
100 a menos de 200 ha	44	1,49%	5.720	15,31%
200 a menos de 500 ha	11	0,37%	3.211	9%
500 a menos de 1.000 ha	5	0,17%	3.629	9,71%
1.000 a menos de 2.000 ha	/	/	/	/
2.000 e mais	/	/	/	/
<b>Total</b>	<b>2962</b>		<b>37.367</b>	

Taperoá				
2006				
Estratos de Área	No de Estabelecimentos	% Estab.	Área	% Área
0 a menos de 5 ha	819	45%	1.843	7%
5 a menos de 10 ha	367	20,03%	2.268	8,51%
10 a menos de 20 ha	317	17,30%	3.985	14,95%
20 a menos de 50 ha	216	11,79%	6.443	24,17%
50 a menos de 100 ha	69	3,77%	4.527	16,98%
100 a menos de 200 ha	31	1,69%	4.132	15,50%
200 a menos de 500 ha	11	0,60%	3.461	13%
500 a menos de 1.000 ha	/	/	/	/
1.000 a menos de 2.000 ha	2	0%	x	x
2.000 e mais	/	/	/	/
<b>Total</b>	<b>1832</b>		<b>26.659</b>	

Taperoá				
2017				
Estratos de Área	No de Estabelecimentos	% Estab.	Área	% Área
0 a menos de 5 ha	803	48%	1.906	10%
5 a menos de 10 ha	420	25,07%	2.665	13,31%
10 a menos de 20 ha	265	15,82%	3.391	16,93%
20 a menos de 50 ha	123	7,34%	3.643	18,19%
50 a menos de 100 ha	38	2,27%	2.456	12,26%
100 a menos de 200 ha	14	0,84%	1.826	9,12%
200 a menos de 500 ha	9	0,54%	2.609	13%
500 a menos de 1.000 ha	3	0,18%	1.532	7,65%
1.000 a menos de 2.000 ha	/	/	/	/
2.000 e mais	/	/	/	/
<b>Total</b>	<b>1675</b>		<b>20.028</b>	

## 12. TEOLÂNDIA (CENSO AGROPECUÁRIO 1995/2006/2017 – IBGE)

Teolândia				
1995				
Estratos de Área	No de Estabelecimentos	% Estab.	Área	% Área
0 a menos de 5 ha	271	25%	677	3,07%
5 a menos de 10 ha	235	22,02%	1.499	6,81%
10 a menos de 20 ha	264	24,74%	3.360	15,26%
20 a menos de 50 ha	202	18,93%	5.453	24,77%
50 a menos de 100 ha	60	5,62%	4.129	18,75%
100 a menos de 200 ha	24	2,25%	2.970	13,49%
200 a menos de 500 ha	7	0,66%	1.824	8,28%
500 a menos de 1.000 ha	4	0,37%	2.105	9,56%
1.000 a menos de 2.000 ha	/	/	/	/
2.000 e mais	/	/	/	/
<b>Total</b>	<b>1067</b>		<b>22.017</b>	

Teolândia				
2006				
Estratos de Área	No de Estabelecimentos	% Estab.	Área	% Área
0 a menos de 5 ha	982	51%	2.093	10%
5 a menos de 10 ha	400	20,88%	2.603	12%
10 a menos de 20 ha	267	13,94%	3.369	15%
20 a menos de 50 ha	183	9,55%	5.163	23%
50 a menos de 100 ha	48	2,51%	3.160	14%
100 a menos de 200 ha	25	1,30%	2.915	13%
200 a menos de 500 ha	10	0,52%	2.720	12%
500 a menos de 1.000 ha	1	0,05%	x	x
1.000 a menos de 2.000 ha	/	/	/	/
2.000 e mais	/	/	/	/
<b>Total</b>	<b>1916</b>		<b>22.023</b>	

Teolândia				
2017				
Estratos de Área	No de Estabelecimentos	% Estab.	Área	% Área
0 a menos de 5 ha	1053	55%	2.301	12%
5 a menos de 10 ha	406	21,03%	2.617	14%
10 a menos de 20 ha	245	12,69%	3.123	17%
20 a menos de 50 ha	146	7,56%	3.960	21%
50 a menos de 100 ha	50	2,59%	3.525	19%
100 a menos de 200 ha	25	1,29%	3.397	18%
200 a menos de 500 ha	2	0,10%	x	x
500 a menos de 1.000 ha	/	/	/	/
1.000 a menos de 2.000 ha	4	0,21%	x	x
2.000 e mais	/	/	/	/
<b>Total</b>	<b>1931</b>		<b>18.923</b>	

### 13. VALENÇA (CENSO AGROPECUÁRIO 1995/2006/2017 – IBGE)

Valença				
1995				
Estratos de Área	No de Estabelecimentos	% Estab.	Área	% Área
0 a menos de 5 ha	2.008	49%	4.410	6,62%
5 a menos de 10 ha	776	19,09%	5.018	7,54%
10 a menos de 20 ha	647	15,91%	8.087	12,14%
20 a menos de 50 ha	405	9,96%	11.802	17,72%
50 a menos de 100 ha	122	3,00%	7.962	11,96%
100 a menos de 200 ha	60	1,48%	7.749	11,64%
200 a menos de 500 ha	36	0,89%	10.435	15,67%
500 a menos de 1.000 ha	8	0,20%	5.284	7,93%
1.000 a menos de 2.000 ha	3	0,07%	3.100	4,66%
2.000 e mais	1	0,02%	2.748	4,13%
<b>Total</b>	<b>4.066</b>		<b>66.595</b>	

Valença				
2006				
Estratos de Área	No de Estabelecimentos	% Estab.	Área	% Área
0 a menos de 5 ha	3.752	62%	7.595	12%
5 a menos de 10 ha	1071	17,81%	6.744	10,76%
10 a menos de 20 ha	621	10,33%	7.753	12,38%
20 a menos de 50 ha	374	6,22%	10.653	17,00%
50 a menos de 100 ha	103	1,71%	6.633	10,59%
100 a menos de 200 ha	53	0,88%	6.947	11,09%
200 a menos de 500 ha	25	0,42%	7.610	12,15%
500 a menos de 1.000 ha	12	0,20%	8.715	14%
1.000 a menos de 2.000 ha	1	0,02%	x	x
2.000 e mais	1	0,02%	x	x
<b>Total</b>	<b>6.013</b>		<b>62.650</b>	

Valença				
2017				
Estratos de Área	No de Estabelecimentos	% Estab.	Área	% Área
0 a menos de 5 ha	3.813	65%	7.390	16%
5 a menos de 10 ha	1052	17,94%	6.685	14,57%
10 a menos de 20 ha	581	9,91%	7.438	16,22%
20 a menos de 50 ha	265	4,52%	7.620	16,61%
50 a menos de 100 ha	89	1,52%	5.820	12,69%
100 a menos de 200 ha	34	0,58%	4.698	10,24%
200 a menos de 500 ha	20	0,34%	6.216	13,55%
500 a menos de 1.000 ha	8	0,14%	x	x
1.000 a menos de 2.000 ha	1	0,02%	x	x
2.000 e mais	1	0,02%	x	x
<b>Total</b>	<b>5.864</b>		<b>45.867</b>	

**14. WENCESLAU GUIMARÃES (CENSO AGROPECUÁRIO 1995/2006/2017 – IBGE)**

Wenceslau Guimarães				
1995				
Estratos de Área	No de Estabelecimentos	% Estab.	Área	% Área
0 a menos de 5 ha	463	21,78%	1.206	1,91%
5 a menos de 10 ha	466	21,92%	3.118	4,93%
10 a menos de 20 ha	485	22,81%	6.098	9,64%
20 a menos de 50 ha	447	21,03%	12.615	19,94%
50 a menos de 100 ha	152	7,15%	9.857	15,58%
100 a menos de 200 ha	55	2,59%	7.023	11,10%
200 a menos de 500 ha	49	2,30%	14.925	23,59%
500 a menos de 1.000 ha	5	0,24%	3.160	4,99%
1.000 a menos de 2.000 ha	4	0,19%	5.263	8,32%
2.000 e mais	/	/	/	/
<b>Total</b>	<b>2126</b>		<b>63.265</b>	

Wenceslau Guimarães				
2006				
Estratos de Área	No de Estabelecimentos	% Estab.	Área	% Área
0 a menos de 5 ha	1069	37%	2.422	4%
5 a menos de 10 ha	607	21,06%	4.147	7,46%
10 a menos de 20 ha	586	20%	7.362	13,24%
20 a menos de 50 ha	407	14%	11.499	20,68%
50 a menos de 100 ha	121	4%	7.908	14,22%
100 a menos de 200 ha	46	2%	5.674	10,20%
200 a menos de 500 ha	37	1%	10.967	19,72%
500 a menos de 1.000 ha	8	0,28%	5.628	10%
1.000 a menos de 2.000 ha	1	0,03%	x	x
2.000 e mais	/	/	/	/
<b>Total</b>	<b>2882</b>		<b>55.607</b>	

Wenceslau Guimarães				
2017				
Estratos de Área	No de Estabelecimentos	% Estab.	Área	% Área
0 a menos de 5 ha	1610	47%	3.293	8%
5 a menos de 10 ha	725	21,04%	4.742	11,26%
10 a menos de 20 ha	641	19%	8.050	19,11%
20 a menos de 50 ha	309	9%	8.783	20,85%
50 a menos de 100 ha	101	3%	6.795	16,13%
100 a menos de 200 ha	33	1%	4.275	10,15%
200 a menos de 500 ha	22	1%	6.179	14,67%
500 a menos de 1.000 ha	4	0,12%	x	x
1.000 a menos de 2.000 ha	1	0,03%	x	x
2.000 e mais	/	/	/	/
<b>Total</b>	<b>3446</b>		<b>42.117</b>	